CIÊNCIAS SOCIALMENTE APLICÁVEIS E HUMANIDADES:

SABERES, PRÁTICAS E HORIZONTES DE INVESTIGAÇÃO

JESÚS RIVAS GUTIÉRREZ
(ORGANIZADOR)

VOL IV

EDITORA ARTEMIS
2026

CIÊNCIAS SOCIALMENTE APLICÁVEIS E HUMANIDADES:

SABERES, PRÁTICAS E HORIZONTES DE INVESTIGAÇÃO

JESÚS RIVAS GUTIÉRREZ
(ORGANIZADOR)

VOL IV

EDITORA ARTEMIS
2026

2026 *by Editora Artemis*
Copyright © Editora Artemis
Copyright do Texto © 2026 Os autores
Copyright da Edição © 2026 Editora Artemis

O conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons Atribuição-Não-Comercial NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0). Direitos para esta edição cedidos à Editora Artemis pelos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento, desde que sejam atribuídos créditos aos autores, e sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A responsabilidade pelo conteúdo dos artigos e seus dados, em sua forma, correção e confiabilidade é exclusiva dos autores. A Editora Artemis, em seu compromisso de manter e aperfeiçoar a qualidade e confiabilidade dos trabalhos que publica, conduz a avaliação cega pelos pares de todos manuscritos publicados, com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

Editora Chefe Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Editora Executiva M.ª Viviane Carvalho Mocellin
Direção de Arte M.ª Bruna Bejarano
Diagramação Elisangela Abreu
Organizador Prof. Dr. Jesús Rivas Gutiérrez
Imagem da Capa gropgrop/123RF
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Conselho Editorial
Prof.ª Dr.ª Ada Esther Portero Ricol, *Universidad Tecnológica de La Habana "José Antonio Echeverría"*, Cuba
Prof. Dr. Adalberto de Paula Paranhos, Universidade Federal de Uberlândia, Brasil
Prof. Dr. Agustín Olmos Cruz, *Universidad Autónoma del Estado de México*, México
Prof.ª Dr.ª Amanda Ramalho de Freitas Brito, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Prof.ª Dr.ª Ana Clara Monteverde, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina
Prof.ª Dr.ª Ana Júlia Viamonte, Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP), Portugal
Prof. Dr. Ángel Mujica Sánchez, *Universidad Nacional del Altiplano*, Peru
Prof.ª Dr.ª Angela Ester Mallmann Centenaro, Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil
Prof.ª Dr.ª Begoña Blandón González, *Universidad de Sevilla*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Carmen Pimentel, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil
Prof.ª Dr.ª Catarina Castro, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Prof.ª Dr.ª Cirila Cervera Delgado, *Universidad de Guanajuat*o, México
Prof.ª Dr.ª Cláudia Neves, Universidade Aberta de Portugal
Prof.ª Dr.ª Cláudia Padovesi Fonseca, Universidade de Brasília-DF, Brasil
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos, Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil
Dr. Cristo Ernesto Yáñez León – New Jersey Institute of Technology, Newark, NJ, Estados Unidos

EDITORA ARTEMIS 2026

Editora Artemis
Curitiba-PR Brasil
www.editoraartemis.com.br
e-mail:publicar@editoraartemis.com.br

Prof. Dr. David García-Martul, *Universidad Rey Juan Carlos de Madrid*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Deuzimar Costa Serra, Universidade Estadual do Maranhão, Brasil
Prof.ª Dr.ª Dina Maria Martins Ferreira, Universidade Estadual do Ceará, Brasil
Prof.ª Dr.ª Edith Luévano-Hipólito, *Universidad Autónoma de Nuevo León*, México
Prof.ª Dr.ª Eduarda Maria Rocha Teles de Castro Coelho, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal
Prof. Dr. Eduardo Eugênio Spers, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Prof. Dr. Eloi Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima, Brasil
Prof.ª Dr.ª Elvira Laura Hernández Carballido, *Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo*, México
Prof.ª Dr.ª Emilas Darlene Carmen Lebus, *Universidad Nacional del Nordeste*, Argentina
Prof.ª Dr.ª Erla Mariela Morales Morgado, *Universidad de Salamanca*, Espanha
Prof. Dr. Ernesto Cristina, *Universidad de la República*, Uruguay
Prof. Dr. Ernesto Ramírez-Briones, *Universidad de Guadalajara*, México
Prof. Dr. Fernando Hitt, *Université du Québec à Montréal*, Canadá
Prof. Dr. Gabriel Díaz Cobos, *Universitat de Barcelona,* Espanha
Prof.ª Dr.ª Gabriela Gonçalves, Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP), Portugal
Prof.ª Dr.ª Galina Gumovskaya – Higher School of Economics, Moscow, Russia
Prof. Dr. Geoffroy Roger Pointer Malpass, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Brasil
Prof.ª Dr.ª Gladys Esther Leoz, *Universidad Nacional de San Luis,* Argentina
Prof.ª Dr.ª Glória Beatriz Álvarez, *Universidad de Buenos Aires,* Argentina
Prof. Dr. Gonçalo Poeta Fernandes, Instituto Politécnido da Guarda, Portugal
Prof. Dr. Gustavo Adolfo Juarez, *Universidad Nacional de Catamarca*, Argentina
Prof. Dr. Guillermo Julián González-Pérez, *Universidad de Guadalajara, México*
Prof. Dr. Håkan Karlsson, *University of Gothenburg*, Suécia
Prof.ª Dr.ª Iara Lúcia Tescarollo Dias, Universidade São Francisco, Brasil
Prof.ª Dr.ª Isabel del Rosario Chiyon Carrasco, *Universidad de Piura*, Peru
Prof.ª Dr.ª Isabel Yohena, *Universidad de Buenos Aires,* Argentina
Prof. Dr. Ivan Amaro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Prof. Dr. Iván Ramon Sánchez Soto, *Universidad del Bío-Bío*, Chile
Prof.ª Dr.ª Ivânia Maria Carneiro Vieira, Universidade Federal do Amazonas, Brasil
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz, *University of Miami and Miami Dade College*, Estados Unidos
Prof. Dr. Jesús Montero Martínez, *Universidad de Castilla - La Mancha*, Espanha
Prof. Dr. João Manuel Pereira Ramalho Serrano, Universidade de Évora, Portugal
Prof. Dr. Joaquim Júlio Almeida Júnior, UniFIMES - Centro Universitário de Mineiros, Brasil
Prof. Dr. Jorge Ernesto Bartolucci, *Universidad Nacional Autónoma de México*, México
Prof. Dr. José Cortez Godinez, Universidad Autónoma de Baja California, México
Prof. Dr. Juan Carlos Cancino Diaz, Instituto Politécnico Nacional, México
Prof. Dr. Juan Carlos Mosquera Feijoo, *Universidad Politécnica de Madrid*, Espanha
Prof. Dr. Juan Diego Parra Valencia, *Instituto Tecnológico Metropolitano de Medellín*, Colômbia

EDITORA ARTEMIS
2026

Editora Artemis
Curitiba-PR Brasil
www.editoraartemis.com.br
e-mail:publicar@editoraartemis.com.br

Prof. Dr. Juan Manuel Sánchez-Yáñez, *Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo,* México
Prof. Dr. Juan Porras Pulido, *Universidad Nacional Autónoma de México*, México
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil
Prof. Dr. Leinig Antonio Perazolli, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Brasil
Prof.ª Dr.ª Lívia do Carmo, Universidade Federal de Goiás, Brasil
Prof.ª Dr.ª Luciane Spanhol Bordignon, Universidade de Passo Fundo, Brasil
Prof. Dr. Luis Fernando González Beltrán, *Universidad Nacional Autónoma de México*, México
Prof. Dr. Luis Vicente Amador Muñoz, *Universidad Pablo de Olavide*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Macarena Esteban Ibáñez, *Universidad Pablo de Olavide*, Espanha
Prof. Dr. Manuel Ramiro Rodriguez, *Universidad Santiago de Compostela*, Espanha
Prof. Dr. Manuel Simões, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Portugal
Prof.ª Dr.ª Márcia de Souza Luz Freitas, Universidade Federal de Itajubá, Brasil
Prof. Dr. Marcos Augusto de Lima Nobre, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Brasil
Prof. Dr. Marcos Vinicius Meiado, Universidade Federal de Sergipe, Brasil
Prof.ª Dr.ª Mar Garrido Román, *Universidad de Granada*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Margarida Márcia Fernandes Lima, Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil
Prof.ª Dr.ª María Alejandra Arecco, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina
Prof.ª Dr.ª Maria Aparecida José de Oliveira, Universidade Federal da Bahia, Brasil
Prof.ª Dr.ª Maria Carmen Pastor, *Universitat Jaume I*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Maria da Luz Vale Dias – Universidade de Coimbra, Portugal
Prof.ª Dr.ª Maria do Céu Caetano, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Prof.ª Dr.ª Maria do Socorro Saraiva Pinheiro, Universidade Federal do Maranhão, Brasil
Prof.ª Dr.ª MªGraça Pereira, Universidade do Minho, Portugal
Prof.ª Dr.ª Maria Gracinda Carvalho Teixeira, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil
Prof.ª Dr.ª María Guadalupe Vega-López, *Universidad de Guadalajara, México*
Prof.ª Dr.ª Maria Lúcia Pato, Instituto Politécnico de Viseu, Portugal
Prof.ª Dr.ª Maritza González Moreno, *Universidad Tecnológica de La Habana*, Cuba
Prof.ª Dr.ª Mauriceia Silva de Paula Vieira, Universidade Federal de Lavras, Brasil
Prof. Dr. Melchor Gómez Pérez, Universidad del Pais Vasco, Espanha
Prof.ª Dr.ª Ninfa María Rosas-García, Centro de Biotecnología Genómica-Instituto Politécnico Nacional, México
Prof.ª Dr.ª Odara Horta Boscolo, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Prof. Dr. Osbaldo Turpo-Gebera, *Universidad Nacional de San Agustín de Arequipa*, Peru
Prof.ª Dr.ª Patrícia Vasconcelos Almeida, Universidade Federal de Lavras, Brasil
Prof.ª Dr.ª Paula Arcoverde Cavalcanti, Universidade do Estado da Bahia, Brasil
Prof. Dr. Rodrigo Marques de Almeida Guerra, Universidade Federal do Pará, Brasil
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares, Universidade Federal do Piauí, Brasil
Prof. Dr. Sergio Bitencourt Araújo Barros, Universidade Federal do Piauí, Brasil
Prof. Dr. Sérgio Luiz do Amaral Moretti, Universidade Federal de Uberlândia, Brasil
Prof.ª Dr.ª Silvia Inés del Valle Navarro, *Universidad Nacional de Catamarca*, Argentina

EDITORA ARTEMIS
2026

Editora Artemis
Curitiba-PR Brasil
www.editoraartemis.com.br
e-mail:publicar@editoraartemis.com.br

Prof.ª Dr.ª Solange Kazumi Sakata, Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN)- USP, Brasil
Prof.ª Dr.ª Stanislava Kashtanova, *Saint Petersburg State University,* Russia
Prof.ª Dr.ª Susana Álvarez Otero – Universidad de Oviedo, Espanha
Prof.ª Dr.ª Teresa Cardoso, Universidade Aberta de Portugal
Prof.ª Dr.ª Teresa Monteiro Seixas, Universidade do Porto, Portugal
Prof. Dr. Valter Machado da Fonseca, Universidade Federal de Viçosa, Brasil
Prof.ª Dr.ª Vanessa Bordin Viera, Universidade Federal de Campina Grande, Brasil
Prof.ª Dr.ª Vera Lúcia Vasilévski dos Santos Araújo, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Brasil
Prof. Dr. Wilson Noé Garcés Aguilar, *Corporación Universitaria Autónoma del Cauca*, Colômbia
Prof. Dr. Xosé Somoza Medina, *Universidad de León*, Espanha

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C569 Ciências socialmente aplicáveis e humanidades [livro eletrônico] : saberes, práticas e horizontes de investigação IV / organização de Jesús Rivas Gutiérrez. – 1. ed. – Curitiba, PR : Editora Artemis, 2026.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Edição bilíngue
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-81701-94-9
DOI 10.37572/EdArt_270326949

1. Sustentabilidade – Aspectos sociais. 2. Diversidade cultural. 3. Justiça social – Perspectivas contemporâneas. 4. Transformação digital – Impactos sociais. 5. Humanidades aplicadas – Pesquisa interdisciplinar. I. Gutiérrez, Jesús Rivas.

CDD 300

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

EDITORA ARTEMIS
2026

Editora Artemis
Curitiba-PR Brasil
www.editoraartemis.com.br
e-mail:publicar@editoraartemis.com.br

PRÓLOGO

El Volumen IV de la colección ***Ciencias Socialmente Aplicables y Humanidades: Saberes, Prácticas y Horizontes de Investigación*** amplía el diálogo político e interdisciplinario al reunir estudios que exploran las relaciones entre economía, cultura, sociedad, territorio y dinámicas contemporáneas, ofreciendo una visión plural y crítica de las transformaciones sociales en distintos momentos y contextos.

El primer eje, política, economía y seguridad internacional, presenta varios análisis orientados a las relaciones geopolíticas, los procesos de integración regional y las estrategias para enfrentar fenómenos complejos, como el crimen organizado y conflictos territoriales. Los trabajos evidencian las tensiones y reconfiguraciones del escenario internacional contemporáneo, destacando la importancia de la inteligencia estratégica y la cooperación entre naciones.

En el eje cultura, arte y comunicación, los estudios abordan manifestaciones culturales y artísticas en sus múltiples expresiones, desde fiestas populares y producciones musicales hasta análisis de la cultura visual y de los medios de comunicación. Las investigaciones destacan el papel del arte y la comunicación en la construcción de identidades, en la circulación de discursos y en la formación de imaginarios sociales, articulando tradición y contemporaneidad en diversos contextos culturales y nutricionales.

El tercer eje, turismo, territorio y patrimonio, reúne investigaciones que exploran la relación entre cultura, identidad y desarrollo territorial, con énfasis en prácticas turísticas y gastronómicas. Los trabajos ponen de relieve el potencial del turismo como motor de valorización cultural y económica, evidenciando la importancia de enfoques sostenibles y sensoriales en la promoción de los territorios.

Por último, el eje salud, sociedad y derechos contemporáneos presenta reflexiones sobre cuestiones sociales urgentes, como el derecho a condiciones dignas de vida, las dinámicas de la salud mental y las experiencias de grupos históricamente marginados. Las contribuciones evidencian las intersecciones entre salud, trabajo, desigualdad y derechos, proponiendo lecturas críticas y contextualizadas de la realidad social.

Al reunir estos diferentes ejes, el Volumen IV reafirma el compromiso con un enfoque interdisciplinario y sensible a las múltiples dimensiones de la experiencia humana. La obra invita al lector a reflexionar sobre los desafíos contemporáneos desde diversas perspectivas, contribuyendo al fortalecimiento del pensamiento crítico y a la construcción de horizontes de investigación cada vez más amplios.

Jesús Rivas Gutiérrez

SUMÁRIO

POLÍTICA, ECONOMIA E SEGURANÇA INTERNACIONAL

CAPÍTULO 1 ..... **1**

LA PUGNA POR LA PREEMINENCIA ENTRE RUSIA Y LA OTAN EN EL ESCENARIO UCRANIANO AL COMIENZO DE LA GUERRA

Javier Fernando Luchetti

https://doi.org/10.37572/EdArt_2703269491

CAPÍTULO 2 ..... **17**

LA INTELIGENCIA ESTRATÉGICA COMO HERRAMIENTA CONTRA EL CRIMEN ORGANIZADO. UNA REVISIÓN DE LITERATURA

Juan Carlos Pillihuaman Huamani

https://doi.org/10.37572/EdArt_2703269492

CAPÍTULO 3 ..... **41**

EL PROCESO DE INTEGRACIÓN MÉXICO / ESTADOS UNIDOS: DINÁMICA DEL TERRITORIO Y EL ESPACIO HACIA LA CONFORMACIÓN DE UNA REGIÓN INTERMEDIA

Miguel Angel Vázquez Ruiz
Carmen O. Bocanegra Gastelum

https://doi.org/10.37572/EdArt_2703269493

CULTURA, ARTE E COMUNICAÇÃO

CAPÍTULO 4 ..... **61**

UN SOPLO DE AIRE FRESCO: LA FIESTA GRANDE DE CHIAPA DE CORZO Y LOS PARACHICOS TRAS LA PANDEMIA DE COVID-19

Emiliano Gallaga
María Celia Báez
Berislav Andrlić

https://doi.org/10.37572/EdArt_2703269494

CAPÍTULO 5 ..... **81**

DITADURA MILITAR, CANÇÕES E SONS NO BRASIL PÓS-1964: O GRUPO DE TEATRO OPINIÃO EM CENA

Kátia Rodrigues Paranhos

https://doi.org/10.37572/EdArt_2703269495

CAPÍTULO 6 ..... **99**

STRAVINSKI Y PROKÓFIEV, MÚSICA Y MASCULINIDAD EN EL BALLET RUSO

Laura Elizabeth Espindola Mata
Eduardo Núñez Rojas

https://doi.org/10.37572/EdArt_2703269496

CAPÍTULO 7 ..... **113**

THE VISUAL REGIME OF REVOLUTIONARY PRINT: TYPOGRAPHY AND THE FORMATION OF VIETNAM'S PUBLIC SPHERE (LATE 19TH CENTURY–1954)

Hyunguk Ryu

https://doi.org/10.37572/EdArt_2703269497

CAPÍTULO 8 ..... **134**

REPRESENTACIÓN GRÁFICA DE RIESGOS NUTRICIONALES EN EL PACKAGING: UN ESTUDIO EUROPA–BRASIL

Noemí Candil Blas
Manuel Montes Vozmediano

https://doi.org/10.37572/EdArt_2703269498

TURISMO, TERRITÓRIO E PATRIMÔNIO

CAPÍTULO 9 ..... **144**

A AMÊNDOA COMO ELEMENTO GASTRONÓMICO E IDENTITÁRIO DE POTENCIAL TURÍSTICO EM TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE: VILA NOVA DE FOZ CÔA E FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO

Lídia Gonçalves Aguiar
Mónica Lissa Ferreira

https://doi.org/10.37572/EdArt_2703269499

CAPÍTULO 10 ..... **162**

A BEIRA INTERIOR E UM TURISMO SENSORIAL ATRAVÉS DA GASTRONOMIA E VINHOS: O DISTRITO DA GUARDA COMO CASO DE ESTUDO

Lídia Gonçalves Aguiar

https://doi.org/10.37572/EdArt_27032694910

SAÚDE, SOCIEDADE E DIREITOS CONTEMPORÂNEOS

CAPÍTULO 11 ..... **178**

VIDA DIGNA PARA TODOS ¿UN SUEÑO IMPOSIBLE? UNA CONSTRUCCIÓN JURÍDICO-SOCIAL DE SUS ALCANCES Y CONTENIDO EN MÉXICO

Amalia Patricia Cobos Campos
Claudia Patricia González Cobos
Roberto Aude Díaz
César David Hermosillo Saucedo

https://doi.org/10.37572/EdArt_27032694911

CAPÍTULO 12 ..... **188**

PERSPECTIVAS Y NARRATIVAS SOBRE LA SALUD MENTAL ENTRE AFRODESCENDIENTES EN ECUADOR

Patricio Trujillo-Montalvo
Catalina Rivadeneira-Suárez

https://doi.org/10.37572/EdArt_27032694912

CAPÍTULO 13 ..... **198**

MOBBING Y TRASTORNO DE ANSIEDAD SOCIAL: SALUD MENTAL, SUBJETIVIDAD Y VIOLENCIA LABORAL EN CONTEXTOS ORGANIZACIONALES

Rocío Fuentes Valdivieso

https://doi.org/10.37572/EdArt_27032694913

SOBRE O ORGANIZADOR **208**

ÍNDICE REMISSIVO **209**

CAPÍTULO 1

LA PUGNA POR LA PREEMINENCIA ENTRE RUSIA Y LA OTAN EN EL ESCENARIO UCRANIANO AL COMIENZO DE LA GUERRA

Data de submissão: 18/02/2026
Data de aceite: 03/03/2026

Magister Javier Fernando Luchetti
Facultad de Ciencias Humanas
Universidad Nacional del
Centro de la Provincia de
Buenos Aires

RESUMEN: Por más que la guerra entre la Federación Rusa y la República de Ucrania, sea llamada "una guerra preventiva", "justa", u "operación especial", no deja de ser una guerra en la que se cometen las mismas atrocidades que en otras guerras. La invasión rusa ha sido condenada por Estados Unidos y la Unión Europea que han decidido ayudar a la resistencia ucraniana. Esto no es sino una cuestión geopolítica y económica para llevar al debilitamiento de la Federación Rusa, el principal aliado de China, es decir, el principal oponente de Estados Unidos en lo económico, político y militar a nivel internacional. En occidente se quiere hacer ver que los rusos son los únicos culpables, pero no es más que la consecuencia de la expansión de la OTAN hacia el este, para controlar cerca a los rusos. Ya sean los rusos o los estadounidenses a través de Ucrania, buscan conquistar un espacio para conservar su dominación sobre esa importante zona de Europa. Las sanciones impuestas a la Federación Rusa no solo perjudican a los rusos –en parte-, sino también a los europeos dependientes del gas y petróleo, aumentando la inflación en Estados Unidos y Europa, lo que los lleva a depender más de EEUU.

PALABRAS CLAVE: Federación Rusa; Ucrania; Estados Unidos; OTAN; guerra.

THE STRUGGLE FOR PREEMINENCE BETWEEN RUSSIA AND NATO IN THE UKRAINIAN SCENARIO AT THE BEGINNING OF THE WAR

ABSTRACT: However much the war between the Russian Federation and the Republic of Ukraine is called a "preventive war," a "just war," or a "special operation," it remains a war in which the same atrocities are committed as in other wars. The Russian invasion has been condemned by the United States and the European Union, which have decided to support the Ukrainian resistance. This is nothing more than a geopolitical and economic maneuver to weaken the Russian Federation, China's main ally – that is, the United States' main economic, political, and military opponent on the international stage. In the West, there is a desire to portray the Russians as solely responsible, but this is simply the consequence of NATO's eastward expansion to keep Russia under close control. Whether it is the Russians or the Americans, acting through Ukraine,

who seek to conquer territory to maintain their dominance over this important region of Europe. The sanctions imposed on the Russian Federation not only harm Russians – in part – but also Europeans dependent on gas and oil, increasing inflation in the United States and Europe, which leads them to depend more on the US.
KEYWORDS: Russian Federation; Ukraine; United States; NATO; war.

1. INTRODUCCIÓN

Para algunos analistas internacionales, la invasión de Vladimir Vladimirovich Putin, presidente de la Federación Rusa a la República de Ucrania presidida por Volodímir Zelenski, el 24 de febrero de 2022, fue algo sorpresivo que indica una nueva era en cuanto a la geopolítica y seguridad mundial. Esta guerra evocaba la Blitzkrieg, o guerra relámpago alemana de la Segunda Guerra Mundial contra la Unión de Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), cuando se empezaron a divulgar imágenes de columnas de tanques que iban por las carreteras atacando por diferentes frentes.

En febrero, la Federación Rusa atacó Ucrania desde Bielorrusia al norte del país, desde la península de Crimea anexada a Rusia desde el 2014 y desde la propia Rusia en el noreste y este del país. Estas ofensivas estaban destinadas a conquistar Kiev, capital de Ucrania y, Járkov, la segunda ciudad más importante de Ucrania. Sin embargo, esta guerra que se suponía que iba a ser rápida y fácil, con bajo costo de vidas humanas y con un aura de liberación de la población del yugo de los neonazis gubernamentales y de la oligarquía ucraniana, terminó siendo una guerra mucho más lenta y cruenta de lo que creía el Kremlin.

Cabe aclarar que en el 2014, la Federación Rusa anexó a la Península de Crimea, que era parte del territorio de la República de Ucrania. Poco tiempo después, rebeldes pro rusos de las regiones de Donetsk y Lugansk, apoyados por Moscú, iniciaron un levantamiento popular, dando lugar a una guerra civil contra las tropas ucranianas. Cuando llega al poder el presidente ucraniano pro occidental, Volodímir Zelensky, aumentaron los choques entre ambos bandos. En el mes de febrero, antes de la invasión, Putin firma los decretos por los cuales reconoce a las repúblicas de Donetsk y Lugansk ubicadas en el este de Ucrania, como Estados, acusando a Estados Unidos (EEUU) y la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN) de expandirse hacia el este de Europa, forzando la adhesión de la República de Ucrania, con lo cual quedaba amenazada la soberanía y la integridad territorial rusa. Unas semanas después, las tropas rusas en misión en una “operación militar especial”, cruzaron la frontera con Ucrania e intentaron conquistar Járkov y Kiev.

Durante la primera semana, el presidente ucraniano ordenó una movilización militar general para defender el territorio ucraniano ante el avance de las tropas rusas desde el norte, el este y el sur. Ante esta situación tanto EEUU como sus aliados de la Unión Europea (UE), anuncian sanciones políticas y económicas (energía, transporte, finanzas) contra la Federación Rusa, y expulsan a bancos rusos del sistema de alta seguridad SWIFT, Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication (Sociedad para las Comunicaciones Interbancarias y Financieras Mundiales). Además, multinacionales de occidente vendieron sus activos en la Federación Rusa y cancelaron cualquier asociación con las firmas de ese país. El alza de los precios provocó un caos en los mercados internacionales de productos alimenticios, minerales, el gas y el petróleo. El presidente ucraniano pidió que la UE admitiera a Ucrania como país miembro. La resistencia ucraniana no hubiese sido posible sin el abastecimiento de armas y suministros por parte de los países occidentales con EEUU a la cabeza, y países de Europa Occidental. Y aquí es donde aparece la OTAN, para proteger a los países de Europa Occidental.

El siguiente trabajo realiza una descripción y análisis sobre los factores que llevaron a la invasión de la Federación Rusa a la República de Ucrania y sus consecuencias económicas y políticas, no solo para el país invadido, sino también para el continente europeo, y el país invasor. En este trabajo se podrá observar que esta invasión no es más que la continuación de las conflictivas relaciones entre ambos países, especialmente, desde la primera década del siglo XXI por cuestiones territoriales y geopolíticas que involucran a la OTAN, a la Federación Rusa y a la República de Ucrania. En ese sentido, como se podrá apreciar, la OTAN se ha expandido hacia el este luego de la disolución de la URSS, a pesar de las advertencias de Putin, porque pretende convertir a Ucrania en un campo de entrenamiento para sus tropas, en un espacio para almacenar distintos tipos de armas que van desde tanques, cañones y aviones hasta misiles y, en un territorio que realice tareas de inteligencia por su cercanía a la Federación Rusa.

2. LA FEDERACIÓN RUSA Y LA REPÚBLICA DE UCRANIA: LA GUERRA

El presidente ruso, Vladimir Putin venía advirtiendo varios meses antes que las potencias occidentales con Estados Unidos a la cabeza debían negociar con él, sobre la expansión que se estaba produciendo desde hacía décadas de la OTAN hacia el este afectando la seguridad rusa. Putin reclamaba que Bruselas, Londres, París y Washington no forzaran a la República de Ucrania a unirse a la OTAN, porque esa unión no constituía ninguna garantía de seguridad para Rusia. Ante esta situación, el 24 de febrero de 2022,

el ejército ruso invadió Ucrania desde el este en dirección a Járkov, desde el norte en dirección a Kiev, la capital ucraniana, y desde la península de Crimea en el sur en dirección a Jerson. Sin embargo, para Sanahuja esta invasión no era algo sorprendente:

> En las semanas previas circularon ampliamente imágenes de satélite, muy precisas, y otras informaciones de inteligencia de fuentes abiertas que mostraban un despliegue sin precedentes de fuerzas rusas y sus preparativos para una gran operación militar. Esas informaciones revelaron que en las áreas fronterizas se habían reunido más de 150.000 efectivos y un gran número de blindados y unidades motorizadas, incluso hospitales de guerra de primera línea, y ese imponente despliegue no se limitaba a las zonas ya ocupadas por fuerzas pro-rusas en el Dombás. Por otra parte, Estados Unidos había advertido reiteradamente sobre la inminencia de la invasión, en una inusual estrategia política y diplomática basada, en parte, en dar publicidad a esos hallazgos. También Rusia había anunciado, aunque de manera inconsistente y poco clara, que adoptaría "medidas técnico-militares" contra Ucrania de no aceptarse sus exigencias de garantías de seguridad y sobre la neutralidad de ese país respecto de la Alianza Atlántica (Sanahuja, 2022, 41-42).

Si bien EEUU, ya mencionaba a principios de febrero la posibilidad de una invasión, el gobierno ucraniano no estaban muy de acuerdo con esa afirmación, e inclusive le pidieron a EEUU que bajara el tono de las acusaciones a la Federación Rusa porque perjudicaba las finanzas ucranianas, a lo que se sumaba la falta de credibilidad norteamericana luego de las justificaciones falsas que se utilizaron para invadir Irak. Lo que pedía Putin –que Ucrania fuese neutral-, no era algo fuera de lo normal, siendo que otros países europeos como Suecia, Finlandia, Bosnia, Serbia, Austria o Suiza no pertenecían a la organización, aunque en los dos primeros casos esa situación luego cambiaría. En julio de este año, el Reino de Suecia y la República de Finlandia pidieron formalmente la adhesión a la OTAN por miedo a una invasión rusa.

La incorporación de Ucrania a la OTAN significaría que en su territorio podrían entrar armas biológicas, nucleares y químicas, algo que según Rusia no se justificaría puesto que el Pacto de Varsovia había desaparecido en 1991 con la disolución de la URSS. Lo que pretendía la Federación Rusa era, como segunda potencia militar mundial, no tener misiles apuntando a su territorio desde Ucrania, gracias a la expansión de la OTAN, y a las intenciones militaristas norteamericanas. La Federación Rusa como uno de los actores importantes a nivel internacional, inclusive como un Estado que juega estratégicamente en varios continentes se sintió acorralada y avasallada en sus intereses estratégicos. Los rusos buscaban garantías de la OTAN en el sentido de no expandirse más de lo que lo había hecho, es decir, quería seguridad al viejo estilo geopolítico para sus fronteras. EEUU quiere debilitar la estabilidad interna rusa y evitar la expansión de su influencia sobre Europa. Ucrania, un país que está en el camino del gas que llega de Rusia a Europa, no

era un país cualquiera para el Kremlin, por el contrario ocupa una posición geográfica y estratégica importante:

> 1. Es el tercer principal exportador de granos, detrás de Estados Unidos y Argentina y los principales destinos de sus exportaciones agrícolas son Rusia, la UE, Medio Oriente y China.
> 2. Por Ucrania pasa la red de gasoductos heredados de la Unión Soviética, que actualmente se utilizan para trasladar gas desde Rusia hacia la Unión Europea. Desde hace dos años, se encuentra en funcionamiento un gasoducto alternativo, "Nord Stream 2". Ese gasoducto, cuyo trazado es por debajo del Mar Báltico, sale de Rusia e inyecta gas directamente en Alemania, sin intermediarios. Su construcción tuvo como una de sus consecuencias, el debilitamiento de la posición ucraniana frente a Rusia, al no ser intermediario obligado. Rusia utilizó ese trazado alternativo debilitando Ucrania, para atraer nuevamente a ese país a su órbita.
> 3. Ucrania es una reserva muy importante de Gas Shale, que aún no está siendo explotado. La empresa petrolera y gasífera estadounidense Chevron es la multinacional más implicada. La explotación de ese gas por empresas anglosajonas serviría para abastecer a la UE, debilitar la posición rusa como abastecedor principal, y a su vez sumar una herramienta más a la posición de fuerza estadounidense hacia eventualmente contra la UE.
> 4. Ucrania aparte de ser un "pivote geopolítico", para Occidente y Rusia es un "Estado tapón" o "Zone Buffer" (Estrada, 2022).

También, otro antecedente que se puede señalar era que la estantería geopolítica de seguridad diseñada durante la Guerra Fría y posteriormente, ha sido dejada de lado, denunciándose varios tratados: Tratado de Misiles Anti-Balísticos (ABM); Tratado sobre Misiles de Alcance Intermedio (INF); Tratado sobre fuerzas convencionales en Europa; Tratado de Reducción de Armas Estratégicas (Nuevo Tratado START); Tratado de Cielos Abiertos. Estos tratados han sido denunciados o abandonados principalmente por EEUU con acusaciones mutuas con la Federación Rusa y la indolencia europea (Sanahuja, 2022).

Por otra parte, el nacionalismo ruso que considera que Ucrania y Rusia son hermanos ha servido como justificación para la invasión. Luego que a principios de siglo Putin estuviera más cercano a las posturas occidentales, al observar que sus dichos y apreciaciones sobre la expansión de la OTAN no habían sido tomados en cuenta, se volcó hacia un nacionalismo ruso, que buscaba crear un hinterland al viejo estilo zarista, negando que Ucrania fuese un Estado independiente, sino un producto histórico hermanado a Rusia. Además, Ucrania ayudó al ser un Estado pos URSS que se caracterizó por su inestabilidad política, la lucha entre las oligarquías regionales, la corrupción, el fraude electoral, las sucesivas crisis económicas y la división política regional que provocó la guerra civil. Otra razón de Putin para invadir Ucrania tenía que ver con la defensa de las dos "repúblicas populares" de la región del Donets, o Donbas en ucraniano o Donbass en ruso o Dombás en castellano, las repúblicas de Donetsk y Lugansk, que a partir de

los acuerdos de Minsk I y Minsk II tendrían autonomía. Sin embargo, la Federación Rusa reconoció a ambas regiones como “Estados Soberanos”, porque nunca le fue concedida la autonomía.

Desde el punto de vista de Putin, la invasión se produjo en base a la Carta de las Naciones Unidas que menciona que se debe ayudar a un país en donde se está produciendo un “genocidio” provocado por el gobierno, como el que estaba sucediendo en los dos “Estados Soberanos”. Según su visión, las medidas tomadas por la Federación Rusa se relacionaban con la falta de decisión política de Ucrania para contener las milicias paramilitares que atacaban dos repúblicas independientes, por lo que ante el incumplimiento de los acuerdos de Minsk, se vio forzada a intervenir.

Asimismo, siguiendo este argumento, antes de la intervención rusa, EEUU y sus países aliados habían comenzado a entregar suficiente cantidad de armamento moderno no solo para rearmar a las fuerzas armadas ucranianas, sino para que tuvieran la capacidad para invadir el Dombás. El ejército junto con los servicios de inteligencia ucranianos entrenados por la Central de Inteligencia Americana (CIA), constituían un riesgo para la población prorrusa del Dombás, por lo que la Federación Rusa a pesar de las advertencias a occidente se vio forzada a intervenir.

Para resumir, en una primera fase los objetivos de Moscú eran derrocar al gobierno neonazi de Kiev (aunque luego ese objetivo quedó a un lado debido a la resistencia ucraniana y las sanciones occidentales), evitar que Ucrania se sume a la OTAN para no tener misiles apuntando cerca de las fronteras, defender a la población prorrusa del Dombás, reconocer por parte de occidente la soberanía rusa sobre la península de Crimea y, finalmente declarar la independencia de las repúblicas de Lugansk y Donetsk, o como sucedió posteriormente llamar a referendos para la anexión lisa y llana de estas regiones a la Federación Rusa.

Sin embargo, la Asamblea General de las Naciones Unidas pensaba diferente al líder ruso, y aprobó en marzo una resolución para la ayuda humanitaria en Ucrania, exigiendo el cese inmediato de las hostilidades por parte de Rusia, suprimiendo todos los ataques contra la población y la infraestructura civil. El texto obtuvo 140 votos a favor, cinco en contra (Bielorrusia, Corea del Norte, Eritrea, Federación Rusa y Siria), y 38 abstenciones. Lo que han pretendido los rusos era conquistar la infraestructura energética ucraniana para estropear su economía y, al mismo tiempo que procura controlar el espacio aéreo ucraniano para evitar la entrada de suministros y armamentos de occidente. Al mismo tiempo, que reforzaba el frente militar, en lo económico cortaba el aprovisionamiento de gas a Polonia, Bulgaria y Finlandia, perjudicando también a otros

países de Europa occidental como Alemania, Francia, Italia y España. Sin embargo, lo que ha demostrado la guerra es la capacidad de adaptación del ejército ucraniano a pelear en inferioridad de condiciones, pero con ataques elásticos en distintos lugares ayudados por el conocimiento del terreno, la información de espías y las imágenes satelitales y drones aportados por EEUU y sus aliados.

En el bando ruso, a la subestimación de la resistencia de las fuerzas amadas ucranianas ("Operación Militar Especial"), se sumó la subestimación del sentimiento nacional ucraniano, junto con la falta de planificación, los problemas de táctica, abastecimiento y logística, y la moral de los soldados que no deseaban pelear contra los ucranianos a pesar de los llamados del Kremlin a luchar contra la "camarillas de oligarcas y neonazis" que manejaban el gobierno de Kiev.

Otro hecho que demuestra la extensión de la geografía bélica, más allá de la zona del Dombás, es que en agosto se atacó un edificio en el cuartel general de la Flota Rusa del Mar Negro en el puerto de Sebastopol, base de la marina de guerra rusa, peleando en un teatro de la guerra que no estaba en los cálculos de la OTAN, pero sí del gobierno ucraniano. Este ataque no significa que los ucranianos recuperen la península, por la amenaza rusa de utilizar armas nucleares en caso que suceda, pero es algo simbólico: sitúa en la mesa de negociaciones, una península anexada por la Federación Rusa hace años y que para el gobierno de Ucrania, es parte del territorio nacional.

Los referendos tienen como misión afianzar un gobierno títere, y convocar a la población para decidir si quieren que la región en la que viven sea anexionada a la Federación Rusa. Estos referendos hacen que al ganar el sí, los territorios sean rusos, por lo que cualquier invasión a territorio ruso será contestada con las armas que se crean convenientes, entre ellas las nucleares. Los referendos han sido condenados por la UE por ilegales.

Y aquí llegamos al uso de las armas nucleares tácticas. La República Popular China (RPC) luego que Putin convocara a los reservistas y amenazara con el uso de armas nucleares, solicitó un alto el fuego, y a su vez favoreció el diálogo político. El portavoz del Ministerio de Exteriores chino, Wang Wenbin, afirmó que se debe respetar la integridad territorial y soberana de los Estados "cumplirse los propósitos y los principios de la Carta de Naciones Unidas, tomarse seriamente en cuenta las legítimas preocupaciones de seguridad de todos los países, y apoyarse todos los esfuerzos tendentes a la resolución pacífica de las crisis" (Télam, 2022, 21 de septiembre).

A finales de septiembre se desarrollaron los referendos en la zona del Dombás en las provincias de Lugansk, Donetsk, Zaporiyia y Jerson, considerados ilegales por los

países occidentales. Putin dando por descontado el triunfo de la opción por la anexión de esas regiones a territorio ruso, señaló que formarían parte de la Federación Rusa, así Moscú podría usar armas nucleares tácticas para defender estas cuatro regiones de la ofensiva ucraniana que busca recuperar los territorios del sur y el este del país. Kiev ha especificado que los ucranianos que han participado en la organización de estas elecciones fraudulentas, serán juzgados como traidores. Haciendo caso omiso a las advertencias de occidente y de Kiev, Putin anunció la anexión de los territorios de Donetsk, Lugansk, Jerson y Zaporiyia, luego que los resultados de los referendos dieran más del 95% de apoyo a la anexión a la Federación Rusa.

En respuesta a la anexión, el presidente ucraniano Zelenski, solicitó oficialmente el ingreso de Ucrania a la OTAN: "Hoy, Ucrania está solicitando que sea *de iure*, en un proceso que sea coherente con nuestro valor de proteger a toda nuestra comunidad, de manera expedita", es decir, el presidente pide la anexión a la OTAN en función del artículo 5, aunque este proceso sería difícil de llevarlo a cabo dado que el país se encuentra actualmente en guerra. (El Independiente, 2022, 30 de septiembre). EEUU también se opuso a los referendos.

Por otro lado, la guerra híbrida se mantiene a pesar de las amenazas de Putin de utilizar armas nucleares tácticas. Brevemente se puede señalar que la guerra híbrida es utilizada por los Estados mediante tácticas llevadas adelante por Estados o grupos privados para perturbar un país, mediante campañas de desinformación, ataques cibernéticos a estructuras civiles y estatales, sabotajes y fomento de migraciones a través de la manipulación de información por medio de fake news que amplifican diferencias históricas, culturales o sociales entre diferentes grupos o etnias.

Lo que se ha confirmado, es el corte definitivo del gas a Europa, generando preocupación en las industrias de distintos países, especialmente en las pequeñas y medianas empresas alemanas. China e India son los principales compradores de gas ruso, obtenido con descuento otorgado por los rusos, demostrando que el mundo ya no es más unipolar, sino multipolar con el hundimiento europeo y el avance en el desarrollo económico de China e India.

3. ESTADOS UNIDOS Y LA ORGANIZACIÓN DEL TRATADO DEL ATLÁNTICO NORTE

Si en algo estaban de acuerdo ambos partidos en EEUU, demócratas y republicanos, era que el principal enemigo es la RPC, aunque primero había que vencer a Rusia. La economía soviética era más arcaica, con una baja tasa de crecimiento, por lo que EEUU la asfixió económicamente gracias a proyectos como la Iniciativa de

Defensa Estratégica (IDE), o popularmente conocido como Guerra de las Galaxias, que era un programa defensivo con armas espaciales capaces de destruir misiles nucleares estratégicos en el espacio antes que llegaran a territorio norteamericano. En cambio ahora, si bien EEUU lleva la delantera militar, económicamente es más fuerte que Rusia, pero lo es menos que la RPC.

EEUU ayudó a la desintegración de la URSS, y ahora pretende también la de la Federación Rusa, o al menos un cambio de régimen, alejando a Putin del poder y que el nuevo gobierno sea más amistoso con occidente, como lo era en la década de los años noventa con Boris Yeltsin. Y eso a pesar de la intención al principio de la primera gestión de Putin, de entrar a la OTAN, petición denegada, y de la ayuda rusa –aceptación de instalación de bases estadounidenses en países de Asia Central-, que recibió EEUU cuando invadió Afganistán, siendo que ambos países tenían los mismos enemigos (talibanes y Al Qaeda). A pesar de ello, la OTAN siguió expandiéndose hacia el este: en 1999 se unieron Polonia, Hungría, y la República Checa; en el 2004, Estonia, Letonia, Lituania, Bulgaria, Rumania, Eslovaquia, Eslovenia; en el 2009, Albania y Croacia; en el 2017, Montenegro,; en el 2020, Macedonia del Norte. Tras la finalización de la Guerra Fría y la desintegración de la URSS, los EEUU no pensaron que la Federación Rusa sería un país que competiría por la supremacía política y militar mundial. La estrategia norteamericana siguió siendo la de debilitar y cercar a la Federación Rusa a partir de la expansión de la OTAN. La geopolítica norteamericana no previó que Putin como consideró una catástrofe la desaparición de la URSS, haya concebido que Rusia debiera heredar el poder político y militar de la desintegrada URSS.

Las sanciones no solo han dislocado a la economía mundial generando inflación inclusive en los países de la OTAN, sino también un alza de los precios de los minerales, el gas, el petróleo, perjudicando a los países capitalistas y –paradójicamente- beneficiando a los rusos ya que ellos venden gas y petróleo a países europeos y China, si bien en el primer caso han decidido buscar otras fuentes de abastecimiento, como por ejemplo, Argelia y EEUU en el caso del gas natural licuado. La economía rusa ha resistido más de lo que se pensaba y el rublo que se devaluó al principio del conflicto ha remontado, y quienes sufren las consecuencias de las sanciones son los europeos que observan como aumenta el precio de materias primas y energéticos. También el desabastecimiento afectará no solo a los europeos en transporte o actividades productivas, sino también a países africanos tradicionalmente dependientes de la importación de alimentos. Por lo tanto, la Comisión Europea (CE), ha definido que Europa tiene que ser independiente del gas y el petróleo ruso, determinando un plan de contingencia con tres aspectos principales para desarrollar:

> primero, contener los precios de la energía, con precios regulados, impuestos temporales sobre los beneficios "caídos del cielo" de las empresas eléctricas, que financiarán ayudas a los hogares y las pequeñas empresas, y un marco temporal de ayudas a las empresas más afectadas. El segundo es el aumento de las reservas de gas para hacer frente al invierno 2022-2023. El tercero es acelerar la transición energética incrementando la inversión en energías renovables, biogás e hidrógeno verde, mantener temporalmente carbón o energía nuclear, y diversificar las compras de gas en otros países, como Qatar, Egipto, Argelia o, sobre todo, Estados Unidos. Ello supone cambios notables en la geopolítica de la energía y dilemas difíciles de sortear: mientas se avanza en un modelo más autónomo, basado en renovables, la desconexión del gas ruso supone mayor dependencia de Estados Unidos, con gas natural licuado procedente de explotaciones de fracking, más contaminante, así como de proveedores externos con dudosas credenciales democráticas (Sanahuja, 2022, 61).

China se encontró en una encrucijada: no apoya abiertamente a Moscú por la invasión porque tiene un mercado muy importante en EEUU, pero tampoco va a encontrarse del lado de EEUU, sabiendo que la OTAN ya está pensando en intervenir en la zona de influencia china, especialmente en Taiwán. Si China apoyaba a Rusia se exponía a sanciones norteamericanas y europeas que dañarían, aunque no severamente, su economía, pero tampoco podía condenar la invasión rusa por ser la Federación Rusa, uno de sus proveedores de gas, petróleo y armamentos, por eso tampoco ocupó un rol intermediador en el tema ucraniano.

En el nuevo concepto estratégico de la OTAN, se abarca temas que van más allá de una alianza de tipo militar, como la gestión de crisis, la seguridad colectiva y la defensa. A estas cuestiones se le agregan otros temas estratégicos a los que la OTAN debe dar respuesta en cualquier momento y en cualquier lugar del mundo, como el cambio climático:

> El Concepto Estratégico es un documento clave para la Alianza. Reafirma los valores y el propósito de la OTAN y proporciona una evaluación colectiva del entorno de seguridad. También impulsa la adaptación estratégica de la OTAN y guía su futuro desarrollo político y militar.
> El Concepto Estratégico se revisa y actualiza periódicamente. Desde el final de la Guerra Fría, se ha actualizado aproximadamente cada 10 años para tener en cuenta los cambios en el entorno de seguridad mundial y garantizar que la Alianza esté preparada para el futuro.
> El Concepto Estratégico anterior se adoptó en la Cumbre de Lisboa de la OTAN en 2010. El nuevo Concepto Estratégico describe la nueva realidad de seguridad a la que se enfrenta la Alianza, reafirma los valores de la OTAN y explica en detalle el propósito clave de la OTAN de garantizar la defensa colectiva de los Aliados (OTAN 2022 Concepto Estratégico).

Los armamentos que provenían de occidente empezaron a llegar en mayor cantidad, por lo que los ucranianos se prepararon para la ofensiva, mientras que el objetivo de Putin a esa altura era lograr una continuidad territorial entre el Dombás y la península de Crimea, para poder controlar desde allí todo el Mar Negro.

EEUU ha confiscado la mitad de las reservas rusas en el extranjero, por lo que los precios de las materias primas agrarias, combustibles y otros insumos han aumentado, perjudicando la economía de los países del mundo especialmente los más pobres que dependen de importaciones de alimentos. Bancos rusos como el Vnesheconombank, banco de desarrollo regional, y el Promsvyazbank, que tiene contactos con el sector de defensa ruso, fueron excluidos del sistema financiero mundial. Asimismo, las sanciones económicas alcanzaron a Bielorrusia, país aliado al Kremlin desde donde también salieron tropas para Ucrania.

Más allá de la resistencia nacional por el derecho a la autodeterminación, y la gente que desea unirse a las Fuerzas Armadas ucranianas, aunque sea como fuerza de reserva, lo que está demostrando esta guerra, es el retorno de la vieja alianza de la Guerra Fría contra la Federación Rusa –heredera de la URSS-, con el papel principal de EEUU y secundario de los países europeos –Francia, Reino Unido de Gran Bretaña e Irlanda del Norte-, a partir del manejo de la OTAN, invocando el Tratado del Atlántico Norte:

> Las Partes acuerdan que un ataque armado contra una o más de ellas, que tenga lugar en Europa o en América del Norte, ser considerado como un ataque dirigido contra todas ellas, y en consecuencia, acuerdan que si tal ataque se produce, cada una de ellas, en ejercicio del derecho de legítima defensa individual o colectiva reconocido por el artículo 51 de la Carta de las Naciones Unidas, ayudar a la Parte o Partes atacadas, adoptando seguidamente, de forma individual y de acuerdo con las otras Partes, las medidas que juzgue necesarias, incluso el empleo de la fuerza armada, para restablecer la seguridad en la zona del Atlántico Norte. Cualquier ataque armado de esta naturaleza y todas las medidas adoptadas en consecuencia serán inmediatamente puestas en conocimiento del Consejo de Seguridad. Estas medidas cesarán cuando el Consejo de Seguridad haya tomado las disposiciones necesarias para restablecer y mantener la paz y la seguridad internacionales (Tratado del Atlántico Norte, 1949, artículo 5).

La Alianza se reunió en junio en Madrid para desarrollar el nuevo concepto estratégico, apelando justamente al compromiso con lo escrito en el artículo 5: “1. NATO is determined to safeguard the freedom and security of Allies. Its key purpose and greatest responsibility is to ensure our collective defence, against all threats, from all directions. We are a defensive Alliance” (NATO/OTAN, 2022). Este compromiso es reafirmado en otros artículos:

> 3. NATO is the unique, essential and indispensable transatlantic forum to consult, coordinate and act on all matters related to our individual and collective security. We will strengthen our Alliance based on our indivisible security, solidarity, and ironclad commitment to defend each other, as enshrined in Article 5 of the North Atlantic Treaty. Our ability to deter and defend is the backbone of that commitment.
> 4. NATO will continue to fulfil three core tasks: deterrence and defence; crisis prevention and management; and cooperative security. These are

> complementary to ensure the collective defence and security of all Allies (ibídem, artículos 3 y 4).

EEUU y sus aliados han desarrollado luego de la Segunda Guerra Mundial, un sistema para asegurarse la dominación de países para beneficio propio, usufructuando las materias primas, minerales y energéticos. Terminada la Guerra Fría, continúa sin embargo, la geopolítica de dominación, con otra tecnología, pero con los mismos objetivos, y en este caso casi contra el mismo enemigo, aunque ya no se llame URSS, sino Federación Rusa, su heredera. La Federación Rusa es para la OTAN, una amenaza para la paz, porque pretende mediante la coacción y la anexión establecer con medios convencionales, cibernéticos e híbridos, una zona de influencia y control directo, desestabilizando países de Europa del Este y del Sur: "Moscow's military build-up, including in the Baltic, Black and Mediterranean Sea regions, along with its military integration with Belarus, challenge our security and interests" (ibídem, artículo 8).

Era obvio que la Cumbre de Madrid era anti rusa por la invasión a Ucrania, pero lo que apareció en la declaración final tomó a algunos por sorpresa y es la crítica a otro actor importante a nivel internacional que también se ha convertido en el enemigo de la OTAN: la República Popular China, nombrada por primera vez en un documento de la OTAN, en donde se observa con cuidado la alianza entre ellos y los rusos. Cuatro países de Asia y Oceanía, Australia, Corea del Sur, Japón y Nueva Zelanda, concurrieron por primera vez a una cumbre de la OTAN.

China había comenzado a reducir su dependencia del mercado estadounidense a través de mayores ventas de sus productos a la UE, a Rusia y gracias al desarrollo de su mercado interno, en donde cientos de millones de chinos constituyen una floreciente clase media ávida de productos. Cabe aclarar que EEUU, Japón, India y Australia conforman el Diálogo Cuadrilateral de Seguridad (QUAD), alianza militar estratégica de seguridad que rodea como un anillo a la RPC:

> 13. The People's Republic of China's (PRC) stated ambitions and coercive policies challenge our interests, security and values. The PRC employs a broad range of political, economic and military tools to increase its global footprint and project power, while remaining opaque about its strategy, intentions and military build-up. The PRC's malicious hybrid and cyber operations and its confrontational rhetoric and disinformation target Allies and harm Alliance security. The PRC seeks to control key technological and industrial sectors, critical infrastructure, and strategic materials and supply chains. It uses its economic leverage to create strategic dependencies and enhance its influence. It strives to subvert the rules-based international order, including in the space, cyber and maritime domains. The deepening strategic partnership between the People's Republic of China and the Russian Federation and their mutually reinforcing attempts to undercut the rules-based international order run counter to our values and interests" (ibídem, artículo 13).

EEUU sigue siendo el principal sostén militar de la alianza, a pesar de la decadencia económica, y también a pesar de semejante contradicción, porque si bien sigue ejerciendo un rol dominante en la coalición, los otros países fuertes como el Reino Unido de Gran Bretaña e Irlanda del Norte y Francia, son considerados secundarios aunque importantes (artículo 29).

4. CONCLUSIONES

La República de Ucrania ha sido utilizada por las potencias occidentales para frenar la postura anti unipolar de la Federación Rusa, que ha buscado un mundo multipolar. Para que la predominancia de occidente no se altere, EEUU y los países aliados han emprendido la lucha contra los rusos, pero a través de Ucrania, coordinando y cooperando a nivel militar, diplomático, político y económico. La prepotencia de la OTAN ha llevado a la intervención rusa mediante una "Operación Militar Especial", que llevaría en el corto plazo a la conquista del país. Esto no fue así, porque la guerra se prolongó más de lo estipulado. Las empresas multinacionales occidentales retiraron sus inversiones de la Federación Rusa, ya que la idea es que tanto la Federación Rusa como en forma colateral, la República Popular China no cuestionen el accionar del mundo unipolar.

La estrategia llevada adelante por EEUU y sus aliados en los distintos campos mencionados anteriormente, supone por un lado el desenganche europeo del gas ruso, pero, por otro lado, la dependencia en parte, del gas natural licuado de EEUU. Es decir, por participar militarmente de la defensa de Ucrania, para Europa, esta guerra significa un cambio estratégico mayor que para EEUU, puesto que estamos hablando de un cambio en las relaciones exteriores, en las fuentes de abastecimiento de energía, y las exportaciones e importaciones con diferentes países, regiones y mecanismos de integración.

La política exterior estadounidense que pretende el ingreso de Ucrania a la OTAN ha llevado a que Putin intervenga militarmente en una invasión en la que creía que sería recibido como un libertador y se encontró con una enconada resistencia nacionalista, a pesar de llamar neonazis a los gobernantes ucranianos. La invasión no ha hecho más que galvanizar la resistencia en torno al gobierno más allá de las diferencias políticas y de alguna milicia pro nazi como el batallón Azov.

La guerra ruso-ucraniana muestra no sólo la crisis del "fin de la historia", sino también la finalización de la tarea de construcción de un mundo a imagen y semejanza de EEUU, junto con la crisis geopolítica y económica de EEUU, la OTAN y la UE, ante la competencia de otros actores como China o Irán. Por más bases que tenga en todo el mundo con sus aliados, EEUU se encuentra en declive y pelea guerras que no puede ganar, como sucedió en Irak o Afganistán, ni siquiera con la ayuda de países aliados.

La OTAN y EEUU saben que si bien ahora el adversario es la Federación Rusa, en realidad, es un ataque al flanco, al aliado de la RPC. Tanto en el caso de la Federación Rusa como en el de China, EEUU pretende de máxima un cambio de régimen, derrocando a los actuales gobernantes y cambiándolos por dirigentes más proclives a la negociación con las potencias occidentales. El mensaje de EEUU ha sido claro: debilitar a Putin, y mandar un mensaje a China, sobre lo que puede suceder si pasa a la ofensiva por ejemplo en Taiwán.

El resultado de la guerra llevará bastante tiempo. Es probable que en el caso que gane Rusia, lo que pretenda es no dejar mucha cantidad de tropas en el terreno para no arriesgarse a una guerrilla urbana que lo lleve a abandonar el país como le ocurrió a la URSS en Afganistán o a EEUU en Irak. El accionar ruso pretende no incurrir en una larga campaña de desgaste, pero tampoco en una corta que lo lleve al desastre. En ambos casos lo que quiere es imponer condiciones en una mesa de negociaciones para que sea reconocida la anexión de la península de Crimea y la independencia de las repúblicas de Donetsk y Lugansk.

En cualquier caso Putin ha errado en el cálculo, en cuanto a la reacción ucraniana, norteamericana y europea. Europa y EEUU no han permitido la anexión de Ucrania y si bien los europeos son los que sufren las consecuencias económicas de las sanciones, por el corte del suministro de gas ruso, y por el aumento del precio del petróleo que importan, han demostrado que presentan batalla, aun cuando sean actores secundarios frente al poderío estadounidense.

Sin embargo, la Federación Rusa, a pesar de las sanciones ha recuperado el nivel de las reservas gracias al aumento del precio del petróleo y del gas, energéticos que exporta en cantidad. A pesar de este éxito, la escalada militar gracias al armamento de última generación, estadounidense y de sus aliados, ha hecho que los ucranianos pasen a la ofensiva en el Dombás. Lo que parecía que se convertiría en una guerra defensiva por parte de ambos bandos, se ha transformado por el momento, en una escalada del conflicto debido a la contraofensiva ucraniana, en zonas ocupadas por los rusos que se han visto forzados a retirarse, dejando atrás tanques, cañones y pertrechos.

En definitiva, la respuesta rusa a la expansión de la OTAN hacia el este, tienen que ver con la seguridad. Y desde el punto de vista de EEUU, la invasión es considerada como un ataque al orden internacional, y a la supremacía estadounidense en el continente europeo, por eso es que interviene en Ucrania, para atacar a una potencia invasora que quiere recuperar el rol geopolítico a nivel regional y mundial como lo tenía en la época de la URSS. Claro está que en el medio se encuentran los países europeos y Ucrania, los

primeros sufriendo por el alza de precios de materias primas que importan, y la república ucraniana, soportando la destrucción de la infraestructura y padeciendo los muertos, heridos y desaparecidos. Esto hace que la guerra tenga un final incierto.

BIBLIOGRAFÍA

Carmody, Patricio. (2022). Reacciones en Europa, América y Asia ante la guerra ruso-ucraniana. RIPEA Revista de Investigación en Política Exterior Argentina. Buenos Aires. Volumen 2, enero-agosto, pp. 7-24. Recuperado de https://politicaexteriorargentina.org/wp-content/uploads/2022/08/Carmody_Reacciones-en-Europa-America-y-Asia-ante-la-guerra-ruso-ucraniana.pdf

Clarín. (2022). Alemania desafía la extorsión rusa del gas con plantas nucleares y de carbón. 11 de septiembre. Buenos Aires.

El Independiente. (2022). Ucrania pide formalmente entrar en la OTAN como respuesta a la anexión de Putin. Madrid. 30 de septiembre. Recuperado de https://www.elindependiente.com/internacional/2022/09/30/ucrania-pide-formalmente-entrar-en-la-otan-como-respuesta-a-la-anexion-de-putin/

Estrada, Jonás. (2022). El conflicto entre EEUU-OTAN contra Rusia por el factor de Ucrania visto en clave geopolítica. Portal de información y análisis "GEOPOLÍTICA". Marzo. Recuperado de https://www.geopolitika.ru/es/article/el-conflicto-entre-eeuu-otan-contra-rusia-por-el-factor-de-ucrania-visto-en-clave https://as.com/diarioas/2022/03/02/actualidad/1646224245_994949.html https://cnnespanol.cnn.com/2022/08/24/por-que-rusia-ucrania-guerra-invasion-motivos-orix/ https://www.bbc.com/mundo/noticias-internacional-60481414 https://www.laizquierdadiario.com/La-guerra-en-Ucrania-y-el-arma-economica-de-EE-UU-y-la-UE-danos-colaterales-y-riesgos-estrategicos https://www.nato.int/ https://www.rtve.es/noticias/20220224/cronologia-entender-crisis-rusia-ucrania/2270961.shtml

Infobae. (2022). Putin vuelve a jugar la carta nuclear y llama a falsos referendos para anexionar cuatro provincias de Ucrania. Buenos Aires. 21 de septiembre. Recuperado de https://www.infobae.com/america/mundo/2022/09/21/putin-vuelve-a-jugar-la-carta-nuclear-y-llama-a-falsos-referendos-para-anexionar-cuatro-provincias-de-ucrania/

Infobae. (2022). Vladimir Putin anunció la anexión de las regiones ucranianas de Donetsk, Luhansk, Kherson y Zaporizhzhia. Buenos Aires. 30 de septiembre. Recuperado de https://www.infobae.com/america/mundo/2022/09/30/vladimir-putin-anuncio-la-anexion-de-las-regiones-ucranianas-donetsk-luhansk-kherson-y-zaporizhzhia/

Infobae. (2022). Vladimir Putin volvió a amenazar a Occidente con el uso de armas nucleares: "No es un bluff". 21 de septiembre. Buenos Aires. Recuperado de https://www.infobae.com/america/mundo/2022/09/21/vladimir-putin-volvio-a-amenazar-a-occidente-con-el-uso-de-armas-nucleares-no-es-un-bluf/

La Voz. (2022). La Unión Europea condenó los referéndums ilegales de Rusia en Ucrania. 20 de septiembre. Recuperado de https://www.lavoz.com.ar/mundo/la-union-europea-condeno-los-referendum-ilegales-de-rusia-en-ucrania/

Luchetti, Javier. (2022). El papel de la Federación Rusa y Estados Unidos en la guerra ruso-ucraniana. 2° Congreso Regional de Relaciones Internacionales "(Re) Pensar las Relaciones Internacionales en un mundo en transformación". Tandil. 28, 29 y 30 de Septiembre.

Naciones Unidas. (2022). Ucrania: La Asamblea General adopta una resolución humanitaria que exige a Rusia el cese inmediato de hostilidades. New York. 24 de marzo. Recuperado de https://news.un.org/es/story/2022/03/1506132#:~:text=La%20resoluci%C3%B3n%20adoptada%20obtuvo%20140,la%20poblaci%C3%B3n%20o%20infraestructura%20civiles

NATO/OTAN. (2022). NATO Concepto Estratégico. Madrid. Junio. Recuperado de https://elpais.com/descargables/2022/07/01/22f46368d04e40936c9ba9f4b9be63b9.pdf

NATO/OTAN. (2022). NATO 2022 STRATEGIC CONCEPT. Recuperado de https://www.nato.int/strategic-concept/

Puig, Laura. (2022). Las amenazas híbridas, un arma cada vez más potente. El periódico de Catalunya. Barcelona. 20 de septiembre. Recuperado de https://www.elperiodico.com/es/internacional/20220920/amenazas-hibridas-arma-cada-vez-mas-potente-75671705

Rial, Juan. (2022). La OTAN aumenta su volumen y tensa sus músculos en Madrid. La Plata. Instituto de Relaciones Internacionales, Departamento de Seguridad y Defensa, Boletín N° 48 Seguridad Internacional y Defensa, mayo-junio. Recuperado de http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/141039/Documento_completo.pdf?sequence=1&isAllowed=y

Sanahuja, José. (2022). Guerras del interregno: la invasión rusa de Ucrania y el cambio de época europeo y global. Anuario CEIPAZ 2021-2022 Cambio de época y coyuntura crítica en la sociedad global. Madrid. Centro de Educación e Investigación para la paz, pp. 41-71. Recuperado de https://ceipaz.org/wp-content/uploads/2022/07/3.JoseAntonioSanahuja.pdf

Télam. (2022). China pidió lograr “a través del diálogo” un alto el fuego en la guerra de Ucrania. Buenos Aires. 21 de septiembre. Recuperado de https://www.telam.com.ar/notas/202209/605526-china-alto-fuego-guerra-ucrania.html

Tratado del Atlántico Norte. (1949). Washington. 4 de abril. Recuperado de https://www.iri.edu.ar/publicaciones_iri/manual/Ultima-Tanda/OTAN/Tratado%20del%20Atl%E1ntico%20Norte.pdf

Zamora, Augusto. (2022). La multipolaridad contra el Imperialismo y la izquierda extraviada. Buenos Aires. Abril. Recuperado de http://www.gracus.com.ar/2022/04/27/la-multipolaridad-contra-el-imperialismo-y-la-izquierda-extraviada/

CAPÍTULO 2

LA INTELIGENCIA ESTRATÉGICA COMO HERRAMIENTA CONTRA EL CRIMEN ORGANIZADO. UNA REVISIÓN DE LITERATURA[1]

Data de submissão: 29/01/2026
Data de aceite: 16/02/2026

Juan Carlos Pillihuaman Huamani
Centro De Altos Estudios Nacionales
CAEN
Lima, Perú
https://orcid.org/0000-0002-6823-6306

RESUMEN: Objetivo: Analizar y describir, a partir de la literatura científica, la aplicación de la inteligencia estratégica como herramienta para combatir el crimen organizado. **Marco teórico:** La investigación se sustenta en enfoques de inteligencia estratégica, prevención situacional del delito y gestión de seguridad, que destacan el uso de información y análisis para identificar patrones, anticipar amenazas y optimizar la asignación de recursos mediante coordinación interinstitucional y cooperación internacional. **Método:** Se realizó una revisión sistemática de literatura publicada entre 2018 y 2024 en las bases de datos Scopus y Scielo. Se identificaron 38 artículos relevantes con metodologías cualitativas, cuantitativas y mixtas. **Resultados y discusión:** Los hallazgos subrayan que la inteligencia estratégica fortalece la lucha contra las redes criminales al permitir la detección de patrones, la anticipación de riesgos y la coordinación de esfuerzos interagenciales, mejorando la eficiencia operativa y la toma de decisiones. **Implicaciones:** Una respuesta efectiva al crimen organizado requiere enfoques multidimensionales y colaborativos que integren prevención, cooperación internacional y adaptación tecnológica para desmantelar redes delictivas y mitigar su impacto social. **Originalidad/valor:** El estudio contribuye a comprender problemáticas complejas como la corrupción, la infiltración del crimen en la economía y la violencia, aportando elementos para el diseño de estrategias públicas más efectivas.

PALABRAS-CLAVE: inteligencia estratégica; crimen organizado; prevención del delito; seguridad nacional; gestión estratégica.

STRATEGIC INTELLIGENCE AS A TOOL AGAINST ORGANIZED CRIME. A LITERATURE REVIEW

ABSTRACT: Objective: To analyze and describe, through scientific literature, the application of strategic intelligence as a tool against organized crime. **Theoretical framework:** The study draws on strategic intelligence, situational crime prevention, and security management approaches, emphasizing the use of information and analytical processes to identify patterns,

[1] Una versión anterior de este artículo fue publicada en el siguiente enlace: https://rgsa.openaccesspublications.org/rgsa/article/view/10178

anticipate threats, and optimize resource allocation through interagency coordination and international cooperation. **Method:** A systematic literature review was conducted on publications from 2018 to 2024 in the Scopus and SciELO databases. We identified 38 relevant studies employing qualitative, quantitative, and mixed methods. **Results and discussion:** Findings indicate that strategic intelligence strengthens efforts against criminal networks by enabling pattern detection, risk anticipation, and coordinated interagency action, improving operational efficiency and decision-making. **Implications:** Effective responses to organized crime require multidimensional and collaborative approaches integrating prevention, international cooperation, and technological adaptation to dismantle criminal networks and mitigate their social impact. **Originality/value:** This review helps address complex issues such as corruption, the integration of crime into the economy, and violence, supporting the design of more effective public security strategies.
KEYWORDS: strategic intelligence; organized crime; crime prevention; national security; strategic management.

INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA COMO FERRAMENTA CONTRA O CRIME ORGANIZADO. UMA REVISÃO DE LITERATURA

RESUMO: Objetivo: Analisar e descrever, por meio da literatura científica, a aplicação da inteligência estratégica como ferramenta de combate ao crime organizado. **Marco teórico:** A pesquisa fundamenta-se em abordagens de inteligência estratégica, prevenção situacional do crime e gestão da segurança, destacando o uso de informação e análise para identificar padrões, antecipar ameaças e otimizar a alocação de recursos por meio de coordenação interagências e cooperação internacional. **Método:** Realizou-se uma revisão sistemática da literatura publicada entre 2018 e 2024 nas bases Scopus e SciELO, identificando 38 estudos relevantes com metodologias qualitativas, quantitativas e mistas. **Resultados e discussão:** Os achados indicam que a inteligência estratégica fortalece o enfrentamento das redes criminosas ao permitir a detecção de padrões, a antecipação de riscos e a coordenação de esforços institucionais, aprimorando a eficiência e a tomada de decisão. **Implicações:** Uma resposta eficaz ao crime organizado requer abordagens multidimensionais e colaborativas que integrem prevenção, cooperação internacional e adaptação tecnológica para desmantelar redes criminosas e mitigar seu impacto social. **Originalidade/valor:** O estudo contribui para compreender problemas complexos como corrupção, infiltração do crime na economia e violência, oferecendo subsídios para estratégias de segurança pública mais efetivas.
PALAVRAS-CHAVE: inteligência estratégica; crime organizado; prevenção do crime; segurança nacional; gestão estratégica.

1. INTRODUCCIÓN

La inteligencia estratégica es una herramienta clave en la lucha contra el crimen organizado, debido que permite anticipar y neutralizar amenazas mediante el análisis y la interpretación de datos relevantes. Esta disciplina facilita la comprensión de patrones criminales y ayuda a tomar decisiones informadas para desarticular redes delictivas. Con

un enfoque integral, la inteligencia estratégica refuerza las estrategias de seguridad y contribuye a la protección de la sociedad. Según UNODC (2023) el crimen organizado genera ganancias anuales de alrededor de 1.5% del PIB mundial, equivalente a 870 mil millones de dólares, y afecta gravemente la estabilidad social y económica de las naciones. Las organizaciones criminales están involucradas en actividades como el tráfico de drogas, la trata de personas, y la corrupción, generando violencia e inestabilidad política; además el tráfico de drogas constituye cerca del 70% de los ingresos de estos grupos. Según el BID (2020) el crimen organizado está relacionado con el 40% de los homicidios a nivel regional, y el costo económico de la violencia representa alrededor del 3% del PIB de algunos países latinoamericanos. Asimismo, menciona que el narcotráfico, las pandillas y la corrupción socavan las instituciones públicas y reducen la confianza en el sistema judicial, afectando negativamente el desarrollo económico y social en la región. Fernández et al. (2022) analiza cómo las medidas del Estado colombiano frente al crimen organizado afectan los derechos humanos y la implementación del acuerdo de paz con las FARC-EP. Explora los "espacios vacíos" que permiten el crimen y sugiere mejorar la justicia y la protección de derechos. Su enfoque conecta el crimen organizado con la política pública y los derechos humanos en el contexto del postconflicto. Por otro lado, Rivera (2021) examina la violencia estatal en México entre 2006 y 2018, centrándose en desapariciones forzadas y ejecuciones arbitrarias vinculadas a la estrategia contra el crimen organizado. Utiliza evidencia y testimonios de organizaciones de derechos humanos para mostrar un "modus operandi" militar con respaldo estatal, resaltando la importancia de entender estos eventos y su impacto en la sociedad. En Perú, el crimen organizado es un problema creciente vinculado al narcotráfico y la minería ilegal, generando violencia y corrupción en diversas regiones. Según INEI (2020), aproximadamente el 30% de los delitos reportados en el país están relacionados con actividades de crimen organizado. Por otro lado, el Ministerio del Interior de Perú (2023) informa que la minería ilegal produce ingresos ilícitos comparables al 15% de las exportaciones mineras formales, impulsando problemas sociales como la explotación laboral y la trata de personas en zonas afectadas. Estas actividades generan inestabilidad en comunidades vulnerables y deterioran la confianza en las instituciones. La teoría de la inteligencia estratégica, que respalda esta investigación, se basa en usar información y análisis para decisiones de seguridad; permite detectar patrones, anticipar amenazas y optimizar recursos en la lucha contra el crimen organizado, mediante la recopilación y análisis de datos que ayuda a las fuerzas de seguridad a comprender mejor las operaciones del crimen organizado, facilitando respuestas más rápidas y efectivas (Palacios, 2020). La teoría de la prevención situacional

del crimen sugiere que el delito puede reducirse cambiando las condiciones sociales y ambientales que lo facilitan. La inteligencia estratégica permite detectar riesgos y puntos críticos, aplicando medidas que obstaculicen las operaciones de grupos criminales. Esta teoría busca reducir las oportunidades de crimen, fortaleciendo fronteras, aumentando la vigilancia y actuando en puntos logísticos clave de los grupos delictivos (Fernández, 2022). Según Huamán (2022), la inteligencia estratégica es el proceso de reunir y usar información para tomar decisiones en situaciones complejas como la seguridad nacional y la lucha contra el crimen organizado. Pérez (2020) define el crimen organizado como grupos clandestinos que buscan beneficios ilícitos, poniendo en riesgo el estado de derecho y la estabilidad social. Badillo-Sarmiento (2023) destaca la importancia de la inteligencia estratégica en seguridad y política pública, mientras que Tuglie (2023) señala que el crimen organizado afecta la estabilidad mediante corrupción y violencia. Arias-Pico et al. (2024) proponen mejorar las estrategias de seguridad y la recolección de datos en zonas fronterizas. Sánchez y Jasso (2020) resaltan la importancia de la colaboración interinstitucional y el uso de tecnología para identificar organizaciones criminales. Acevedo (2021) destaca que la debilidad de los Estados y la falta de instituciones sólidas favorecen nuevas amenazas, proponiendo una estrategia militar que combine política y técnica. Balcazar (2019) aboga por modernizar el Sistema de Inteligencia Estratégica en México, superando su fragmentación actual. Jacobs (2019) analiza la pérdida de poder de las familias de Cosa Nostra en EE. UU., mientras que Rivera-Rhon y Bravo-Grijalva (2020) destacan el papel de Ecuador en el narcotráfico, debido al aumento de cultivos de coca y violencia. Luna et al. (2021) proponen un enfoque trasnacional y coordinado para abordar el narcotráfico. De acuerdo a lo expuesto, esta revisión busca profundizar el conocimiento sobre cómo la inteligencia estratégica es una herramienta que contribuye a la lucha contra el crimen organizado.

2. MARCO TEÓRICO

2.1. INTELIGENCA ESTRATÉGICA

La inteligencia estratégica es importante para la gestión de información y la toma de decisiones, especialmente en el control del crimen organizado. Se define como el proceso de recopilar, analizar y utilizar información para anticipar acciones futuras y formular estrategias efectivas, ayudando a las organizaciones a comprender el entorno y asignar recursos de manera eficiente (Sancho Hirane, 2021; Campana y Varese, 2022; Elsen y Fazzi, 2021). Se organiza en tres niveles: operativa, táctica y estratégica. La inteligencia operativa se centra en el corto plazo, facilitando decisiones inmediatas. La táctica se

orienta al mediano plazo, mientras que la estratégica tiene un enfoque a largo plazo, abordando los objetivos generales de la organización (Huamán, 2022; Carrillo del Teso, 2021; Rivera, 2021). La integración de estos niveles es esencial para formular respuestas adecuadas ante diversos desafíos. En la lucha contra el crimen organizado, la inteligencia estratégica es vital para anticipar movimientos y permitir respuestas proactivas (Jacobs, 2020). Identificar patrones de comportamiento y rutas operativas ayuda a desarticular redes criminales (Galicia Pimentel, 2022). Además, facilita la cooperación entre agencias, clave para abordar redes criminales que operan en diversas jurisdicciones (Cavgias et al., 2023). La inteligencia estratégica también evalúa oportunidades, permitiendo a las autoridades diseñar programas de prevención que aborden las causas subyacentes del crimen, como iniciativas comunitarias y socioeconómicas (Broadhurst y Zhong, 2021; Elsen y Fazzi, 2021; Rivera, 2021). Por tanto, es una herramienta integral para construir sociedades más seguras. Por lo tanto, la inteligencia estratégica es fundamental en la lucha contra el crimen organizado, proporcionando un marco para la toma de decisiones informadas y una planificación estratégica eficaz (Sancho, 2021).

2.2. CRIMEN ORGANIZADO

El crimen organizado es un fenómeno complejo que involucra a grupos criminales estructurados que realizan actividades ilegales para obtener beneficios económicos. Estas organizaciones operan de manera sistemática y jerárquica, lo que les permite actuar con eficacia y elevada impunidad, adaptándose a diferentes contextos, lo que complica su erradicación (Jacobs, 2020; Freire, 2023). Las organizaciones criminales tienen una jerarquía bien definida, con roles específicos que maximizan la eficacia del grupo (Broadhurst y Zhong, 2021). Estas estructuras varían desde grupos pequeños hasta cárteles transnacionales; además, suelen establecer relaciones de corrupción con autoridades, lo que les permite operar con mayor libertad. La lealtad interna y la cultura de silencio dificultan la infiltración de informantes (Rivera, 2021; Badillo-Sarmiento et al., 2023). Entre las principales actividades del crimen organizado se incluyen el narcotráfico, la trata de personas, el lavado de dinero y el tráfico de armas (Galicia, 2022). El narcotráfico, que involucra la producción y venta de drogas, genera enormes ganancias. La trata de personas se basa en la explotación a través de coerción o engaño. El lavado de dinero permite ocultar el origen ilícito de las ganancias, y el tráfico de armas alimenta la violencia y desestabiliza regiones (Carrillo del Teso, 2021). El crimen organizado tiene un impacto profundo en la seguridad y economía de los Estados, genera violencia, inseguridad y conflictos armados, afectando la vida cotidiana y el desarrollo social (Rivera, 2021). Además, distorsiona los mercados, desincentiva la inversión legítima y deteriora la

confianza en las instituciones, debilitando el estado de derecho y la gobernanza (Sancho, 2021). Este ciclo perpetúa el crimen organizado, dificultando su erradicación (Galicia Pimentel, 2022; Jacobs, 2020). Por lo que, el crimen organizado representa un desafío significativo para la seguridad y estabilidad de los Estados (Carrillo del Teso, 2021). Para enfrentarlo es esencial que los gobiernos e instituciones colaboren estratégicamente (Cavgias et al., 2023).

2.3. HERRAMIENTAS Y TÉCNICAS DE INTELIGENCIA ESTRATÉGICA EN EL COMBATE AL CRIMEN ORGANIZADO

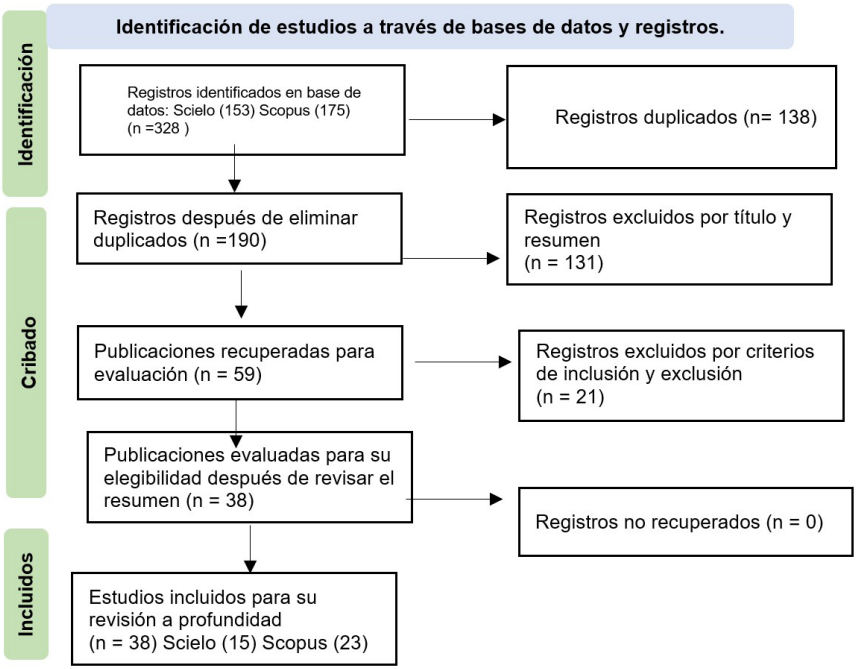
Las herramientas y técnicas de inteligencia estratégica son importantes en el combate al crimen organizado, facilitando la identificación y desarticulación de redes criminales. La vigilancia y el monitoreo son técnicas clave, permitiendo a las autoridades observar actividades sospechosas mediante observación física y tecnología avanzada, como drones y cámaras de seguridad. La implementación de sistemas de vigilancia ha mejorado la capacidad de respuesta ante delitos en un 30%, y el monitoreo en tiempo real ha reducido los tiempos de reacción, vital para prevenir crímenes en desarrollo (Badillo-Sarmiento et al., 2023; Elsen y Fazzi, 2021).

En 2022, el análisis de datos permitió desarticular una red de narcotráfico internacional, logrando la detención de más de 200 personas. El uso de Big Data ha incrementado la efectividad de las operaciones policiales en un 50%, proporcionando información crítica que antes pasaba desapercibida (Jacobs, 2020; Baraldi et al., 2024; Cavgias et al., 2023). La colaboración internacional es fundamental debido a la naturaleza transnacional de las redes criminales. Más del 60% de las operaciones exitosas contra el narcotráfico en América Latina han resultado de esfuerzos conjuntos entre países, facilitando el intercambio de inteligencia y recursos (Sancho, 2021). Estas alianzas permiten operaciones coordinadas y el fortalecimiento de las capacidades de las fuerzas de seguridad (Broadhurst y Zhong, 2021). El uso de inteligencia estratégica permite planificar operaciones más efectivas, minimizando riesgos y maximizando resultados. Un ejemplo clave fue en 2021, cuando una operación basada en inteligencia resultó en la incautación de más de 10 toneladas de droga y la detención de más de 300 miembros de un cártel importante (Carrillo del Teso, 2021; Jacobs, 2020). Por lo tanto, las herramientas de inteligencia estratégica, como la vigilancia, el análisis de datos y la cooperación internacional, son fundamentales para abordar el crimen organizado. Estas estrategias han demostrado una reducción significativa en las actividades criminales y una mejora en la seguridad pública, contribuyendo a un entorno más seguro y estable para las comunidades afectadas (Baraldi et al., 2024; Elsen y Fazzi, 2021).

3. METODOLOGÍA

Para cumplir con el objetivo de este estudio, se realizó una revisión sistemática de la literatura publicada entre los años 2018 al 2024, en las principales bases de datos, como son Scopus y Scielo. Se utilizaron los siguientes descriptores: “Inteligencia estratégica”, “crimen organizado”, “seguridad nacional”, “políticas de seguridad”, “estrategias de inteligencia”, “redes criminales”, “tecnología en inteligencia”, “eficiencia en la seguridad pública”, “amenazas transnacionales”. Siendo los criterios de búsqueda: la población de análisis fue todo tipo de crimen organizado que viene atentando a la sociedad, respecto al tipo de publicaciones se han incluido artículos de investigación cuantitativa, cualitativa y de revisión, en idiomas inglés y español. El proceso de búsqueda comenzó con la identificación de 328 artículos en Scielo y Scopus. Tras eliminar 138 registros duplicados, quedaron 190 artículos únicos. En la fase de cribado, se revisaron títulos y resúmenes, excluyendo 131 artículos por falta de relevancia, dejando 59 para evaluación a texto completo. Posteriormente, 21 estudios fueron descartados por no cumplir con criterios estrictos, resultando en 38 estudios elegibles. Quedando 38 para el análisis, incluidos para su revisión a profundidad, siendo 15 de Scielo y 23 de Scopus.

Figura 1. Flujo de la busqueda y selección de artículos.



Después de aplicar los criterios se seleccionaron 38 publicaciones completas para su análisis sistemático, como se aprecia en la Tabla 1.

Tabla 1. Características de las investigaciones revisadas.

N°	Autores	Título del artículo	Metodología del documento	País	Año	Base datos
1	Vizcarra et al. (2020)	Respuestas del Estado peruano frente al crimen organizado en el siglo XXI	Revisión normativa	Perú	2020	Scielo
2	Luna et al. (2021)	El narcotráfico como crimen organizado: comprendiendo el fenómeno desde la perspectiva trasnacional y multidimensional	Análisis documental	Global	2021	Scielo
3	Morán y Paucar (2023)	Trabajo educativo, estrategias, y efectos sociales que se derivan de la delincuencia organizada en Ecuador	Cualitativa	Ecuador	2023	Scielo
4	Toro y Bustamante (2019)	La investigación y la prueba de contexto como elementos de política criminal para la persecución del crimen organizado	Cualitativa	Colombia	2020	Scielo
5	Guerra, E. (2022)	Niveles, dimensiones y mecanismos de análisis sociológico de la violencia y el crimen organizado en México	Mixto	México	2022	Scielo
6	Aguayo y Peña (2021)	Construyendo la paz. Análisis comparativo de la contención del crimen organizado en Chicago, Sicilia y La Laguna	Cualitativa	México, EE.UU., Italia	2021	Scielo
7	Herrera et al. (2021)	Vicisitudes de la labor docente en un contexto de violencia por el crimen organizado	Cualitativa	México	2021	Scielo
8	Martens et al. (2022)	"Entre el terror y la acumulación social del miedo: Gobernanza criminal en tres ciudades fronterizas de Paraguay con Argentina y Brasil"	Cualitativa	Paraguay	2022	Scielo
9	Rosas et al. (2021)	"Violencia, feminicidios y crimen organizado en Guanajuato"	Cualitativa	México	2021	Scielo
10	Iazzetta (2020)	"Estado, crimen organizado y pandemia por Covid-19"	Cualitativa	Varios países de América Latina	2020	Scielo

11	Rivera y Bravo (2020)	"Crimen organizado y cadenas de valor: el ascenso estratégico del Ecuador en la economía del narcotráfico"	Cualitativa	Ecuador	2020	Scielo
12	Toro (2020)	La investigación y la prueba de contexto como elementos de política criminal para la persecución del crimen organizado.	Cualitativa	Colombia	2020	Scielo
13	Piedrahita (2020)	La corrupción política como crimen organizado transnacional.	Revisión de literatura	Colombia	2020	Scielo
14	Rodríguez y Chávez González (2023)	Territorio, género, inseguridad y re-existencias: subjetividades del personal escolar en contextos de violencia por el crimen organizado en Michoacán	Cualitativa	México	2023	Scielo
15	Rivera (2021)	De los daños colaterales a las desapariciones forzadas y ejecuciones arbitrarias.	Cualitativa	México	2021	Scielo
16	Cortés (2020)	Crimen transnacional organizado: las organizaciones del narcotráfico mexicano en Colombia.	Cualitativa	Colombia	2020	Scopus
17	Ibarra y Rojas (2021)	Estrategias contra el narcotráfico en Colombia en el marco del acuerdo de paz.	Cualitativa	Colombia	2021	Scopus
18	Cano (2021)	Clanes familiares en España en el contexto del crimen organizado: estrategias para combatir el fenómeno.	Revisión de literatura	España	2021	Scopus
19	Vásquez (2023)	Una historia temprana del crimen organizado en los corridos de Ciudad Juárez, México.	Revisión de literatura	México	2021	Scopus
20	Trejos et al. (2021)	La violencia selectiva del crimen organizado: trayectorias de la violencia urbana posdesmovilización.	Cualitativa	Colombia	2021	Scopus
21	La Vattiata (2024)	Pecunia Olet" (Sometimes): A comparative analysis of Italian and UK legislations on combating the infiltration of organised crime into the economy	Cualitativa	Italia y Reino Unido	2024	Scopus

22	Cretu-Adatte et al. (2024)	Unravelling the organisation of Ivorian cyberfraudsters: Criminal networks or organised crime?	Cualitativa	Costa de Marfil	2024	Scopus
23	Calles y Manzur (2023)	El crimen organizado en la región centroamericana: un estudio desde su visión punitiva y estrategias alternativas bajo un enfoque de derechos humanos.	Cualitativa	Centroamérica	2023	Scopus
24	Piemontese (2023)	Uncovering illegal and underground economies: The case of mafia extortion racketeering	Cualitativa	Italia	2023	Scopus
25	Lin et al. (2024)	The impact of anti-organized crime on business environment: Evidence from China's anti-Mafia campaign	Cualitativa	China	2024	Scopus
26	Blokland et al. (2019)	Not your average biker; criminal careers of members of Dutch outlaw motorcycle gangs	Cualitativa	Países Bajos	2019	Scopus
27	Kemp et al. (2020)	Pathways into organized crime: comparing founders and joiners	Revisión de literatura	No especificado (global)	2020	Scopus
28	Leukfeldt et al. (2019)	Criminal networks in a digitised world: On the nexus of borderless opportunities and local embeddedness	Revisión de literatura	Países Bajos	2019	Scopus
29	Fuller et al. (2019)	Trends and issues in crime and criminal justice (No. 567, January 2019)	Cuantitativa	Australia	2019	Scopus
30	Calderoni et al. (2020)	Recruitment into organised criminal groups: A systematic review	Revisión de literatura	Italia y Estados Unidos	Enero de 2020	Scopus
31	Fuller et al. (2019)	Criminal histories of Australian organised crime offenders	Cuantitativa	Australia	2019	Scopus
32	Lauchs (2018)	Are Outlaw Motorcycle Gangs Organized Crime Groups? An Analysis of the Finks MC	Revisión de literatura	Australia	2018	Scopus
33	Morgan et al. (2020)	Australian outlaw motorcycle gang involvement in violent and organised crime	Cuantitativa	Australia	2020	Scopus
34	Campedelli et al. (2023)	Organized crime, violence and support for the state	Cuantitativa	Italia	2023	Scopus

35	Zabyelina (2023)	Revisiting the concept of organized crime through the disciplinary lens of economic criminology	Revisión de literatura	Estados Unidos	2023	Scopus
36	Li y Cheng (2024)	The impacts of anti-organized crime on asset prices: Evidence from China	Cualitativa	China	2024	Scopus
37	Lyra et al. (2022)	Fraud, corruption, and collusion in public procurement activities, a systematic literature review on data-driven methods	Revisión de literatura	No aplica	2022	Scopus
38	Radaelli et al. (2019)	How are professionals recruited by external agents in misconduct projects? The infiltration of organized crime in a university	Cualitativa	Estados Unidos	2018	Scopus

4. RESULTADOS Y DISCUSIONES

De acuerdo a la revisión de la literatura, se abordan las siguientes temáticas: impacto del crimen organizado en la corrupción, integración del crimen organizado en la economía y redes de poder, prevención social frente al crimen organizado, desafíos en la respuesta al crimen organizado y estrategias políticas de combate contra el crimen organizado.

Tabla 2. Objetivos de las investigaciones revisadas.

Referencia APA	**Título del artículo**	**Objetivo**	**Estrategias para el crimen organizado**
Cortés (2020)	Crimen transnacional organizado: las organizaciones del narcotráfico mexicano en Colombia.	El objetivo es estudiar el fenómeno de convergencia entre los carteles de narcotráfico mexicanos y las organizaciones criminales en Colombia, y cómo esta relación representa una amenaza para la seguridad regional.	El artículo señala que la convergencia de organizaciones del crimen transnacional requiere estrategias más complejas, exigiendo cooperación y unidad de esfuerzos entre los gobiernos. 4o mini
Ibarra y Rojas (2021).	Estrategias contra el narcotráfico en Colombia en el marco del acuerdo de paz.	El objetivo principal es describir las estrategias del Gobierno colombiano contra el narcotráfico y evaluar su efectividad tras el Acuerdo de Paz con las FARC-EP.	El artículo propone estrategias contra el crimen organizado, como combatir el lavado de activos, penalizar el tráfico de drogas y fortalecer la cooperación internacional. Resalta la importancia de un enfoque multidimensional que no solo enfoque en operaciones, sino también en desestructurar las organizaciones criminales y prevenir sus actividades.

Cano (2021)	Clanes familiares en España en el contexto del crimen organizado: estrategias para combatir el fenómeno.	El objetivo es analizar las medidas que se han impulsado o que se deberían impulsar para hacer frente a la criminalidad de clanes en España, abordando el fenómeno desde una perspectiva multidisciplinar que involucra ciencia, política y derecho.	El artículo señala la necesidad de adaptar los cuerpos policiales a los nuevos métodos de los clanes, mejorar los recursos y la formación del personal, y fomentar la coordinación entre fuerzas de seguridad. También destaca la importancia de abordar el problema socialmente, con medidas de prevención e integración de los miembros del clan.
Vásquez (2023)	Una historia temprana del crimen organizado en los corridos de Ciudad Juárez, México.	El objetivo es analizar y reflexionar sobre las manifestaciones culturales del narcotráfico, específicamente a través de los narcocorridos, y cómo estos pueden ofrecer una visión crítica de la relación entre el crimen y el Estado.	El artículo señala que las estrategias contra el crimen organizado están vinculadas a la corrupción y la falta de justicia del Estado. Los narcocorridos reflejan cómo el crimen ha creado un "Estado paralelo" en algunas regiones, donde predominan la violencia y la impunidad.
Trejos et al. (2021)	La violencia selectiva del crimen organizado: trayectorias de la violencia urbana posdesmovilización.	El objetivo es demostrar que el sostenimiento de los niveles de violencia homicida en algunas ciudades después de la desmovilización de las AUC se debe a una competencia armada selectiva de las organizaciones remanentes del crimen organizado.	El artículo menciona que los grupos criminales se fragmentan mediante subcontratación, utilizando bandas locales para sus intereses. Esto da una falsa impresión de debilidad ante el Estado, que no detecta la presencia continua de organizaciones armadas al no ver el control territorial clásico.
La Vattiata (2024)	Pecunia Olet" (Sometimes): A comparative analysis of Italian and UK legislations on combating the infiltration of organised crime into the economy	El objetivo es identificar convergencias y divergencias en los enfoques legales de Italia y el Reino Unido para informar estrategias que mejoren la confianza mutua y fomenten una cooperación internacional más efectiva en la lucha contra la infiltración del crimen organizado en negocios legítimos.	El artículo discute la necesidad de estrategias más efectivas para combatir la infiltración del crimen organizado en negocios legítimos, sugiriendo que se deben considerar tanto la criminalización directa como el uso de legislación antiterrorista y medidas contra la acumulación de riqueza a través del crimen.
Cretu-Adatte et al. (2024)	Unravelling the organisation of Ivorian cyberfraudsters: Criminal networks or organised crime?	El objetivo es comprender la organización y las dinámicas de los grupos de ciberfraude en Costa de Marfil, así como identificar las características de sus redes criminales.	El artículo destaca que la cooperación internacional es clave para abordar el cibercrimen, considerando las necesidades de las instituciones de Costa de Marfil para mejorar la colaboración en su prevención y represión. También sugiere que la investigación académica puede ayudar a desarrollar estrategias más efectivas, adaptándose a los desafíos legales y regulatorios.

Calles y Manzur (2023)	El crimen organizado en la región centroamericana: un estudio desde su visión punitiva y estrategias alternativas bajo un enfoque de derechos humanos.	El objetivo es analizar el crimen organizado en Centroamérica desde una perspectiva punitiva y proponer estrategias alternativas que consideren los derechos humanos y las necesidades de la población.	El artículo sugiere que las estrategias deben incluir prevención del delito a través de programas de educación, empleo y participación ciudadana, además de un enfoque que contemple las necesidades y derechos de toda la población, no solo de los afectados por el crimen organizado.
Vizcarra et al. (2020)	Respuestas del Estado peruano frente al crimen organizado en el siglo XXI	El objetivo principal es describir, desde un enfoque teórico y empírico, las manifestaciones del crimen organizado en Perú y las respuestas del Estado para controlarlo, así como identificar la existencia de una política general eficiente contra el crimen organizado.	El artículo señala que, aunque existen normas y políticas, la respuesta del Estado es fragmentada y no aborda todas las dimensiones del crimen organizado. Además, destaca problemas como la falta de información y la omisión de aspectos territoriales y sociales del fenómeno.
Luna et al. (2021)	El narcotráfico como crimen organizado: comprendiendo el fenómeno desde la perspectiva trasnacional y multidimensional	Brindar una perspectiva integral y holística que explique el fenómeno del narcotráfico, analizando sus características y tendencias actuales en un contexto de globalización.	El artículo destaca que el narcotráfico, al ser un fenómeno global y complejo, requiere un enfoque que considere las dinámicas internacionales y las interacciones entre actores. Propone estrategias más colaborativas y adaptadas a las condiciones cambiantes del mercado, en lugar de centrarse solo en el Estado.
Morán y Paucar (2023)	Trabajo educativo, estrategias, y efectos sociales que se derivan de la delincuencia organizada en Ecuador	El objetivo es analizar la delincuencia organizada en Ecuador, sus tácticas y los efectos sociales que derivan de ella, así como proponer estrategias educativas para prevenir la delincuencia juvenil.	El artículo señala que para combatir la delincuencia organizada es crucial tener un sistema legal eficiente y crear estrategias en los centros educativos que prevengan que los jóvenes se involucren en actividades delictivas.
Toro y Bustamante (2019)	La investigación y la prueba de contexto como elementos de política criminal para la persecución del crimen organizado	Realizar una aproximación reflexiva a los conceptos mencionados, desarrollar su interrelación desde su aplicación en la Corte Interamericana y en el caso colombiano, y establecer la viabilidad de la aplicación de esta metodología y prueba de contexto para la persecución del crimen organizado como estrategia estatal.	La Fiscalía General de Colombia propone fortalecer la investigación del crimen organizado, alejándose del enfoque tradicional de casos aislados y centrándose en los principales responsables de la macrocriminalidad para mejorar los resultados.

Guerra (2022)	Niveles, dimensiones y mecanismos de análisis sociológico de la violencia y el crimen organizado en México	Elaborar un análisis holístico de la violencia criminal en contextos locales, considerando diferentes niveles y dimensiones que contribuyen a su comprensión.	La narrativa gubernamental reduce la violencia a un conflicto entre grupos delictivos, justificando la militarización. Se propone un enfoque más integral que tome en cuenta las dinámicas sociales y económicas que la impulsan.
Aguayo y Peña (2021)	Construyendo la paz. Análisis comparativo de la contención del crimen organizado en Chicago, Sicilia y La Laguna	Analizar y comparar las experiencias de contención del crimen organizado en los tres contextos mencionados, buscando identificar similitudes y patrones en las reacciones sociales y estrategias implementadas.	Las estrategias exitosas incluyen la colaboración entre la sociedad civil y las autoridades, y enfoques consensuados que aborden la violencia y la gobernanza criminal, resaltando la capacidad de la comunidad para enfrentar violencia extrema.
Herrera et al. (2021)	Vicisitudes de la labor docente en un contexto de violencia por el crimen organizado	Describir las diversas violencias externas e internas que sufren los profesores en un Colegio de Bachillerato Tecnológico en el Estado de México.	La educación formal ha perdido su valor como medio de movilidad social, ya que los estudiantes prefieren las ganancias rápidas del crimen organizado, reflejando su atracción por el delito en su entorno.
Martens et al. (2022)	"Entre el terror y la acumulación social del miedo: Gobernanza criminal en tres ciudades fronterizas de Paraguay con Argentina y Brasil"	Conocer los grupos que operan en estas ciudades, determinando diferencias y similitudes en sus estrategias y mecanismos de incidencia sobre la población e instituciones como la Policía Nacional, el Ministerio Público y el Poder Judicial.	Las estrategias incluyen imponer reglas de conducta, corromper funcionarios y crear redes de poder que fomentan la impunidad e integran actividades ilegales en la economía legal.
Rosas et al. (2021)	"Violencia, feminicidios y crimen organizado en Guanajuato"	Analizar el aumento de los feminicidios en Guanajuato y cómo la violencia generalizada, impulsada por el crimen organizado, afecta a las mujeres en el estado.	La violencia feminicida en Guanajuato está vinculada al auge del crimen organizado, lo que no solo provoca muertes, sino también impunidad para estos crímenes.
Iazzetta, M. (2020)	"Estado, crimen organizado y pandemia por Covid-19"	Analizar las acciones de las organizaciones criminales en América Latina durante la pandemia y cómo estas acciones impactaron en las comunidades que controlan.	Duante la pandemia, las organizaciones criminales repartieron bienes y otorgaron préstamos, fortaleciendo su influencia en las comunidades. Sus estrategias, que implican analizar información y poder, muestran un enfoque empresarial en su estructura.
Rivera-Rhon, & Bravo-Grijalva (2020)	"Crimen organizado y cadenas de valor: el ascenso estratégico del Ecuador en la economía del narcotráfico"	Identificar la inserción estratégica del Ecuador en la cadena de valor del narcotráfico.	ante la pandemia, las organizaciones criminales repartieron bienes y otorgaron préstamos, fortaleciendo su influencia en las comunidades. Sus estrategias, que implican analizar información y poder, muestran un enfoque empresarial en su estructura.

Piedrahita (2020)	La corrupción política como crimen organizado transnacional.	Caracterizar la corrupción política como crimen organizado transnacional, analizando su funcionamiento y efectos en los Estados democráticos.	La corrupción política, a través de redes, se conecta con el crimen organizado transnacional, utilizando colaboraciones y estructuras que facilitan la corrupción a gran escala.
Rodríguez y Chávez (2023)	Territorio, género, inseguridad y re-existencias: subjetividades del personal escolar en contextos de violencia por el crimen organizado en Michoacán	Explorar desde el enfoque de género las percepciones de seguridad de trabajadores escolares y analizar sus prácticas de re-existencia ante la violencia del crimen organizado.	El crimen organizado crece a través de cárteles que controlan territorios y cometen delitos como drogas y extorsión. La violencia afecta de manera distinta a hombres y mujeres, influenciada por la estructura patriarcal en el entorno escolar.
Rivera (2021)	De los daños colaterales a las desapariciones forzadas y ejecuciones arbitrarias.	Demostrar que las fuerzas armadas en México, entre 2006 y 2018, violaron sistemáticamente los derechos humanos de la población civil inocente, resultando en desapariciones forzadas, ejecuciones arbitrarias y daños colaterales.	Desde 2006, la estrategia del Estado mexicano contra el crimen organizado buscó recuperar la soberanía, pero provocó violencia brutal contra la población civil y una falta de rendición de cuentas.
Piemontese (2023)	Uncovering illegal and underground economies: The case of mafia extortion racketeering	Cuantificar el costo económico de la actividad mafiosa en términos de la ineficiencia en la asignación de recursos y su impacto en el valor agregado agregado.	La mafia se involucra en una variedad de actividades, desde la extorsión hasta la inversión en la economía legal, infiltrándose en mercados y afectando la eficiencia económica.
Lin et al. (2024)	The impact of anti-organized crime on business environment: Evidence from China's anti-Mafia campaign	Analizar cómo la campaña anti-Mafia de China impactó el entorno empresarial y proporcionar evidencia empírica sobre los efectos de las políticas contra el crimen organizado.	Las políticas anti-Mafia han mejorado el entorno empresarial en China y abordado las actividades de las organizaciones criminales.
Blokland et al. (2019)	Not your average biker; criminal careers of members of Dutch outlaw motorcycle gangs	Investigar las diferencias en las carreras criminales entre miembros de OMCGs y motociclistas no afiliados.	Las OMCGs combinan pandillas callejeras y crimen organizado, lo que les permite adaptarse y usar distintas estrategias en sus actividades delictivas.
Kemp et al. (2020)	Pathways into organized crime: comparing founders and joiners	Avanzar en la comprensión teórica y empírica del crimen organizado, desagregando a los delincuentes en diferentes categorías y roles y utilizando métodos de análisis de contenido.	Las motivaciones son principalmente financieras, con una planificación y coordinación cuidadosa en las actividades.
Leukfeldt et al. (2019)	Criminal networks in a digitised world: On the nexus of borderless opportunities and local embeddedness	Investigar la intersección entre el crimen organizado tradicional y el cibercrimen, además de la estructura y dinámica de redes criminales en el contexto digital.	Las estrategias deben ajustarse a nuevas tecnologías, enfocándose en las relaciones sociales y económicas dentro de las redes.

Calderoni et al. (2020)	Recruitment into organised criminal groups: A systematic review	Sintetizar evidencia sobre los factores que influyen en el reclutamiento en grupos criminales, para un meta-análisis.	Entender los factores de reclutamiento es clave para la prevención, aunque las estrategias específicas no están detalladas.
Fuller et al. (2019)	Criminal histories of Australian organised crime offenders	Explorar las historias criminales de delincuentes afiliados a grupos de crimen organizado, para determinar la edad de contacto con el sistema de justicia y la variación en prevalencia y severidad delictiva	Las estrategias deben ajustarse a los patrones y características específicas de los delincuentes organizados.
Lauchs, M. (2018)	Are Outlaw Motorcycle Gangs Organized Crime Groups? An Analysis of the Finks MC	Probar la presunción de que los OMCGs son organizaciones criminales mediante el análisis del Finks MC	Categorizar a las OMCGs como organizaciones criminales influye en las políticas y estrategias de la ley.
Morgan et al. (2020)	Australian outlaw motorcycle gang involvement in violent and organised crime	Proporcionar un análisis detallado de la criminalidad asociada con los OMCGs en Australia	Las estrategias deben entender la estructura y actividades de las OMCGs, y adaptarse a la naturaleza cambiante de su criminalidad.
Campedelli et al. (2023)	Organized crime, violence and support for the state	Analizar el efecto de la exposición a la violencia del crimen organizado en la percepción de la eficacia y legitimidad del estado	La percepción pública y los medios pueden afectar la confianza en las instituciones, destacando la importancia de la participación ciudadana y la resiliencia comunitaria.
Zabyelina (2023)	Revisiting the concept of organized crime through the disciplinary lens of economic criminology	Refinar y comparar “delito económico” y “crimen organizado”, explorando sus características y su inclusión en la criminología económica.	El artículo sugiere que el crimen organizado debe verse como un delito económico, aunque sin estrategias específicas.
Li y Cheng (2024)	The impacts of anti-organized crime on asset prices: Evidence from China	Examinar las consecuencias económicas de las campañas contra el crimen organizado en China, enfocándose en el impacto en el mercado A.	Las campañas buscan eliminar influencias de estilo mafia en la sociedad, utilizando un enfoque integral para desmantelar organizaciones criminales y mejorar la gobernanza.
Lyra et al. (2022)	Fraud, corruption, and collusion in public procurement activities, a systematic literature review on data-driven methods	Identificar cómo los métodos basados en datos ayudan a detectar y entender fraudes y corrupción en la contratación pública, y proponer direcciones futuras de investigación.	Las herramientas de ciencia de redes ayudan a identificar patrones de comportamiento vinculados al crimen organizado.
Radaelli et al. (2019)	How are professionals recruited by external agents in misconduct projects? The infiltration of organized crime in a university	Comprender estrategias de organizaciones criminales para reclutar y controlar profesionales en entornos académicos para actividades ilícitas.	Las organizaciones criminales se infiltran en instituciones eligiendo personas propensas a la mala conducta, usando presión, amenazas y un código de silencio para mantener el control.

4.1. IMPACTO DEL CRIMEN ORGANIZADO EN LA CORRUPCIÓN

El crimen organizado tiene un impacto profundo en la corrupción, debilitando las instituciones y la legalidad. Vásquez (2023) destaca que la corrupción y el crimen organizado se entrelazan con la debilidad del Estado, creando un "Estado paralelo" que opera con impunidad. Piedrahita (2020) señala que la corrupción vinculada al crimen organizado trasciende fronteras, utilizando redes internacionales para expandir su alcance, lo que requiere cooperación global. Martens et al. (2022) indican que la corrupción es una estrategia de control dentro del crimen organizado, asegurando impunidad y perpetuando su influencia. Rivera (2021) muestra cómo la estrategia estatal en México, centrada en la represión, exacerbó la violencia y la corrupción. Lin et al. (2024) sugieren que políticas estratégicas, como las anti-Mafia en China, pueden mitigar la corrupción asociada al crimen. Radaelli et al. (2019) detallan cómo las organizaciones infiltran instituciones utilizando amenazas y códigos de silencio. En resumen, la corrupción facilitada por el crimen organizado socava la gobernanza. Se requiere cooperación internacional y estrategias adaptativas que vayan más allá de la represión, enfocándose en la prevención y la reconstrucción de la confianza en las instituciones.

4.2. INTEGRACIÓN DEL CRIMEN ORGANIZADO EN LA ECONOMÍA Y REDES DE PODER

El crimen organizado ha evolucionado, integrándose en las estructuras económicas y redes de poder. Según Trejos et al. (2021), los grupos criminales emplean una estrategia de subcontratación a través de pequeños grupos locales, dificultando su detección por parte del Estado. Martens et al. (2022) destacan que la corrupción y la creación de reglas ilícitas permiten que el crimen se infiltre en la economía legal, especialmente en economías con estructuras políticas débiles (Zabyelina, 2023). La Vattiata (2024) resalta la necesidad de medidas legales más estrictas para desmantelar estas redes. Piemontese (2023) enfatiza la participación de la mafia en actividades legítimas, distorsionando los mercados y erosionando la eficiencia económica. Rivera-Rhon y Bravo-Grijalva (2020) indican que los grupos criminales operan con una mentalidad empresarial, adaptándose a nuevas tecnologías para optimizar sus operaciones. Esto complica la lucha contra el crimen organizado, que requiere respuestas multifacéticas, involucrando medidas preventivas, legales y cooperación internacional (Leukfeldt et al., 2019).

4.3. ESTRATEGIAS POLÍTICAS DE COMBATE CONTRA EL CRIMEN ORGANIZADO

El análisis de las estrategias políticas contra el crimen organizado destaca la necesidad de enfoques complejos y colaborativos. Cortés (2020) y Li y Cheng (2024) coinciden en la importancia de la cooperación internacional para enfrentar el crimen transnacional. Ibarra y Rojas (2021) abogan por un enfoque multidimensional que incluya intercambio de información y coordinación de operaciones, mientras que Cretu-Adatte et al. (2024) sugieren adaptar las estrategias a las capacidades de cada institución, especialmente para abordar el cibercrimen y los desafíos legales. Lauchs (2018) y Morgan et al. (2020) subrayan la necesidad de entender la estructura interna de las organizaciones criminales, mientras que Lyra et al. (2022) proponen el uso de herramientas de ciencia de redes para mapear patrones de comportamiento. Li y Cheng (2024) resaltan que un enfoque integral es clave para eliminar la influencia de estas organizaciones y mejorar la gobernanza. Entonces las políticas deben adaptarse a un entorno cambiante, garantizando cooperación internacional y el uso de tecnologías avanzadas para desmantelar redes criminales, protegiendo la estabilidad y seguridad.

4.4. DESAFÍOS EN LA RESPUESTA AL CRIMEN ORGANIZADO

El análisis de los desafíos del crimen organizado resalta su complejidad y la necesidad de respuestas multidimensionales. Vizcarra et al. (2020) y Guerra (2022) coinciden en que las estrategias estatales suelen ser fragmentadas y simplificadas, lo que reduce su efectividad y fomenta la militarización. Luna et al. (2021) subrayan la importancia de la colaboración internacional para enfrentar el narcotráfico, mientras que Aguayo y Peña (2021) destacan la participación de la sociedad civil como clave para reducir la violencia. En prevención, Morán y Paucar (2023) resaltan la educación como herramienta para evitar el reclutamiento en actividades criminales, un enfoque complementado por Herrera Mijangos et al. (2021), quienes destacan cómo la violencia impacta el entorno educativo y la percepción juvenil sobre el crimen. Toro y Bustamante (2019) proponen cambiar el enfoque hacia la persecución de los líderes de la macrocriminalidad para avanzar en las políticas de seguridad. Kemp et al. (2020) enfatizan que las motivaciones económicas del crimen requieren un control minucioso y planificación estratégica para desmantelar redes. Fuller et al. (2019) y Calderoni et al. (2020) coinciden en que es necesario adaptar las estrategias a los patrones específicos del crimen organizado, y entender los factores de reclutamiento para diseñar mejores políticas de prevención.

4.5. PREVENCIÓN SOCIAL FRENTE AL CRIMEN ORGANIZADO

La prevención social es un enfoque integral que aborda las causas subyacentes de la delincuencia y el crimen organizado, combinando represión con integración social. Cano (2021) resalta la importancia de mejorar los recursos y la formación de la policía, pero también señala que la prevención debe ir más allá de la acción policial, promoviendo la coordinación interinstitucional. Calles y Manzur (2023) proponen estrategias preventivas centradas en la educación, el empleo y la participación ciudadana, especialmente para los sectores más vulnerables, creando una sociedad más resiliente. La violencia de género, relacionada con el crimen organizado, es un tema crítico. Rosas et al. (2021) muestran cómo la violencia feminicida está vinculada a las dinámicas de los grupos criminales, especialmente en zonas con alta impunidad. Rodríguez y Chávez (2023) abogan por políticas de prevención social que incluyan la perspectiva de género. Además, Iazzetta (2020) explica cómo las organizaciones criminales aprovecharon la crisis de la COVID-19 para reforzar su influencia al cubrir necesidades básicas, mostrando la importancia de la prevención social para evitar el control de estas organizaciones. Campedelli et al. (2023) destacan el rol de la percepción pública y la narrativa mediática en la confianza hacia las instituciones. La resiliencia comunitaria es necesaria para políticas de prevención efectivas, porque una comunidad empoderada puede ayudar en la lucha contra el crimen organizado. Así, la prevención social debe ser un proceso dinámico, que involucre a diversas instituciones y actores sociales, adaptándose a las particularidades de cada comunidad para construir una sociedad más equitativa y resiliente.

5. CONCLUSIÓN

El crimen organizado es un desafío que necesita respuestas mucho más complejas y colaborativas. Aunque los esfuerzos estatales suelen ser bien intencionados, a menudo son fragmentados y terminan fomentando un enfoque militarizado que no siempre es efectivo. Es vital que los países trabajen juntos para abordar estos delitos de manera coordinada, y la sociedad civil y la educación deben jugar un papel importante para evitar que más personas se unan a estas organizaciones. La lucha contra la corrupción, que va de la mano del crimen organizado, requiere leyes más fuertes y un compromiso real por parte de los gobiernos para actuar con transparencia. Las estrategias deben adaptarse a las circunstancias actuales, apuntando a desmantelar las redes de poder criminal y a restaurar la confianza en las instituciones. Solo con un plan integral y flexible que combine prevención, acción decidida y cooperación, se podrá reducir el impacto del crimen organizado y fortalecer la seguridad y gobernanza.

REFERENCIAS

Acevedo, J. (2021). El desarrollo de fuerzas para enfrentar los nuevos tipos de guerras: el momento de la inteligencia estratégica. *Visión Conjunta, 13*(24), 20-24. http://cefadigital.edu.ar/handle/1847939/1786

Aguayo, S., y Peña, R. (2021). Construyendo la paz. Análisis comparativo de la contención del crimen organizado en Chicago, Sicilia y La Laguna. *Foro Internacional, 61*(3), 609-648. https://doi.org/10.24201/fi.v61i3.2828

Arias, A., Castillo, J., y Ramon, J. (2024). Estrategias para el combate contra el crimen organizado en zonas fronterizas: análisis y mejora de proyectos de seguridad. *PACHA: Revista de Estudios Contemporáneos del Sur Global, 5*(14), e240281. http://dx.doi.org/10.46652/pacha.v5i14.281

Badillo, R., Bravo, A., y Mercado, A. (2023). Violencia contra migrantes: comprensión del crimen organizado más allá de la violencia. *Estudios Fronterizos, 24*, e117. https://doi.org/10.21670/ref.2306117

Balcázar, M. (2019). Modernización del sistema de inteligencia estratégica para la seguridad nacional en México. *Revista de Estudios en Seguridad Internacional, 5*(1), 71-81. http://dx.doi.org/10.18847/1.9.6

Baraldi, A., Papagni, E., y Stimolo, M. (2024). Neutralizing the tentacles of organized crime: Assessment of the impact of an anti-crime measure on mafia violence in Italy. *Journal of Economic Behavior & Organization, 223*, 57-85. https://doi.org/10.1016/j.jebo.2024.04.027

Blokland, A., van Hout, L., van der Leest, W., y Soudijn, M. (2019). Criminal careers of members of Dutch outlaw motorcycle gangs: A comparison with non-gang affiliated motorcyclists. *Trends in Organized Crime, 22*(1), 10-33. https://link.springer.com/article/10.1007/s12117-017-9303-x

Broadhurst, R., y Zhong, L. (2021). Black societies and triad-like organized crime in China. En *Routledge Handbook of Transnational Organized Crime* (2ª ed., pp. 18). Routledge. https://doi.org/10.4324/9781003044703

Calderoni, F., Campedelli, G., Comunale, T., Marchesi, M., y Savona, E. (2020). Recruitment into organised criminal groups: A systematic review. *Trends & Issues in Crime and Criminal Justice, 583.* Canberra: Australian Institute of Criminology. https://doi.org/10.52922/ti04183

Calles, I., y Manzur, L. (2023). El crimen organizado en la región centroamericana: un estudio desde su visión punitiva y estrategias alternativas bajo un enfoque de derechos humanos. *Revista Relaciones Internacionales, 5*, 123-154. https://revistas.ues.edu.sv/index.php/reinter/article/view/2584

Campana, P., y Varese, F. (2022). Studying organized crime networks: Data sources, boundaries and the limits of structural measures. *Social Networks, 69*, 149-159. https://doi.org/10.1016/j.socnet.2020.03.002

Campedelli, G., Daniele, G., Martinangeli, A., y Pinotti, P. (2023). Organized crime, violence and support for the state. *Journal of Public Economics, 228*, 105029. https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2023.105029

Cano, M. (2021). Clanes familiares en España en el contexto del crimen organizado: estrategias para combatir el fenómeno. *Revista Científica General José María Córdova, 19*(36), 1035-1062. http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1900-65862021000401034&script=sci_arttext

Carrillo, A. (2021). Neutralización de la economía del crimen organizado: dónde estamos y hacia dónde vamos. En F. Garrido, V. Faggiani, S. Jiménez y R. López (Eds.), *Retos en la lucha contra la delincuencia organizada: Un estudio multidisciplinar: garantías, instrumentos y control de los beneficios económicos* (pp. 121-146). Thomson Reuters Aranzadi. http://hdl.handle.net/10366/157654

Cavgias, A., Bruce, R., y Meloni, L. (2023). Policy enforcement in the presence of organized crime: Evidence from Rio de Janeiro. *Journal of Development Economics, 162*, 103071. https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2023.103071

Comunale, T., Calderoni, F., Marchesi, M., Superchi, E., y Campedelli, G. (2020). Systematic review of the social, psychological and economic factors relating to involvement and recruitment into organized crime. En D. Weisburd, E. Savona, B. Hasisi, y F. Calderoni (Eds.), *Understanding recruitment to organized crime and terrorism* (pp. 175–204). Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-030-36639-1_8

Cortés, D. (2020). Crimen transnacional organizado: las organizaciones del narcotráfico mexicano en Colombia. *Novum Jus, 14*(2), 123-146. http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2500-86922020000200123&lang=es

Cretu-Adatte, C., Azi, J., Beaudet-Labrecque, O., Bunning, H., Brunoni, L., y Zbinden, R. (2024). Unravelling the organisation of Ivorian cyberfraudsters: Criminal networks or organised crime? *Journal of Economic Criminology, 3*, 100056. https://doi.org/10.1016/j.jeconc.2024.100056

Elsen, S., y Fazzi, L. (2021). Extending the concept of social farming: Rural development and the fight against organized crime in disadvantaged areas of southern Italy. *Journal of Rural Studies, 84*, 100-107. https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2021.03.009

Fernández, A., y Lizarazo, Y. (2022). Crimen organizado y derechos humanos en Colombia: enfoques en el marco de la implementación del acuerdo de paz con las FARC-EP. *Novum Jus, 16*(2), 215-250. http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2500-86922022000200215&lang=es

Freire, A. (2023). Crimen organizado y lavado de activos. *Minerva, 1*(7). Recuperado de https://ojs.editorialiupfa.com/index.php/minerva/article/view/132

Fuller, G., Morgan, A., y Brown, R. (2019). Criminal histories of Australian organised crime offenders. *Trends & Issues in Crime and Criminal Justice, 567.* Canberra: Australian Institute of Criminology. https://doi.org/10.52922/ti09623

Galicia, P. (2022). Estrategias y mecanismos necesarios en la defensa jurídica del Estado frente a la criminalidad organizada. *Revista Jurídica de la Procuraduría General del Estado, (2)*, 69-83. https://img.lpderecho.pe/wp-content/uploads/2023/03/Revista-Juridica-La-defensa-juridica-del-Estado-2-LPDerecho.pdf#page=69

Guerra, E. (2022). Niveles, dimensiones y mecanismos de análisis sociológico de la violencia y el crimen organizado en México. *Sociológica, 37*(105), 225-236. http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0187-01732022000100009&lang=es

Herrera, S., Luna, D., Escobar, J., y Serrano, J. (2021). Vicisitudes de la labor docente en un contexto de violencia por el crimen organizado. *Revista Iberoamericana de Educación a Distancia, 12*(22), e167. https://doi.org/10.23913/ride.v11i22.827

Huamán, E. (2022). El crimen organizado en el Perú y las técnicas especiales de investigación e inteligencia. *Vox Juris, 40*(1), 81-91. https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8074492

Iazzetta, M. (2020). Estado, crimen organizado y pandemia por Covid-19. *Revista Temas y Debates, 24*(especial), 289-294. http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1853-984X2020000300029&lang=es

Ibarra, A., y Rojas, C. (2021). Estrategias contra el narcotráfico en Colombia en el marco del acuerdo de paz. *Análisis Político, 34*(103), 92-110. http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0121-47052021000300092&script=sci_arttext

Jacobs, J. (2019). The rise and fall of organized crime in the United States. *Crime and Justice, 48*(1), 1-30. https://doi.org/10.1086/706895

Kemp, L., Zolghadriha, S., y Gill, P. (2020). Pathways into organized crime: Comparing founders and joiners. *Trends in Organized Crime, 23*(3), 203–226. https://doi.org/10.1007/s12117-019-09371

La Vattiata, F. C. (2024). "Pecunia Olet" (Sometimes): A comparative analysis of Italian and UK legislations on combating the infiltration of organised crime into the economy. *Journal Of Economic Criminology*, *5*, 100079. https://doi.org/10.1016/j.jeconc.2024.100079

Lauchs, M. (2018). Are Outlaw Motorcycle Gangs Organized Crime Groups? An Analysis of the Finks MC. *Deviant Behavior, 40*(3), 287-300. https://doi.org/10.1080/01639625.2017.1421128

Leukfeldt, E., Kleemans, E., Kruisbergen, E., y Roks, R. (2019). Criminal networks in a digitised world: On the nexus of borderless opportunities and local embeddedness. *Trends in Organized Crime, 22*(3), 324–345. https://doi.org/10.1007/s12117-019-09366-7

Li, Z., y Cheng, M. (2024). The impacts of anti-organized crime on asset prices: Evidence from China. *Economic Systems, 48*(3), 101198. https://doi.org/10.1016/j.ecosys.2024.101198

Lin, X., Wu, W., Lan, H., y Ma, Y. (2024). The impact of anti-organized crime on business environment: Evidence from China's anti-Mafia campaign. *International Review of Economics & Finance, 95*, 103435. https://doi.org/10.1016/j.iref.2024.103435

Luna, M., Luong, H., y Astolfi, E. (2021). El narcotráfico como crimen organizado: comprendiendo el fenómeno desde la perspectiva trasnacional y multidimensional. *Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad, 16*(1), 197-212. https://doi.org/10.18359/ries.5412

Lyra, A., et al. (2022). Fraud, corruption, and collusion in public procurement activities, a systematic literature review on data-driven methods. *Applied Network Science, 7*(83). https://appliednetsci.springeropen.com/articles/10.1007/s41109-022-00523-6

Martens, J., Orrego, R., Villalba, E., Veloso, R., González, L., y Delgado, F. (2022). Entre el terror y la acumulación social del miedo: Gobernanza criminal en tres ciudades fronterizas de Paraguay con Argentina y Brasil. *Dilemas, Revista de Estudios en Conflicto y Control Social, 4*, 205-232. https://doi.org/10.4322/dilemas.v15nesp4.46429

Morán, M., y Paucar, C. (2023). Trabajo educativo, estrategias, y efectos sociales que se derivan de la delincuencia organizada en Ecuador. *Revista Conrado, 19*(93), 186-193. http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1990-86442023000400186&lang=es

Morgan, A., Dowling, C., y Voce, I. (2020). Australian outlaw motorcycle gang involvement in violent and organised crime. *Trends & Issues in Crime and Criminal Justice, 586.* Canberra: Australian Institute of Criminology. https://doi.org/10.52922/ti04282

Palacios, M. (2020). Planeación e inteligencia estratégica, instrumento funcional al interior de las organizaciones. *Revista Nacional de Administración, 11*(2), 27-56. http://dx.doi.org/10.22458/rna.v11i2.2756

Pérez, I. (2020). El crimen organizado y la fragilidad institucional como condicionantes del desarrollo: el Estado mexicano asediado por el narcotráfico y sus impactos desestructurantes en el tejido

social. *Revista Facultad de Ciencias Económicas: Investigación y Reflexión, 28*(1), 145-181. https://doi.org/10.18359/rfce.3564

Piedrahita, P. (2020). La corrupción política como crimen organizado transnacional. *Revista Criminalidad, 62*(2), 233-245. http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-31082020000200233&lang=es

Piemontese, L. (2023). The economic costs of mafia extortion: Evidence from Northern Italy. *Journal of Public Economics.* https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0047272723001792

Piemontese, L. (2023). Uncovering illegal and underground economies: The case of mafia extortion racketeering. *Journal of Public Economics, 227*, 104997. https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2023.104997

Radaelli, G., Guerci, M., y Dalla Chiesa, N. (2019). How are professionals recruited by external agents in misconduct projects? The infiltration of organized crime in a university. *Human Relations, 72*(9), 1451-1475. https://doi.org/10.1177/0018726718782616

Rivera, L. (2021). De los daños colaterales a las desapariciones forzadas y ejecuciones arbitrarias: la importancia de historiar la violencia estatal en la estrategia de combate al crimen organizado (2006-2016). *Nóesis. Revista de Ciencias Sociales, 30*(60), 191-225. https://doi.org/10.20983/noesis.2021.2.10

Rivera, R., y Bravo, C. (2020). Crimen organizado y cadenas de valor: el ascenso estratégico del Ecuador en la economía del narcotráfico. *URVIO Revista Latinoamericana de Estudios de Seguridad, (28)*, 8-29. https://doi.org/urvio.28.2020.4410

Rodríguez, D., y Chávez, M. (2023). Territorio, género, inseguridad y re-existencias: subjetividades del personal escolar en contextos de violencia por el crimen organizado en Michoacán. *Revista Cultura y Representaciones Sociales, 17*(34), e0002003. https://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S2007-81102023000100003&script=sci_arttext

Rosas, R., León, M., y Bustamante, T. (2021). Violencia, feminicidios y crimen organizado en Guanajuato. *Cuadernos del CILHA, 34*, 1-31. https://dx.doi.org/10.48162/rev.34.0013

Sánchez, V., y Jasso, L. (2020). Estrategia metodológica para el análisis del crimen organizado en México. *Estudios de la Seguridad Ciudadana, 3*(3), 91-105. https://ucs.edu.mx/wp-content/uploads/2020/10/libro-3a-Edicion-Revista-Cientifica-2.pdf#page=94

Sancho, C. (2021). Estrategia nacional contra la delincuencia organizada transnacional (DOT) en países latinoamericanos: ¿Desafío de política pública pendiente? *ARI 20/2021, Real Instituto Elcano.* https://media.realinstitutoelcano.org/wp-content/uploads/2021/10/ari20-2021-sancho-estrategia-nacional-contra-delincuencia-organizada-transnacional-dot-en-paises-latinoamericanos.pdf

Toro, L., y Bustamante, M. (2020). La investigación y la prueba de contexto como elementos de política criminal para la persecución del crimen organizado. *Revista Criminalidad, 62*(1), 101-115. http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-31082020000100101&lang=es

Trejos, L., Badillo, R., Orozco, C., y Parra, L. (2021). La violencia selectiva del crimen organizado: trayectorias de la violencia urbana posdesmovilización. *Análisis Político, 102*, 5-18. http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-47052021000200054&lang=es

Tuglie, A. (2023). Escenarios actuales del crimen organizado: factores contextuales y perspectivas teóricas. *Foro Internacional, 63*(4), 705-729. https://doi.org/10.24201/fi.v63i4.3031

Vásquez, A. (2023). Sobre Juan Carlos Ramírez-Pimienta, Una historia temprana del crimen organizado en los corridos de Ciudad Juárez. *Historia Mexicana, 73*(2), 973-977. https://doi.org/10.24201/hm.v73i2.4450

Vizcarra, S., Bonilla, D., y Prado, B. (2020). Respuestas del Estado peruano frente al crimen organizado en el siglo XXI. *Revista CS, 31*, 109-138. http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S2011-03242020000200109&script=sci_arttext

Zabyelina, Y. (2023). Revisiting the concept of organized crime through the disciplinary lens of economic criminology. *Journal of Economic Criminology, 1*, 100017. https://doi.org/10.1016/j.jeconc.2023.100017

CAPÍTULO 3

EL PROCESO DE INTEGRACIÓN MÉXICO / ESTADOS UNIDOS: DINÁMICA DEL TERRITORIO Y EL ESPACIO HACIA LA CONFORMACIÓN DE UNA REGIÓN INTERMEDIA

Data de submissão: 11/02/2026
Data de aceite: 26/02/2026

Miguel Angel Vázquez Ruiz
Profesor jubilado del Departamento de Economía de la
Universidad de Sonora
Hermosillo, Sonora, México
https://orcid.org/0000-0002-6174-4754

Carmen O. Bocanegra Gastelum
Profesora Investigadora Honoraria del Departamento de Economía de la
Universidad de Sonora
Hermosillo, Sonora, México
https://orcid.org/0000-0001-6321-2359

RESUMEN: La reconfiguración de la economía mundial pasa por los distintos continentes, bloques de países, regiones binacionales, regiones transfronterizas y países. Así, en América del Norte, México, Estados Unidos y Canadá experimentan un proceso de restructuración del proceso de integración económica y social, a través de los cambios promovidos en el tránsito del Tratado de Libre Comercio de América del Norte (NAFTA/TLCAN) al Tratado México, Estados Unidos, Canadá (USMCA/T-MEC). En este regionalismo, la dinámica de integración asimétrica y subordinada entre México y Estados Unidos incorpora cada vez más elementos que profundizan la relación en las siguientes variables: intercambio comercial, inversión, población, migración, mercado laboral, seguridad y política económica. Si bien esto tiene una perspectiva macroeconómica, es en las expresiones del espacio, el territorio y los flujos migratorios donde se observan con mayor nitidez. El objetivo de este capítulo es aportar información y análisis para demostrar cómo en el proceso de integración entre México y Estados Unidos existen espacios y territorios donde la dinámica de la integración es cada vez más profunda, compleja y multidimensional. La metodología utilizada con una visión histórico – estructural combina lo deductivo con lo inductivo y se analiza con base en fuentes que incluyen observación de campo, documentos, literatura escrita sobre el tema y estadísticas. Los resultados detectados, dan cuenta de que independientemente de la impronta del gobierno de Donald Trump en Estados Unidos respecto a los saldos de la conexión con México, los hechos y las evidencias cuantitativas y cualitativas evidencian una dinámica donde entre ambos países se avanza en la configuración de una mega región intermedia, una especie de tercer país, con delimitaciones geográficas muy ostensibles.

PALABRAS CLAVE: TLCAN/T-MEC; multidimensional; integración profunda; región intermedia.

THE MEXICO/UNITED STATES INTEGRATION PROCESS: DYNAMICS OF TERRITORY AND SPACE TOWARDS THE FORMATION OF AN INTERMEDIATE REGION

ABSTRACT: The reconfiguration of the global economy runs through the different continents, blocs of countries, binational regions, cross-border regions, and countries. Thus, in North America, Mexico, the United States, and Canada are experiencing a process of restructuring of economic and social integration, through the changes promoted in the transition from the North American Free Trade Agreement (NAFTA/TLCAN) to the United States–Mexico–Canada Agreement (USMCA/T-MEC). Within this regionalism, the dynamics of asymmetric and subordinate integration between Mexico and the United States increasingly incorporate elements that deepen the relationship in the following variables: trade, investment, population, migration, labor market, security, and economic policy. While this has a macroeconomic perspective, it is in the expressions of space, territory, and migratory flows where it is observed with greater clarity. The objective of this chapter is to provide information and analysis to demonstrate how, in the process of integration between Mexico and the United States, there are spaces and territories where the dynamics of integration are increasingly deep, complex, and multidimensional. The methodology used, with a historical–structural perspective, combines the deductive with the inductive and is analyzed based on sources that include field observation, documents, written literature on the subject, and statistics. The results identified show that, regardless of the imprint of the Donald Trump administration in the United States regarding the balance of the connection with Mexico, the facts and quantitative and qualitative evidence reveal a dynamic in which both countries are moving forward in the configuration of an intermediate mega-region, a kind of third country, with very conspicuous geographic delimitations.
KEYWORDS: NAFTA/T - MEC; multidimensional; deep integration; intermediate region.

1. INTRODUCCIÓN

México y Estados Unidos comparten casi 3,200 kilómetros de frontera, franja que queda comprendida entre el océano Pacífico y el Atlántico. De ahí que la historia de sus relaciones haya sido de un inobjetable proceso de integración territorial y espacial, económica y social, marcada siempre por las enormes asimetrías entre ambos países, cuyo proceso de integración ha transitado de lo informal, a lo institucional. Esto último lo configura el Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLCAN/NAFTA por sus siglas en inglés) que entró en vigor el 1 de enero de 1994, y se revisó y renegocio para transitar hacia el Tratado México Estados Unidos, Canadá (T-MEC, UMSCA por sus siglas en inglés) partir del 1 de julio de 2020. En este lapso de poco más de un cuarto de siglo, la relación se intensificó cuantitativamente y mutó cualitativamente. De esta manera se configuró una integración profunda que se expresa en mayor comercio e incremento de la inversión extranjera y cadenas productivas, migración y mercado laboral, conexiones territoriales y espaciales a través de una diversidad de corredores,

así como en una gobernanza compartida por gobiernos e instituciones de ambos lados de la frontera formal.

A partir de una perspectiva histórico - estructural, el objetivo de este texto es explicar y analizar el proceso de integración entre México y Estados Unidos en la gran región transfronteriza compartida con variables de índole multidimensional, sosteniendo la hipótesis de que inexorablemente se está configurando una región intermedia de integración profunda entre ambos países vecinos.

La realización del trabajo es resultado de observar durante años los desplazamientos de los flujos económicos y demográficos en la subregión transfronteriza compuesta por México y Estados Unidos. El método de análisis deductivo - inductivo implicó primero se observar las grandes tendencias de la economía de norteamericana y luego el comportamiento de cada una de las partes. Asimismo, se trata de un trabajo exploratorio, descriptivo y analítico, para lo cual se recurrió a fuentes bibliográficas y documentales.

El capítulo se compone de varias partes: en la primera se pasa revista a los postulados teóricos de la integración económica, para dejar constancia de su evolución y necesidad de reelaboración para explicar los fenómenos inéditos de la integración de la actualidad. En la segunda se abre un pequeño espacio para explicar las regiones fronterizas y los cómo se conectan para formar grandes regiones, en este caso la mega región intermedia México-Estados Unidos. La tercera deja constancia de la composición demográfica que, si bien tiene su base *nacional*, la porosidad existente permite un fenómeno de transaminación de sur a norte y de norte a sur. En la cuarta se abre espacio a la caracterización de la economía y su papel en la formación de este gran espacio de composición transnacional. Finalmente se incluyen las conclusiones y referencias consultadas.

2. EVOLUCIÓN DE LAS TEORÍAS DE LA INTEGRACIÓN

Para desarrollar el tema propuesto se vinculan conceptos teóricos básicos, elaborados a partir de las distintas visiones de la integración económica, que no obstante su juventud ha transitado de visiones disciplinarias propias de la economía (Viner,1953, Balassa, 1962, Perroux, 1962), hasta las perspectivas interdisciplinarias y multidisciplinarias que enfatizan el análisis social, político y cultural, es decir, las visiones multidimensionales de la integración (De Lombarde, 2006).

Lo anterior obliga a establecer las coordenadas del denominado *nuevo regionalismo*, cuyos orígenes cercanos se ubican en la década de los noventa del siglo XX y se asocian con las estrategias del denominado *regionalismo abierto*, en cuyo marco

se crearon el TLCAN y el T-MEC, entre otros proyectos de integración formales en el continente americano. En palabras de Derbaum: “Nuevo regionalismo: una gama de relaciones `formales / informales de nivel intermedio`, no solo entre los estados, sino también entre los actores no estatales, en particular la sociedad civil y las empresas privadas, lo cual es un aspecto central de las `nuevas` relaciones entre las distintas naciones” (Derbaum, 2003).

En las teorías sobre integración existen dos conceptos clave: regionalización y regionalismo. El primero hace alusión a cómo las fuerzas del mercado impulsan formas de integración y cooperación entre países y regiones. El segundo concepto, regionalismo, es sinónimo de integración regional y alude a las acciones emprendidas desde el Estado para impulsar formas de integración, es decir, acuerdos, tratados, puntos de acuerdos y creación de instituciones para la gobernanza entre países y regiones (Malamud, 2011).

En este sentido, entre algunos países, en este caso México y Estados Unidos, históricamente ha existido un proceso de integración de *facto* o *real* que Clark Reynolds en 1981 llamó “integración silenciosa” y la definió así: “... existe entre los dos países un alto grado de interdependencia (lo que podríamos llamar `integración silenciosa´), la que en parte opera fuera de la ley. Simplemente por efectos de la operación de las fuerzas del mercado esta interdependencia está destinada a intensificarse durante los próximos veinte años...” (1981:11). Una década después, el mismo autor recordaba: “... las fuerzas de la “Integración silenciosa” han llevado a las economías de México y de los Estados Unidos a acercarse cada vez más, del mismo modo que lo hicieron con Canadá y los Estados Unidos. Se construyen enlaces en todas direcciones: inversión, comercio, migración, tecnología, y gustos que indican las enormes ganancias de la interdependencia” (Reynolds, 1992: 239-240).

En pocas palabras, hablamos de Integración de *facto* o *real* y de *jure*. La primera es parte de la dinámica y las inercias del mercado, sobre todo cuando las relaciones entre países son de vecindad y asimétricas; la segunda corresponde a la construida a través de acuerdos y tratados formales, cuya normatividad no se *inventa*, sino que es expresión de hechos consumados que demandan de un encausamiento institucional.

Esta es la lógica histórica en la cual ha discurrido y se ha construido la integración entre México y Estados Unidos. A partir de las ventajas comparativas y competitivas en uno y otro lado de frontera, el flujo de intercambios es cada vez más complejo e intenso en ambas direcciones. Desde fines del siglo XIX hasta la actualidad esa ha sido la trayectoria en la relación bilateral. En este fenómeno han estado presentes las dos formas de integración eludidas: regionalización y regionalismo. Si bien ambas tienen su expresión

general en la relación económica, social y cultural entre dos países, existen espacios donde la interconectividad es mayor como sucede entre los estados del norte de México y los del sur de Estados Unidos, los cuales conforman en la perspectiva de Robinson y Sandoval un "espacio para la expansión del capital trasnacional" (Robinson, 2013, Sandoval, 2017), y que en este trabajo denominamos mega región intermedia profunda.

En este espacio está presente la caracterización de integración profunda concebida por Laurence (1996), quien argumenta que ésta promueve la interdependencia regida por las fuerzas de la internacionalización y la subsiguiente reducción de la brecha entre las políticas nacionales a través de estas estrategias: a) menores diferencias en estándares y sistemas de producción; b) estabilidad de los mecanismos gubernamentales; c) erradicación de barreras arancelarias y no arancelarias de los mercados importantes y supresión de las trabas al comercio de servicios.

Recapitulando, se puede decir que en el proceso de integración México -Estados Unidos conviven varios factores: los que forman parte de la informalidad y las inercias del viejo y el nuevo regionalismo; los contenidos en el TLCAN, y posteriormente el T-MEC; los que son lazos invisibles, no tangibles que avanzan en una integración de tipo virtual a través de redes, intercambios financieros y comercio electrónico; y los asociados con el espacio y el territorio como son las zonas fronterizas contiguas.

3. DE LA TEORÍA A LA PRÁCTICA: DEL TLCAN AL T- MEC

En 1993 Estados Unidos tenía un comercio con México, donde las exportaciones eran de 41, 580.8 millones de dólares, mientras que las importaciones de 39, 917.5 millones de dólares, para tener una balanza comercial positiva de 1,663. Millones de dólares Un cuarto de siglo después, para el 2019 a punto de fenecer el TLCAN las exportaciones eran de 256, 570.2 millones de dólares, mientras que las importaciones alcanzaban la cifra de 357, 970.8 millones de dólares, para una balanza comercial negativa de 101, 400.6 millones de dólares. Es decir, el comercio con México pasó de 81, 498.3 millones de dólares en 1993 a 614, 541 millones de dólares en 2019, lo que significa un incremento de 7.8 veces (https://www.census.gov/foreign-trade/statistics/state/data/index.html)

Lo anterior es la expresión cuantitativa de la relación comercial normada en el TLCAN, tratado que enfatizaba regulación de aranceles, facilidades a la inversión extranjera, reglas de origen, sobre todo en la industria automotriz y solución de controversias, entre otros aspectos.

A partir de julio de 2020 las reglas de la relación bilateral con el T-MEC contemplan nuevas condiciones para que la integración se profundice.

El T-MEC es la síntesis de una revisión del TLCAN fundamentalmente impulsada por el gobierno de Estados Unidos. En este trabajo se plantea la hipótesis en el sentido que las modificaciones que se hicieron fueron para favorecer una relación aún más subordinada de la economía y la política mexicana al ritmo de los ciclos económicos y políticos de ese país. Es decir, se crearon condiciones para continuar avanzando en una integración profunda y subordinada.

El nuevo Tratado tiene 34 capítulos y varios anexos generales y específicos sobre el intercambio de México con Estados Unidos y de éste con Canadá. Algunos de los capítulos destacados son los siguientes:

a) Capítulo 3: se refiere a las cuestiones agrícolas con trato separado para México y Canadá, cuyo sector tiene prioridades distintas en los tres países.
b) Capítulo 4: se abordan las reglas de origen. El T- MEC es más agresivo que el TLCAN, porque en éste la regla de origen era de 62.5 por ciento de contenido nacional, mientras que el T-MEC contempla un 75 por ciento, condicionado, además, a que en al menos el 40 por ciento de las empresas involucradas los sueldos sean de 16 dólares la hora.
c) Capítulo 14: se refiere a la inversión, para lo cual se define qué es una empresa: la conceptualización tiene un significado profundo, porque hace abstracción de los distintos perfiles de empresas en especial si son estratégicas o empresas básicas. Asimismo, hace referencia al "Trato de nación más favorecida y no requisitos de desempeño" para las empresas.
d) Capítulo 8: se refiere al "Reconocimiento de la propiedad directa, inalienable e imprescriptible del Estado Mexicano sobre Hidrocarburos". Queda la duda acerca de la vigencia como energético del petróleo, por provenir de elementos fósiles altamente contaminantes.
e) Capítulo 23: Relaciones laborales. Es clave para las relaciones laborales entre los tres países ya que adoptándose la declaración de la Organización Mundial del Trabajo (OIT) se destacan los derechos laborales internacionalmente reconocidos; la libertad de asociación y reconocimiento efectivo del derecho a la negociación colectiva; eliminación del trabajo forzoso u obligatorio; abolición del trabajo infantil; eliminación de la discriminación en materia de empleo y ocupación; y condiciones aceptables de trabajo respecto a salarios mínimos por horas de trabajo.

En la perspectiva de que los salarios bajos son un imán para las empresas trasnacionales, especialmente de Estados Unidos, mientras que los salarios

altos en éste son imán para estimular la migración desde México, se presionó a éste para incrementar los salarios mínimos en un porcentaje muy por encima de la inflación de 2019. Asimismo, para la industria automotriz se estableció un mínimo de 16 dólares la hora, para al menos el 40 por ciento de las empresas de esa rama que operen en el país. En el anexo 23-A se explicitan las condiciones laborales que México debe de cumplir, destacando el "derecho a la negociación colectivas".

f) El capítulo 31 contiene los términos de la *solución de controversias*. Cuando se hayan agotadas las formas de negociación y cooperación, se recurrirá a un sistema de arbitraje entre la Parte que considere que uno de sus intereses ha sido agraviado y la señalada como responsable de violar un precepto contenido en el T-MEC.

g) El capítulo 33 sienta las bases para la injerencia en política económica de México. La política macroeconómica y el manejo del tipo de cambio serán delineados con base en los bancos de datos que custodia el Fondo Monetario Internacional (FMI): Composición de las Reservas Oficiales de Divisas (COFER). En este sentido, la política económica deberá de buscar la estabilidad de las variables macroeconómicas y en especial el manejo del tipo de cambio deberá de evitar devaluaciones que estimulen la *competencia desleal*, entre las partes. Este capítulo, que ha tenido poca difusión mediática, es de alcances extraordinarios ya que ancla el manejo de los instrumentos de la política económica a la condicionalidad del FMI, institución que prioriza la estabilidad y el ajuste, antes que emprender estrategias anticíclicas por parte del Estado. Asimismo, no está por demás dejar asentado, el dominio predominante que Estados Unidos tiene en la estructura y toma de decisiones del FMI.

h) Artículo 34.7. Se refiere a la revisión y extensión de la vigencia del T-MEC y establece que el Tratado terminará 16 años después de la fecha de entrada en vigor, a menos que las partes decidan continuar por otros 16 años. Sin embargo, en el sexto año una Comisión de las partes se reunirá para hacer una revisión conjunta y decidir si se continua. Esta es la llamada clausula sunset.

Como se mencionó arriba el T-MEC, profundiza los temas de injerencia de Estados Unidos en México: tiene presencia en cada sector de la economía mexicana; en la direccionalidad de la política macroeconómica de México, en la operación de aspectos

substanciales como el mercado laboral y en las coordenadas para llevar a cabo las negociaciones. Esto tiene un impacto específico en las subregiones que forman la mega región intermedia entre ambos países.

4. LAS CONEXIONES ENTRE REGIONES FRONTERIZAS

Lo transfronterizo según Shirk (2016) son las "fronteras entre Estados - nación vecinos, que han entregado un grado significativo de soberanía en favor de las ganancias del comercio, las economías de escala, y una mayor asimilación social, cultural, legal y política" (David A. Shirk, 2016).

Según éste autor desde finales del siglo XX y en la actualidad, entre México y Estados Unidos se ha desarrollado una relación "simbiótica" que se ha manifestado de manera más inmediata y prominente a lo largo de la frontera del suroeste de Estados Unidos y el norte de México, donde se ha dado un crecimiento masivo de la población, donde las ciudades y el desarrollo industrial han convertido desiertos dispersos y áridos en ciudades y regiones dinámicas de la industria y el comercio (David A. Shirk, 2016).

La amplificación de lo anterior ha llevado al concepto de mega región: "Las mega - regiones son unidades económicas naturales que resultan del crecimiento, la convergencia y la extensión espacial de áreas metropolitanas geográficamente ligadas y de otras aglomeraciones" (United Nations Human Settlements Programme (UN-HABITAT).

Según Bocanegra y Vázquez (2013), las formas de conexión se pueden analizar a través de la conformación de diversos tipos de corredores:

- Corredores urbanos: Tijuana - San Diego, Nogales - Nogales, Cd. Juárez - El Paso, Matamoros - Nuevo Laredo - Laredo.
- Corredores industriales manufactureros: automotriz, aeroespacial.
- Corredores comerciales: CANAMEX.
- Corredores inmobiliarios. Tijuana – Ensenada.
- Corredores del conocimiento (Knowledge Corridor): Monterrey, San Antonio, Houston y Dallas, en Texas

En estas rutas transitan personas, autos y camiones de carga, trenes, comercio, inversiones, residuos tóxicos, intercambio de costumbres y cultura, constituyendo una gran malla de relaciones sociales y productivas, que dan lugar a una forma distinta de ver y sentir la vida. Esta es la región intermedia, cuyo contorno avanza hacia la formación de un nuevo mapa que no es México, pero tampoco es Estados Unidos.

5. LA POBLACIÓN QUE TRASMINA DE SUR A NORTE

La presencia de mexicanos en la mega región intermedia es parte de un largo proceso histórico donde los mexicanos han dejado testimonio de presencia en las minas, construcción de caminos, carreteras, vías del ferrocarril, agricultura, ganadería, manufacturas, comercio, servicios y en la actualidad en la política.

Como se puede ver en el cuadro 1 la población del sur de Estados Unidos va en ascenso. En términos absolutos destaca California cuya proyección poblacional apunta a un incremento de más de 4 millones de personas hacia el 2030. E igualmente como entidades, aunque en menor medida, sobresale Texas y Arizona, respectivamente.

Cuadro 1. Frontera sur de Estados Unidos: población por estado.

Estado	2017	2030	Diferencia	Incremento %
Arizona	7,032,200.00	8,979,400.00	1,947,200.00	27.29
California	39,693,627.00	44,019,846.00	4,326,219.00	10.90
Nuevo México	2,084,193.00	2,613,332.00	529,139.00	25.39
Texas	26,642,846.00	28,994,210.00	2,351,364.00	8.83
Total	75, 452,866	84, 606, 788	9,153 922	18.20

Fuente: Elaboración propia con datos de United States Census Bureau.

En esta lógica de simbiosis demográfica, los estados del norte de México, también muestran una tendencia ascendente. Según el cuadro 2, el crecimiento lo lidera Nuevo León, estado fuertemente conectado con Texas en la subregión noreste de México -Texas, mientras que en noroeste destaca el crecimiento poblacional de Baja California, ligado con California. En términos absolutos para el 2030, el mapa de la mega región intermedia contará con más de 110 millones de habitantes, que buscarán interactuar en todos los sentidos.

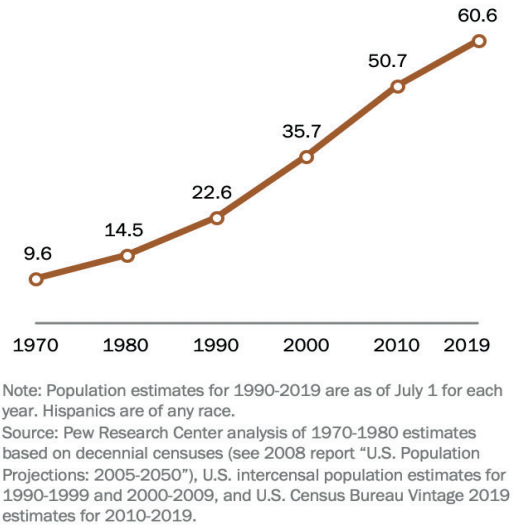
Cuadro 2. Frontera norte de México: población por estado.

Estado	2017	2030	Diferencia	Incremento %
Baja California	3, 584 605	4, 169 240	584, 635	16.30
Chihuahua	3, 782 018	4, 177 815	395, 797	10.46
Coahuila	3, 029 740	3, 427 879	398, 139	13.14
Nuevo León	5, 220 492	6, 097 769	877, 277	16.80
Sonora	3, 011 810	3 ,476 930	465, 120	15.44
Tamaulipas	3, 622 605	4, 069 115	446, 510	12.32
Total	22, 251, 270	25, 418, 748	3, 167, 478	14.23

Fuente: Elaboración propia con datos de CONAPO, México.

Según el Pew Research Center la población hispana tiene una tendencia creciente: de 9.6 millones en 1970 ascendió 61 millones en 2019, lo que indica que se multiplicó 6.3 veces (véase la gráfica 1). En particular la población de mexicanos se concentra en las áreas de California, Texas, Arizona y Chicago.

Grafica 1. En 2019, la población hispana en Estados Unido alcanzó 60.6 millones de personas.



Fuente: tomado de: https://www.pewresearch.org/fact-tank/2020/07/07/u-s-hispanic-population-surpassed-60-million-in-2019-but-growth-has-slowed/

Según el Migration Policy Institute (MPI), después de cuarenta años de fuerte crecimiento, el flujo de inmigrantes mexicanos llegó a un punto de inflexión el 2010. Entre 2010 y 2017 el número de inmigrantes aumentó, pero el de mexicanos se detuvo y luego comenzó a descender lentamente el 2014. Entre 2016 y 2017, la población de inmigrantes mexicanos se redujo aproximadamente en 300, 000 personas al pasar de 11.6 a 11.3 millones. Sin embrago, Los mexicanos continúan siendo el mayor grupo nacido fuera de Estados Unidos y representan el 25 por ciento de los 44.5 millones de inmigrantes a partir de 2017 (Migration Policy Institute (MPI), con datos del Censo de Estados Unidos de 2012 a 2016. https://www.migrationpolicy.org/article/mexican-immigrants-united-states-2017).

Los mexicanos como grupo hispano dominante muestran una tendencia que tiene dos comportamientos: por un lado, concentración en los estados fronterizos y sus respectivas áreas, y por otro se dispersan en otros estados y ciudades del país, donde destaca Chicago. Véase cuadro 3.

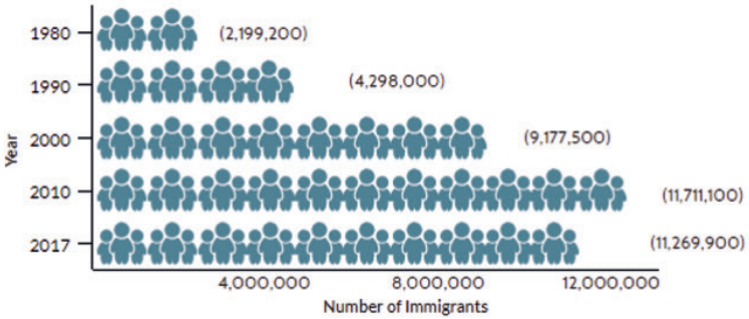
Cuadro 3. Concentración de mexicanos por áreas metropolitanas 2012-2016.

Área metropolitana	Población inmigrante desde México	Porcentaje de la población por área metropolitana
Los Ángeles-Long Beach- Anaheim, CA.	1,696,000	12.9
Chicago- Naperville-Elgin-IL-IN-WI	650, 000	6.8
Houston- Woodlands-Sugar Lands-TX.	622,000	9.6
Dallas- Fort Wort-Arlington, TX	613,000	8.8
Riverside-San Bernardino-Ontario, CA.	562,000.	12.7
San Diego-Carlsbald, CA	340,000	10.4
Phoenix-Mesa-Scootsdalle, AZ.	339,000	7.6
New York-Newark- Jersey City-NY-NJ-PA	320,000	1.6
San Francisco-Oakland-Hayward, CA	248,000	5.4
Mcallen-Edinburg-Misssion, TX	216,000	26

Fuente: Migration Policy Institute (MPI), con datos del Censo de Estados Unidos de 2012 a 2016. https://www.migrationpolicy.org/article/mexican-immigrants-united-states-2017

En la figura 2 se puede ver el crecimiento de los inmigrantes procedentes de México. De 1980 al 2010 esa población aumentó de poco más de 2 millones a casi 12 millones el 2010. Empero de este último año al 2017, disminuyó en más de 400 mil personas. Sin embargo, esto no contraviene la tendencia de crecimiento de mexicanos en el país, alimentada por la tasa de natalidad.

Figura 2. Población de inmigrantes mexicanos en Estados Unidos (1980-2017).



Fuente: Data from U.S. Census Bureau 2010 and 2017. American Community Surveys (ACS); Campbell J. Gibson and Kay Jung, "Historical Census Statistics on the Foreign-Born Population of the United States: 1850-2000" (Working Paper no. 81, U.S. Census Bureau, Washington, DC, February, 2006), available online. Tomado de: https://www.migrationpolicy.org/article/mexican-immigrants-united-states-2017

6. LA ECONOMÍA EN LA MEGA REGIÓN TRANSFRONTERIZA

Desde principios del siglo XXI, el 2006, el Producto Interno Bruto de los estados fronterizos, sumados uno y otro lado, es decir de la mega región intermedia, equivalía

aproximadamente a un cuarto del total de cada país: el 25 por ciento en México y el 23.7 en Estados Unidos (Plan Indicativo para el desarrollo competitivo y sustentable de la región transfronteriza, México-Estados Unidos). En la actualidad la tendencia se mantiene y encuentra expresión en la diversidad de indicadores. En general, la composición del producto abarca actividades agrícolas, ganaderas, mineras, industriales, de comercio, turismo y servicios de gran variedad.

En la práctica, un punto de conexión son las manufacturas unidas a través de cadenas de proveeduría, cuyos flujos se mueven a través de los distintos corredores que atraviesan la franja fronteriza, desde los límites con el océano Pacifico hasta el golfo de México en el océano Atlántico. Los flujos son productos tangibles y virtuales.

Otra actividad compartida en la gran región es la minería. En los estados del sur de la frontera existen grandes yacimientos de oro, cobre, plata, wollastonita, níquel, zinc, entre otros metales, que hacen de este espacio un territorio codiciado por los capitales estadunidenses y canadienses. Destaca la presencia del Grupo México que a partir de sus minas en Sonora (Cananea y Nacozari) se proyecta de ida y vuelta en los estados de Arizona y Texas. En particular, sobresale "la megarregión Arizona-Sonora como zona específica de intensa acumulación en el espacio global para la expansión del capital transnacional de la frontera norte de México - Estados Unidos" (Sandoval, 2019, 2017).

El caso de la minería es particularmente importante porque a la existencia de los minerales mencionados se han añadido otros de extrema relevancia para el presente y futuro energético del mundo. Es el caso del descubrimiento de *Litio* en la sierra alta de Sonora, en colindancia con Chihuahua (las zonas de exploración se han ampliado a San Luis Potosí, Zacatecas y Baja California). La zona del litio en Sonora, se localiza en el municipio de Bacadéhuachi, ubicado a casi 300 kilómetros de las fronterizas ciudades vecinas de Agua Prieta, Sonora - Douglas, Arizona. Las reservas estimadas son de 243. 8 millones de toneladas, la más grande del mundo, estimándose que para el 2026 el 70 por ciento del litio se utilizará para fabricar baterías, con el consiguiente impacto en el mercado del transporte eléctrico. (San Germán, 2020).

Igualmente relevantes son las actividades agrícolas, porque en los estados del norte se producen y pasan hortalizas y frutales hacia Estados Unidos. En este sentido, es importante la infraestructura y logística del Pacifico, donde Nogales, Sonora, es el principal puerto de cruce de productos como el tomate, calabacita, chile, esparrago, entre otros.

Los estados del norte de México, de 2016 a 2018, como se puede ver en el cuadro 4, captaron el 30 por ciento de la inversión extranjera directa total. Por país de origen, Estados Unidos, España y Canadá son los principales emisores y por sectores de destino,

el industrial (manufacturas y minería) y los servicios (comercio, servicios financieros y transportes) (Secretaria de Economía, 2020).

Cuadro 4. Inversión extranjera directa en los estados del norte de México 2016-2018. (Miles de dólares)

Estado	2016	%	2017	%	2018	%
Baja California	1,510.6	4.9	1,521.5	4.7	1,476.8	4.7
Chihuahua	1,980.3	6.4	1,726.1	5.4	1,137.8	3.6
Coahuila	1,345.2	4.4	2,376.9	7.4	2,737.8	8.7
Nuevo León	3,145.1	10.2	1,818.2	5.7	4,260.5	13.5
Sonora	519.2	1.7	253.5	0.8	80.8	0.3
Tamaulipas	1,186.7	3.8	1,623.9	5.1	1,371.8	4.3
Total estados fronterizos	9,687.1	31.4	9,320.1	29.0	11,065.4	31.0
Total de México	30,865.4	100	32,090.8	100	31,604.3	100

Fuente: elaboración propia con datos de la Dirección de Inversión Extranjera Directa de la Secretaría de Economía, marzo de 2020.

Por estados, en el mismo cuadro 4 se observa que son las entidades del noreste del país Nuevo León, Tamaulipas, Coahuila, incluido Chihuahua) los que más atraen inversión externa, mientas que en el noroeste, Baja California se mantiene constante y Sonora ha venido de más a menos.

Si el indicador son las exportaciones, los datos del cuadro 5 por subregiones muestran las mismas tendencias que la inversión extranjera directa. Las cifras dominantes se observan en la subregión del noreste, mientras que las menores en la subregión del noroeste, con una muy significativa diferencia entre Baja California y Sonora. Los valores absolutos son muestra fehaciente del peso que tienen las exportaciones de los estados del norte en las exportaciones totales de México, cuyo destino principal son los Estados Unidos. Los montos de las exportaciones de México a Estados Unidos son reconocidos por Wilson (2015) cuando señala que el primero exporta más mercancía a los estados fronterizos de Estados Unidos, que al resto del mundo, excluyendo a Estados Unidos (Lee, Wilson, 2015).

Cuadro 5. Exportaciones de las entidades federativas del norte de México (2017-2019) (Miles de dólares)

Entidad federativa	2007	2012	2017	2019
México: exportaciones totales	**237,809,739**	**320,014,185**	**351,726,061**	**402,802,874**
Baja California	31, 858 677	31, 663 051	36 315 716	41 022 891
Coahuila	17 469 635	31 636 120	38 950 677	47 548 420
Chihuahua	28, 094 744	41 764 861	46 491 551	56 461 531

Nuevo León	19, 803 476	25 815 501	36 004 726	39 739 499
Sonora	12, 980 383	14 638 938	17 443 597	17 377 922
Tamaulipas	22, 517 429	22 268 196	25 507 316	28 846 180
Exportaciones de los estados del norte	132,724344	167,786667	200,713383	189,973552
Participación de los estados del norte en el total nacional	55.85%	52.4%	57%	47.2%

Fuente: elaboración propia con información de INEGI.

La perspectiva de los Estados del sur de Estados Unidos no es diferente, según se constata en la información estadística del cuadro 6. California tiene la particularidad de que México es su principal destino exportador, pero ocupa el segundo lugar por sus importaciones, el primero lo ocupa China. El estado del Silicon Valley mantiene con México una balanza comercial crónicamente deficitaria en el intercambio de productos manufacturados (computadoras, equipo de transporte, aceite y gas, equipo eléctrico y maquinaría no electrónica.

Por otro lado, Texas, Arizona y Nuevo México, tienen como principal socio comercial a México, lo que indica que tanto las exportaciones como las importaciones juegan un rol importante en el intercambio reciproco. Texas en especial tiene una gran "interdependencia" con el vecino del sur con un comercio total de 212,904 miles de millones de dólares en 1919, que contrastado con los 614,541 millones de dólares del comercio entre ambos países, significa el 34.6 por ciento. Esto indica que es el estado con mayor sincronía cíclica con México.

Arizona, por su lado tiene la particularidad de ser importador de productos minerales de México, seguido de computadoras, equipo electrónico, equipo de transporte y productos de plástico y goma. Su infraestructura carretera y ferrocarrilera lo hace un estado bisagra en la distribución de mercancías de México, entre el suroeste y el sureste de Estados Unidos. Nuevo México es el estado con menos significancia económica, 3, 774 millones de dólares en 1919. En el cuadro 6 se puede ver exportaciones, importaciones, saldo de la blanca comercial y comercio total (X + M) de cada estado fronterizo del sur de Estados Unidos con México.

Cuadro 6. Estados fronterizos de Estados Unidos: Balanza comercial con México. Miles de millones de dólares de 1919. (2016-2019).

Arizona				
Años	X	M	B C	Comercio total
2016	8, 285	7,447	8,38	15,732
2017	7,576	7,893	-317	15,469
2018	7,663	9,005	-1342	16,668
2019	8187	9,302	-1,115	17,489
California				
Años	Exportaciones	Importaciones	Balanza comercial	Comercio total con México
2016	25,260	46,303	-21,043	71,563
2017	26,773	46,180	-19,407	70,527
2018	30,763	43,754	-12,991	74,517
2019	27,965	46,678	-18,713	74,643.
Nuevo México				
Años	Exportaciones	Importaciones	Balanza comercial	Comercio total con México
2016	1,557	702	855	2,259
2017	1,588	564	1,024	2,122
2018	1,420	758	662	2,178
2019	2,387	1,387	1,000	3,774
Texas				
Años	Exportaciones	Importaciones	Balanza comercial	Comercio total con México
2016	92,179	80,784	11, 395	172,963
2017	97,917	89,246	8, 671	187,163
2018	109,688	106,444	3244	216,132
2019	108,584	104,320	4,264	212,904

Fuente: elaboración propia con información del https://www.census.gov/foreign-trade/statistics/state/data/index.html.

7. LA GOBERNANZA EN LA MEGA REGIÓN TRANSFRONTERIZA

La convivencia entre vecinos, a veces distantes a veces cercanos, demanda del cauce de la normatividad, que si bien es cierto nace de las cartas magnas de cada país, sus lineamientos son generales y no alcanzan a normar la enorme cantidad de hechos que se suscitan entre países, mismos que reclaman de instituciones que apliquen leyes generales y normas específicas, que permita la gobernanza en espacios específicos. Esto es más necesario cuando en lo fronterizo hay una nueva “reconfiguración del territorio”,

que requiere de intervenciones gubernamentales “multinivel”: trilateral, bilateral, federal, estatal, local, transfronterizo (Barajas, 2016).

En este sentido, el TLCAN estableció coordenadas por más de un cuarto de siglo que al haber sido rebasadas por la realidad económica y social que vincula a México y Estados Unidos, fue sustituido por el T- MEC. El primero tenía un contenido general en materia de reglas para el comercio, inversiones y origen de los productos. Asimismo, reglas específicas o puntos de acuerdo para encauzar estrategias de colaboración entre instancias gubernamentales. Con el TLCAN se creó El Banco de Desarrollo de América del Norte y La Comisión de Cooperación Ecológica Fronteriza. Posteriormente, el 2000 se creó la Comisión de Salud Fronteriza México - Estados Unidos, en quien recayó la responsabilidad de una iniciativa para lograr una frontera *saludable* hacia el año 2020.

Otro nivel de gobernanza es el establecido bis a bis entre los estados de ambos lados de la frontera. Así, una de las instituciones con más años de vigencia es la Comisión Sonora - Arizona, cuyos orígenes datan de marzo de 1959. Este año el gobernador de Arizona, Paul Fannin, anunció la creación de la Comisión de Comercio Oeste de Arizona - México, en conjunto con el gobernador de Sonora, Álvaro Obregón Tapia, en el marco de la Conferencia Internacional Arizona -Sonora sobre Desarrollo Regional. A partir de 1972 se transformó en la Comisión Arizona – México o Sonora-Arizona. Los temas primigenios de la Comisión se discutían en seis comités bilaterales: Comercio, Turismo, Banca y Finanzas, Salud, Agricultura y Ganadería. En julio de 1974, se lleva a cabo en Guaymas, Sonora, lo que sería la primera Sesión Plenaria entre la Comisión Arizona México y su contraparte la Comisión Sonora-Arizona.

Desde entonces, hasta la década de los noventa del siglo pasado, las reuniones semestrales de estas comisiones de estados vecinos tuvieron un carácter protocolario, donde se exaltaba la buena vecindad entre ambos estados. De hecho, el lema original era “si Dios nos hizo vecinos, seamos buenos vecinos”.

A partir de la década de los noventa, hay un giro en los propósitos de esta comisión, que adquiere un carácter más activo en términos de cooperación y gobernanza. Se amplían los temas de interés económico para hacer énfasis en las actividades industriales, construcción de infraestructura encaminada a que Arizona tuviera una salida al mar a través del Puerto de Guaymas, así como los intercambios entre instituciones de educación superior y centros de investigación. Esto quedó plasmado en el Plan de Gran Visión Estratégica Sonora-Arizona.

Continuidad de lo anterior es la Comisión Sonora- Arizona- Nuevo México, que entró en vigor en 2009, a instancias del memorándum de entendimiento firmado el 2008

por los entonces gobernadores Eduardo Bours de Sonora y Bill Richardson, de Texas. Las mesas de trabajo de esta comisión son desarrollo económico, educación seguridad y salud.

Otro ejemplo en la historia reciente es el *Acuerdo para un Progreso Regional Asociado* (APPRA) pactado en 2004 entre los gobiernos de Coahuila, Nuevo León, Tamaulipas y Texas para impulsar la *Región Noreste de México y Texas* como una sola región. La relevancia de esta subregión estriba en que amplía el entramado en un espacio que ocupa una superficie territorial de 716 mil kilómetros cuadrados que equivalen al 36 por ciento de la superficie de México, donde la población de 30 millones de habitantes el 2004, para el 2018 rebasaba los 40 millones y por donde se lleva cabo más del 50 por ciento de los cruces entre ambos países (APPRA, 2004).

En la actualidad, no obstante, el discurso histriónico del presidente Trump, los gobiernos de ambos lados de la frontera, continúan acercándose. Otra muestra es que autoridades de comercio de Arizona y la Secretaría de Comercio de Baja California pactaron el Acuerdo de entendimiento entre la Autoridad de Comercio de Arizona y la Secretaría de Desarrollo Económico (de Baja California para crear el proyecto conocido como "triángulo dorado", integrado por los estados de California, Arizona y Baja California (González, 2017).

Asimismo, funcionan cámaras empresariales, instituciones educativas y de investigación que tienen como objetivo estrechar lazos entre ambos países, regiones y ciudades.

8. CONCLUSIONES

La globalización ha dado lugar a fenómenos de fragmentación: los continentes se han dividido en bloques y éstos en sub-bloques integrados por países que a su vez se forman de entidades y regiones. Con el paso del tiempo, el espacio y el territorio se han modificado dando lugar a nuevas configuraciones, alimentadas por nuevas contradicciones. El movimiento es incesante, incluso en lo aparentemente inerte.

En esta lógica, entre México y Estados Unidos hay fuerzas regionales centrípetas que se atraen entre ellas, formando aglomeraciones humanas y económicas. Una de esas fuerzas son las que integran a los estados del norte de México y el sur de Estados Unidos, formando una mega región con características propias.

El impulso de esto tiene raíces históricas fraguadas al calor de la disputa por el territorio y los recursos naturales entre ambos países, muchos de ellos invisibles en las fronteras, pero que existen y fluyen debajo de la tierra. En el caso de México y Estados

Unidos esto toma sentido en los mantos acuíferos, a lo largo de la profundidad de la tierra de océano a océano. Pero también en el petróleo y gas que se oculta en la llamada cuenca de Burgos en los encuentros del noreste mexicano-sureste estadunidense.

Son los movimientos poblacionales los que dan sentido y forma a las micro, macro y mega regiones. En el caso de Estados Unidos, si bien sus orígenes étnicos se encuentran en Europa, quien les dio el color identitario a su piel, es en África, el sur del continente, y México, primordialmente, donde los fundadores y sus descendientes encontraron la fuerza de trabajo que coadyubó a construir los *freeway* de este a oeste y de sur a norte, las grandes obras de infraestructura como presas, edificios y conjuntos habitacionales. Así la población mexicana ha crecido por dos vías: la procreación y la migrante. México se encuentra presente en los estados del sur, pero también en ciudades como Chicago. En este sentido, la población se concentra y dispersa en una gran cantidad de comunidades urbanas y también se desplaza de un estado a otro, como el caso de California a Arizona.

Lo mismo sucede con la economía que entre los estados del norte de México y los del sur de Estados Unidos, se desarrolla en función de ventajas comparativas y competitivas, para lo cual cobran sentido las cadenas de proveeduría y valor entre empresas. El concepto simbólico lo constituyen las *maquiladoras* y los casos paradigmáticos la industria automotriz, aeroespacial y electrónica. Mientras que en el vínculo primario-industrial, la minería cada vez tiene más relevancia, no obstante la critica que se le hace por la contaminación de los entornos donde opera.

En todo ello hay una gran matriz de personas e instituciones. Por un lado, organizaciones civiles, empresariales, educativas y de investigación y defensa de los derechos humanos; mientras que, por otro, institucionales que buscan dar gobernabilidad desde la perspectiva de acuerdos para la convivencia binacional, como el TLCAN y hoy el T - MEC, así como iniciativas desde los gobiernos de los estados, que buscan sacarle provecho económico y político a la vecindad.

Estos son los elementos en la fragua en la cual avanza la reconfiguración del punto de contacto más intenso entre México y Estados Unidos, que, en los próximos años, inexorablemente, consolidaran una estructura geográfica, económica, social y cultural, consolidando la formación de ese espacio como una mega región intermedia entre dos países vecinos y desiguales.

REFERENCIAS

APPRA. (2004) https://www.sos.state.tx.us/border/forms/progress_sp.pdf

Balassa, B. (1961). *The Theory of Economic Integration*, Westport, Conn.,Greenwood Press.

Barajas, Rocio, (2016): "La frontera México-Estados Unidos: dinámicas transfronterizas y procesos de gobernanza". Revista NOESIS (número especial, la Frontera México-Estados Unidos), enero-junio. DOI: http://dx.doi.org/10.20983/noesis.2016.12.8

Bocanegra Gastelum, Carmen y Miguel Angel Vázquez Ruiz (Coord) (2013). Procesos de Integración Económica regional. México: Pearson-Unison.

Censo de Estados Unidos. https://www.census.gov/foreign-trade/statistics/state/data/index.html

Consejo Nacional de Población (CONAPO). https://www.gob.mx/conapo

Comisión Sonora-Arizona. http://ofeci.sonora.gob.mx/programas/comision-sonora-arizona.html

Comisión Sonora – Arizona. http://ofeci.sonora.gob.mx/programas/comision-sonora-arizona.htmlomisión

Derbaum, F.S. (2003): "Introducción. Theories of New Regionalism", en Soderbaum, F. Shaw, T. (Eds), *Teories of New Regionalism.* A Palgrave Macmillan Reader, UK.

El Colegio de la Frontera Norte. (2012). Plan Indicativo para el desarrollo competitivo y sustentable de la región transfronteriza México-Estados Unidos Versión 2.0. file:///C:/Users/lenovo/Downloads/Plan%20Indicativo%20(2).pdf

González, Lourdes Edith. (2017, abril 21). Arizona, California y BC: nace el triángulo dorado. El Economista. https://www.google.com/search?q=El+economista+proyecto+conocido+como+%E2%80%9Ctri%C3%A1ngulo+dorado%E2%80%9D%2C+integrado+por+los+estados+-de+California%2C+A

IDIC (Instituto para el Desarrollo Industrial y el Crecimiento Económico). (2017). "La renegociación del TLCAN, más allá visión comercial", Revista la Voz de la Industria, Vol 5, Núm. 83. http://idic.mx/wp-content/uploads/2017/03/VozIndustria-20170310-Vol-05-Num-83-Renegociación-del-TLCAN-mas-alla-de-una-vision-comercial.pdf

Kerwin D., Warren, R. (2017). "The 2,000 Mile Wall in Search of a Purpose", Centro de Estudios de la Migración, New York.

La Jornada. 11 de marzo de 2018.

Lawrence, R. Z. (1996), *Regionalism, Multilateralism and Deeper Integration*. Washington: The Brookings Institution.

Lee, E. y Wilson Ch. (2015): *La economía México-Estados Unidos en Transición.* Wilson Center. Washington, DC 20004-3027. www.wilsoncenter.org. http://naresearchpartnership.org/wp-content/uploads/2013/07/La-Economía-de-la-Frontera-MX-EEUU-en-Transición.pdf

Lombaerde, Phillipe De y Luk Van Langenhove. (2006). "Indicators of Regional Integration: Conceptual and Methodological Aspects", en Phillipe de Lombaerde , ad. Assessment and Measurement of Regional Integration. Swindon, R.U, Economic and Social Research Council (ESRC)/Routledge Centre for the Study of Globalization and Regionalization.

Malamud, A .(2011). "Conceptos, teorías y debates sobre la integración regional", revista Norteamérica, vol. 6, núm. 2, CISAN-UNAM, julio diciembre.

MPI (Migration Policy Institute). https://www.migrationpolicy.org/article/mexican-immigrants-united-states-2017).

PEW RESEARCH CENTER. https://www.pewresearch.org/fact-tank/2020/07/07/u-s-hispanic-population-surpassed-60-million-in-2019-but-growth-has-slowed/

Reynolds, Clark W. (1981). " Las perspectivas económicas y sociales de México y sus implicaciones para las relaciones con los Estados Unidos" en C. Tello y C Reynolds, Las relaciones México -Estados Unidos. México: Lecturas 43 del Fondo de Cultura Económica.

Reynolds C. (1992): "Oportunidad mediante complementariedad: Cómo el Tratado de Libre Comercio en la América del Norte puede beneficiar a México y a los Estados Unidos". Economía Mexicana. Nueva Época, vol. 1, núm. 1, enero-junio.

Robinson, W. I. (2013): *Una teoría sobre el capitalismo global. Producción, clase y Estado en un mundo transnacional,* Siglo XXI Editores S.A de C.V, México.

Sandoval Hernández, Efrén. (2008): "El espacio económico Monterrey–San Antonio Coyuntura histórica e integración regional". Frontera norte vol.20 no.39 México ene./jun.

Secretaria de Economía. (2020). Dirección de Inversión Extranjera Directa. México. Marzo.

Torres, Marlene y Diana Higareda. (2017): Cinco estados de EU, los más afectados sin el TLCAN. 29 de enero de 2017 http://interactivo.eluniversal.com.mx/online/PDF_17/PDF-tratadoenCIFRAS.pdf

Wilson, Center. https://www.wilsoncenter.org/article/growing-together-economic-ties-between-the-united-states-and-mexico

Sandoval, Juan Manuel. (2019). La " Megarregión Arizona-Sonora" como zona específica de intensa acumulación (Zeija) en el espacio global para la expansión del capital transnacioal de la frontera México-Estados Unidos". México: Dossier.

Sandoval, Juan Manuel. (2017). *La frontera México-Estados Unidos. Espacio global para la acumulación transnacional*. México: Secretaría de Cultura, INAH.

San Germán López, José Carlos. (2020). " Perspectivas geopolíticas de la incorporación de México al mercado internacional del litio. Foreign Affairs, ITAM. Enero.

Shirk, David A. (2016). An overview of U.S – México, border relations en, Wilson Chistopher (editor), The Anatomy of a Relationship. A Colecction of essays on the Evolution of U.S-México Cooperatopn en la Border Management. www.Anatomy_border_evolution_us-mexico-cooperation

T-MEC. *Secretaría de Economía de México*. https://www.gob.mx/t-mec

United Nations Human Settlements Programme (UN-HABITAT). https://unhabitat.org/

CAPÍTULO 4

UN SOPLO DE AIRE FRESCO: LA FIESTA GRANDE DE CHIAPA DE CORZO Y LOS PARACHICOS TRAS LA PANDEMIA DE COVID-19[1]

Data de submissão: 19/02/2026
Data de aceite: 06/03/2026

Emiliano Gallaga[2]
Universidad Autónoma de Chiapas
Tuxtla Gutiérrez – México
https://orcid.org/0000-0001-5788-2567

María Celia Báez
Universidad de Buenos Aires
Buenos Aires – Argentina
https://orcid.org/0009-0000-2160-6499

Berislav Andrlić
J.J. Strossmayer University of Osijek
Pozega – Croatia
https://orcid.org/0009-0002-7821-4300

RESUMEN: La celebración de la Fiesta Grande en la comunidad de Chiapa de Corzo, Chiapas es una de las principales expresiones culturales de la región. Lamentablemente, su éxito mediático ocasionó que la actividad turística y económica fuera cada día más importante que la misma celebración religiosa entendida como una manifestación de la identidad de esta comunidad. Sin embargo, para el 2023 esta situación cambio. ¿Qué paso? La pandemia de Covid-19, que cercenó duramente la naturalidad del movimiento, imposibilitando los desplazamientos y la normalidad de la interacción presencial. Esta no presencia de personas dejó también en soledad y silencio los espacios y construcciones representativas de los procesos socioculturales. En este tiempo de reclusión, los portadores del patrimonio cultural se reencontraron a sí mismos volviendo a lo importante de sus prácticas. La pandemia del COVID-19 significó para la cofradía de los Parachicos una oportunidad para reencontrarse con la tradición y proponer, desde la valoración de los significados profundos de su práctica, nuevas condiciones organizativas de convivencia entre turistas y comunidad. A través de un análisis de datos obtenidos mediante trabajo de campo realizado pre y post pandemia y entrevistas, se establece cómo la celebración se revitalizó a partir del descanso obligado del COVID-19 que brindo, posteriormente, una mejor interacción entre la cofradía de los Parachicos, las autoridades locales y los vendedores turísticos.

PALABRAS CLAVE: patrimonio cultural; turismo; identidad; Parachicos; Chiapa de Corzo.

[1] Una versión anterior de este trabajo fue publicada en LATAM Revista Latinoamericana de Ciencias Socilaes y Humanidades, Asunción, Paraguay. ISSN en línea: 2789-3855, 2023, Volumen 4, número 2, p.1-20.

[2] Autor de Correspondencia.

A BREATH OF FRESH AIR: THE FIESTA GRANDE OF CHIAPA DE CORZO AND THE PARACHICOS AFTER THE COVID-19 PANDEMIC

ABSTRACT: The celebration of the Fiesta Grande in the community of Chiapa de Corzo, Chiapas is one of the main cultural expressions of the region. Unfortunately, its media success caused tourism and economic activity to become more important every day than the religious celebration itself, understood as a manifestation of the identity of this community. However, by 2023 this situation changed. What happened? The Covid-19 pandemic, which severely curtailed the naturalness of movement, making travel and the normality of face-to-face interaction impossible. This lack of presence of people also left the spaces and buildings representative of sociocultural processes in solitude and silence. In this time of confinement, the bearers of cultural heritage rediscovered themselves by returning to the importance of their practices. The COVID-19 pandemic meant for the Parachicos brotherhood an opportunity to reconnect with tradition and propose, from the appreciation of the deep meanings of their practice, new organizational conditions for coexistence between tourists and the community. Through an analysis of data obtained through fieldwork before and after the pandemic, and interviews, we establish how the celebration was revitalized after the forced COVID-19 break, which subsequently provided better interaction between the Parachicos brotherhood, local authorities, and tourist vendors.
KEYWORDS: cultural heritage; tourism; identity; Parachicos; Chiapa de Corzo.

1. INTRODUCCIÓN

La pandemia del COVID-19 ciertamente cambió varios aspectos de nuestras vidas, desde la reflexión sobre la higiene personal hasta la importancia de nuestros espacios sociales y la percepción de la vida misma que nos rodea. La historia, una vez más, demostró que los acontecimientos son cíclicos y que no fue la primera ni será la última pandemia que vivirá la humanidad. La Fiebre Española o la Peste Negra son solo algunos ejemplos de ello, pero la gran diferencia es que esta vez, a través de la tecnología, las personas estuvieron conectadas y comunicadas al minuto sobre el desarrollo de la pandemia. En todas partes, cambió radicalmente la percepción del tiempo, el espacio y los significados de la vida cotidiana en general, y particularmente la forma en que se consume el patrimonio cultural, como actividad social y de lugar (Pelegrin y Forgione, 2020; Ruiz Estrada, 2021).

Las restricciones impuestas a raíz de la pandemia imposibilitaron el desplazamiento de un lugar a otro, así como la realización de intercambios presenciales. Esta no presencia en espacios socialmente fundados (calles, transportes, bares o plazas) dejó también en soledad y silencio a los espacios representativos del patrimonio cultural, situación que nos llevó a reflexiones y cuestionamientos sobre cómo circulaban los

significados asignados a esos espacios y que daban sentido a las prácticas cotidianas. ¿Qué sucedía en esos lugares mientras no los transitábamos? Se considera, entonces, que ante la incapacidad de doblegar las restricciones y ante la solidaridad social para evitar la propagación del virus, no quedó otro camino que evocar esos lugares en los espacios limitados de nuestras casas. La acción de evocar, en el sentido de recordar, traer al presente objetos, situaciones o imágenes, es lo que permitió, sostener los significados de los lugares aún en ausencia y con más vigor que antes. Es importante considerar que, con el tiempo, la evocación promovería, a través del extrañamiento, una revalorización de los espacios cotidianos como lugares que facilitaban que las cosas sucedieran de una determinada manera, brindando seguridad a través de la afirmación de conocimientos construidos a lo largo del tiempo y fundamentalmente, el reconocimiento de un nosotros en relación a los visitantes (Pelegrin y Forgione, 2020; Pulido, 2021; Ruiz Estrada, 2021).

Precisamente, a través de la revalorización de los propios lugares, tras la salida del confinamiento y el retorno a la presencialidad, no todos los reencuentros afectaron de la misma manera a las personas y lugares. En algunos casos, tras la desaparición paulatina de las restricciones, los portadores de prácticas comunitarias se reencontraron volviendo a lo importante, a lo que tenía valor porque había un acuerdo colectivo para sostener esas acciones. La evocación de un pasado no muy lejano hizo que la actividad turística fuera vista como una invasión de extraños que no comprendían los significados profundos de cada movimiento, cada objeto o cada personaje que formaban parte de las prácticas heredadas (Barretto, 2007; Bolaños y Barquín Cendejas, 2014; Cifuentes, 2020; Gallaga et al., 2022; Gasparello, 2020).

Este artículo tiene la intención de describir cómo fue la experiencia de la celebración de la Fiesta Grande de Chiapa de Corzo, Chiapas, México, y su danza tradicional de los Parachicos, las Chiapanecas y los Chuntaes, Patrimonio de la Humanidad por la UNESCO, antes y después de la pandemia de COVID-19. De acuerdo con Pelegrin y Forgione (2020: 263) “el ritual requiere de la presencia y permanencia de otros porque, en ese entorno es donde se dirimen el devenir de la armonía y el ritmo de sus existencias personales y colectivas”, cabe preguntarse cómo se reprogramaron las reuniones festivas durante la pandemia. ¿Qué pasó tras el regreso a la presencialidad social? ¿La Fiesta Grande continuó como atractivo turístico principal de la forma en que lo hacía antes de la pandemia o ganó algún espacio como representación cultural comunitaria?

Para dar respuesta a estas preguntas de investigación, el estudio se diseñó bajo un marco analítico-explicativo con el objetivo de describir y explicar cómo la pandemia de COVID-19 del periodo 2020-2022 afectó la celebración de la Fiesta Grande de la comunidad de Chiapa de Corzo, Chiapas, México. En este sentido, y bajo una metodología de análisis cualitativo, se recopiló en campo y analizó información sobre la festividad y celebración antes y después de la pandemia, además de realizar una entrevista a Don Rubicel Gómez Nigenda, El Patrón de los Parachicos, con el fin de conocer de primera mano cómo manejó la Cofradía de los Parachicos la situación de pandemia y cómo planeaba sostener la práctica a futuro (Bolaños et al., 2014; Gallaga, 2023).

2. BASE CONCEPTUAL

En esta investigación, se exploraron las principales afirmaciones en torno al impacto transformador de la pandemia de COVID-19 en el turismo en general y en el turismo patrimonial en lo particular. Al examinar los cambios en la higiene personal, los espacios sociales y las perspectivas de vida, se establecen paralelismos con pandemias históricas como la gripe española para subrayar la ciclicidad de los eventos globales. En México, una mirada más cercana a las medidas de salud revel*ó* conocimientos sobre el papel cambiante de la tecnología en la preservación del patrimonio cultural y la nueva importancia de los espacios culturalmente significativos durante las restricciones de viaje. Después del confinamiento, se profundiz*ó* en la variada reevaluación de las prácticas comunitarias, en particular su impacto en tradiciones veneradas como la Fiesta Grande reconocida por la UNESCO en Chiapa de Corzo, Chiapas. Centrándonos en bailes icónicos como los Parachicos, Chiapanecas y Chuntaes, empleamos un marco analítico-explicativo y datos recopilados en campo antes y después de la pandemia (Montenegro, 2010; Pelegrin y Forgione, 2020; Roigé Ventura y Canals Ossul, 2021).

La comunidad de Chiapa de Corzo se localiza al sureste de la ciudad capital de Tuxtla Gutiérrez, Chiapas, aproximadamente a 20 minutos en auto por la carretera Panamericana que conduce a San Cristóbal de las Casas. Dicha comunidad es uno de los asentamientos humanos más antiguos y con ocupación constante en la región desde 1500 a. C. hasta la actualidad (**Figura 1**) (Gallaga y Lowe, 2018).

Figure 1: Geographical location of the *Chiapa de Corzo* community (Google Maps adapted by Gallaga).

Nadie conoce a ciencia cierta el origen de los parachicos. Algunos investigadores afirman que su origen es prehispánico, si no en su totalidad, parte de él. La temprana descripción colonial de las festividades de Chiapa menciona que los *Nbarenyhico* (danzantes en chiapaneca) realizaban sus festejos al ritmo del tambor y la flauta al final y al principio de un nuevo ciclo solar (aproximadamente durante la segunda semana de enero), como lo hacen los parachicos de la actualidad. Cuando los frailes dominicos llegaron y realizaban las ceremonias, aprovecharon las fechas locales para ajustarlas a las celebraciones católicas: el Señor de Esquipulas (15 de enero), San Antonio Abad (17 de enero) y San Sebastián Mártir (20 de enero) con el fin de encauzarlas hacia la evangelización. Acción que se repitió en todas las comunidades indígenas de la Nueva España (Cuervo Álvarez, 2016; Gobierno del Estado de Chiapas, 2009).

Según la tradición oral, la Fiesta Grande se originó alrededor del siglo XVII cuando María de Angulo, una dama adinerada proveniente de Sudamérica, llegó a la comunidad de Chiapas trayendo a su hijo enfermo para que fuera tratado en las Aguas Termales Medicinales de *Cumbujuyú*. Aunque el tratamiento parecía funcionar, el niño seguía triste, por lo que un día alguien decidió entretenerlo disfrazándose de carnaval y bailando. El niño sonrió y entonces agregaron más bailarines “para el chico”. Después de estos acontecimientos, una hambruna afectó al pueblo y Doña María trajo alimentos del Istmo de Tehuantepec, y los entregó a los habitantes del pueblo como agradecimiento. Aunque no había habido un documento colonial ni rastro material de la existencia de Doña María, la Fiesta Grande recrea estos eventos, mientras una procesión de parachicos baila entre las capillas e iglesias de la comunidad (Bolaños y Barquín Cendejas, 2014; Cifuentes González, 2020; Gobierno del Estado de Chiapas, 2009; Morales Yoé, S/F; UNESCO, 2023). Recientemente un investigador independiente, localizo en el Archivo General de Indias, un documento que expide una licencia de viaje de Sevilla a la Nueva España para María de Palacio y Angulo y a su hijo Sebastián de San Román y dos criados con fecha del

2 de mayo del 1621, los nombres y fechas coinciden, por lo que es probable que si haya existido tan singular personaje (ES.41091.AGI/CONTRATACION,5377,N.35) (Millo, 2023). Es en este profundo y diverso pasado que se desarrolla la Fiesta Grande de Chiapas. Como muchas otras celebraciones y festividades mexicanas, esta Fiesta ha mutado de un aparente hecho histórico que el tiempo y la gente han embellecido a través de relatos, a la actualidad, transformándola en una rica representación cultural de la identidad del estado de Chiapas. Así, en 2009 fue declarada Patrimonio Cultural de la Humanidad por la UNESCO (**Figura 2**) (Gobierno del Estado de Chiapas, 2009; UNESCO, 2023).

Figura 2: Anuncio de la nominación de los Parachicos y la Fiesta Grande como Patrimonio Cultural de la Humanidad por la UNESCO por el C. Juan Sabines Guerrero, Gobernador del Estado de Chiapas, en La Pila de Chiapa de Corzo en 2009 (Foto Emiliano Gallaga).

3. OBJETO DE ESTUDIO

Cuando hablamos de la actividad turística, la primera imagen que nos viene a la cabeza es la de sol, arena y mar (las tres grandes S en Ingles), sin embargo, el turismo se puede experimentar de muchas formas, como por ejemplo: turismo de naturaleza, turismo de experiencias, turismo rural o turismo patrimonial. Así, a pesar de esta última pandemia en la que el modelo actual de turismo se desplomó a niveles nunca vistos, esta actividad no dejará de existir; por el contrario, tras el levantamiento de las medidas sanitarias se vio una rápida recuperación del sector (Muñoz Aparicio, y Del Carmen Navarrete, 2021; Pulido, 2021; Rubín, 2024; Ruiz Estrada, 2021), aunque con cambios significativos como se preveía, como una mayor preferencia por el turismo de naturaleza

y/o patrimonial (Richards 2015). Estos cambios no son nuevos; se estaban gestando antes de la pandemia de COVID-19, pero esta preferencia se acentuó con esta crisis. En el caso particular del "turismo patrimonial", el concepto del mismo se concibe como un elemento revitalizador de los patrones culturales en el que, no solo se le da una valoración económica sino también un valor comunitario social/cultural a la cultura/patrimonio de una comunidad en particular. Para la Secretaría de Turismo (SECTUR) de México, el concepto de Turismo Patrimonial es un viaje turístico motivado por conocer, comprender y disfrutar el conjunto de rasgos y elementos distintivos, espirituales y materiales, intelectuales y emocionales, que caracterizan a una sociedad o grupo social de un destino específico (SECTUR, 2015: 4).

Sin embargo, en el mismo sentido, es importante contemplar y analizar como el valor (turístico) puesto en el patrimonio contribuye a la pérdida del mismo al cambiar los valores originales del patrón cultural y con esto distorsionar el patrimonio en una escenografía sólo para satisfacer la actividad turística (Gallaga et al., 2022). Desde el punto de vista antropólogo, el patrimonio no es algo definido por objetos materiales, sino como un recurso cultural, económico y político, una práctica discursiva, o incluso como un proceso de varios actos que se relacionan con el pasado, el presente y el futuro (Mace y Zhu, 2021:1). Esto último, es el resultado de las últimas décadas de estudios de investigación del patrimonio en los que se visualiza no sólo la cultura material como el núcleo del patrimonio sino, en su mayor parte, todas las actividades realizadas por los miembros de una comunidad. Para la actividad turística, varios investigadores afirman que el turismo cultural/patrimonial surge debido al mercado mismo. Es decir, de la necesidad de su diversificación y creciente participación de una nueva clase media urbana, con alto nivel de estudios, interesada en conocer y experimentar algo especial y diferente de la oferta turística masiva, con contenido cultural, simbólico, espiritual e histórico (Barretto, 2007; Dueñas, 1998; Prats, 2011; Stronza, 2021).

En este sentido, existe una relación muy estrecha entre turismo y cultura (no sólo porque el turismo es una acción cultural en sí misma), ya que el visitante individual interactúa con una sociedad que no es la suya y viceversa, por lo tanto, ambas partes están expuestas a diferentes culturas (Gallaga et al., 2022). En general, si la comunidad receptora es la que tiene el control de la actividad turística, el turista obtiene una imagen más realista de ella y la comunidad obtiene un mejor acceso a los recursos turísticos. Sin embargo, este no es el caso de la comunidad de Chiapa de Corzo, Chiapas. El trabajo de campo realizado antes del COVID19 ilustró que la comercialización de la Fiesta Grande estaba adquiriendo más importancia que la ceremonia en sí, creando serias tensiones

entre los miembros de la comunidad (la hermandad de los Parachicos vs. actores políticos/económicos locales) y entre la comunidad y actores externos (vendedores, agencias turísticas y transportistas). En este caso, el éxito de la Fiesta Grande parece ser su peor enemigo. Año con año, el número de turistas que llegan a la comunidad de Chiapa de Corzo para vivir la Fiesta aumenta, compitiendo con los parachicos por el espacio vital. Entre 2018-2019, previo al COVID19, Chiapa de Corzo recibió alrededor de 40 mil visitantes en enero (mes de la celebración de la Fiesta Grande) lo que dejó una derrama económica de casi 70 millones de pesos mexicanos (casi 4 millones de dólares estadounidenses) (Gobierno del Estado de Chiapas, 2019). Sin embargo, esos recursos no se quedan en la comunidad (mucho menos entre los parachicos), sino con los vendedores externos y prestadores turísticos. El turista como resultado de la actividad cultural es una causa seria de cambios culturales (para bien o para mal) que afectan la cultura de los involucrados (Gasparello, 2020a y 2020b).

En 2009 la Fiesta Grande de Chiapa de Corzo ingresó a la lista del Patrimonio Cultural Inmaterial de la Humanidad. Como se menciona en el artículo "El Sistema de Listas, Composición y Gestión" de Ortiz y Delgado Méndez, el ingreso a la lista mundial "supone no sólo la identificación de ese bien como patrimonio inmaterial, con posibles consecuencias positivas (o no) (...) sino también un impulso cultural, social y económico a nivel local, estatal o internacional" (2022: 83). En relación con lo anterior, y en especial con lo relacionado con la economía, es oportuno mencionar que en tiempos pre-pandémicos, la actividad turística en general, y el sector turístico patrimonial en particular, representó el segundo ingreso de divisas a México en 2019 con más de 24 millones de dólares y la llegada de más de 41 millones de turistas, veintisiete millones de los cuales visitaron las zonas arqueológicas y museos del Instituto Nacional de Antropología e Historia (INAH) tan sólo a nivel nacional, demostrando que el turismo patrimonial es uno de los pilares de esta actividad (Ceo, 2020; INAH, 2023; Madrid y Godínez, 2021; Gallaga et al., 2022). El Estado de Chiapas no cuenta con un sector industrial fuerte, por lo que el turismo patrimonial es una actividad vital para la economía local. Una combinación de factores, como sitios arqueológicos (como Palenque, Yaxchilán y Bonampak), el entorno natural (como la selva Lacandona) y las comunidades indígenas locales, hacen que el Estado sea muy atractivo para las actividades turísticas. Las cuales aportan recursos muy necesarios, aunque en lo que se refiere al impulso cultural y social, las consecuencias son más observables.

En el análisis realizado, se retomaron algunos conceptos críticos como el de la fetichización del patrimonio. Romero Flores afirma que "...se ha fetichizado la realidad, encubriendo los procesos que se relacionan directamente con la producción y reproducción de la vida (...) las distintas formas de vida de las personas en el mundo

tienen en común la producción y reproducción de la vida. Y se diferencian en la forma en que despliegan sus propios procesos para hacer posible esa producción y reproducción" (2019: 8). Además, González-Hernández señala que por "...razones históricas e intereses de ciertos sectores de poder (la clase capitalista, dueña de los bienes de producción) que convergen en el Estado y el mercado, el patrimonio cultural aparece como una "cosa", un "objeto", cuando en realidad supone relaciones sociales, entre sujetos con intereses y objetivos diferentes: es la negación del proceso social que supone" (2013: 3).

De esta manera, lo observable sobre las formas en que se gestionan los activos es que, si bien los ingresos económicos son cuantiosos, es importante preguntarse si la distribución de utilidades es equitativa (comunidad vs Estado-sector privado) y, por otro lado, si ese ingreso de divisas vale más que los problemas sociales y culturales que genera, como se explica en la siguiente sección.

4. METODOLOGÍA

Esta investigación empleó un enfoque multifacético, combinando datos cuantitativos de turismo, observación participante y una entrevista cualitativa con el Sr. Rubisel Gómez Ni-genda, el 20º Patrón de los Parachicos, post-COVID-19 (Gallaga, 2023), para examinar de manera integral los impactos en la Fiesta Grande en Chiapas, considerando críticamente la memoria histórica, las narrativas patrimoniales y el papel transformador de la pandemia en las perspectivas comunitarias.

Hasta este punto, los conceptos fundamentales que han servido como motor de este artículo, han sido mencionados y citados fuentes cuantitativas sobre los datos de turismo hacia el Estado de Chiapas, ya que es importante contar con datos macro sobre el turismo tomados de diferentes fuentes para poder hablar de los impactos de la actividad, como periódicos, entrevistas en los medios y comunicación personal con figuras clave. Así como la observación participante de la Fiesta de 2009-2013 y 2022-2023 de uno de los autores, así como su participación en el comité de propuesta de declaración de Patrimonio Cultural de la Humanidad en 2008. Sin embargo, para los efectos de este trabajo, nos pareció imprescindible añadir, a modo de triangulación, datos cualitativos que permitieran aportar información sobre el sentir de la comunidad. Por ello, el 28 de septiembre de 2023 se realizó una entrevista a profundidad de 2 horas con preguntas semiabiertas al señor Rubisel Gómez Nigenda, vigésimo patrono de los Parachicos durante veinticuatro años (linaje que data de 1614). La entrevista fue grabada y posteriormente transcrita en un documento no publicado de trece páginas (una sola línea) (Gallaga, 2023). Don Rubicel no sólo es un danzante de Parachicos, sino que, como patrono de la cofradía, supervisa y

liderea alrededor de 10 mil parachicos. Así como un miembro clave de la organización del Comité de Fiesta Grande, una gran carga y una responsabilidad hacia la continuidad de la celebración de la Fiesta Grande como patrimonio cultural de su comunidad. Si bien su opinión personal sobre la festividad de Parachico y el COVID 19 pudiera ser sesgada fue importante analizarla.

El valor de su relato radica precisamente en que fue realizada después de la pandemia de COVID 19, hecho que impulsó la reflexión y permitió el resurgimiento de la memoria. Beatriz Sarlo dice que "proponer no recordar es como proponer no percibir un olor, porque el recuerdo, como el olor, asalta, incluso cuando no se lo convoca". Continúa comentando que "en condiciones subjetivas y políticas "normales" el pasado siempre llega al presente" (2023: 9-10). El relato de vida es una de las herramientas más importantes de las metodologías cualitativas, sobre todo teniendo en cuenta que revaloriza la interacción, pero sobre todo, porque "profundiza en la peculiaridad de lo "singular" para recomponer y comprender mejor el todo social global en "ambos conformados por el cruce y juego de sentidos y significados" (Del Acebo Ibañez, 2023: 334-335). Los datos obtenidos mediante el uso de los relatos de vida, son innumerables las descripciones verbales de los temas estudiados (...) y toman en consideración el significado afectivo de las cosas, situaciones, vivencias y relaciones que afectan a las personas.

Este giro hacia "la razón del sujeto", a través de la narración en primera persona, permite ver "lo que queda excluido de las narrativas identitarias que reivindica un grupo, una minoría, un sector dominante o una Nación" (Sarlo, 2012: 22). Es importante tener presente que la Pandemia de Covid 19 se plantea aquí como una ruptura, una anormalidad que impuso la necesidad de empezar a recordar el pasado desde otra perspectiva, como desde los relatos de los protagonistas de la Fiesta Grande de Chiapas. Traer la memoria al presente hizo que re-cordaran lo que daba sentido a la comunidad y por ello, es imprescindible considerarlo. En el caso específico de México, el tiempo obligó a adoptar todas las medidas sanitarias para la seguridad de los ciudadanos y el turismo disminuyó. Ese fue el punto de quiebre que impulsó la reflexión sobre las prácticas e impuso el relato de la memoria para recordar y acordar nuevas formas de continuar.

5. RESULTADOS

En las investigaciones sobre el impacto del turismo en ciudades y pueblos históricos, el enfoque generalmente se centra en indicadores cuantitativos tradicionales como el número de turistas en una determinada fecha o período de tiempo, la ocupación hotelera, los gastos *per cápita* en los negocios locales de la zona, los gastos en

gastronomía, la infraestructura para la recreación, la venta de artesanías y la venta de boletos aéreos. Últimamente, a estos indicadores se han sumado réplicas de las experiencias de los turistas en las redes sociales en escenas de risas, alegría, disfraces y bailes, que es básicamente el valor agregado que el turista debe experimentar y asociar cuando piensa en el destino que acaba de vivir (Trujillo, 2023). Entonces, el enfoque no es el destino *per se*, sino la interacción de las personas de la comunidad y los visitantes. Sin embargo, esto puede significar que la importancia del patrimonio cultural se haya reducido frente al interés turístico, como en el caso de la Fiesta Grande.

Previo al COVID 19 y con base en datos de trabajo de campo (de 2008-2009 para la nominación de la UNESCO, y posteriormente de 2010-2013 como parte del seguimiento de la nominación del INAH), se registró que la festividad sufría la presión de la actividad turística. Es decir que la celebración convocaba a miles de turistas que a su vez atraían a varios vendedores (de comida, alcohol y artesanías) la gran mayoría no locales, hasta el punto de que acaparaban la mayor parte del espacio público dejando poco de éste a los propios personajes de la Fiesta Grande. La Cofradía de los Parachicos, se quejó varias veces al Municipio para obtener más espacio para las actividades ceremoniales pero la presión económica de los vendedores y el negocio turístico fue más fuerte, por lo que no se concretó nada sobre el rescate de espacios. Aunado a esto, los permisos para vender y beber alcohol en las calles y la realización del concierto masivo en la plaza principal, era una gran distracción/competencia para el evento cultural de los Parachicos. Este último, de hecho, fue estipulado como una de las varias recomendaciones de la nominación de la UNESCO para que el gobierno local trabajara en su desaparición o traslado a otra área (archivo personal del autor).

El escenario previo a la pandemia para el desempeño cultural de los Parachicos era de una seria competencia con las actividades comerciales y los atractivos turísticos que atrae la festividad. La llegada de la pandemia de COVID-19 en 2019 fue un shock total para todos en general y en Chiapa de Corzo en particular. Como mencionamos antes, la economía local depende casi de la llegada del turismo a la comunidad. La Fiesta Grande, la actividad cultural y económica más importante para principios de año, es un evento muy esperado y el establecimiento de la prohibición para realizar la festividad por motivos de salud creó un malestar en la comunidad. Fueron necesarias varias reuniones entre funcionarios federales y estatales con miembros de la misma, así como personal sanitario y de salud para llegar a un acuerdo entre todas las partes, pero sobre todo con Don Rubisel Gómez Nigenda, el 20° Patrón de la cofradía de los Parachicos. El Patrón entendió su responsabilidad en cuanto tuvo la certeza de que, frente a las autoridades nacionales, su palabra valía más que la de los funcionarios estatales. Asumiendo la responsabilidad como Patrón de los Parachicos,

firmó el documento en la que se aceptaba cancelar la Fiesta grande, a pesar de la oposición de la comunidad. Este momento subrayó la inmensa responsabilidad que recae sobre el Patrón cuando se enfrenta a decisiones tan cruciales (Gallaga, 2023: 3). No olvidemos, que el Patrón es responsable del bienestar de más de 10 mil danzantes parachicos. De alguna manera, sí, había miedo a la muerte, pero al final la Fiesta Grande y los Parachicos son una celebración de y para la vida, y sus actuaciones son una garantía de orden, de agradecimiento por la buena fortuna, de seguridad y de vínculo social e interacción con el resto de los miembros de la comunidad. Por lo que cancelar la festa en esas condiciones únicas, fue un reconocimiento a la vida misma de la comunidad.

Todas las actividades comerciales y turísticas se detuvieron de un día para otro. Es en este momento en que se toma una decisión para celebrar la ceremonia. El Patrón, la comunidad y las autoridades religiosas deciden utilizar las redes virtuales para replicar las ceremonias, pero desde el interior de las casas por primera vez. La misa católica se realizaría en vivo solo con el personal indispensable y se transmitiría a través de la red, el Patrón en conjunto con el sacerdote local realizó los rituales correspondientes vestido de Parachico y animó a sus seguidores a hacer lo mismo, pero desde la seguridad de sus casas (**Figura 3**):

> "La municipalidad cancela la fiesta, que es la fiesta comercial y la tuvo que cancelar porque por orden del gobierno, ¿no? Pero el Patrón con su pueblo es otra cosa, nada que ver ahí. Y en ese momento, bueno, decidí decir que no, pero quedé de acuerdo con el cura para hacer las celebraciones de la iglesia e invitar a todos los que quisieran bailar y bailar, que lo hicieran en sus casas, en familia, y fui a subir toda la información" (Gallaga, 2023: 4).

> "...cuando invitamos a la gente, no, ellos estaban contentos, porque no iban a dejar de salir a ensayar. Salieron los rebeldes, bailaron los rebeldes en las calles, pero la gente que tenía corazón para bailar y no podía, inmediatamente aceptó, bailando en casa y con su familia, se vistieron todos de chiapaneca, de parachico. Y se logró, se logró no suspender por completo la fiesta a través de las redes sociales, nos sirvieron para algo bueno, importante que lográramos entrar a las casas para poder, este, estar en comunicación entre parachico Patrón, y las imágenes de qué estamos celebrando. O sea, sería triste no hacerlo. Pero había que buscar la manera. ¿No? Todos nos pusimos de acuerdo" (Gallaga, 2023: 8).

Este pasaje, además, ilustró que la Fiesta Grande, como cualquier otra actividad cultural, no es estática y se encuentra en constante adaptación y cambio de acuerdo a nuevos contextos para poder sobrevivir o continuar.

Para esta investigación, se consideró que los indicadores tradicionales para brindar un diagnóstico sectorial son necesarios, pero no pueden ser los únicos datos que se puedan elaborar y validar, porque la generalidad de la información no permite conocer lo que sucede en las particularidades de las comunidades patrimoniales. Por otro lado, no permiten detectar situaciones que operen como rupturas para la adaptación de las

prácticas a los nuevos tiempos, teniendo en cuenta que la realidad social es dinámica y las prácticas son puentes con las tradiciones que permiten dar sentido al presente y proyectar futuros. La entrevista con la autoridad de la Fiesta Grande, en conjunción con los datos recolectados en campo, brindan una vía para el involucramiento con la comunidad a través del uso de una perspectiva en primera persona socialmente legitimada. Al articular el papel de líder moral durante los últimos veinticuatro años y de custodio de una tradición rica en dimensiones ancestrales, emocionales, simbólicas y espirituales, se desprende un sentimiento de orgullo familiar. Este sentimiento se acentúa aún más por el compromiso multigeneracional que abarca tres épocas sucesivas, mientras persisten los esfuerzos por trascender los confines temporales dentro del tejido de este venerable fenómeno cultural.

Figura 3: A) Familia de bailarines de Parachicos bailando en su casa durante la pandemia, nótese el cubrebocas; B) Fumigación de una de las instalaciones de baile de Parachicos durante la pandemia (Fotos de Rubisel Gómez Nigenda).

Esta acción permitió una primera reflexión de la población sobre qué es lo importante: por un lado, que “el pueblo” es una cosa, no es la fiesta turística comercial y, por otro, que lo que importa es la espiritualidad, el sentido de la Fiesta y la razón de ser de la misma. La Fiesta en pandemia fue una ruptura entre ellos (la comunidad) y lo externo (los visitantes), sin embargo, también fue una oportunidad para tomar conciencia. La pandemia marcó un antes y un después en las comunidades en general, y en Chiapa de Corzo en particular, porque expuso asimetrías sociales y el acceso desigual a los recursos turísticos y de los gobiernos locales. Asimismo, al impedir los traslados/movimientos, por primera vez en mucho tiempo, nuevamente se habló sobre el sentido de la acción y se reflexionó sobre la legitimidad de las demandas futuras.

Así, para el año 2022, cuando se levantaron las medidas de sanidad y pudieron regresar los turistas, vendedores y el concierto masivo, aunque aprovechando la coyuntura el Comité Organizador de la Fiesta Grande votó porque la Fiesta Grande comercial debía y podía tener un cambio significante. El espacio del parque central del que habían sido desplazados los Parachicos debido a la cantidad de puestos comerciales, el concierto masivo y los turistas fuera utilizado nuevamente por los bailadores de parachicos. Esta decisión fue respaldada por el Lic. Leonardo Cuesta Campos, ex Presidente Municipal de Chiapa de Corzo, quien decidió trasladar el concierto masivo y la gran mayoría de los puestos a un terreno baldío fuera de la comunidad (**Figura 4**) (Diario de Chiapas, 2023). Como es usual, hubo algunas oposiciones, en su mayoría por parte de vendedores externos que alegaron que las ventas no serían las mismas. Sin embargo, la comunidad se mantuvo firme y hasta el día de hoy el concierto masivo y la mayoría de los vendedores (especialmente de alcohol) continúan en el área exterior de la comunidad. El gobierno local incluso estableció transporte local gratuito desde la plaza hasta el área del concierto masivo para promover el cambio (Diario de Chiapas, 2024).

Figura 4: A) Vista panorámica de la Fiesta Grande comercial en la plaza central de Chiapa de Corzo antes de la pandemia, note la cantidad de puestos, las enormes instalaciones de conciertos y todos los turistas en ella; B) La misma plaza central pero esta vez llena de Parachicos bailando en 2022 después de la decisión de trasladar la Fiesta Grande comercial fuera de la comunidad (Fotos de Rubisel Gómez Nigenda).

6. DISCUSIÓN

La investigación exploro el impacto de la pandemia de COVID-19 en la celebración de la Fiesta Grande en Chiapa de Corzo, México, centrándose en la danza tradicional de los Parachicos con datos recopilados en el campo, archivos y una entrevista. Utilizando un marco analítico-explicativo y un análisis cualitativo, el estudio examina las festividades prepandémicas, los efectos de COVID-19 y las adaptaciones postpandémicas. La investigación tuvo como objetivo dilucidar cómo la pandemia impulsó la reflexión sobre las prácticas culturales y si la Fiesta Grande emergió fortalecida o experimentó transformaciones en respuesta a los desafíos planteados.

En este contexto de demandas, Don Rubisel recuerda que la Fiesta Grande tiene una importante cadena de valor al interior de la comunidad, como lo es que hay un año de elaboración de disfraces por parte de los artesanos locales (máscaras, chinchines, monteras, etc.), así como de preparación para brindar alimentos y bebidas a todos los parachicos. Por otro lado, Don Rubisel menciona que las promesas hechas cuando la celebración fue incluida en la lista de patrimonio mundial no se han cumplido:

> "...Si se hubieran retomado todas las peticiones que se hicieron, de un museo, de una ruta cultural que ya fue aceptada por el gobierno, esto, el apoyo que nos ofrecieron, estaríamos bien. El detalle es que no se ha cumplido nada, nada, absolutamente nada (...) la nominación no ha tenido un peso específico para nosotros, que nos diga estos son los beneficios que tenemos, ¿no? Los beneficios son de los... de los negocios que, al final, con la nominación, aumentó aún más la llegada de turistas, ¿no? Se llenan, se abarrotan" (Gallaga, 2023: 12).

La adopción de un marco jurídico basado en la Convención del Patrimonio Cultural Inmaterial Mundial, que en sus directrices propone un marco de acción propicio al desarrollo económico como motivador del desarrollo social y del mantenimiento de la diversidad de las expresiones culturales, no evita problemas de larga duración en las comunidades: por un lado, la cuestión del desarrollo económico. ¿Quién define qué tipo de desarrollo económico se llevará a cabo? ¿El desarrollo económico respeta la diversidad de actividades en el territorio? ¿Se delinean planes estratégicos de gestión territorial? Por otro lado, la falta de coordinación de las áreas de turismo y cultura, que se suma a la falta de profesionalización de los agentes estatales que participan en la gestión de los sitios patrimoniales, incide en la constante desvalorización de las posibilidades de autogestión por parte de las comunidades que desarrollan sus prácticas culturales en esos territorios (UNESCO, 2023).

Como resultado de la metodología utilizada para el análisis de la dinámica cambiante de la Fiesta Grande de Chiapa de Corzo, a partir de la entrevista a profundidad al Patrón de los Parachicos, el análisis de la bibliografía relacionada con una postura

crítica sobre la gestión del patrimonio cultural (Baez, 2022) y la estructuración del artículo a partir de conceptos clave como desarrollo económico, turismo, evocación, pandemia y fetichización, se obtuvo un texto coherente que pudiera ser replicado en el análisis de otra práctica cultural, tomando en cuenta los acontecimientos territoriales e históricos que dan como resultado una determinada formación sociocultural. Respecto a esto, se enfatizó en la recolección de información de primera mano (la entrevista), ya que este relato es el que da legitimidad a la producción académica.

7. CONCLUSIONES

Se debe y puede encontrar un punto medio en el que ganen la actividad turística, el turista, la comunidad y el patrimonio. Por un lado, no es posible pensar que el valor comercial del patrimonio sea la panacea para su revitalización, conservación y protección únicamente; por otro, si queremos preservar la actividad cultural, no podemos dejar de darle un uso/utilidad a esos valores. La cultura en general, y el patrimonio en particular, no son estáticos; están en constante cambio según lo vemos, y lo mismo aplica a la actividad turística. Como se presentó, la Fiesta Grande ha sido una celebración donde la Fiesta comercial empezó a ser más importante que la Fiesta cultural/patrimonial. Aunque hubo algunos intentos de hacer algunos cambios, no fue hasta el COVID19 donde la comunidad encontró la oportunidad de hacer un cambio para continuar con su desempeño y revitalización cultural, a través de adaptarse a las nuevas condiciones que trajo el encierro obligatorio (Montenegro, 2010; Pelegrin y Forgione, 2020; Roigé Ventura y Canals Ossul, 2021).

En el caso particular del turismo patrimonial, la pandemia de COVID-19 proporcionó un descanso necesario, donde, en algunos casos, el descanso se aprovechó para realizar algún proceso de restauración necesario en sitios arqueológicos y/o para dar un descanso a las festividades de comunidades locales de turistas y vendedores. Tal es el caso de la Fiesta Grande de Chiapa de Corzo, México, donde los vendedores (de productos no locales y alcohol) y los turistas comenzaron a convertirse en un problema para la celebración local al punto que la fiesta de Parachicos tenía que luchar por el espacio vital para poder ir de una iglesia a otra. Una de las preguntas de investigación fue si, ¿el COVID-19 debilitó la Fiesta Grande o, por el contrario, la fortaleció? Como se demostró, la pandemia proporcionó un descanso muy necesario para restablecer lo que era el aspecto relevante de la Fiesta y hacer cambios para fortalecer la celebración como una representación del patrimonio cultural frente a la actividad comercial que la acompañaba.

La Fiesta Grande comercial fue cancelada del 2021 al 2022, sin embargo, como ilustramos, la Fiesta Grande cultural/patrimonial no se detuvo, continuó dentro de la casa de cada danzante Parachico (por primera vez). Una de las preguntas de investigación fue si la fe era más fuerte que el miedo a la muerte. La respuesta va en ambos sentidos. Por un lado, no, porque la Fiesta Grande y los Parachicos son una celebración de y para la vida. Entonces, para continuar con la fe, uno necesita estar vivo. Por otro lado, sí, porque la celebración de la fe no se detuvo, solo encontró una nueva forma de ser abordada, y la cofradía de los Parachicos lo entendió muy bien (Cohen, 1992; Martínez y Reynoso, 2018; Pelegrin y Forgione, 2020; Timothy y Olsen, 2006). Como narra el Patrón:

> "...conscientes de que podíamos morir y era lo más seguro. Pero teníamos que buscar una estrategia... era la primera vez que teníamos una serie de reuniones entre la municipalidad, entre la autoridad religiosa, su servidor (responsable de los parachicos), y las juntas de festejo de cada barrio, para llegar a un acuerdo y pensar cómo podíamos continuar sin interrumpir esto, porque la gente estaba muy insistente en bailar. Fue ahí donde hicimos el acuerdo... lo único que puedo hacer es porque la misa se va a celebrar aquí. Y tenemos el control. Sabemos cuántas personas vamos a sentar... y el cura va a hacer su misa por las redes sociales. Perfecto, aprovecho, me visto del Patrón, toco aquí con mis músicos y los invitamos a bailar en casa" (Gallaga, 2023: 8).

Varios investigadores coinciden con el relato del Patrón de que las celebraciones no dejan de honrarse entre sí por una situación inesperada, sino que se ajustan a nuevos contextos con renovadas representaciones (Han, 2020: 260; Solanet, 2020). Esos dos años fueron esenciales para que el municipio de Chiapa de Corzo vislumbrara que la Fiesta Grande cultural/patrimonial es más importante que la Fiesta Grande comercial, y se hicieron algunos cambios necesarios para devolverle la relevancia a los Parachicos. Algunas de estas acciones fueron la de sacar el concierto masivo y a los vendedores de la plaza principal (ver imagen 4). Estos cambios necesarios fueron en cumplimiento con las resoluciones y observaciones a la Fiesta Grande como Patrimonio Cultural de la Humanidad por la UNESCO en 2009. Por lo que es justo concluir que la pandemia fortaleció a la Fiesta Grande.

Lo que hizo la pandemia de COVID-19 fue permitirnos detenernos y pensar en el sentido de nuestras acciones (y no sólo en el sector turístico sino en la vida en general), para apreciar el contacto personal, las cosas mínimas, la persona detrás de ellas. Los investigadores llaman "antro-pausa" a este pequeño periodo de tiempo en el que la humanidad detiene su presencia en la realidad y sirve para reevaluar su existencia (Pelegrin y Forgione, 2020). ¿Los cambios realizados por la comunidad de Chiapa de Corzo perduraran? Es difícil saberlo, pero hoy, la Fiesta Grande de Chiapa de Corzo, es más fuerte por la fe de sus danzantes Parachicos. Es subjetivo en el sentido de que el

patrimonio cultural está conformado por aquellos bienes que los valores que prevalecen en cada sociedad en un momento determinado establecen que deben ser susceptibles de ser protegidos y preservados como legado del pasado para las generaciones futuras (Álvarez et al., 2019), porque el turismo es un factor significativo de derrama económica para muchos países orientados al turismo como México (Durlevic, 2023; Gallaga et al., 2022).

REFERENCIAS

Alonso Bolaños, M.; y Barquín Cendejas, A. (2014). Entrevista con Rubisel Gómez Nigenda, patrón de los parachicos. En *Diario de Campo* (2): 58-64.

Álvarez-García, J., Maldonado-Erazo, C. P., Del Río-Rama, M. D. L. C., y Castellano-Álvarez, F. J. (2019). Cultural heritage and tourism basis for regional development: mapping of scientific coverage. En *Sustainability*, 11(21): 6034.

Báez, C. (2022). Las cadenas del valor del patrimonio cultural mundial en la Argentina, en *Actas del Encuentro Universitario Iberoamericano sobre Patrimonio Cultural y Natural*, organizado por la Universidad Autónoma de Zacatecas "Francisco García Salinas", la Organización de Estados Iberoamericanos, el Instituto Europeo de Itinerarios Culturales, la Fundación EU-LAC y la Oficina de la UNESCO en México, del 11 al 13 de mayo de 2022.

Barretto, M. (2007). *Turismo y Cultura: Relaciones, Contradicciones y Expectativas*; Colección PASOS Edita; Asociación Canaria de Antropología: Islas Canarias, España.

Cifuentes González, R. del C. (2020). *La Danza tradicional del Parachico: su transitar en los espacios tempo-espaciales I*; Entretejas (5): 25-38.

Cohen, E. (1992). Pilgrimage centers: concentric and excentric. En *Annals of Tourism Research*, 19(1): 33–50.

Cuervo Álvarez, Benedicto. (2016). La conquista y colonización española de América. En Historia Digital, XVI, (28): 103-149. ISSN 1695-6214.

Del Acebo, Ibáñez. (2023). *Metodología y Técnicas de Investigación Social*, Unidad 4, Sociología de las Organizaciones, Buenos Aires, Argentina.

Diario. (2023). Este domingo inician los masivos de la fiesta grande en Chiapa de Corzo. En Línea: https://diariodechiapas.com/a-and-s/este-domingo-inician-los-masivos-de-la-fiesta-grande-en-chiapa-de-corzo (Consultado el 20 diciembre 2023).

Dueñas, M. (1998). Desculturalización versus Culturalización. En *Cuad. Filos. Ingl.*(7): 87–97.

Durlević, U., Čegar, N., Dobrić, M., Vukašinović, S., Lukić, T., Stevanović, V. y Valjarević, A. (2023). The Heritage Climate Index (HERCI): Development, Assessment and Application for Tourism Purposes in Geoheritage and Cultural Heritage Sites. En *Atmosphere*, 14(8): 1265.

(El) Ceo. (2020). Ingresos por divisas turísticas en México se desploman En línea: https://elceo.com/economia/ingresos-por-divisas-turisticas-en-mexico-se-desploman-48-en-marzo/#:~{}:text=Los%20ingresos%20provenientes%20de%20los,sumaron%2024%2C563%20millones%20de%20d%C3%B3lares (consultado el 19 noviembre 2023).

Gallaga, E. (2023). Entrevista con el Sr. Rubisel Gómez Nigenda, Patrón de los Parachicos, septiembre 28 del 2023. Documento mecanografiado no publicado.

Gallaga, E; y Lowe, L. (2018). *Chiapa de Corzo: Orígenes de una comunidad milenaria*. INAH, México.

Gallaga, E.; Trujillo, J.; y Andrelic, B. (2022). Archaeological Attractions Marketing: Some Current Thoughts on Heritage Tourism in Mexico. En *Heritage* (5): 567–580.

Gasparello, G. (2020a). ¡Que no te Lleve el Tren! Regiones Indígenas en Contra del Tren Maya, En *Cuaderno 1*; Pez en el Agua e INAH: Chiapas, México; pp. 1–91.

Gasparello, G. (2020b). Mercantilización de la cultura: Turismo y reordenamiento cultural. En *Am. Lat. Mov.* (2): 21–23.

Gobierno del Estado de Chiapas. (2009). *Fiesta Grande de Chiapa de Corzo*. Coordinación del Centenario y Bicentenario, México.

González-Hernández, G.M. (2013). De los imaginarios al fetichismo frente al debate de los centros históricos. En *Boletín Científico Sapiens Research*, 3(2): 29-33.

Google Maps. En línea: https://www.google.com/maps/@16.7295304,-92.8995079,11.46z?entry=ttu (consultado el 17 mayo 2024).

Han, Byung-Chul. (2020). *La Desaparición de los Rituales. Una Topología del Presente.* Barcelona, Herder; 1ra edición. digital.

INAH. Estadisticas. En Línea: https://www.estadisticas.inah.gob.mx/ (consultado el 19 noviembre 2023).

Mace, J.; y Zhu, Y. (2021). Introduction. En *Notions of Heritage/Notions de Patrimoine*; Collection Nouveaux Patrimoines; Presses de L'Université du Québec: Québec, QC, Canadá, pp. 1–8.

Madrid, F.; y Godínez, G. (2021). *Los Otros Datos del Turismo: La dimensión Social de la Actividad Turística*; CNET; CIC, CTUR: Ciudad de México, México, 2021.

Martínez, R. & Reynoso, A. (2018). La Romería de Zapopan Tradición que Sobrevive al Embate Guadalupano, en *International Journal of Scientific Management and Tourism* 4-1: 435-467.

Millo G., Josemilio. (2025). Facebook post 28 de enero 2025.En Línea: https://www.facebook.com/share/p/1Dxi5fHVpf/ (Consultado el 2 de febrero de 2025).

Morales Yoé, J. (S/F). El origen del parachico. En *Doña María de Angulo, leyenda y tradición de Chiapa*; Club de Leones de Chiapa de Corzo, A.C., México.

Montenegro, M. (2010). La patrimonialización como protección contra la mercantilización. Revista Colombiana de Antropología, 46, 115-131.

Muñoz Aparicio, C.G.; y Del Carmen Navarrete Torres, M. (2021). Las Organizaciones Turísticas ante el COVID-19. En *J. Tour. Herit. Res*., pp. 4, 46–55.

Ortiz, L.; y Delgado Méndez, A. (2022). *El sistema de listas: composición y gestión in Patrimonio Cultural inmaterial de la humanidad*, Collectánea, Universidad de Huelva, España.

Pelegrin, M.; y Forgione, C. (2020). Los rituales no se suspenden, el folklore en la pandemia. En *Pandemia: los desafíos múltiples que en el presente le plantea al porvenir*, Academia Nacional de Ciencias Morales y Políticas: Buenos Aires, pp. 263-264.

Prats, L.; y Santana, A. (2011). Turismo y Patrimonio. En *Entramados Narrativos*; Colección PASOS Edita; Asociación Canaria de Antropología: Islas Canarias, España, 2011.

Pulido, J.I. (2021). Las Grandes Tendencias y sus Efectos en el Ecosistema de la Actividad Turística. En *Catedra de Excelencia Académica: Turismo, Cambio Social y Desafíos Económicos*; UNACH: Tuxtla Gutiérrez, México.

Richards, G. (2015). The New global nomads: Youth travel in a globalizing world. En Tour. Recreat. Res.(40): 340–352.

Roigé Ventura X. y Canals Ossul, A. (Eds.) (2021). Patrimonios confinados. Retos del patrimonio inmaterial ante el COVID-19.

Romero Flores, Javier Reynaldo. (2019). Dinámica festiva y posibilidad de estar siendo: la disputa por el sentido común. En *Calle 14 revista de investigación en el campo del arte* 14, (26). https://revistas.udistrital.edu.co/ index.php/c14/article/view/15011. (Consultado el 18 diciembre 2023)

Rubín, E. (2020). Turismo Nacional, la Gran Apuesta Post Pandemia. En *Invitado Forbes, Forbes México*. En línea: https://www.forbes.com.mx/turismo-nacional-la-gran-apuesta-post-pandemia/ (consultado el 9 enero 2024).

Ruiz Estrada, M.A. (2021). A post-COVID-19 economic recovery proposal: The national domestic economic auto-sustainability model (NDEAS-Model). En *AEIInsights Int. J. AsiaEur. Relat*.(7): 37–46.

Sarlo, B. (2012). Tiempo pasado, cultura de la memoria y giro subjetivo. Una discusión, Buenos Aires, Argentina.

SECTUR. (2015). *El Turismo Cultural en México*. En Línea: https://www.cultura.gob.mx/turismocultural/pdf/Resumen_Ejecutivo.pdf (consultado el 19 noviembre 2023).

SECTUR Chiapas. (2019). Estadísticas. En Línea: http://www.turismochiapas.gob.mx/institucional/estadisticas/formatos/ENERO2019.pdf (Consultado el 9 Enero 2024).

Solanet, Manuel Alberto. (2020). *Pandemia: los desafíos múltiples que en el presente le plantea el porvenir*. Academia Nacional de Ciencias Morales y Políticas.

Stronza, A. Anthropology of tourism: For Tourism the ground for ecotourism and other alternatives. Annu. Rev. Anthropol. 2021, 30, 261–283.

Timothy, D. J.; y Olsen, D. H. (2006). *Tourism, religion and spiritual journeys* (Vol. 4). Routledge.

Trujillo, J. (2023). Hacia una experiencia turística-Marca Chiapas. En *Universidad & Negocios*, (2): 13-21.

UNESCO. (2009). Patrimonio Cultural Inmaterial. En línea: https://ich.unesco.org/es/RL/los-parachicos-en-la-fiesta-tradicional-de-enero-de-chiapa-de-corzo-00399 (consultado el 07/11/2023).

UNESCO. (S/F). Intangible Cultural Heritage. En Línea: https://ich.unesco.org/en/what-is-intangible-heritage-00003 (Consultado el 20 diciembre 2023).

CAPÍTULO 5

DITADURA MILITAR, CANÇÕES E SONS NO BRASIL PÓS-1964: O GRUPO DE TEATRO OPINIÃO EM CENA[1]

Data de submissão: 15/01/2026
Data de aceite: 03/02/2026

Kátia Rodrigues Paranhos
Doutora em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
Professora do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia/UFU
Bolsista produtividade em pesquisa do CNPq e do Programa Pesquisador Mineiro da Fapemig
https://orcid.org/0000-0002-1974-1197

Resumo: Este texto aborda a importância histórica do Grupo de Teatro Opinião (1964-1980) e dos seus espetáculos como expressão política de resistência à ditadura militar no Brasil. Na esteira disso, focalizo de que forma a utilização do discurso musical afeta o espectador não só por meio dos parâmetros sonoros, mas igualmente pela sua capacidade de sugerir imagens e de inventar espaços e lugares ao criar figurações cênico-dramáticas. Enfatizo como características fundamentais desse teatro musicado a mistura de tradições culturais e a produção/criação artística dos atores/cantores. Daí a pertinência da discussão sobre o contraponto entre as linguagens musicais e plásticas na composição da polifonia intrínseca ao espetáculo teatral.
PALAVRAS-CHAVE: Grupo de Teatro Opinião; sons; encenação.

MILITARY DICTATORSHIP, SONG, AND SOUND IN POST-1964 BRAZIL: THE OPINIÃO THEATER GROUP ON STAGE

ABSTRACT: This text addresses the historical importance of the Opinião Theater Group (1964-1980) and its performances as political expressions of resistance to the Brazilian military dictatorship. Accordingly, I focus on how using musical discourse affects the audience not only through sound parameters, but also through its ability to suggest images and invent spaces and places by creating scenic-dramatic figurations. I highlight as the crucial characteristics of this musical theater the mix of cultural traditions and actors/singers'artistic production/creation. Thus, it is relevant to discuss the counterpoint between musical and plastic languages in the composition of the polyphony that is inherent to theatrical performance.
KEYWORDS: Opinião Theater Group; sounds; staging.

[1] Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada, em 2025, no II Congreso Internacional de la Asociación Peruana de Musicología realizado em Lima, e contou com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Programa Pesquisador Mineiro/PPM, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

1. TEATRO E MÚSICA

A experiência do teatro musicado no Brasil conheceu uma de suas fases mais férteis durante as décadas de 1960 e 1970. Nesses anos, o teatro brasileiro frequentemente se organizou sob o formato de espetáculo cantado para responder de modo crítico ao regime militar instaurado em 1964. As soluções estéticas mobilizadas nessas peças reeditaram as práticas nacionais da farsa e do teatro de revista, assimilaram influências estrangeiras (como dos alemães Erwin Piscator e Bertolt Brecht e do musical americano) e, acima de tudo, afirmaram caminhos artísticos originais capazes de envolver o público. Os textos musicais registraram instantes históricos, ao mesmo tempo em que fixaram tendências que transcenderam aquela conjuntura específica, deixando lições estéticas às quais se pode voltar hoje, entre elas as estratégias épicas, isto é, as narrativas (a maneira de a música se inserir no enredo) e os diálogos em verso. Como a atividade musical dialoga com outros campos do fazer artístico, trata-se, portanto, de compreender o "fato música" como uma "colcha" extensa e complexa de relações dinâmicas e plurais. Estas variam entre a semiologia, a história, a sociologia, a antropologia, técnica e arte, ideologia e política, e comportam relações que se exprimem dentro e "fora" do fenômeno musical. Daí o interesse em analisar três montagens do Grupo Opinião, a junção da música e do teatro, como expressões de engajamento e de intervenção sonora que fluíam nos espetáculos e para fora deles nos tempos difíceis da ditadura militar brasileira, que ainda mostraria fôlego para perdurar, com maior ou menor força, por longos 21 anos.

"Eu não mudo de opinião"

No Brasil pós-golpe militar de 1964 o ambiente de tensão instaurado acirrou antagonismos de toda ordem que se espraiaram pelos campos sociais, políticos e culturais. O teatro se destaca nesse contexto por se organizar em posição de luta contra o regime, mantendo assim uma postura militante. Na época, o grupo de artistas que esteve ligado ao Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE), reuniu-se com o intuito de criar um foco de resistência e protesto contra aquela situação. Foi então produzido o espetáculo musical *Opinião*, com Zé Kéti, João do Vale e Nara Leão (depois substituída por Maria Bethânia), cabendo a direção a Augusto Boal (COSTA et al., 1965, s./p). O espetáculo apresentado no Rio de Janeiro, em 11 de dezembro de 1964, no Teatro Super Shopping Center, marcou o nascimento do grupo e do espaço teatral que veio a se chamar Opinião (NEVES, 1987, p. 58). Os integrantes do núcleo permanente eram Oduvaldo Vianna Filho (o Vianinha), Paulo Pontes, Armando Costa, João das Neves, Ferreira Gullar, Thereza Aragão, Denoy de Oliveira e Pichin Plá. "Uma das atividades do

CPC era fazer teatro político de rua, como o *Auto do cassetete*, *Auto da reforma agrária*, *Auto do Tio Sam*. Quando veio o golpe criamos o Grupo Opinião" (FERREIRA GULLAR, 2006a, p. 33).

Desse modo, em dezembro de 1964, com direção de Augusto Boal, estreava o *Show Opinião* (criação de Oduvaldo Vianna Filho, Paulo Pontes e Armando Costa), uma referência no teatro brasileiro contemporâneo. O *show* foi organizado no famoso Zicartola – restaurante do sambista e compositor Cartola e de sua companheira Zica –, onde ocorriam reuniões de músicos, artistas, estudantes e intelectuais (CASTRO, 2004, p. 85). Foi esse o ambiente catalisador da união de interesses de experientes dramaturgos e músicos, com diferentes estilos e atuações no campo cultural, que resultou num roteiro inédito: um espetáculo musical que continha testemunhos, música popular, participação do público, apresentação de dados e referências históricas, enfim, um mosaico de "canções funcionais" (HOBSBAWM, 1991, p. 52) e de tradições culturais. Tanto o enredo quanto o elenco eram notadamente heterogêneos e talvez seja esse o motivo pelo qual o Opinião tenha começado sua trajetória com sucesso. O grupo privilegiou, desde a estreia, a forma do teatro de revista, numa mescla de apropriações e ressignificações do "popular" e do "nacional", abrindo igualmente espaço para apresentações com compositores de escolas de samba cariocas.

Podemos afirmar que o espetáculo não só focalizava como mistificava "novos lugares da memória: o morro (favela + miséria + periferia dos grandes centros urbanos industrializados) e o sertão (populações famintas, [...] o messianismo religioso [...] e o [...] coronelismo)" (CONTIER, 1998, p. 20). Por meio da música, as interpretações e discussões a respeito dessas realidades fluíam no espetáculo, alternadas por depoimentos dos "atores" que compartilhavam, fora do palco, as mesmas dificuldades cantadas por eles, como nos casos de João do Vale (nordestino retirante) e Zé Kéti (morador de uma favela carioca). Já Nara Leão – conhecida como a musa da bossa nova que personalizava a classe média – assumia uma postura de engajamento e se posicionava de forma ativa e questionadora da realidade brasileira.

> Meu nome é João Batista Vale. [...] Moro na Fundação da Casa Popular de Deodoro, rua 17, quadra 44, casa 5. Duas horas, sem encontrar ladrão, chega lá. Tenho duzentas e trinta músicas gravadas, fora as que vendi. De quinhentos mil réis pra cima já vendi muita música. [...] Minha terra tem muita coisa engraçada, mas o que tem mais é muita dificuldade pra viver (VALE apud COSTA et al., 1965, p. 19).

> Meu nome é José Flôres de Jesus. [...] Vida de sambista vou te contar. Passei oito anos em estúdio de rádio, atrás de cantor, até conseguir gravar minha primeira música: o samba – "A voz do morro". Aí ele teve mais de 30 gravações. [...] O dinheiro que ganhei deu pra comprar uns móveis de quarto estilo francês

> e comi três meses carne. Dava pra ir à feira nos domingos e trazer cesta cheia de compras (ZÉ KÉTI apud COSTA et al., 1965, p. 19-20).

> Meu nome é Nara Lofego Leão. [...] Ando muito confusa sobre as coisas que devem ser feitas na música brasileira, mas vou fazendo. Mas é mais ou menos isso – eu quero cantar todas as músicas que ajudem a gente a ser mais brasileiro, que façam todo mundo querer ser mais livre, que ensinem a aceitar tudo, menos o que pode ser mudado (LEÃO apud COSTA et al., 1965, p. 20).

Esse movimento de aproximação das diferenças num palco de teatro foi conduzido por uma tendência ainda de caráter cepecista, uma vez que nos CPCs o principal lema era portar-se como transmissor de uma mentalidade revolucionária para o povo e assim atingir a tão utópica revolução social. Não poderia ser diferente, pois os dramaturgos do Opinião, como Vianinha e o poeta Ferreira Gullar, eram membros ativos dos Centros Populares de Cultura e utilizavam suas peças, inclusive o musical *Opinião*, como meio de "fazer emergir" na plateia "valores novos" e uma "capacidade mais rica"de sentir a "realidade" (KÜHNER; ROCHA, 2001, p. 54-55) no intuito de estabelecer uma identificação entre os atores e o público. Segundo Heloísa Buarque de Hollanda e Marcos Gonçalves, "encenava-se um pouco da ilusão que restara do projeto político-cultural pré-64 e que a realidade não parecia disposta a permitir: a aliança do povo com o intelectual, o sonho da revolução nacional e popular" (HOLLANDA; GONÇALVES, 1995, p. 23-24).

Mas não só a união de música e teatro tornou o *Opinião* uma referência. Sua relevância histórica se evidenciou, entre muitos motivos, graças ao momento no qual foi gerado: a estreia do *show* ocorreu quando o golpe militar ainda não completara um ano de vida e é tida como a primeira grande expressão artística de protesto contra o regime. A respeito disso, comenta Augusto Boal: "Eu queria que escutassem não apenas a música, mas a ideia que se vestia de música! Opinião não seria um show a mais. Seria o primeiro show de uma nova fase. Show contra a ditadura, show-teatro. Grito, explosão. Protesto. Música só não bastava. Música ideia, combate, eu buscava: música corpo, cabeça, coração! Falando do momento, instante!" (BOAL, 2000, p. 226).

Também chama atenção a configuração geral do espetáculo que, em forma de arena, não dispunha de cenários, somente de um tablado onde três "atores" encarnavam situações corriqueiras daquele período, como a perseguição aos comunistas, a trágica vida dos nordestinos e a batalha pela ascensão social dos que viviam nas favelas cariocas, tudo isso, acrescente-se, regado a música que visava alfinetar a consciência do público. O repertório, embora fosse assinado por compositores de estilos diversificados, percorria uma linha homogênea de contextos regionais, concedendo-se amplo destaque a gêneros musicais como o baião e o samba. As canções cantadas – por sinal, várias delas marcaram os anos 1960 a ponto de frequentarem inclusive a parada de sucesso –

exprimiam uma fala alternativa e ilustrativa no musical. Em “Borandá”, de Edu Lobo, Nara Leão fazia ressoar, com sua voz melancólica, a tristeza dos retirantes que, impelidos pela seca, eram obrigados a abandonar a zona rural nordestina (“Vambora anda/ Que a chuva não chegou/ Borandá/ Que a terra já secou/ Borandá/ Já fiz mais de mil promessas/ Rezei tanta oração/ Deve ser que eu rezo baixo/ Pois Meu Deus não me ouve, não/ É borandá, etc/ Vou me embora, vou chorando” apud COSTA et al., 1965, p. 28-29). Em “Carcará”, a composição mais emblemática do negro maranhense João do Vale, em parceria com Zé Cândido, a mesma intérprete desfiava a história dessa ave sertaneja, apelando para metáforas sobre sua valentia e coragem; nessa canção era possível perceber a relação que se estabelecia entre o carcará e a ditadura militar, que investia com toda fúria contra os que a ela se opunham.

Incluir o(s) marginalizado(s) na cena teatral brasileira não foi um mérito exclusivo do *show*. Basta lembrar de *Eles não usam black-tie* de Gianfrancesco Guarnieri. Contudo, o formato musical e o roteiro não cronológico diferenciavam o *show* pela aproximação que esses elementos propiciavam entre palco e plateia. Como decorrência de toda a sua concepção, o *Show Opinião* se calcava no pressuposto de que a representação da realidade se alinha com a perspectiva de “teatro verdade” e implica a criação de um ambiente de comunhão e igualdade entre todas as partes envolvidas no espetáculo, sobretudo o público, como se todos tivessem um denominador comum: estariam unidos por pertencerem, de maneira inescapável, à mesma realidade.

Vários autores preocupados com a situação pós-golpe refletiram acerca da importância do teatro, dos dramaturgos e atores que foram personagens ativos desse período de repressão. Entre eles podemos mencionar Maria Helena Kühner e Helena Rocha, que examinam a formação do Grupo de Teatro Opinião (e o *show* inaugural) como referência de postura política no início do governo militar. Na leitura da análise por elas desenvolvida é possível vislumbrar, uma expressão de urgência de mudança almejada por um grupo que muitos qualificavam de “idealistas, utópicos, românticos, ingênuos, loucos [...] que viveram a geração da utopia” (KÜHNER; ROCHA, 2001, p. 34-35) e que nela criavam e se apoiavam, a fim de fazer do musical a primeira manifestação de engajamento do teatro brasileiro após a ditadura.

Um exemplo disso era a utilização da música regional, tão presente na constituição do *show* Opinião. O conteúdo dessas representações transita entre o público e o privado, mostrando as mazelas da vida individual do trabalhador e do ambiente ao seu redor. Uma vez identificada essa fagulha de inconformismo, o público do teatro, ali, diante do palco, tem a oportunidade de “retomar a posse de si mesmo, de reencontrar o próprio nome (‘Eu sou’), de situar-se no plano social (KÜHNER; ROCHA, 2001, p. 69).

Logo, por meio desse acontecimento cênico, visualiza-se um leque de possibilidades dado pelas representações culturais. O teatro, portanto, passa a se caracterizar não somente como meio de encenação da realidade na qual se encontra, mas também como divulgador de lugares e sentidos político-culturais. Destaco, aqui, alguns trechos de duas músicas do espetáculo, que em especial empolgavam a plateia que superlotava o teatro naquelas noites sombrias. Na primeira, "Opinião", Zé Kéti cantava: "Podem me prender/ Podem me bater/ Podem até deixar-me sem comer/ Que eu não mudo de opinião". Na segunda, "Carcará", pela voz de Nara Leão, João do Vale narrava as aventuras de um pássaro voraz do sertão, que não morre porque, com seu bico volteado que nem gavião, "pega, mata e come" (apud COSTA et al., 1965, p. 41-42).

O sentimento de transformação política está presente em todo o corpo da peça. Suas origens musicais, o passado dos integrantes no cenário de oposição e intervenção política, bem como as particularidades dos atores estreantes, tornam-se intrigantes peças de um complexo quebra-cabeças que faz desse espetáculo uma importante referência na trajetória engajada do teatro brasileiro. Para Dias Gomes, "a plateia que ia assistir ao *Show Opinião*, por exemplo, saía com a sensação de ter participado de um ato contra o governo" (DIAS GOMES, 1968, p. 11).

O *show* não foi unanimidade de crítica. Nas páginas da *Revista Civilização Brasileira*, em especial, o jornalista e crítico de teatro Paulo Francis observa que

> qualquer protesto é útil [...] pois, desde 1º de abril, o país parece imerso em catatonia, precisando de ser sacudido. Mas *Opinião*, quando chega ao público, pelos intérpretes e a música, nada contém de indutivo à ação política. Basta-se a si próprio, é muito agradável [...]. Mas daí a considerá-lo como um evento político vai uma certa distância, pois, nesse terreno, o espetáculo nunca sai do *Kindergarten* sentimental da esquerda brasileira" (FRANCIS, 1965, p. 215-216).

Para José Ramos Tinhorão, no texto "Um equívoco de 'Opinião'", de 1966, o *show* pode ser entendido como uma das "criações de um grupo de classe média para consumo das próprias ilusões" (TINHORÃO, 1997, p. 86). Porém, na apreciação de Gullar, o *show* musical era "bem-humorado, engraçado, irreverente, que colocava as questões políticas, mas de uma maneira muito discreta"

> todo mundo percebia, mas a censura não percebeu o quê tava sendo colocado ali, quando ela se deu conta, já era tarde porque o espetáculo tinha se tornado um sucesso [...] o teatro vendia ingressos, lotações inteiras com um mês de antecedência, então a ditadura não tinha coragem de proibir o espetáculo que tinha tamanha popularidade, mas eles aprenderam a lição e a partir daí eles começaram a censurar outras peças (FERREIRA GULLAR apud COUTINHO, 2011, p. 156).

2. “O TEATRO, QUE BICHO DEVE DAR?”

Depois do sucesso do *show* Opinião, uma nova produção entrava em cartaz, no dia 21 de abril de 1965, o espetáculo *Liberdade, liberdade*, coletânea de textos de autores sobre o tema, reunidos por Flávio Rangel e Millôr Fernandes (1965). Em fins de 1965, com *Brasil pede passagem*, elaborado por todos os integrantes do grupo, é repetida a fórmula da colagem. Não obstante, nesse caso, o espetáculo é proibido. Por conta disso o Grupo Opinião lança o *show* musical *Samba pede passagem*, para o qual convoca a fina flor da música popular brasileira da época (Araci de Almeida, Baden Powell, Ismael Silva e MPB 4), com uma produção cara, de elenco gigante, que quase leva o grupo à falência (DORIA, 1975, p. 174-177).

No dia 9 de abril de 1966, com a direção de Gianni Ratto, a peça *Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come* (de Oduvaldo Vianna Filho e Ferreira Gullar) é encenada pelo grupo no Rio de Janeiro, e conquista os prêmios Molière e Saci. É interessante frisar que o “bicho” dá início à coleção Teatro Hoje, da editora Civilização Brasileira, coordenada por Dias Gomes:

> Cada novo volume deverá responder a esta pergunta: isto serve à busca de caminhos próprios para o nosso teatro? [...]
> Importante é dar aos nossos autores, diretores e atores, as armas necessárias para prosseguir na revolução iniciada na década de cinquenta, quando um surto de dramaturgia nativa ameaçou lançar as bases de um teatro brasileiro autêntico. [...] Este movimento está sendo, no momento, contido por fatores políticos e econômicos, que dificultam o acesso ao palco dos nossos melhores autores, desencorajando-os a prosseguir em suas pesquisas.
> [...] só a análise aprofundada [da] realidade, com o consequente equacionamento dos nossos problemas e o estudo do comportamento do nosso homem em face deles, poderão levar-nos a uma dramaturgia brasileira autêntica. É preciso sermos fiéis ao nosso povo e ao nosso tempo (DIAS GOMES apud VIANNA FILHO; FERREIRA GULLAR, 1966, s./p).

Utilizando linguagem e temas da literatura de cordel, o espetáculo narra em versos a saga de um camponês, Roque, que, à semelhança de um João Grilo (de o *Auto da compadecida*), supera suas muitas vicissitudes com inventivas estratégias de sobrevivência – mostrando que a “engenhosidade popular” é capaz de resistir aos golpes dos poderosos. Dito de outra maneira, fazendo da política um emblema dos impasses políticos da ditadura, os autores propõem “um voto de confiança no povo brasileiro”, como dizem no prefácio da peça, intitulado “O teatro, que bicho deve dar?”:

> O bicho é também um voto de confiança no povo brasileiro porque procura suas forças nas nossas tradições, porque utiliza os versos, as imagens, o sarcasmo, a desilusão, a ingenuidade e a feroz vitalidade que a literatura popular, durante dezenas de anos, vem criando [...].
> O bicho é o impasse. Impasse em que nos metemos não devido à nossa

> irresponsabilidade e corruptibilidade. Ao contrário – o homem é capaz de viver esse impasse porque é altamente responsável e incorruptível. E, felizmente, também é capaz de, em determinado momento, sofrendo o insuportável, superar o impasse (VIANNA FILHO; FERREIRA GULLAR, 1966, s./p).

No mesmo prefácio, os autores elencam as razões políticas, artísticas e ideológicas para a produção do "bicho". As primeiras dizem respeito à necessidade de resistência pós-golpe. As razões artísticas e ideológicas localizam as fontes da peça na literatura popular (literatura de cordel) e em Brecht:

> Pretendemos no Bicho – usando versos, música, interpretação constante dos diversos níveis de emoção, golpes de teatro, lirismo, comédia "mad", melodrama – criar um corpo artístico e cultural onde repercuta a extraordinária riqueza da existência humana. [...] Talvez o excesso de festa e de vitalidade seja uma maneira de responder à ausência de festa e vitalidade em que vive o país.
> As razões que estamos alinhando: políticas, artísticas, ideológicas, somente se separam para exposição. Na realidade, vivem juntas (VIANNA FILHO; FERREIRA GULLAR, 1966, s./p).

A peça utiliza canções largamente. Os diálogos são escritos em versos de sete sílabas, o metro de eleição do cordel, ou, mais raramente, de cinco. O uso do verso dá inúmeras oportunidades a jogos verbais nos quais a fala de uma personagem pode ligar-se à de outra pelo ritmo ou pela rima. A música interage com a cena, resume-a ou explica-a, funcionando, em alguns momentos, como comentário da ação, fechamento de uma sequência, apresentação dos personagens, além de atuar como elemento de ligação entre as cenas. Patrice Pavis, noutro contexto, considera que a música, na encenação teatral, pode ser utilizada para preencher várias funções:

> Criação, ilustração e caracterização de uma atmosfera introduzida por um tema musical, podendo se tornar um *leitmotiv*; durante esses intervalos o auditor faz um balanço, respira, imagina o que segue. A música é então um "remédio de conforto".
> [...]
> Às vezes, a música é apenas um efeito sonoro cujo objetivo é tornar uma situação reconhecível.
> Pode também ser uma pontuação da encenação, sobretudo durante as pausas da atuação, as mudanças de cenário (PAVIS, 2008, p. 133).

A música pode servir como sinal de intensificação, acirramento da ação, ao mesmo tempo em que indica e promove esse acirramento, como acontece no momento em que Roque e seu pai brigam, sem se reconhecerem filho e pai ("seu olhar de aço/ já é quase o corte/ por onde em teu corpo/ vai entrar a morte" apud VIANNA FILHO; FERREIRA GULLAR, 1966, p. 73); ou na passagem em que Roque é espancado por camponeses temerosos de perderem os seus empregos. Nesta última, o personagem canta enquanto toma tabefes e bofetes; o ritmo das pancadas coincidirá comicamente com o das tônicas poético-musicais ("Tome, tome, tome, tome, paulada/ Tome, tome, tome, tome, paulada/

Está na roda, aguente, não pule nem nada/ Não venha de banda jogar perna trançada" apud VIANNA FILHO; FERREIRA GULLAR, 1966, p. 109). Nos dois casos, de forma proposital, utiliza-se a música e a comicidade, ancoradas no cenário Nordeste, como meio de aproximação/diversão com a plateia.

Denoy de Oliveira, ao se referir à rixa com os colegas do Cinema Novo, observa que os integrantes do Opinião procuravam

> o contato com o público. [...] E nós achávamos que era importante não somente ficar na busca da qualidade isolada, mas também de uma eficácia política. [...] Com o *Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come* estávamos atingindo uma qualidade e atingindo o público. Que era uma coisa que o Cinema Novo tinha muita dificuldade, embora alguns filmes pudessem ter tido sucesso. [...] Tínhamos uma visão muito concreta de que nós não estávamos realizando um filme para apresentar lá no Nordeste ou na favela. Estávamos localizados num teatro em Copacabana, que tinha uma bilheteria e se aquela bilheteria não sustentasse o espetáculo, não se conseguiria desenvolver o trabalho, nem cultural, nem político, nem sobreviver (OLIVEIRA apud RIDENTI, 2014, p. 135).

Para Yan Michalski, numa crítica no *Jornal do Brasil*, em 1966, o "bicho" era uma "salada gostosíssima":

> Os ingredientes usados no preparo da salada são numerosíssimos: romance de aventuras, literatura de cordel, sátira de costumes, sátira política, farsa rasgada, *commedia dell'arte*, comédia à *la* Feydeau, comédia de *nonsense*, musical, comédia poética; [...] e o tempero foi preparado de maneira tão adequada que o sabor de nenhum dos ingredientes destoa demais, nem se impõe abusivamente. Esse tempero consiste num ângulo de constante charme e humor sob o qual os acontecimentos são vistos [...].
> Depois de dois grandes sucessos, como *Opinião* e *Liberdade, liberdade* – sucessos respeitáveis e perfeitamente válidos em função do momento nacional, mas essencialmente circunstanciais e sem maior abertura de horizontes do ponto de vista teatral –, o Grupo Opinião realiza agora a sua primeira tentativa de teatro, digamos, artístico, e alcança, logo nessa primeira tentativa, uma surpreendente e agradabilíssima teatralidade (MICHALSKI, 2004, p. 59-62).

No entanto, a despeito de a peça ser um sucesso de crítica e de público (WOLFF, 1966, D'AVERSA, 1966 e PRADO, 1987, não deixa de receber um julgamento desfavorável de certos setores da esquerda. Houve, por exemplo, quem a visse como "um tratamento romântico da malandragem" e cumprindo uma tarefa limitada, mesmo que importante: "a de gratificar emocionalmente uma pequena burguesia democrática machucada pela decepção e sentimento de impotência" (MACIEL, 1966, p. 295). Para Luiz Carlos Maciel, o "bicho" "carrega uma herança pesada": os vínculos com a dramaturgia popularesca-nordestina e as experiências do CPC:

> Infelizmente, no fundo, o "bicho" apenas substitui o romantismo revolucionário pelo amor ao picaresco, retrocedendo assim a um dos vícios de a *Compadecida* e congêneres. Esse amor é a correspondente afetiva do verde-amarelismo de nossos dramaturgos populares, em geral, e do rousseauanismo dos de

> esquerda, em particular. Roque, o personagem principal da peça, não é nem um herói problemático, nem um herói positivo, num sentido realista, para usar os termos de George Lukács. É apenas o herói positivo do romantismo revolucionário corrigido. [Roque] é um poço de virtude, conclui-se, porque nasceu e viveu no campo, longe da organização corruptora da sociedade humana, e porque é brasileiro e nordestino. [...] Ao elogio da ingenuidade do interiorano brasileiro, junta-se sempre o elogio de sua safadeza.
> [...] os autores e o Grupo Opinião declaram que o riso e a festa são suas armas contra o estado de coisas instalado no Brasil com o golpe de 1964. A ânsia indiscriminada pela alegria é sua resposta à frustração que tomou conta da esquerda brasileira nesses dois anos (MACIEL, 1966, p. 291-292).

Para Ferreira Gullar, o Grupo Opinião conseguiu fazer "teatro político" de "alta qualidade". No caso, então, de o "bicho", a seu ver ele se "tornou uma obra prima do teatro brasileiro":

> essa peça ganhou todos os prêmios do teatro e até hoje é considerado um clássico do teatro brasileiro moderno. [...] é uma coisa feita com qualidade porque tem que saber isso, você pode fazer arte política, tanto pode ser no teatro quanto no cinema [...]. O que você tem que fazer primeiro, se você faz teatro, é antes de mais nada que o teatro seja bom, que a peça seja bom teatro, se você faz poesia, que a poesia seja boa poesia e depois ela é política ou não, mas o que tem que ter antes de mais nada é a qualidade, isso vale para tudo pro cinema se você faz uma chanchada é pregação política vazia que não tem qualidade artística e isto nós aprendemos, e a partir do [...] Opinião, nós não fizemos mais o tipo de teatro meramente ideológico ou propagandístico, passamos a fazer teatro político, mas de qualidade (FERREIRA GULLAR apud COUTINHO, 2011, p. 225).

Independentemente da discussão suscitada pelo espetáculo, ao cruzar Brecht e cordel, ou "distanciamento e protesto" (ISHMAEL-BISSETT, 1977), deparamos com cenas em forma de reportagem, cenários móveis, música e o diálogo dos atores com o público. O texto ainda propõe três finais ao espectador. Os três são anunciados por Roque: "escolha o que achar certo, o que lhe falar mais perto ou da alma ou do nariz. Mande às favas os demais" (VIANNA FILHO; FERREIRA GULLAR, 1966, p. 178). O primeiro, "final feliz", Roque casado com a filha do patrão, o segundo, "final jurídico", a divisão das terras com os camponeses e o terceiro, "final brasileiro", a "restauração" da monarquia no Brasil (VIANNA FILHO; FERREIRA GULLAR, 1966, p. 178-180).

3. "DR. GETÚLIO"

Em março de 1967, o grupo encena, também no Rio, a peça *A saída? Onde fica a saída?* (de Ferreira Gullar, Antônio Carlos Fontoura e Armando Costa), com a direção de João das Neves. O espetáculo visa "alertar a opinião pública da responsabilidade de todos e de cada um quanto a uma possível deflagração de uma guerra nuclear que porá fim à civilização" devido à desenfreada corrida armamentista e ao potencial atômico

crescente dentro do tenso contexto da guerra fria. O título resume uma fala, recorrente em vários momentos da peça, em que um sobrevivente japonês descreve de forma impressionante os resultados da primeira bomba atômica lançada sobre Hiroshima – fala que será repetida por um soldado americano nas trincheiras, gritando que também ele quer "parar essa guerra!" (FERREIRA GULLAR; FONTOURA; COSTA 1967, p. 8 e 60). Fatos, ideias, argumentos e muitos dos personagens são reais, históricos, mostrando forças e interesses antagônicos em conflito, com um tipo de teatro documental e didático, ressaltado pela projeção de filmes, slides e documentos.

Ainda em 1967, o Opinião montou *Meia volta, vou ver*, de Oduvaldo Vianna Filho, direção de Armando Costa, e *O inspetor geral*, de Gogol, direção de Benedito Corsi. Em junho de 1968, em meio às divergências pessoais, o Opinião, já sem Oduvaldo Viana Filho, Paulo Pontes e Armando Costa, produziu *Jornada de um imbecil até o entendimento*, de Plínio Marcos, direção de João das Neves.

Em 10 de agosto de 1968 estreia em Porto Alegre, no Teatro Leopoldina, *Dr. Getúlio, sua vida e sua glória*, de Dias Gomes e Ferreira Gullar, com direção de José Renato e música de Silas de Oliveira e Walter Rosa. A apresentação dos autores por ocasião da montagem define bem os postulados estéticos da peça (e, de certo modo, do grupo) à época:

> Dr. Getúlio se insere na linha de pesquisa do novo teatro brasileiro que parte da premissa estética de que é preciso libertar o palco de todas as convenções anteriormente estabelecidas. E vai além, procurando estabelecer novas convenções. Estas, não arbitrárias, mas ditadas pela forma que se escolheu, inspiradas numa tradição popular. [...] O enredo é uma forma narrativa livre, aberta, que pode prescindir até mesmo da lógica formal, muito embora a sua característica de desfile pressuponha uma ordenação. Mas essa ordenação pode ser quebrada, subvertida, sem prejuízo de uma unidade e uma coerência próprias. Uma cena não precisa, necessariamente, ser uma consequência lógica da anterior. Do mesmo modo inexiste qualquer compromisso com o realismo. O anacronismo e a inadequação passam a ser elementos universalizantes. O autor, o diretor e o ator têm absoluta liberdade para criar (DIAS GOMES; FERREIRA GULLAR, 1968, s./p).

A estratégia adotada pelo Opinião tinha por fundamento o envolvimento das camadas populares num processo de conscientização revolucionária, buscando "[...] numa catarse cívica o encontro entre atores e público, cúmplices de um ritual de protesto" (MOSTAÇO, 2016, p. 77). Tanto na forma quanto no conteúdo, o grupo propunha o musical como formato mais apropriado para uma "plataforma político-cultural" pela construção de uma "frente ampla" de resistência democrática à ditadura (COSTA, 2017, p. 120). Posição esta partilhada à época pela maioria da direção do Partido Comunista Brasileiro/PCB, contrária ao enfrentamento armado (RIDENTI, 2014, p. 127).

O texto dramático tem duas histórias se desenvolvem paralelamente. No plano da representação do que acontece, Simpatia, Tucão, Marlene, passistas e músicos da escola de samba ensaiam o enredo sobre a trajetória de Getúlio Vargas, destacando os momentos finais de sua vida. No plano da representação do acontecido, as cenas da vida de Getúlio, ensaiadas na quadra da escola, materializam-se diante da plateia. Trata-se, portanto, de encenação dentro da encenação, teatro dentro do teatro, numa linguagem marcadamente metalinguística. Por sinal, o ator que representava Getúlio Vargas também atuava como Simpatia. O mesmo recurso era utilizado com outros personagens como Alzira Vargas/Marlene; Autor/Moleque Tião; Gregório Fortunato/Bola Sete; Bejo Vargas/Quibe; e Oswaldo Aranha/Gasolina.

Ao final da peça, as duas tramas se entrelaçam e a morte de Getúlio, personagem do enredo, será também a de Simpatia, presidente da escola que lutava pela manutenção da posição conquistada pelo voto, com o bicheiro Tucão, ex-presidente, que não aceitava a derrota na eleição que fez de Simpatia o novo líder. Marlene, ex-amante de Tucão e namorada de Simpatia, encarna outro motivo do ódio entre os dois homens.

Na primeira rubrica da peça, encontra-se a seguinte indicação: "A ação transcorre, toda ela, na quadra da escola de samba. É um grande pátio, onde não há móveis, utensílios de qualquer natureza. Apenas um praticável onde fica a bateria" (DIAS GOMES; FERREIRA GULLAR, 1968, p. 5). Na maior parte das vezes, a bateria introduz o samba-enredo, recorrentemente executado ao longo da peça, permanecendo em silêncio nos momentos em que o ensaio conta parte da trajetória de Getúlio Vargas. Ela ainda toca nos momentos finais, tendo uma função decisiva para promover uma atmosfera sonora de suspense sobre o desfecho da vida de Getúlio e de Simpatia, vítimas de um golpe. Evidencia-se, assim, o paralelo com o golpe de 1964 (FERREIRA GULLAR, 2006b, p.144-145).

Na diferenciação entre factual e ficcional muda-se a estrutura dos diálogos. Em prosa estão os diálogos dos personagens baseados na vida real – Getúlio, seu irmão Benjamim, Alzira Vargas e Carlos Lacerda. Em verso, as falas dos autores, que assumem as funções de narradores, e as conversas de Simpatia e Tucão. Dessa forma, produziu-se um efeito paradoxal: as cenas do enredo, ou seja, da dramatização de momentos da vida de Getúlio Vargas, ganham aspectos realistas, enquanto aquelas que correspondem à vida das personagens da escola conquistam um tom lúdico, que os versos e as músicas lhes atribuem.

Para Dias Gomes, Ferreira Gullar e os integrantes do Opinião, a peça misturou arte popular, experimentalismo estético e engajamento político ao incorporar o humor

e a musicalidade das escolas de samba com o objetivo de promover a conscientização social e a luta popular contra as injustiças sociais. Ferreira Gullar, em parceria com Vianinha, escreveu para o Grupo Opinião a farsa musical em verso, baseada na literatura de cordel, *Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come*. Com Dias Gomes, Gullar mesclou prosa e verso no drama musical *Dr. Getúlio, sua vida e sua glória*, cujo título remete ao samba-exaltação do enredo da escola de samba da peça. Essa peça, assim como outras de Dias Gomes, incorpora traços do teatro épico brechtiano dentro de uma estrutura predominantemente dramática: o tempo – a duração de um ensaio; o lugar – a quadra; e a ação – a disputa entre o atual e o ex-presidente da Escola pelo poder e pela mulher que, sintomaticamente, trocou o segundo pelo primeiro. Entretanto, o aprofundamento psicológico, outra característica fundamental do drama, é negligenciado em favor da mistificação de Getúlio Vargas e da importância da tomada de consciência e da luta popular (COSTA, 2017).

Sem dúvida prevaleceram a complacência e a recusa em abordar de frente um assunto como o mito Getúlio Vargas, ainda mais se considerarmos que o golpe de 1964 foi associado ao golpe militar de 1945, no qual ele havia sido deposto, e que a autodenominada "Revolução de 1964" assumiu um claro e manifesto sentido político antigetulista e antipopulista. Nessa perspectiva, falar de Getúlio era fazer descer goela abaixo dos militares e civis golpistas um tema indigesto, algo que adquiria, mesmo que por vias oblíquas, um caráter desafiador. Seja como for, o mito não foi enfrentado segundo as exigências do teatro épico. No samba-enredo de Silas de Oliveira e Ferreira Gullar evidenciam-se elogios rasgados ao então presidente, à "Revolução de 1930", "às leis trabalhistas e à Previdência Social" – supostamente criadas pelo "estadista", ou a "Getúlio [que] já coberto de calúnias e de glória/ meteu uma bala no coração: saiu da vida para entrar na história/ e daquela carta derradeira o povo fez sua bandeira, na luta pela emancipação" (DIAS GOMES; FERREIRA GULLAR, 1968, p. 10-11).

Iná Camargo Costa acentua que Dr. *Getúlio, sua vida e sua glória*, "cujo título já aponta para a adesão, em si mesma problemática, à perspectiva do samba-exaltação", foi recebida com grande euforia pela crítica, que acreditou ter visto na peça a materialização de um importante processo de pesquisa experimental, chegando alguns, como Maria Helena Kühner, a divisar nela um caminho para o teatro político ou, como Anatol Rosenfeld, a classificá-la como "uma das mais brilhantes peças políticas da atualidade" (COSTA, 2017, p. 122).

Para Antônio Callado, autor do prefácio da publicação da peça em 1968, "a encarnação de Getúlio em Simpatia e o esforço de Simpatia para representar Getúlio dão

uma dignidade inesperada à morte de Simpatia e uma espécie de religiosidade popular à morte de Getúlio". Assim, "as duas paixões-e-morte, urdidas na mesma trama carnavalesca e sangrenta, resultam na tapeçaria fabulosa da realidade brasileira" (CALLADO apud DIAS GOMES; FERREIRA GULLAR 1968, s./p).

Em certa medida, a encenação e a montagem diferenciada sobrepunham qualquer tipo de discussão mais aprofundada sobre o significado dos governos Vargas para a sociedade brasileira. Ao contrário, o nacionalismo, o denominado "novo desenvolvimentismo" e a criação das leis sociais assustavam os golpistas de 64, mas também alimentavam os sonhos de boa parte do imaginário de esquerda.

Na passagem da década de 1950 para a seguinte, o teatro épico brechtiano de certa forma tornou-se padrão de uma parcela da dramaturgia militante. Todavia, Dias Gomes não produziu uma efetiva ruptura com os formatos dramáticos, como a que ocorreu em grupos teatrais formalmente mais radicais, como o Teatro de Arena e, posteriormente, o Centro Popular de Cultura/CPC e o Opinião. Ele buscou um lugar entre as formas épicas e as dramáticas. Nesse "entre lugar" suas peças combinam características de uma e de outra estética teatral, formando um híbrido entre o tradicional e o moderno, do ponto de vista das vanguardas artísticas da época. Elas resultam da combinação de vários estilos dramatúrgicos que, coexistindo, permitem várias formas de identificação e de interpretação.

Essa hibridação de matrizes estético-culturais distintas (dramáticas e épicas) fazia parte da perspectiva lukacsiana adotada nos anos 1960 pelo Comitê Cultural do PCB, do qual Dias Gomes participava. Nos movimentos artísticos simpáticos ao comunismo era evidente a hibridação como estratégia de estabelecimento de uma comunicação popular mais direta e intensa. Tornou-se necessário que os artistas engajados se apropriassem de aspectos da cultura popular (imaginários, valores, crenças, formas simbólicas e materiais, personagens típicos e folclóricos) para poderem de algum modo promover a identificação, a conscientização e, pretensamente, a reação política das camadas populares ao capitalismo e a suas formas perversas de dominação.

Destaca-se que a utilização da música nos espetáculos era um dos modos mais eficazes de aproximação com o público. Os primeiros indícios de música e ação dramática nas peças de Dias aparecem no *Pagador de promessas* com a roda de capoeira, depois o tema do Bumba-meu-boi na *Revolução dos beatos* e o samba do Bola Sete na *Invasão*. Já as canções de *O berço do herói* são claramente reveladoras da influência brechtiana: não visam falar apenas ao sentimentalismo fácil ou provocar a exaltação emocional, mas estão organicamente integradas à ação e ao pensamento, fazendo avançar a trama ou

comentando-a criticamente. Assim, Brecht contribuía com sua teorização e o exemplo de sua dramaturgia para derrubar os preconceitos em relação ao musical, inclusive do próprio Dias. De fato, a música não precisava, "diluir e abafar a força das ideias" (DIAS GOMES, 1992, v. 4, p. 9).

À mesma posição havia chegado, por volta dessa época, a grande maioria dos autores, encenadores e grupos ou companhias que constituíam a vertente mais atuante e progressista do teatro brasileiro. Dramaturgos como Gianfrancesco Guarnieri, Plínio Marcos, Vianinha, Ferreira Gullar, Paulo Pontes, João das Neves, entre tantos outros, engajaram-se na tentativa de criar um tipo de teatro musical que fosse ao mesmo tempo popular e autenticamente brasileiro (PARANHOS, 2012).

Dr. Getúlio, se por um lado não desconstrói o mito, como citado anteriormente, por outro, abre uma janela pouco explorada pela literatura teatral: o enredo de escola de samba como estrutura básica do gênero dramático-musical, ou seja, um modo próprio de organizar e desenvolver a narrativa dramática, libertando-a da rigidez do encadeamento causal das cenas e atendo-se, brechtianamente, aos momentos capitais mais expressivos da ação dramática. Neste caso, o texto teatral destina-se explicitamente a comentar a realidade político-social. O centro do debate é o golpe militar de 1964 (João Goulart X Getúlio Vargas). Recurso intencional, explorado habilmente pelos autores, faz com que os personagens da escola de samba, sendo ficcionais, falem sempre em versos rimados, enquanto os personagens históricos usam a prosa coloquial.

Depois da montagem de *Antígona*, em 1969, de Sófocles, numa tradução de Ferreira Gullar, o Opinião, afogado em dívidas, dissolve-se. João das Neves, o único que não aceita tal decisão, decide continuar sozinho e parte em busca de novos parceiros. O teatro inclusive será alugado, em alguns momentos, para jovens iniciantes e o próprio diretor passa a comandar espetáculos fora do eixo Rio-São Paulo. Nos anos seguintes, seguem-se as montagens de *A ponte sobre o pântano*, em 1971, de Aldomar Conrado, direção João das Neves; e, de autoria e direção do mesmo, *Se eu tivesse meu mundo*, em 1973, *O último carro*, em 1976, *Mural mulher*, em 1979 e *Café da manhã*, em 1980. Além das peças, vários *shows* de música foram apresentados como: *Telecoteco Opus 1*, *A fina flor do samba* (rodas de samba, às segunda-feiras), *Caminhando*, com Geraldo Vandré, *Bacobufo no caterefofo*, com o MPB 4, Cinara e Cibele, Milton Nascimento e o Som Imaginário, e *Pindoramacumba*. Mas, em 1980, o teatro seria vendido, apesar dos protestos e manifestos, com centenas de assinaturas. Os jornais chegaram a registrar a importância de um Grupo "que foi um encontro de cabeças pensantes, uma ideologia, um movimento de vanguarda e de resistência". Na ocasião, João das Neves declarou: "o Opinião é coisa que não se vende" (KÜHNER; ROCHA, 2001, p. 104).

Examinar esses musicais equivale a revisitar, de certa forma, o momento vivido no Brasil, que essas peças denunciam e subvertem, enquanto nos possibilitam uma aproximação com estilos narrativos diferenciados de representação do poder institucionalizado. Nessa esteira, entendo que o discurso musical atinge o espectador não só pela sonoridade, mas igualmente pela sua capacidade de sugerir imagens e de inventar espaços e lugares ao criar figurações cênico-dramáticas. Debruçar sobre temáticas que envolvam a ditadura militar é vasculhar um campo de representações que contém expressões de perseverança surgidas nesse período. Mergulhada nesse contexto, uma parcela significativa de artistas se posicionou imediatamente contra o golpe e iniciou um "levante cultural" no combate às medidas do governo, no qual o teatro e a música tiveram um papel determinante. Esse padrão de perseverança mediado pela cultura contém uma historicidade digna de atenção, sobretudo no que diz respeito às artes cênicas. O Grupo Opinião, por meio das peças teatrais, fundia diferentes expressões, versos, metáforas, alegorias e outros elementos que, em conjunto, compõem um cenário significativo de articulações de um modo de pensar e agir, uma visão do mundo. Esse resultado reitera a noção de que as formas e produções culturais se criam e se recriam na trama das relações sociais, da produção e reprodução de toda a sociedade e de suas partes constitutivas. Mariângela Alves de Lima, num texto escrito no final dos 1970, afirma que a constituição de um grupo de teatro: "significa reunir fiapos de informação dispersos, criar um espaço expressivo para sedimentar a amargura, levantar a dúvida e ensaiar a resistência. Independentemente do espetáculo que venha a produzir, a formação de um grupo é uma ação cultural e uma ação social" (LIMA, 2005, p. 238).

REFERÊNCIAS

BOAL, Augusto. *Hamlet e o filho do padeiro*: memórias imaginadas. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CASTRO, Maurício Barros de. *Zicartola*: política e samba na casa de Cartola e Dona Zica. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

CONTIER, Arnaldo. Edu Lobo e Carlos Lyra: o nacional e o popular na canção de protesto (os anos 60). *Revista Brasileira de História*, v. 18, n. 35, 1998, p.13-52.

COSTA, Armando et al. *Opinião*: texto completo do *show*. Rio de Janeiro: Edições do Val, 1965.

COSTA, Iná Camargo. *Dias Gomes*: um dramaturgo nacional-popular. São Paulo: Unesp, 2017.

COUTINHO, Lis de Freitas. *O Rei da Vela e o Oficina (1967-1982)*: censura e dramaturgia. Dissertação (Mestrado em comunicação social) – USP, São Paulo, 2011.

D'AVERSA, Alberto. Triunfa o jogo do bicho no Galpão. *Diário de São Paulo*, São Paulo, 2 out. 1966, p. 18-19.

DIAS GOMES. O engajamento: uma prática de liberdade. *Revista Civilização Brasileira*, n. 2, 1968, p. 7-25.

_____. *Teatro de Dias Gomes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, 1972.

_____. *Coleção Dias Gomes*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989 (v.1)/ 1990 (v. 2)/ 1991(v. 3)/ 1992 (v. 4)/ 1994(v. 5).

DIAS GOMES; FERREIRA GULLAR. *Dr. Getúlio, sua vida e sua glória*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

DORIA, Gustavo A. *Moderno teatro brasileiro*: crônica de suas raízes. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Teatro, 1975.

FERREIRA GULLAR. *Aula magna da UFRJ*. Rio de Janeiro: Coordenadoria de Comunicação/Divisão de Mídias Impressas/UFRJ, 2006a.

_____. Fim de papo. *In*: *Resmungos*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006b, p. 144-145.

FERREIRA GULLAR; FONTOURA, Antônio Carlos; COSTA, Armando. *A saída? Onde fica a saída?*: forças e interesses que preparam a guerra nuclear. Rio de Janeiro: Grupo Opinião, 1967.

FRANCIS, Paulo. Novo rumo para autores. *Revista Civilização Brasileira*, n. 1, 1965, p. 215-216.

HOBSBAWM, Eric. *História social do jazz*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de; GONÇALVES, Marcos. *Cultura e participação nos anos 60*.10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ISHMAEL-BISSETT, Judith. Brecht e cordel: distanciamento e protesto em *Se correr o bicho pega*. *Latin American Theatre Review*, v. 11, n. 1, 1977, p. 59-64.

KÜHNER, Maria Helena; ROCHA, Helena. *Opinião*: para ter opinião. Rio de Janeiro: Relumé Dumará/ Prefeitura, 2001.

LIMA, Mariângela Alves de. Quem faz o teatro. *In*: NOVAES, Adauto (org.). *Anos 70*: ainda sob a tempestade. Rio de Janeiro: Aeroplano/Editora Senac Rio, 2005, p. 234-259.

MACIEL, Luiz Carlos. O bicho que o bicho deu. *Revista Civilização Brasileira*, n. 7, 1966, p. 267-298.

MICHALSKI, Yan. *Reflexões sobre o teatro brasileiro no século XX*. Rio de Janeiro: Funarte, 2004.

MOSTAÇO, Edélcio. *Teatro e política*: Arena, Oficina e Opinião. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2016.

NEVES, João das. *João das Neves*: ciclo de palestras sobre o teatro brasileiro, 5, Rio de Janeiro, Inacen, 1987.

PARANHOS, Kátia Rodrigues (org.). *História, teatro e política*. São Paulo: Boitempo, 2012.

PAVIS, Patrice. *A análise dos espetáculos*: teatro, mímica, dança, dança-teatro, cinema. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

PRADO, Décio de Almeida. Se correr o bicho pega. *In*: *Exercício findo*: crítica teatral (1964-1968). São Paulo: Perspectiva, 1987, p. 143-145.

RANGEL, Flávio; FERNANDES, Millôr. *Liberdade, liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro*: artistas da revolução, do CPC à era da TV. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2014.

TINHORÃO, José Ramos. Um equívoco de "Opinião". *In*: *Música popular* [1966]. 3. ed. São Paulo: Ed. 34, 1997.

VIANNA FILHO, Oduvaldo; FERREIRA GULLAR. *Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

WOLFF, Fausto. O bicho: começo de arte. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 20 abr. 1966, p. 15-16.

CAPÍTULO 6

STRAVINSKI Y PROKÓFIEV, MÚSICA Y MASCULINIDAD EN EL BALLET RUSO

Data de submissão: 17/02/2026
Data de aceite: 06/03/2026

Laura Elizabeth Espindola Mata[1]
Universidad Autónoma de Querétaro
Centro de Estudios Críticos en Cultura Contemporánea CECRITICC
Querétaro – México
https://orcid.org/0000-0002-0369-8841

Eduardo Núñez Rojas
Universidad Autónoma de Querétaro
Secretaría de Extensión y Cultura Universitaria
Querétaro – México
https://orcid.org/0000-0003-2338-5014

RESUMEN: Brevísimo análisis dramático-musical de los ballets *Petrushka*, música y libreto de Igor Stravinski y de *Romeo y Julieta,* música y texto de Serguei Prokofiev, consideradas obras trascendentales del arte universal, realizadas desde la conciencia transdisciplinar. Obras que constituyeron, en el arte, el nacionalismo ruso, y derivaron en novedosas técnicas como el *serialismo* en la música o la *supermarioneta* en la danza, rompiendo con el romanticismo parisino que le antecede. En un contexto de post-guerra, donde la política influyó directamente en la creación artística. Sus músicas, que evocan el primitivismo y lo exótico, revolucionaron la manera de concebir la corporalidad masculina visibilizando sus pasiones, miedos y pulsiones del cuerpo en su *rol heterodoxo.* Creando una fenomenología que se articula entre el transitar constante de la música como cuerpo sonoro y la corporalidad del intérprete.

PALABRAS CLAVE: Stravinski; Prokofiev; Petruska; Romeo y Julieta; ballet ruso.

STRAVINSKY AND PROKOFIEV, MUSIC AND MASCULINITY IN RUSSIAN BALLET

ABSTRACT: A very brief dramatic-musical analysis of the ballets Petrushka, with music and libretto by Igor Stravinsky, and Romeo and Juliet, with music and text by Sergei Prokofiev, considered transcendental works of universal art, created from a transdisciplinary perspective. These works constituted Russian nationalism in art and led to innovative techniques such as serialism in music and the super-marionette in dance, breaking with the preceding Parisian Romanticism. This occurred in a post-war context where politics directly influenced artistic creation. Their music, evoking primitivism and the exotic, revolutionized the way male corporeality was conceived, making visible its passions, fears, and bodily impulses in its unorthodox role. This created a phenomenology articulated between the constant movement of music as a sonic body and the corporeality of the performer.

KEYWORDS: Stravinsky; Prokofiev; petruska; romeo and juliet; russian ballet.

[1] Autor/a de Correspondencia.

1. INTRODUCCIÓN

A inicios del siglo XX, debido a los efervescentes movimientos socio-políticos, como el resurgimiento de Rusia, la fundación de la URSS, la Primera y Segunda Guerra Mundial y la conformación de los Estados Unidos de América como potencia mundial; el auge artístico se concentraba en París. Donde el ballet ruso se contraponía fuertemente a la ópera italiana, como el espectáculo más notable, cobrando primer orden de importancia después del ocaso de *Turandot* (1926) de Puccini.

La influencia del arte escénico ruso del siglo XX marcará una nueva senda para la música, el ballet, el teatro y el cine universal. Impulsado en especial por el empresario, músico, cantante y crítico de arte Serguéi Diághilev (1872-1929), quien "logró conjuntar una propuesta escénica multidisciplinaria, y sus bailarines y coreógrafos rompieron con los estereotipos del ballet comercial" (Tortajada, 52), llegando a crear una nueva corriente estilística y pedagógica en la música y el ballet.

2. NARRATIVAS EN EL ARTE RUSO

Diághilev Reunió, inicialmente, a los más notables artistas rusos y eslavos, posteriormente se sumarían a su elenco artistas del resto de Europa; entre los que se encontraban los coreógrafos y bailarines Michel Fokine, Adolph Bolm, Anna Pávlova, Vaslav Nijinsky, George Balanchine, Tamara Karsávina, Olga Jojlova, Bronislava Nijinska y los compositores Nikolái Rimski-Kórsakov, Serguéi Prokófiev, Claude Debussy, Maurice Ravel, Erik Satie, Richard Strauss y por supuesto el ruso Ígor Stravinski, con quien produciría las obras más trascendentales de su vida.

Ansermet, Diaghilev, Stravinsky y Prokofiev, 1921. (*The New York public library digital collections*)

Sus producciones se alejaron del romanticismo y la superficialidad eurocéntrica, propagada mayormente en París, otorgando una nueva dimensión a la escenificación del cuerpo, en especial a la masculinidad, visibilizando su sensualidad, sus pulsiones, deseos y miedos, logrando "la unidad dramática-coreográfica, elevando el ballet a nuevas alturas como forma de arte serio por derecho propio, con el varón ocupando de nuevo su lugar apropiado", (Tortajada, 52).

Entre las obras más importantes y trascendentales del ballet ruso, debido también a las innovaciones de su música escénica, se encuentran *Petrushka* (1911) de Igor Stravinski (1882-1971) y, el emblemático *Romeo y Julieta* (1935) de Serguéi Prokófiev.

La conjunción de sus novedosas narrativas escénicas que exponen diversas aristas del cuerpo masculino, visibilizando la homosexualidad y la androgenia, así como la potente y casi violenta música rusa, con la ambición y visión empresarial de Diághilev, hicieron de Rusia la nueva potencia artística de occidente que permearía hasta el continente americano.

Esto también gracias a dos aspectos, el primero social, como apunta Tortajada: "el público había cambiado (en relación con el del siglo XIX, lleno de dandis del Jockey Club francés) y ahora estaba compuesto por círculos de artistas e intelectuales, por las élites sociales, por un creciente público femenino (inclusive, la mayoría de los patrocinios provenían de mujeres), además de numerosos homosexuales" (Tortajada, 54).

El segundo aspecto corresponde a las estéticas escénicas, pues: "los temas que se trataban en las obras coreográficas y las imágenes que se representaban tenían relación con lo 'exótico' y lo 'primitivo'; con 'lo otro'. Los Ballets Rusos se consideraban 'semiasiáticos y semieuropeos'; estaban, según el mundo occidental, más cercanos a la 'naturaleza' y, por tanto, a la masculinidad 'esencial'" (Tortajada, 54).

Misma exoticidad que refleja la música rusa en el considerado "primitivismo musical", la cual busca un reencuentro con la espiritualidad arcaica y primitiva, como parte de sus raíces e identificación cultural, sin ser una cita explícita de las músicas tradicionales, más bien se trata de la comunión entre sonoridades arcaicas y la sofisticación de técnicas armónicas/melódicas que rompieron con las estéticas sonoras establecidas, principalmente, por Italia, Francia y Alemania.

Las excentricidades sonoras y rupturas técnicas de Stravinsky se caracterizaron, entre otros aspectos, por:

> "las melodías situadas en tesituras insospechadas y con movimientos interválicos singulares; la armonía, – a veces sin resolución – multiplicada en pasajes bitonales; la rítmica completamente irregular e impredecible; el papel protagónico las percusiones y la integración de instrumentos como la trompeta

> piccolo y el güiro al esquema de orquestación. [...] Los patrones rítmicos que recuerdan prácticas rituales, atmósferas instrumentales que evocan las fuerzas implacables de la naturaleza, los juegos melódicos que oscilan entre el orden y el caos fueron materializadas, con las técnicas orquestales más modernas (Fernández et al., 4-14).

De igual simbolismo para el ballet y la música rusa resultó *Romeo y Julieta*, coreografía de Leonid Lavrovski, con música de Prokofiev quien también participó como libretista de la obra junto a Adrián Piotrovski, Serguéi Rádlov y el mismo Leonid Lavrovski. Prokofiev, ya había compuesto música con anterioridad para ballet, encargado por Diághilev por lo que estaba familiarizado con el género.

Para el año que se estrenó *Romeo y Julieta* (1940), el ballet ruso ya se había posicionado en Europa y América; el éxito de la obra fue avasallador e hizo contundente la supremacía rusa en el arte de la escena.

Cabe mencionar que la proliferación de la música de Prokofiev como emblema nacional se logró, también, gracias a sus inclinaciones políticas y dinámicas estalinistas, que le valieron fuertes críticas, pues a su regreso a Rusia proveniente de Estados Unidos, fue señalado por muchos como "un gran artista que servía a Stalin como un perro" (Taruskin, 270).

El mismo Stravinsky, contemporáneo y competencia musical de Prokofiev, expresaría de su regreso a la Unión Soviética:

> "Fue un sacrificio a la perra deidad de la fama y no otra cosa. Por diversos motivos no había tenido éxito ni en Estados Unidos ni en Europa, mientras que su visita a Rusia fue un triunfo. Además, era políticamente ingenuo y no sacó ningún provecho del ejemplo de su buen amigo Miaskovsky. Regresó a Rusia y cuando finalmente comprendió cuál era su situación allí ya era demasiado tarde" (Craft, 35).

Dejando entre ver su antipatía por el compositor y su desaprobación a las dinámicas políticas del compositor, que si bien en un inicio le facilitaron vías para posicionarse social y económicamente en la URSS, después esa postura jugaría en su contra, llegando a ser un artista controlado y muchas veces silenciado. Hecho que no le impidió crear una de las más grandes obras maestras para la música y el ballet, Romeo y Julieta, anteponiendose a todas las críticas de su tiempo.

3. STRAVINSKY, *PETRUSHKA* Y LA "SUPERMARIONETA"

Ígor Fiódorovich Stravinski, a lo largo de su vida escribió en diferentes estilos musicales como el neoclasicismo, el serialismo, el dodecafonismo o el jazz. Escribió para sinfónicas, piano, multiplicidad de conjuntos musicales e incluso incursionó en la ópera

con *El ruiseñor* (1914). Estilos que amalgama con el estilo ruso o primitivo[2], y el cual sería el distintivo para la trascendencia de su obra musical y escénica.

Petrushka (1911) es la segunda composición de un total de 24 obras musicales que escribió para ballet; corresponde a su primer periodo compositivo, denominado ruso, el cual renovará este género dancístico.

El impacto de la obra de Stravinski y su personalidad, sería avasallador, llegando a ser considerado como una de las personalidades más influyentes del siglo xx por la revista *Time.*

En Clarens, Francia, entre 1910-1911 Stravinski escribió su famosa *Consagración de la primavera*, sin embargo tuvo una visión, la de escribir música para una marioneta que cobraba vida, a lo cual el compositor expresa:

> Al componer esta música tuve claramente la visión de un títere repentinamente desatado que, con sus diabólicas cascadas de arpegios, exaspera la paciencia de la orquesta, que, a su vez, responde con amenazante fanfarria. Se produce una terrible lucha que, habiendo llegado a su paroxismo, termina con el doloroso y lamentable colapso del pobre títere (Tintori, 1979, 84)[3].

Trabajando sobre su idea, Stravinski se encontró con su amigo, el empresario Serguéi Diaghilev, entusiasmados por la creación decidieron llevarlo a escena, interpretando a una Petrushka[4] de carácter bufo y melancólico que tiene la capacidad de cobrar vida y amar a su compañera, otra marioneta bailarina. Al final, Petrushka es asesinado por los celos que le causó un moro, quien también ama a la misma bailarina. Desde lo alto del teatrino, donde actúan las marionetas, el espíritu de Petrushka jura venganza.

La música para *Petruska* fue terminada en Roma (1911) para ser estrenada en el *Teatro del Châtelet* de París por el ballet ruso de Diáguilev. La composición, que inicialmente era concebida para piano y orquesta, cobró relevancia por su llamado acorde "Petruska".

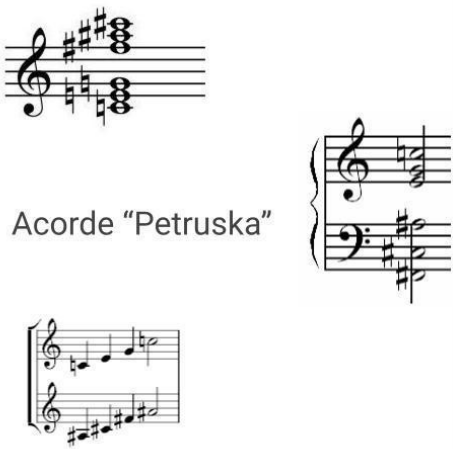
---

[2] El primitivismo fue un movimiento de las artes que pretendía rescatar el folclor más arcaico de ciertas regiones con un lenguaje moderno. Similar al nacionalismo en su afán por rescatar lo local, el primitivismo incorporó además métricas y acentuaciones irregulares, un mayor uso de la percusión y otros timbres, escalas modales, y armonía politonal y atonal ("La música. Primera mitad del S. X: Primitivismo").

[3] Componendo questa musica avevo nettamente la visione di un burattino subitamente scatenato che, con le sue diaboliche cascate di arpeggi, esaspera la pazienza dell'orchestra, la quale, a sua volta, gli replica con le minacciose fanfare. Ne segue una terribile zuffa, che, giunta al suo parossismo, si conclude con l'accasciarsi doloroso e lamentevole del povero burattino. (La traducción es mía).

[4] Se le llama así a una marioneta tradicional rusa que: "durante las fiestas populares, en las calles artistas vagabundos hacían danzar su propias *petruskas* de madera y trapo al sonido de un estridente acordeón" (Tintori, 1979, 84). (La traducción es mía) .

Dicho acorde caracteriza la melodía del personaje de Petrushka evocando un *leitmotiv*[5]. El cual aparenta estar formado por dos acordes superpuestos, do y fa sostenido mayores, que tocados simultáneamente podrían crear una politonalidad. Que según Giampiero Tintori: "no se trata de la primer aparición politonal en la literatura musical [...] citando a los Conciertos de Brandemburgo de Bach y el estupendo divertimento de Mozart *Ein musikalischer Spass* (K. 522)" (Tintori, 92).



Sin embargo se debe analizar con atención la construcción, funcionalidad y el contexto sobre el cual se escribe el acorde "Petruska", fuera de los estándares musicales y la tonalidad, pues uno de los propósitos del compositor fue alejarse de estos mismos. Robert P. Morgan señala al respecto: "Stravinski concibe el acorde como un complejo cromático total, del mismo modo que concibe el acompañamiento *ostinato* del comienzo del primer cuadro como un complejo diatónico desde el que se origina la melodía" (Robert P., 113).

Stravinski experimentó constantemente en el jazz la textura y funcionalidades de los acordes *clusters*[6], lo cual sugiere una idea sobre los complejos cromáticos y diatónicos que el autor utilizaba en su música, indistintamente del estilo, como parte de su lenguaje musical.

Además al ser concebida como una obra inicial para piano y orquesta es factible la utilización de este concepto de acorde por su digitación e interpretación. Contradiciendo la idea de politonalidad.

[5] Voz de origen alemán, acuñada por el compositor Richard Wagner, que se usa en español como sustantivo masculino con el sentido de 'tema musical recurrente en una composición' y, por extensión, 'motivo central recurrente de una obra literaria o cinematográfica' (Real Academia Española y Asociación de Academias de la Lengua Española).

[6] *Cluster:* [Ing.; "racimo"] Un término utilizado por los compositores del siglo XX para un acorde formado por numerosas notas adyacentes que suenan simultáneamente. Los clusters son particularmente efectivos en el piano (Bennett, 2003, 70).

Paralelamente, Diaghilev seguía las ideas teóricas del teatro de Stanislavski y de Craig, este último apuntaba que: "para un verdadero renacimiento del teatro es necesario alejar definitivamente al *autor-hombre* de la escena" (Tintori, 86)[7]. Es decir, el actor debe evitar manifestar los sentimientos del personaje bajo los instintos y los gestos sugeridos de la rutina personal.

Para lograrlo, Craig propone a la *supermarioneta* como un instrumento perfecto para expresar el deseo del autor, y evitar que el movimiento e interpretación surja de la persona física e imperfecta (o sea el actor), logrando superarse así mismo y a su materia. Pues, en su imaginario no es movido por hilos, sino por el sentimiento de quien lo mueve, dotando a la *supermarioneta* de humanidad, "como un inicio de su segunda vida irreal, de sus antojos reprimidos y su postración" (Tintori, 87-92).

Bajo estas premisas estéticas teatrales y musicales se crea *Patruska*, en donde claramente la realidad y la fantasía se *liminan*. Lo que corresponde a una obra transdisciplinaria, pues la música ya no es un simple acompañamiento o descripción sonora de movimientos rutinarios por parte de los actores y bailarines sino que forma parte del ánima de los personajes. Así, la música y el movimiento de los cuerpos obedecen a la poiesis de la *supermarioneta.*

Al mismo tiempo la música de *Petruska* fue creada con "el principio básico de la "atracción polar" (tomando el término que utilizó Stravinsky), que consiste en un conjunto referencial de notas que sirven como centro de todos los materiales que lo forman y que lo rodean (o que lo elaboran), se puede aplicar a ambas composiciones" (Morgan, 120).

Dicha *atracción polar*, también comulga entre sí en el cuerpo del personaje Petruska, pues al mostrarse como una marioneta que tiene sentimientos y pasiones humanas, crea la polaridad objeto/hombre, mostrando su masculinidad desde aspectos poco visibilizados en la danza anteriormente, como los miedos, pulsiones y deseos sexuales masculinos.

La creación del personaje Petrushka y su coreografía estuvo a cargo de Nijinsky, quien "rompió con tradiciones y prescripciones dancísticas e ideológicas y creó obras que planteaban masculinidades alternativas, las cuales reflejaban a los hombres contemporáneos que reflexionaban y resignificaban su cuerpo y su virilidad lejos de los patrones hegemónicos" (Tortajada, 53).

Deconstruyendo el rol de acompañante, valiente, romántico e incondicional con sentimientos puros y cristalinos, por el contrario Petruska se encuentra deprimido y frustrado por un amor no correspondido, enfrentado a su rival de amores y perdiendo

[7] "[...] per una vera rinascita del teatro occorreva allontanare definitivamente dalla scena l'attore-uomo" (La traducción es mía).

ante él, mostrando un hombre patético y desgraciado, con deseos emocionales y sexuales reprimidos, un *rol heterodoxo*[8] que rompe con la concepción del bailarín del ballet romántico parisino.

Nijinsky, Vaslav, no. 2054, 1910-1911. (Robbins, 1910-1911).

El legado artístico de Stravinsky, perdura perdura hasta hoy día, donde su música se convierte en una "partitura virtual" donde el intérprete se fusiona entre los acentos, los tiempos, los silencios, las respiraciones de la música, para "poder estipular las acciones del títere en un tiempo determinado" (Curci, 2018). Así crear una energía circular y liminal que dialoga sin jerarquías, sino más bien el sonido construye al cuerpo y, a su vez, el cuerpo se construye con el sonido.

4. PROKOFIEV, LA DANZA DE LOS CABALLEROS EN *ROMEO Y JULIETA*

Serguéi Serguéievich Prokófiev, (1891-1953) escribiría siete sinfonías, un concierto sinfónico para violonchelo y orquesta, cinco conciertos para piano, dos conciertos para violín, un concierto para violonchelo y nueve sonatas para piano; en su música de escena se encuentran ocho ballets y siete óperas, así también destaca su música instrumental para seis películas. Obra caracterizada con tendencia musical expresionista, que hacia 1927 llamaría su estilo compositivo como la "nueva simplicidad".

[8] Del repertorio de los Ballets Rusos se presentaron obras que respetaban la heterosexualidad masculina y sus valores, pero también otras que la cuestionaban y creaban *roles heterodoxos* (es decir, que transgredían las rígidas categorías de la conducta masculina) (Burt 75) convirtiendo a los bailarines en espectáculo erótico y rompiendo con la exigencia de mantener invisible la sexualidad de los hombres (Tortajada, 52).

Por la fuerte atracción que sentía hacia el teatro desde los 9 años escribió la música de su primera ópera *El gigante* (1900). En la que intercala diálogos improvisados de sus amigos y familiares quienes le ayudaron a representar el primer acto de su ópera en la sala de su casa.

A los 13 años ingresa al conservatorio de San Petersburgo, como alumno de orquestación y composición de Rimski Kórsakov. Fue considerado un pianista y compositor prodigio.

Entre sus obras musicales para ballet más representativas se encuentran *Romeo y Julieta* (1935) basada en el drama shakesperiano, donde además, participó en la adaptación del libreto, cambiando el trágico final por un final feliz, pues según Prokófiev: "¡los vivos pueden bailar, pero los muertos no!" (Colomé, 2007, 102). Cita que nos puede dar luz de lo realista que para el compositor resultaba la (re)presentación de la música y el cuerpo. Razón por la cual la compañía de ballet Bolshoi rechazó su obra además de que su música les resultó incomprensible para ser bailada.

Posteriormente la obra se estrenó por la compañía de ballet de Brno (1938) a pesar de que la primera bailarina Galina Ulanova expresara: "nos sentíamos perturbados por su extraña orquestación y las modificaciones frecuentes del ritmo que hacían difícil bailar" (López, 2020).

Según Delfín Colomé: "Romeo y Julieta se convirtió en el modelo de aquello que la URSS podía aportar a la danza del siglo XX [...] en un momento en que occidente se debatía entre la viabilidad del ballet clásico y el horizonte de la danza moderna, tras la revolución aportada al sistema por Isadora Duncan primero, y por Martha Graham después" (Colomé, 103).

La música de *Romeo y Julieta*, se convirtió en una de las obras más trascendentales de la literatura universal. Sergei Eisenstein, amigo de Prokofiev escribe sobre la *pureza cristalina del lenguaje expresivo* del compositor: "Su exactitud en el tiempo es un subproducto de la exactitud creativa. De absoluta exactitud en la imagen musical" (Nestyev & Eisenstein, ix)[9].

La música se caracteriza por sus armonías disonantes, cromatismos, que le valió duras críticas por sus melodías rígidas y muchas veces acusado de ser un "futurista" que se alejaban de las líneas musicales tradicionales rusas. Nestyev señala que: "La distorsión y el cambio de líneas melódicas se utilizan para ridiculizar, caricaturizar o para un poderoso énfasis emocional. El intervalo particularmente inquietante y discordante del noveno, por ejemplo, se emplea en muchos temas asociados con el duelo y desesperación (tema de la muerte en Romeo y Julieta)" (Nestyev & Eisenstein, 63)[10].

[9] "Su exactitud en el tiempo es un subproducto de la exactitud creativa. De absoluta exactitud en la imagen musical" (La traducción es mía).

[10] "Distortion and shifting of melodic lines are used for ridicule, for caricature, or for powerful emotional emphasis. The particularly uncanny, jarring interval of the ninth, for example, is employed in many themes associated with grief and despair (death theme in Romeo and Juliet, [...])" (La traducción es mía).

Dentro de la obra la encontramos en la *Danza de los caballeros* con una de las melodías expresionistas más importantes del siglo XX. Acogida con gran éxito en su estreno 1938, pero que hacia 1948 su música sería señalada de "distorsión formalista"[11] y "antidemocrática"[12].

Melodía construida sobre la triada alargada de mi menor, en segunda inversión, que puede obedecer al sistema tonal. Mientras que el bajo realiza un movimiento al estilo *basso albertino* que cita el estilo clásico, lo cual no es de sorprenderse al saber que Prokofiev era admirador de Franz Joseph Haydn.

Al respecto, Prokofiev expresaría: "mi principal virtud (o si se quiere, defecto) ha sido la búsqueda de un *idioma* musical original e individual durante toda la vida. Detesto la imitación, detesto los dispositivos trillados" (Shlifstein, 2000, 7)[13].

Podríamos justificar la palabra *idioma*, que el compositor refiere como expresión lingüística al interior de un lenguaje más amplio, que comprende un sistema de signos del cuerpo y todas las artífices con el cual se pueda expresar, como una extensión animada de éste.

A su vez, las imágenes forman parte del lenguaje musical de Prokofiev. Entre esas imágenes se encuentra la de un títere guiñol, que con sus diversos movimientos y divertimentos pudo inspirar la composición del autor, convirtiéndolas en imágenes sonoras, como lo explica Nestyev, contemporáneo y biógrafo de Prokofiev, cito:

> "Estas imágenes se asocian casi invariablemente con la búsqueda de nuevas armonías, nuevos timbres y medios polifónicos. Algunas veces, los nuevos dispositivos armónicos engendrados por la rica imaginación del compositor, los efectos melódicos fantásticos y frágiles, las armonías extrañas y bárbaras, buscaban una salida en temas arcaicos primitivos o escalofriantes. Y aunque en algunos casos estas formas de guiñol permanecieron dentro de la esfera de la música instrumental [...], en otros casos se plasmaron en la esfera descriptiva del teatro o en imágenes sonoras" (Nestyev & Eisenstein, 69)[14].

Podemos constatar entonces que para el autor, la música está ligada inevitablemente al acto escénico, en donde se convierten imágenes, signos del cuerpo y

---

[11] Se puede entender como distorsión formalista el discurso musical que se aleja de las músicas populares-nacionalistas fácilmente reconocidas por la sociedad rusa.

[12] Referido a la música se puede entender como la evocación de sonidos, filosofías o subjetividades occidentales y, de otras latitudes, que no representaban la cultura tradicional rusa. Es decir, música contraria a la ideología y política que en ese momento se promovía en Rusia.

[13] "My chief virtue (or if you like, defect) has been a tireless lifelong search for an original, individual musical idiom. I detest imitation, I detest hackneyed devices" (La traducción es mía).

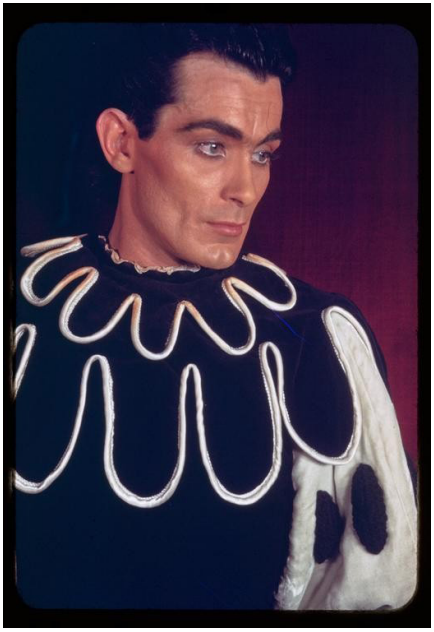
[14] These images are almost invariably associated with the quest for new harmonies, new timbre and polyphonic media. Sometimes the new harmonic devices engendered by the composer's rich imagination, the fantastic, brittle melodic effects, the bizarre and barbaric harmonies, sought an outlet in blood curdling or primitive, archaic subjects. And while in some cases these guignol forms remained within the sphere [...], in other cases they were embodied in the descriptive sphere of the theater or in sound pictures" (La traducción es mía).

movimientos titiriteros en complejas obras orquestales. Concepción transdisciplinar y a su vez, con similitud al sueño que tuvo Stravinsky al musicalizar una marioneta.

Referente al cuerpo y sus movimientos, hemos mencionado que una de las características del ballet ruso es restituir la imagen del hombre como un intérprete *per se* y no solo como el acompañante de la primera bailarina, otorgándole un plano primario dentro del ballet, visibilizando lo prohibido y lo que tenía que permanecer en secreto, como sus pasiones y pulsiones, dejando las idealizaciones románticas de lado.

En la coreografía original de Leonid Lavrovsky *La danza de los caballeros,* perteneciente a la escena 4 del Acto I del Ballet, que trata de un baile de cortejo de la corte real, podemos constatar la nueva concepción rusa de la masculinidad en el arte de la escena. Por ejemplo, en la parte A de la danza el padre de Julieta, el señor Capuleto, presenta a su hija en sala de baile con gran pompa, Lavrovsky subraya el *rol heterodoxo* del hombre en este personaje de edad madura, que baila con la melodía grave, detonando una atmósfera sensual, haciendo gala de su poder y virilidad, expresando también la idiosincrasia de su corte.

Hugh Laing en "Romeo y Julieta", (Robbins, 1943).



Posteriormente en la parte B de la danza, Prokofiev modula hacia una melodía poderosamente sensible, donde se pueden escuchar glissandos en el violín, mientras que Paris, prometido de Julieta con su baile denota su deseo y pasión juvenil que siente por su amada.

El Señor Capuleto y Paris, representan dos cuerpos masculinos, con sus notables diferencias de edad y gravedad en su cuerpo, y que expresan su ardor en un *idioma* musical y corporal individual. Lavrovsky empodera el cuerpo del hombre, superando el rol de acompañante de la primera ballerina; junto a Fokine, Lovrovsky logró ampliar el "amplió el rango de la danza masculina, e incluyó tanto movimientos sensuales y arrogantes, correspondientes a la sensación que provoca la música con sus maticies y dinámicas; en escenarios exóticos mostró aspectos de la sexualidad masculina cuya presentación no había sido aceptada antes" (Tortajada, 55).

De tal forma que la danza rusa no solo visibilizó la homosexualidad o la androgenia como una de las grandes aportaciones y rupturas del ballet, sino que nos ofreció un parámatro más amplio del *rol heterodoxo* en las artes escénicas.

5. CONCLUSIÓN

A través del tiempo, el arte de la escena ha respondido de una manera crítica a la condición socio-política en la que emerge, de manera contundente en Rusia en un marco de post-guerra, en donde la necesidad artística de trascender con un lenguaje nacional en la música y el ballet se fusionaron con la visión empresarial de Diaghilev, quien además era músico y crítico de arte, pudiendo entender ambos hemisferios artísticos, el del creador con sus necesidades y el económico para la producción escénica.

Petrushka y *La danza de los caballeros* de *Romeo y Julieta,* son una reivindicación del cuerpo del hombre como un ser sensible, sensitivo, pasional y doliente, masculinidades que rompieron con su concepción preestablecida.

De acuerdo con Tortajada: "No hay duda de que el interés de Stravinsky por una coordinación íntima entre su música y los movibles diseños espaciales de los movimientos de la danza en el escenario jugaron una parte importante en el desarrollo de su aproximación musical" (111).

De igual manera Prokofiev, con la energía de su música y melodías transgresoras, visibiliza aspectos viriles del *rol heterodoxo* antes prohibidos, en medio de fuertes críticas que lo señalaron como "stalinista", logró colocar su obra como parte del nacionalismo ruso.

La fenomenología transdisciplinar de la praxis rusa se articula entre el transitar constante del cuerpo sonoro (orquesta) y la musicalidad/movimiento corpóreo (intérprete). El sonido deja de ser un mero tapete o paisaje sonoro para convertirse en el personaje mismo pues, su vibración se racionaliza desde y para el personaje.

Donde, las líneas del cuerpo corresponden a la frase musical pues, la creación entre la música y la danza es circular, es decir, se concibieron en correspondencia a las

sensaciones que la música daba al bailarín(a) y/o el bailarín(a) crearon movimientos que inspiraron la escritura musical; teniendo “un importante efecto en las características formales y en el planteamiento composicional y dio origen a un nuevo concepto de estructura musical que iba a ejercer una gran influencia sobre los desarrollos musicales posteriores como las obras atonales de Schoenberg, Webern y Berg” (Morgan, 109).

Nijinsky, Vaslav, no. 2102, (Robbins, 1910-1911).

REFERENCIAS

Bennett, R. (2003). *Léxico de música*. Akal: Madrid.

Colomé, D. (2007). *Pensar la danza* (Primera ed.). Turner: Madrid.

Craft, Robert. *Conversaciones con Igor Stravinsky*. Madrid, Alianza Música, 1991.

Curci, Rafael, director. “Partitura Virtual.” *Títeres, objetos y otras metáforas*, 23 Mayo 2018. *YouTube*, https://www.youtube.com/watch?v=RAN3XbEGjWY. Acceso 06 Junio 2024.

Fernández, Ayamel, et al. “Adoración de la Tierra: Ígor Stravinski y el primitivismo.” *Tierra Adentro*, 6 April 2021, https://tierraadentro.fondodeculturaeconomica.com/adoracion-de-la-tierra-igor-stravinski-y-el-primitivismo/. Acceso 3 Julio 2024.

"La música. Primera mitad del S. X: Primitivismo." *La música es mi tema*, Filigrana, 23 Febrero 2013, http://lamusicaesmitema.blogspot.com/. Acceso 01 Julio 2024.

López, I. (2020, 03 07). *Shakespeare en la música*. Grupo Talia. Retrieved 03 20, 2020, from https://grupotalia.org/pdf/programas/programa070320.pdf

Morgan, Robert P. *La música del siglo XX*. 2a ed., Madrid, Akal, 199.

Nestyev, I. V., & Eisenstein, S. (1946). *Sergei Prokofiev his musical life*. Alfred A. Knopf: New York.

Real Academia Española y Asociación de Academias de la Lengua Española. "leitmotiv." *Real Academia Española y Asociación de Academias de la Lengua Española*, 01 12 2020, https://www.rae.es/dpd/leitmotiv. Acceso 03 Julio 2024.

Robert P., M. (1999). *La música del siglo XX* (2da ed.). Akal: Madrid.

Shlifstein, S. (2000). *Sergei Prokofiev. Autobiography, articles, reminiscences*. University Press of the Pacific: Honolulu.

Taruskin, Richard. "Tone Style and Form in Prokofiev's Soviet Operas: Some Preliminary Observations." *Studies in the History of Music*, New York: Broude Brothers ed., G. Abraham, 1988, pp. 215-239.

Jerome Robbins Dance Division, The New York Public Library. "Hugh Laing in "Romeo and Juliet"" New York Public Library Digital Collections. Acceso 21 Agosto 2024. https://digitalcollections.nypl.org/items/c48f72e0-e27d-0135-855b-01d505cf0aa5

_____, The New York Public Library. "Nijinsky, Vaslav " New York Public Library Digital Collections. Acceso 21 Agosto 2024. https://digitalcollections.nypl.org/items/510d47da-5293-a3d9-e040-e00a18064a99

_____, The New York Public Library. "Nijinsky, Vaslav " New York Public Library Digital Collections. Acceso 21 Agosto 2024. https://digitalcollections.nypl.org/items/510d47da-5292-a3d9-e040-e00a18064a99

Tintori, G. (1979). *Stravinski* (2da ed.). Edizioni Accademia: Milano.

Tortajada, Margarita. "Construcción y representación en la danza escénica: el género y los cuerpos de la academia." *Corporalidades Escénicas: representaciones en el teatro, la danza y el performance*, Primera ed., Elka Fediuk y Antonio Prieto Stambaugh, 2016, pp. 43-64. *Universidad Veracruzana*, https://www.uv.mx/cecda/files/2018/06/LIBRO-Corporalidades-escenicas-2016.pdf. Acceso 03 Junio 2024.

The New York public library digital collections, "Ansermet, Diaghilev, Stravinsky and Prokofiev and sidewalk". Acceso 03 Junio 2024.

CAPÍTULO 7

THE VISUAL REGIME OF REVOLUTIONARY PRINT: TYPOGRAPHY AND THE FORMATION OF VIETNAM'S PUBLIC SPHERE (LATE 19TH CENTURY–1954)

Data de submissão: 29/01/2026
Data de aceite: 16/02/2026

Hyunguk Ryu
Design Dr., Professor
National Tsukuba University of Technology
Japan
https://orcid.org/0009-0006-7357-9318
https://researchmap.jp/U-ri3927?lang=en

ABSTRACT: This article argues that Vietnamese revolutionary journalism from the late 19th century to 1954 used typography and page design not merely as aesthetic choices but as essential tools in shaping revolutionary discourse. It moves beyond seeing newspapers only as vehicles of ideology to analyze how typographic conventions, grid systems, and spatial organization constituted a 'visual regime of revolutionary print,' actively structuring political perception. The article focuses on newspapers such as *Gia Định Báo, Le Paria, Thanh Niên, Cứu Quốc, Vệ Quốc Quân, Quân đội Nhân dân,* and *Nhân Dân,* tracing their evolution from single-column to multi-column grids, from decorative illustrations to hierarchical image–text layouts, and from inconsistent to regularized page structures. The book contends that these design strategies organized reading habits, promoted collective discipline, and shaped ideological authority. The central argument is that Vietnamese revolutionary typography was formed through the synthesis of European modernist grid rationality and Soviet publishing models. By presenting revolutionary newspapers as a 'typographic public sphere,' the study emphasizes the decisive role of visual design in building modern political consciousness and offers comparative perspectives on print and visual culture in East Asia and the Global South.

KEYWORDS: revolutionary typography; visual regime; typographic public sphere; grid systems; Vietnamese revolutionary journalism.

1. INTRODUCTION

Studies of Vietnamese revolutionary journalism have focused on its role in ideological transmission, political mobilization, and anti-colonial struggle. Less attention, however, has been paid to the visual and material forms that made revolutionary discourse legible, readable, and collectively experienced. The hierarchical organization of *Quốc ngữ typography*,[1] along with grid structures, spacing, margins, and conventions for text and image placement,[2] was not merely

[1] Nguyễn Thành. (2005). *Báo chí cách mạng Việt Nam 1925–1945* (pp. 212–218). Hà Nội: Nxb Chính trị Quốc gia.

[2] Duiker, W. J. (2000). Ho Chi Minh: A Life (pp. 381–389). Cambridge, MA: Harvard University Press.

technical or decorative. It functioned as a visual institution, shaping political perception and collective affect. Existing scholarship has often seen these typographic and spatial regimes as secondary or merely ornamental. They are not always recognized as being constitutive of revolutionary communication.[3]

This article reconceptualizes Vietnamese revolutionary newspapers from the late 19th century to 1954 as a *"visual regime of print." In this regime,* power, discipline, and affect were materially encoded through typography and spatial design.[4] Drawing on the concept of the visual regime from visual culture studies, these newspapers are examined not as neutral repositories of text, but as active fields of visual practice. Through grids, typographic hierarchies, and image–text relationships, they helped shape the revolutionary public sphere. They did not merely reflect on it.

The shift from the single-column layouts of clandestine *Guangzhou*-period newspapers – such as *Thanh Niên* (Youth) and *Búa Liềm* (Hammer and Sickle) – to the multi-column grids, standardized headline hierarchies, and socialist-realist photographic arrangements of anti-French resistance titles marked more than a stylistic change. These titles include *Cứu Quốc* (Save the Nation), *Vệ Quốc Quân* (National Defense Army), *Sự Thật* (Truth), and *Nhân Dân* (The People). The shift constituted a fundamental reconfiguration of political visibility.[5]

This study presents a comparative analysis of visual communication strategies. These include grid systems, typographic hierarchies, and photographic layouts in major revolutionary newspapers, with a focus on emblematic Lunar New Year editions. [7] These special editions vividly convey revolutionary sentiment and political hierarchies. They show how typography and layout structured collective experience and reinforced emotional and ideological messages.

Ultimately, this article conceptualizes Vietnamese revolutionary journalism as a typographic public sphere. It was shaped not only by party organization and textual discourse but also by the institutionalization of visual discipline – a system of grids, typefaces, images, and controlled whitespace. Revolutionary print was not merely written and distributed. It was typeset, visually organized, and performatively structured as a political system. By placing revolutionary newspapers at the intersection of typographic history, visual culture, and political media studies, this study highlights their role in shaping modern political consciousness and public sphere practices.

---

[3] Nguyễn Văn Hải. (1987). *Hồi ký làm báo Cứu Quốc* (pp. 56–63). Hà Nội: Nxb Sự Thật.

[4] Tố Hữu. (1949). Đọc báo tết của chiến sĩ(pp. 3–4). *Vệ Quốc Quân* Xuân issue.

[5] Nguyễn Văn Khánh. (2010). *Lịch sử báo Nhân Dân* (pp. 27–34). Hà Nội: Nxb Chính trị Quốc gia.

2. REVIEW OF PREVIOUS STUDIES

2.1. STUDIES IN REVOLUTIONARY AND INTELLECTUAL HISTORY

Previous scholarship on Vietnamese revolutionary history has developed along three major lines. First, theoretical studies on *Hồ Chí Minh* (Nguyễn Ái Quốc, 1890–1969) and the formation of Vietnamese communism – exemplified by the works of *Duiker*[6], *Quinn-Judge*[7], *Marr*[8], and *Nguyễn Khắc Viện*[9] – have established *Đường Kách Mệnh*[10] as a colonial translation of Leninism. These studies see it as the ideological foundation of the Vietnamese Communist Party. They analyze in detail the relationship between national liberation and socialism, the theory of the vanguard party, and the formation of an internationalist orientation.[11]

In particular, Quinn-Judge situates the Comintern network and publishing activities during the *Guangzhou* period within the broader field of international communism, demonstrating that Vietnamese revolutionary theory emerged through transnational political and organizational circuits.[12] Second, within Vietnam, historians of revolutionary journalism such as *Nguyễn Thành, Đỗ Quang Hưng,* and *Trần Hữu Quang* have reconstructed the institutional genealogy of the press from *Thanh Niên* (1925) to the August Revolution, interpreting newspapers through Lenin's concept of the press as a "collective propagandist, agitator, and organizer," and documenting the roles of clandestine papers, prison publications, legal and semi-legal organs, *Viet Minh* periodicals, and military newspapers in mass mobilization and state formation.[13]

Third, studies of colonial print and visual culture, drawing on theories by Anderson, Chartier, Eisenstein, and *Marr*, have examined the spread of *Quốc ngữ*, print capitalism, modern reading practices, and the emergence of a public sphere. These studies look at newspapers such as *Gia Định Báo, Phụ Nữ Tân Văn, Phong Hóa,* and *Ngày Nay*. Yet across these bodies of scholarship, typographic form and page design – encompassing printing technologies, layout systems, column structures, type hierarchies, illustrations,

---

[6] William J. Duiker. (2000). *Ho Chi Minh: A Life (pp. 168–175)*. New York: Hyperion.

[7] Sophie Quinn-Judge, *Ho Chi Minh: The Missing Years, 1919–1941* (Berkeley: University of California Press, 2002).

[8] David G. Marr, *Vietnamese Anticolonialism, 1885–1925* (Berkeley: University of California Press, 1971); idem, *Vietnamese Tradition on Trial, 1920–1945* (Berkeley: University of California Press, 1981).

[9] Nguyễn Khắc Viện, *Việt Nam: Une longue histoire* (Paris: Éditions Sociales, 1987); Vietnamese edition. (1990). *Việt Nam – Một thiên lịch sử* Hà Nội: Nhà xuất bản Thế Giới.

[10] Hồ Chí Minh (Nguyễn Ái Quốc), *Đường Kách Mệnh* [*The Revolutionary Path*] (Quảng Châu: Việt Nam Thanh Niên Cách Mệnh Đồng Chí Hội, 1927); reprinted in *Hồ Chí Minh Toàn Tập* [*The Complete Works of Ho Chi Minh*], vol. 2 (Hà Nội: Nhà xuất bản Chính trị Quốc gia, Sự Thật, 2011), pp. 259–318.

[11] Marr, D. G. (1981). *Vietnamese Tradition on Trial, 1920–1945* (pp. 102–118). University of California Press.

[12] Eisenstein, E. L. (1979). *The Printing Press as an Agent of Change (Vol. 1, pp. 42–59)*. Cambridge University Press.

[13] Lenin, V. I. (1902/1961). What Is to Be Done? (pp. 384–390). Progress Publishers.

and visual effects of censorship – have remained largely marginal. They are often treated as secondary to ideological content and institutional function.[14]

Typography has thus been understood mainly as formal decoration or technical support. It is rarely seen as a regime through which political authority, discipline, and revolutionary consciousness were materially organized and made perceptible.[15]

2.2. POSITIONING OF THE PRESENT STUDY

This article aims to bridge these three traditions and address their shared blind spots in three key areas.

First, it analyzes *Đường Kách Mệnh* (The Revolutionary Path), *Thanh Niên*(Youth), *Búa Liềm*(Hammer and Sickle), and *Quân đội Nhân dân*(People's Army Newspaper) as separate entities belonging respectively to intellectual history, journalism history, or visual culture studies, but as components of a unified political communication system built upon shared printing infrastructures and typographic conventions.[16]

Second, it reconceptualizes revolutionary journalism not only as a vehicle for ideological content, but as a political typographic apparatus. It examines how layout structures, type systems, column organization, line spacing, illustrations, traces of censorship, and clandestine circulation materially shaped the formation and transmission of revolutionary discourse.[17]

Third, this study does not treat socialist visual culture solely as a history of propaganda images. Instead, it traces how colonial printing standards were appropriated and transformed during the revolutionary period into an institutionalized national visual order. This approach situates Vietnamese revolutionary typography within the broader comparative history of global print culture and political media.[18]

---

[14] Marr (1981), Anderson (2006), Chartier (1991), Eisenstein (1979)

[15] Marr (1971); Warner (2002)

[16] Quinn-Judge, S. (2002). *Ho Chi Minh: The missing years, 1919–1941* (pp. 112–138). University of California Press.

[17] Anderson (2006); Eisenstein (1979)

[18] Marr (1971); Warner (2002)

Figure1: Gia Định Báo (2. 1866), the first French-sponsored Quốc Ngữ paper; Gia Định Báo (24. 10. 1871); Gia Định Báo (25. 11 1893). Source: by Vietnam Studies Group.
Figure 2: Nông Cổ Mín Đàm (1883). Source: by Gallica.

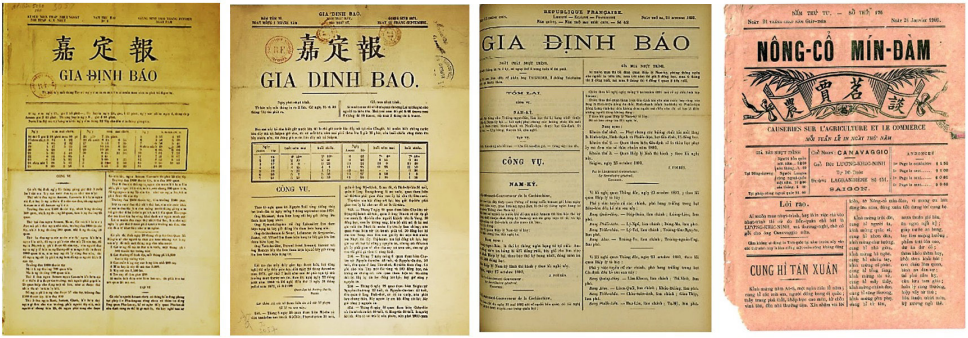


Figure 3: Lục Tỉnh Tân Văn newspaper (1907; No. 223, No. 243, No. 320). Although the title was Sino-Vietnamese, the newspaper was one of the first non-Catholic papers to use the Latin Guốc ngữ script. Source: by Wikimedia.
Figure 4: Nữ Giới Chung (1918). Source: by Gallica.

3. COLONIAL PRINTING INFRASTRUCTURE AND THE EMERGENCE OF MODERN TYPOGRAPHY (1865–1930S)

3.1. THE EMERGENCE OF MODERN TYPOGRAPHY

The pivotal moment in the development of modern typography in Vietnam can be traced to the founding of *Gia Định Báo* in Saigon in 1865 by the Cochinchina colonial administration. Established as an official government gazette, the newspaper was initially directed by *Ernest Potteaux* (1829–1907). However, with the subsequent appointment of *Trương Vĩnh Ký* (1837–1898) as editor-in-chief, *Gia Định Báo* expanded its role beyond merely disseminating administrative decrees to embrace an educational and enlightenment-oriented mission. Most significantly, it was the first regularly issued periodical printed in *Guốc ngữ*, the Romanized Vietnamese script, thereby marking the earliest instance of the transition from the traditional Sino graphic system to a modern alphabetic writing system being materially realized through print media.

Although the primary purpose of *Gia Định Báo* was to transmit official announcements and legal regulations, its page layout already incorporated fundamental elements of modern typographic organization, such as a hierarchical distinction between headlines and body text, regulated line spacing, and clear paragraph articulation. At this stage, typography was not yet a subject of aesthetic experimentation; rather, it functioned as a technical tool for the repetitive reproduction of text and the visual guidance of the reader's gaze. In this sense, early modern Vietnamese typography initially emerged as a system of visual discipline and legibility, establishing the foundational conditions for standardized reading practices.

3.2. NEWSPAPER AND MAGAZINE PUBLISHING AND THE FOUNDATIONS OF EARLY SOCIALIST TYPOGRAPHY

Following the publication of *Gia Định Báo*, the French colonial authorities gradually permitted a limited number of privately operated newspapers in Cochinchina under a licensing and censorship regime. Notable examples include *Phan Yên Báo* (The Anti-Speech Gazette), edited and published by *Diệp Văn Cương* in 1868; the weekly *Nam Kỳ Nhựt Trình* (Southern Region Daily), founded in 1883; *Nông Cổ Mín Đàm* (Discussions on Agriculture and Commerce, Past and Present), first issued on 1 August 1901; *Lục Tỉnh Tân Văn* (Six Provinces News), edited from 1907 by *Trần Chánh Chiếu* (1868–1919); and *Nữ Giới Chung* (The Bell of the Women's World), launched on 1 February 1918 with *Lê Đức* as publisher and *Sương Nguyệt Anh* (1864–1921), the first female journalist in Vietnam, as editor-in-chief.

Despite operating under strict licensing and censorship, these newspapers played a key role in expanding the modern public sphere and promoting *Quốc ngữ*–based print culture. From the late nineteenth to the early twentieth century, their rapid growth in Hanoi and Saigon transformed printing from an auxiliary tool of colonial administration into a central medium of social communication. Typographically, the increasing use of bold headlines, standardized columns, and regularized line spacing improved legibility, developments driven primarily by the practical demands of mass production and censorship. The stabilization of these layout conventions laid the technical and institutional groundwork for the later formation of grid systems, typographic hierarchies, and visually organized political discourse in the revolutionary press of the socialist era.

3.3. ESTABLISHING TYPOGRAPHIC HIERARCHY, GRID SYSTEMS, AND LINE SPACING

In the early twentieth century, Vietnamese newspapers and magazines moved away from the irregular line arrangements of manuscript culture toward the regularized page composition and visual hierarchy of modern print.[19] This shift was not merely formal but reflected a transformation of the visual order closely linked to the cognitive structures of a print-based public sphere. With the widespread adoption of column systems, text was organized within standardized rectangular frames, and hierarchies of headlines, subheadings, and body text were articulated through variations in type size, weight, letter spacing, and line spacing.[20] The newspaper page thus evolved from a simple aggregation of texts into a visual apparatus that guided the eye's movement and structured sequential reading.[21]

The emergence of the grid was central to this order. Page layouts were divided into modular units defined by margins, within which headlines, columns, images, and advertisements were arranged in repeatable patterns. Such modular composition increased printing efficiency while providing readers with a stable visual rhythm. At the same time, the regulation of line spacing became a crucial technical and cognitive norm. Because the tonal diacritics of *Quốc ngữ* extend above and below the letter body, generous leading was required to prevent collisions and ensure legibility.[22] From the 1900s onward, newspapers and textbooks therefore adopted relatively wide line spacing, illustrating how the phonological structure of Vietnamese directly shaped typographic standards.[23]

4. HỒ CHÍ MINH'S LE PARIA AND INTERNATIONAL REVOLUTIONARY TYPOGRAPHY

4.1. THE FRENCH-LANGUAGE REVOLUTIONARY PRESS AND THE COMINTERN PUBLISHING NETWORK

Founded in Paris in 1922, the French-language newspaper *Le Paria* ("The Pariah"), in which *Hồ Chí Minh* actively participated as editor and contributor, was the first truly international revolutionary periodical associated with the Vietnamese revolutionary movement. It marked the moment when Vietnamese revolutionary typography entered

[19] Eisenstein, E. L. (1979). *The printing press as an agent of change: Communications and cultural transformations in early-modern Europe* (pp. 52–60, 321–327). Cambridge University Press.

[20] Barnard, M. (2005). *Graphic design as communication* (pp. 65–72). Routledge.

[21] Burke, P. (2000). *A social history of knowledge: From Gutenberg to Diderot* (pp. 94–101). Polity Press.

[22] Nguyễn, Đ. Đ. (1998). *Chữ quốc ngữ và quá trình hình thành văn hóa in ấn Việt Nam* (pp. 73–79). Nhà xuất bản Trẻ.

[23] Nguyễn, V. T. (1972). *Lịch sử báo chí Việt Nam* (pp. 58–63). Nam Sơn.

the global socialist print network.[24] Supported by the *French Communist Party* and the *Comintern*, the paper served as an anti-colonial and anti-imperialist organ that united, in *French*, the voices of revolutionaries from *Algeria, Madagascar, West Africa, Indochina,* and other colonial regions, thereby creating a transnational public sphere for the colonized.[25]

The typographic design of *Le Paria* adhered to the disciplined columnar organization and hierarchical headline structure characteristic of the French leftist press, while strategically employing bold type and agitational illustrations to enhance the visual expression of political urgency and struggle.[26] In this respect, it aligned with the functionalist typographic principles established in publications of the Third International, which aimed to present revolutionary theory as a "manual" through clear legibility, logical hierarchy, and consistent grid structures.[27]

Typically composed in one- or two-column layouts, the pages of *Le Paria* featured bold sans-serif or standard Roman headlines at the top of articles, while the body text was set in highly readable serif typefaces. This approach made the hierarchy of information and the structure of the argument visually explicit.[28] Rather than serving a merely decorative role, the layout operated as an instrumental design mechanism that enabled communal reading, dialogic exchange, and performative oral circulation within communities of colonial laborers, students, and political exiles.[29]

4.2. POLITICAL TYPOGRAPHY IN PRACTICE: DECONSTRUCTING THE LEGITIMACY OF COLONIAL AUTHORITY

From 1922 to 1926, President *Ho Chi Minh* published at least 38 editorials and 5 political cartoons in *Le Paria*, transforming the newspaper into a crucial platform for internationalist critical discourse directed at the colonial populace.[30] His editorials referenced specific administrative cases, statistics, and legal provisions from *French colonies* such as *Algeria, Tunisia, Madagascar*, and *Indochina*, exposing the structural violence of imperialist domination while simultaneously developing a theoretical framework that united the French working class and the oppressed colonial peoples as a single historical subject.[31]

---

[24] Bảo tàng Hồ Chí Minh. (2010). *Danh mục bài viết của Nguyễn Ái Quốc trên Le Paria* (pp. 14–19). Hồ Chí Minh Museum.

[25] Bảo tàng Hồ Chí Minh. (2010). *Thư mục báo Le Paria 1922–1926* (pp. 3–7). Hồ Chí Minh Museum.

[26] Goscha, C. (2016). *Vietnam: A new history* (pp. 79–84). Basic Books.

[27] Le Paria. (1922, April 1). *Le Paria* (No. 1, p. 1).

[28] Nguyễn Ái Quốc. (1926). *Le procès de la colonisation française* (Introduction, pp. V–X). Paris.

[29] Rapports de diffusion du journal Le Paria, 1922–1924. (1924). Bibliothèque nationale de France, Fonds colonial (pp. 12–18).

[30] Ho Chi Minh Museum. (2010). *Catalogue of articles and political cartoons by Nguyen Ai Quoc in Le Paria* (1922–1926) (pp. 14–19). Ho Chi Minh Museum.

[31] Le Paria. (1922–1923). Le Paria (Nos. 1–15), articles signed by Nguyen Ai Quoc. Bibliothèque nationale de France.

Notably, articles published between 1922 and 1924 – such as "*Colonialism in Indochina* (Le Colonialisme en Indochine)," "*The Crimes of French Capitalism* (Les Crimes du capitalisme français)," and "*Colonial Justice* (La Justice coloniale)" – detailed tax collection, forced labor, and racial discrimination point by point. By juxtaposing legal texts and administrative statistics, these writings analyzed how the violence of colonial rule was concealed through the language of *"legitimacy."* The narrative style of these editorials employed a modern, argumentative journalistic structure that persuaded readers not through emotional agitation but through citations, figures, and comparative tables. This approach later became the structural prototype for *"Le Procès de la colonisation française"* (The Trial of French Colonization, 1926).[32]

According to original copies of *Le Paria* seized by the French police and related investigation records, these editorials and cartoons were classified as "propaganda that incites rebellion among colonial natives and undermines the moral authority of the French Republic," making them subjects of intense surveillance.[33] This confirms that *Ho Chi Minh's* writings and drawings went beyond mere ideological expression; through the fusion of print and imagery, they constituted a political typographic practice aimed at deconstructing the legitimacy of colonial rule.

4.3. ILLUSTRATIONS, VISUAL IMAGERY, AND THE GRAPHIC POLITICS OF REVOLUTIONARY PROPAGANDA

The illustrations and visual imagery in *Le Paria* operated not as mere ornamentation but as integral rhetorical instruments that crystallized and intensified the political arguments articulated in the text.[34] This strategy sought to render revolutionary ideology immediately intelligible while orchestrating affective responses across an international readership marked by heterogeneous levels of literacy and linguistic competence.[35]

The recurring imagery in the newspaper featured imperialist soldiers, colonized peoples bound in chains, united workers and peasants, red flags, and broken shackles, visually articulating the binary oppositions of oppression and liberation, as well as

---

[32] Le Paria. (1922, October). Le Paria (No. 10, pp. 1–2). Bibliothèque nationale de France; Le Paria. (1923, June). Le Paria (No. 18, pp. 2–3). Bibliothèque nationale de France; Le Paria. (1922–1925). Le Paria (Nos. 7, 12, 20, 25, 31), political caricatures. Bibliothèque nationale de France, Colonial Collection.

[33] Archives nationales de France. (1923). Le Paria – Colonial propaganda (Series F7, police report, fols. 47–53). Archives Nationales.

[34] Eisenstein, E. L. (1979). *The printing press as an agent of change* (pp. 318–330). Cambridge University Press.

[35] Anderson, B. (2006). *Imagined communities* (Rev. ed., pp. 44–55). Verso.

exploitation and struggle, clearly and compellingly.[36] This pictorial vocabulary, informed by the symbolic traditions of Russian revolutionary posters and French left-wing illustration, constituted a common visual grammar through which internationalist ideology was visually encoded.[37]

Formally, the use of heavy contour lines, reductive forms, stark chiaroscuro, and a restricted chromatic range – predominantly black-and-white with occasional red accents – produced sharply legible silhouettes that could be apprehended at a glance, thereby ensuring the instantaneous transmission of meaning. Alongside text-based argumentation, this approach was a fundamental principle of propaganda graphics, designed to engage readers' perception through visual impact and emotional resonance.

This graphic strategy was later adopted in the visual language of newspapers, posters, leaflets, and manuals during the Vietnamese revolutionary period. From *Thanh Niên* (Youth), *Đường Kách Mệnh* (The Revolutionary Path), and *Búa Liềm* (Hammer and Sickle) to anti-Japanese and anti-French propaganda posters and wall newspapers, bold headlines, simple compositions, symbolic figure representations, and color schemes dominated by stark black-and-white or red contrasts all reflect the influence of international revolutionary visual culture, including *Le Paria*. This demonstrates that Vietnamese revolutionary typography and graphic design were not isolated national products but were developed within the broader context of international socialist visual politics, mediated by the Comintern.[38]

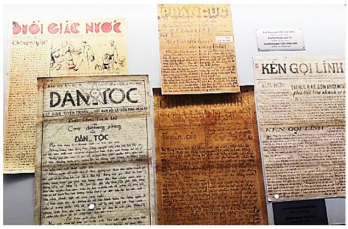
Figure 5: The revolutionary newspaper Le Paria, which pursued the mission of human liberation, was founded and published by Hồ Chí Minh and his comrades and issued a total of 38 issues between April 1922 and April 1926. Source: by National Museum of Vietnamese History, Hanoi.
Figure 6: "Đường Kách Mệnh" (1927), The Path of Revolution. Designated National Treasure No. 9 (2012). Source: by National Museum of Vietnamese History, Hanoi.

[36] Mitchell, W. J. T. (2005). *What do pictures want? The lives and loves of images* (pp. 161–168). University of Chicago Press.

[37] Quinn-Judge, S. (2002). *Ho Chi Minh: The missing years, 1919–1941* (pp. 147–153). University of California Press.

[38] Lenin, V. I. (1902/1977). *What is to be done?* (Collected Works, Vol. 5, pp. 384–392). Progress Publishers.

Figure 7: The inaugural issue of Thanh Niên ("Youth"), a mimeographed underground and exile newspaper founded on June 21, 1925, in Guangzhou, China, as the official organ of the Vietnamese Revolutionary Youth League, the precursor of the Communist Party of Vietnam. Source: by National Museum of Vietnamese History, Hanoi.
Figure 8: In 1929, Búa Liềm ("Hammer and Sickle") was launched as the official newspaper of the Indochinese Communist Party, calling for the unity of oppressed peoples around the world. Source: by National Museum of Vietnamese History, Hanoi.
Figure 9: Selected newspapers founded during the period 1925–1945. Source: by National Museum of Vietnamese History, Hanoi.



5. TYPOGRAPHIC NORMS AND VISUAL REGIMES OF THE VIETNAMESE REVOLUTIONARY PRESS

5.1. THE FORMATION AND INTELLECTUAL POSITION OF THE PATH OF REVOLUTION

Designated National Treasure No. 9 in 2012, *Đường Kách Mệnh* (1927), translated as The Path of Revolution, is a compilation of political training lectures delivered by *Hồ Chí Minh* to cadres of the Vietnamese Revolutionary Youth League in Guangzhou between 1925 and 1926. It is widely regarded as the first systematic text to articulate the theoretical and organizational foundations of the Vietnamese communist movement.[39] The work represents the earliest comprehensive effort to translate and rearticulate Comintern directives and Leninist revolutionary theory within the concrete conditions of colonial Vietnam, and it occupies a pivotal position in the intellectual genealogy that led to the founding of the Communist Party of Vietnam in 1930.[40]

In the opening of the book, *Hồ Chí Minh* explicitly states its pedagogical and political purpose:

> "This book aims to make our compatriots clearly understand why a revolution is necessary, why revolution is not the affair of a few but of the entire people, what the experiences of world revolutions teach us, who are our friends and who are our enemies, and how a revolution must be carried out."[41]

This declaration frames revolution not as an abstract moral ideal but as a problem of organization, discipline, and collective practice. It directly reflects the Leninist conception of the party as a vanguard that educates, trains, and politically organizes the masses.[42]

[39] Hồ Chí Minh. (2012). *Đường Kách Mệnh* (pp. 5–9, 33–41). Hà Nội: Nhà Xuất Bản Chính trị Quốc gia.

[40] Duiker, W. J. (2000). *Ho Chi Minh: A life* (pp. 152–159). New York, NY: Hyperion.

[41] Hồ Chí Minh, Đường Kách Mệnh, p. 9.

[42] Lenin, V. I. (1902). *What is to be done?* (pp. 22–30). Moscow: Progress Publishers; Lenin, V. I. (1900). The Urgent Tasks of Our Movement. Moscow: Progress Publishers.

The Path of Revolution reconstructs the history of modern revolutions – *the American Revolution* (1776), *the French Revolution* (1789), *the Russian Revolution* (1917), and the formation of the First, Second, and Third Internationals – through a comparative lens grounded in class structure and international politics.[43] This comparative framework is not a neutral historical survey; instead, it is deployed to expose the limitations of bourgeois-democratic revolutions and to demonstrate the historical necessity of proletarian revolution.[44] Through this procedure, *Hồ Chí Minh* situates the Vietnamese national liberation struggle within the universal logic of world revolution, conceptualizing it as an integral component of the international proletarian movement.[45]

5.2. THE VISUAL SYSTEM AND GRID OF REVOLUTIONARY NEWSPAPERS: TYPOGRAPHIC ORDER AND THE SPATIAL ORGANIZATION OF POLITICS

The visual system of Vietnamese revolutionary newspapers – particularly the lineage extending from *Thanh Niên* (Youth), *Búa Liềm* (Hammer and Sickle), *Cờ Đỏ* (Red Flag), and *Cứu Quốc* (National Salvation) to *Nhân Dân* (The People) and *Quân đội Nhân dân* (People's Army) – functioned not merely as a product of editorial technique but as a political apparatus that spatially organized revolutionary ideology.[46] Through the disciplined use of grids and line spacing, these newspapers strictly regulated the hierarchy between text and image, headline and body, symbol and article, thereby directing the reader's gaze and visually inscribing the primacy of political meanings.[47]

During the early period of exile in Guangzhou, the mimeographed and letterpress newspapers *Thanh Niên* (Youth) and *Búa Liềm* (Hammer and Sickle) employed a single-column layout with a large masthead centered at the top and programmatic editorials directly beneath it, creating a vertically stratified hierarchy. This arrangement spatially represented the discursive order of "party line → ideological interpretation → guidelines for mass action." The grid thus functioned not as a neutral compositional framework but as a visual structuring of political authority. Bold masthead lettering established a symbolic center, while the dense leading and tight letter spacing of the body text visually conveyed collective discipline and theoretical rigor.[48]

In the 1930s, during a period of combined underground and semi-legal activity, newspapers such as *Cờ Đỏ* (Red Flag), *Tranh Đấu* (Struggle), and *Dân Chúng* (The Masses)

[43] Hồ Chí Minh, Đường Kách Mệnh, pp. 33–41.

[44] Ibid., pp. 38–40.

[45] Quinn-Judge, S. (2002). *Ho Chi Minh: The missing years* (pp. 213–218). Berkeley, CA: University of California Press.

[46] Pierre Brocheux. (2007). *Ho Chi Minh: A Biography* (pp. 130-140). Cambridge University Press.

[47] David G. Marr. (1971). *Vietnamese Anticolonialism 1885–1925* (pp. 295–320). Berkeley: University of California Press.

[48] Trần Văn Giàu. (1997). *Sự phát triển của tư tưởng Hồ Chí Minh* (pp. 118–125). Hà Nội: Nxb. Khoa học Xã hội.

introduced multi-column grids that segmented the page into clearly differentiated article units. This modular structure enabled the parallel presentation of class struggle, international affairs, organizational directives, and reports from labor sites within a single page, thereby constructing a visual public sphere of simultaneous political visibility. Yet, even within this parallelism, hierarchy remained explicit: articles on party policy or the international communist movement were consistently positioned at the center or upper left, while agitational pieces, local reports, and readers' contributions occupied the lower or peripheral zones. The grid thus imposed an ideological spatial order of "center" and "periphery," rather than a neutral arrangement of information.[49]

During the later revolutionary period, particularly throughout the *Việt Minh* era and following the establishment of the state, the layouts of *Cứu Quốc* (National Salvation), *Quân đội Nhân dân* (People's Army), and *Nhân Dân* (The People) became increasingly standardized and institutionalized. Page formats, column structures, and the relative size and placement of headlines, subheadings, body text, and photo captions were systematically codified. Large, bold headlines positioned at the top of the page facilitated immediate recognition of political slogans and key messages; at the same time, the consistent line spacing in the body text accommodated extended ideological expositions alongside military and economic reporting.[50]

5.3. EVOLUTION OF REVOLUTIONARY NEWSPAPER LAYOUTS: VISUAL SPATIALIZATION OF THE POLITICAL PUBLIC SPHERE

In the 1920s, newspapers such as *Thanh Niên* and *Búa Liềm*, produced in Guangzhou by mimeograph and movable type, primarily adopted a single-column layout. The central placement of the title at the top, followed by editorials, theoretical essays, international Communist news, and organizational guidelines arranged vertically, visually mirrored the hierarchical transmission of revolutionary theory and the centralization of leadership. This single-column design directed the reader's gaze from top to bottom, emphasizing a linear flow of political argument from 'policy – explanation – action'. The grid, though minimal in segmentation, strengthened the normative and solemn nature that revolutionary texts and propaganda were meant to convey.

In the early 1930s, with the formation of the Indochinese Communist Party, publications such as *Cờ Đỏ* (Red Flag), *Tranh Đấu* (Struggle), and *Dân Chúng* (People)

[49] Thủ tướng Chính phủ Việt Nam. (2012). *Danh mục Bảo vật quốc gia đợt 1* (pp. 3–6.). Quyết định số 1426/QĐ-TTg. Hà Nội.

[50] Nguyễn Thành. (1984). *Lịch sử báo chí cách mạng Việt Nam, 1925–1945.* Hà Nội: Nxb Chính trị Quốc gia.

began using multi-column grids.[51] The multi-column layout allowed multiple articles and topics to be presented in parallel on a single page, facilitating a complex structure of the public sphere that included international news, party policy explanations, labor and peasant struggles, and organizational announcements. In this case, the grid was not just a tool for saving space; it served as a visual mechanism for simultaneously arranging and cross-referencing revolutionary discourse.[52]

However, the introduction of the multi-column layout did not immediately imply the dissolution of hierarchy. Even within the multi-column structure, a clear order of importance was maintained. Core articles addressing party policy or international Communist movements were typically placed in the upper left or central areas of the page, while field reports, case studies of struggle, popular mobilization articles, and readers' letters were relegated to the lower or right-hand sections. This demonstrates that the newspaper's spatial arrangement visually coded ideological priorities.

During the Viet Minh era and the subsequent period of state formation, newspapers such as *Cứu Quốc, Quân đội Nhân dân* (People's Army), and *Nhân Dân* (The People) standardized the use of the multi-column grid. Page size, column number, column width, line spacing, and title size and placement became fixed, creating a stable visual rhythm suited to collective reading and recitation. At this stage, the grid evolved beyond a mere editorial framework, functioning as a visual constitution that materially organized the public sphere of the revolutionary state.[53]

5.4. TYPOGRAPHY AND COLOR AS THE VISUAL SYMBOLIC SYSTEM OF THE REVOLUTIONARY PUBLIC SPHERE

In Vietnamese revolutionary newspapers, the masthead functioned not merely as a title but also as a visual sign that condensed political identity and ideological authority. Across publications such as *Thanh Niên* (Youth), *Búa Liềm* (Hammer and Sickle), *Cờ Đỏ* (Red Flag), *Cứu Quốc* (Save the Nation), *Nhân Dân* (The People), and *Quân đội Nhân dân* (People's Army), the naming of the paper, typographic choices, and modes of placement constituted a form of visual politics that spatially inscribed revolutionary ideology.[54] The masthead was consistently positioned at the top center of the page, ensuring that the party and national symbols occupied the highest point in the reader's visual hierarchy.

---

[51] Eisenstein, E. L. (1979). *The Printing Press as an Agent of Change* (pp. 321–325). Cambridge: Cambridge University Press.

[52] Nguyễn Văn Khánh. (2010). *Lịch sử báo Nhân Dân* (pp. 17–22). Hà Nội: Nxb Chính trị Quốc gia.

[53] Hobsbawm, E. (1990). *Nations and Nationalism since 1780*(pp. 73–81.). Cambridge: Cambridge University Press.

[54] Duiker, W. J. (2000). *Ho Chi Minh: A Life*(pp. 118–124). Cambridge, MA: Harvard University Press.

Red was the most charged chromatic code in these newspapers. Titles such as *Cờ Đỏ* and *Búa Liềm* invoked color and iconography at the linguistic level, while in print, red headlines, underlines, or borders symbolically represented revolution, sacrifice, and international proletarian solidarity, even within limited color palettes. Rather than decorative, red operated as an affective trigger that immediately mobilized emotions of commitment and struggle.[55]

Logos and graphic motifs further appropriated the visual language of Soviet revolutionary imagery. Symbols such as the hammer and sickle, the red star, resolute faces of workers and peasants, and silhouettes of flag-bearing crowds were frequently placed near mastheads or introductory sections, declaring ideological identity before textual engagement. These were not illustrations but political icons translating the shared symbolic vocabulary of international communism into the colonial Vietnamese visual environment.[56]

5.5. LINE SPACING, TYPOGRAPHIC DENSITY, AND THE RHYTHM OF COLLECTIVE READING

In Vietnamese revolutionary newspapers – designed for contexts such as workers' meetings, night schools, and commemorative gatherings – line spacing and typographic density established a political rhythm aimed at collective oral reading rather than mere silent legibility.[57] Publications like *Thanh Niên* (Youth), *Búa Liềm* (Hammer and Sickle), *Cờ Đỏ* (Red Flag), *Cứu Quốc* (Save the Nation), *Nhân Dân* (The People), and *Quân đội Nhân dân* (People's Army) typically employed small type sizes and tight letter spacing for body text, while maintaining ample line spacing to ensure tonal clarity during oral recitation. This layout convention simultaneously engaged both the individual reader and the collective voice.

During the underground and exile periods of the 1920s and 1930s, material constraints necessitated a high density of information; nevertheless, consistent line spacing and paragraph separation were maintained to structure pauses and breathing units during collective readings at study circles and cell meetings.[58] Rather than privileging silent, individualized reading, this typographic approach draws on formats oriented toward oral delivery, such as sermons, military manuals, and political lectures. Editorials and ideological essays frequently employed short sentences, parallel syntax, and consistent

[55] Lafont, G. (2001). *L'iconographie révolutionnaire soviétique* (pp. 22–31). Paris: CNRS Éditions.

[56] Mitchell, W. J. T. (2005). *What Do Pictures Want?* (pp. 161–170). Chicago: University of Chicago Press.

[57] Nguyễn Thành. (2005). *Báo chí cách mạng Việt Nam 1925–1945* (pp. 41–58). Hà Nội: Nxb Chính trị Quốc gia.

[58] Nguyễn Thành. (1984). *Lịch sử báo chí cách mạng Việt Nam, 1925–1945* (pp. 72–89). Hà Nội: Nxb Khoa học Xã hội.

spacing, facilitating oral delivery based on phrases. In this way, the newspaper's material form aligned with Lenin's conception of the press as a "collective propagandist, agitator, and organizer," since the layout itself regulated the rhythm of collective utterance.[59]

After the Viet Minh period and the establishment of the revolutionary state, newspapers such as *Cứu Quốc* and *Quân đội Nhân dân* standardized type size, line spacing, and column width to ensure that texts could be read and recited with a consistent rhythm across military, rural, and industrial settings.[60] This typographic uniformity fostered vocal uniformity, enabling political subjects to internalize ideology through a shared tempo and intonation.

6. FORMATION OF TYPOGRAPHIC NORMS IN REVOLUTIONARY NEWSPAPERS (1946–1954)

6.1. VISUALIZING REVOLUTIONARY RESOLVE AND NEWSPAPER AESTHETICS

Before 1945, Vietnamese Lunar New Year special issues generally emphasized personal sentiment, seasonal motifs, and nostalgic reflection.[61] After 1946, with the onset of the protracted revolutionary struggle, New Year issues underwent a fundamental shift, serving as media to organize collective resolve and mobilize action toward achieving an "independent spring".[62] The change was not limited to the content itself but also reflected in masthead typography, line spacing, page visual hierarchy, and image arrangement.

This shift is evident on the covers of major revolutionary newspapers' New Year issues, including *Cứu Quốc* (Save the Nation), *Vệ Quốc Quân* (Defend the Nation), *Sự Thật* (Truth), and *Nhân Dân* (The People). Traditional "spring images" featuring young women and flowers were replaced by central motifs such as President *Hồ Chí Minh's* New Year letters, celebratory poems, and soldiers in combat poses.[63] This change was not merely illustrative; it reorganized the textual hierarchy. Poems and celebratory texts were visually emphasized through bold type, central alignment, and generous spacing, transforming them into declarative statements rather than literary verses.[64]

---

[59] Lenin, V. I. (1901/1961). *Where to Begin?* (in Collected Works, Vol. 5, pp. 13–24). Moscow: Progress Publishers.

[60] Nguyễn Văn Khánh. (2010). *Lịch sử báo Nhân Dân* (pp. 15–33). Hà Nội: Nxb Chính trị Quốc gia.

[61] Nguyễn Thành. *Báo chí cách mạng Việt Nam 1925-1945* (pp. 212–218). Hà Nội: Nxb Chính trị Quốc gia.

[62] Duiker, W. J.(2000). *Ho Chi Minh: A Life* (pp. 381–389). Cambridge, MA: Harvard University Press.

[63] Nguyễn Văn Hải. *Hồi ký làm báo Cứu Quốc* (pp. 56–63). Hà Nội: Nxb Sự Thật.

[64] Tố Hữu. "*Đọc báo tết của chiến sĩ*" (pp. 3–4). *Vệ Quốc Quân* Xuân issue. 1949.

6.2. REVOLUTIONARY NEW YEAR ISSUES AND THE FORMATION OF TYPOGRAPHIC NORMS: VỆ QUỐC QUÂN (DEFEND THE NATION), CỨU QUỐC (SAVE THE NATION), SỰ THẬT (TRUTH), AND NHÂN DÂN (THE PEOPLE), QUÂN ĐỘI NHÂN DÂN (PEOPLE'S ARMY)

Vệ Quốc Quân served as the precursor to the People's Army's official newspaper, functioning as a military propaganda medium that shaped the visual identity of the Democratic Republic of Vietnam's regular forces during the First Indochina War (1945–1954).[65] Its 1949 Lunar New Year issue employed yellow and blue as dominant colors and prominently featured a soldier representing "Uncle Hồ's Army" on the cover. The 36-page issue, priced at 35 đồng, was exceptional given the material constraints of the period.[66] Mai Văn Hiến's illustrations were coordinated within the typographic framework, so that bold mastheads, ample line spacing, and distinct image outlines harmonized with the text blocks. Even under low-resolution printing conditions, this layout maintained the hierarchy between text and image.[67]

The same issue included a poem by *Tố Hữu*, *Reading the Lunar New Year Posters of the Soldiers*, which, despite its lyrical tone, adhered to the newspaper's strict typographic conventions. Short lines and repeated structures emphasized collective cadence and resolute tone rather than allowing free expressive space.[68] This demonstrates that literary texts were subsumed under the revolutionary newspaper's typographic system, transforming "emotional expression" into the "regulation of attitude".[69]

Cứu Quốc, the Viet Minh-aligned united front organ, developed a distinctive visual identity through contributions from leading writers such as *Xuân Thủy, Trần Huy Liệu, Tô Hoài, Nam Cao,* and *Nguyễn Tuân,* as well as illustrations by *Trần Đình Tô*.[70] Despite material shortages requiring the use of bamboo and rice paper, and the clandestine transport of movable type, the newspaper established typographic norms through layout repetition rather than through a variety of typefaces. The cover of the 1948 Lunar New Year issue aligned armed soldiers and a burden-bearing woman along a shared horizontal axis, synchronizing the visual flow of images with the reading direction of text. This layout symbolically organized optimism for the protracted struggle and collective forward movement.[71]

---

[65] Duiker, W. J. (2000). *Ho Chi Minh: A Life* (pp. 381–389). Cambridge, MA: Harvard University Press.

[66] Barnard, M. (2005). *Graphic Design as Communication* (pp. 94–101). London: Routledge.

[67] Müller-Brockmann, J. (1981). *Grid Systems in Graphic Design* (pp. 54–61). Zürich: Niggli.

[68] Nguyễn Thành. (2005). *Báo chí cách mạng Việt Nam 1925–1945* (pp. 212–218). Hà Nội: Nxb Chính trị Quốc gia.

[69] Anderson, B. (2006). *Imagined Communities* (Rev. ed., pp. 182–189). London: Verso.

[70] Nguyễn Văn Hải. (1987). *Hồi ký làm báo Cứu Quốc* (pp. 56–63). Hà Nội: Nxb Sự Thật.

[71] Eisenstein, E. L. (1979). *The Printing Press as an Agent of Change* (pp. 329–335). Cambridge: Cambridge University Press.

Figure 10: *Cờ Đỏ* (Red Flag) newspaper (1.5.1929). Source: by Vietnam Press Museum. "A key catalyst that unified Vietnam's revolutionary movements to establish the Communist Party in 1930."
Figure 11: *Cứu Quốc* (National Salvation) newspaper (11.30.1944). Source: by Vietnam Press Museum.
Figure 12: Sự Thật(Truth) newspaper (10.5.1949).
Figure 13: Nhân Dân (The People) newspaper (3. 11.1951). Source: by Vietnam Press Museum.
Figure 14: *Quân đội Nhân dân*(People's Army) newspaper (1.2.1954). Source: by https://media.qdnd.vn/long-form, accessed on 2025-12-21.

The 1949 Lunar New Year issue of *Sự Thật*, the central party theoretical journal, emphasized declarative authority through a red masthead, stable margins, and a centrally aligned celebratory poem by President *Hồ Chí Minh*.[72] Illustrations by *Phan Kế An* focused on stabilizing the hierarchy of text blocks rather than expressive emotion, and the celebratory poem functioned not as literary decoration but as a call to struggle.[73] In 1953, the *Nhân Dân* New Year issue expanded from four to six pages. President *Hồ Chí Minh's* portrait and poem were placed at the top of the front page, with a contribution by General *Bùi Nguyên Nhật* below, establishing a clear hierarchical structure that guided readers' attention toward leadership discourse.[74]

From 1946 to 1954, revolutionary New Year issues maintained the highest level of typographic and content norms despite severe material scarcity. These issues acted as symbolic media that repeatedly reproduced collective optimism and confidence in future victory within the cyclical temporal framework of the Lunar New Year. Typography functioned as a core visual technology for organizing emotion and stabilizing ideology, playing a decisive role in institutionalizing the aesthetic norms of revolutionary newspapers.[75]

6.3. INTEGRATION AND STANDARDIZATION OF MILITARY JOURNALISM

Following the Third National Congress of the Party in July 1950, the General Command decided to merge the existing military organ *Vệ Quốc Quân* (National Defense Army) with *Du Kích* (Guerrilla), the publication of militia forces, thereby establishing a

[72] Nguyễn Văn Khánh. (2010). *Lịch sử báo Nhân Dân* (pp. 27–34). Hà Nội: Nxb Chính trị Quốc gia.
[73] Nguyễn Trọng Nhân. (2012). *Mỹ thuật kháng chiến Việt Nam 1945–1954* (pp. 144–152). Hà Nội: Nxb Mỹ thuật.
[74] Trần Đình Thọ. (2001). *Ký họa kháng chiến* (pp. 22–31). Hà Nội: Nxb Mỹ thuật.
[75] Nguyễn Văn Khánh. (2010). *Lịch sử báo Nhân Dân* (pp. 45–51). Hà Nội: Nxb Chính trị Quốc gia.

unified military newspaper encompassing both regular and local armed forces under the title *Quân đội Nhân dân* (People's Army Newspaper).[76] This decision institutionalized a political and organizational effort to reorganize military journalism from a fragmented array of dispersed propaganda outlets into a centralized organ that reflected a unified command structure and ideological line.[77]

Ho Chi Minh conceived the People's Army Newspaper not merely as a source of military information or propaganda but as a visual and linguistic institution designed to organize revolutionary norms and collective subjectivity.[78] From the newspaper's title – explicitly foregrounding the "People's Army" – to editorial directives calling for "short and clear writing, easily understandable illustrations, and a neat and orderly page layout," his guidance articulated a principle of political communication that regulated content and form simultaneously.[79] These principles materialized in shorter articles, reinforced paragraph segmentation, hierarchical headline systems, generous line spacing, and regularized column structures, forming a typographic regime oriented toward collective reading aloud and immediate comprehension in combat and training contexts.[80]

Simultaneously, the repeated presentation of exemplary soldier narratives and the systematic organization of reader responses demonstrate how military journalism functioned as a mechanism for institutionalizing ethical models and behavioral norms within the armed forces.[81] In this context, the layout, order, and editorial practices of the People's Army Newspaper crystallized a prototype of socialist typography that visually embodied revolutionary discipline, collectivity, and political authority. This provided the ideological and formal foundation for standardized page structures across Vietnamese military and Party newspapers in the postwar period.[82]

7. CONCLUSION

This study reexamines Vietnamese revolutionary print culture from the late nineteenth century to the 1950s, not as a stylistic evolution of typefaces but as a historical process through which typographic norms and visual order were institutionalized. Beginning with the colonial gazette *Gia Định Báo* (1865), column structures, line spacing, headline hierarchies, and censorship-imposed layouts generated predictable reading patterns that

[76] Nguyễn Văn Khánh, *Lịch sử báo Nhân Dân* (pp. 27–29) (Hà Nội: Nxb Chính trị Quốc gia, 2010).
[77] Nguyễn Thành. (2005). *Báo chí cách mạng Việt Nam 1925–1945* (212–218). Hà Nội: Nxb Chính trị Quốc gia.
[78] Duiker, W. J. (2000). *Ho Chi Minh: A Life* (381–385). Cambridge, MA: Harvard University Press.
[79] Nguyễn Văn Hải. (1987). *Hồi ký làm báo Cứu Quốc* (56–59). Hà Nội: Nxb Sự Thật.
[80] Nguyễn Văn Khánh. (2010). *Lịch sử báo Nhân Dân* (30–34). Hà Nội: Nxb Chính trị Quốc gia.
[81] Tố Hữu. (1949). "Đọc báo tết của chiến sĩ," *Vệ Quốc Quân* Xuân issue (3–4).
[82] Nguyễn Văn Khánh. (2010). *Lịch sử báo Nhân Dân* (31–34). Hà Nội: Nxb Chính trị Quốc gia.

formed the material foundations of a modern public sphere. These conventions functioned as political devices that visually articulated authority, legality, and public discourse.

Rather than dismantling the colonial print infrastructure, *Ho Chi Minh's* revolutionary journalism strategically appropriated and transformed its normative potential to construct a socialist visual politics. Le Paria positioned colonized subjects within a global public sphere through multilingual mastheads and international grid systems, while The Revolutionary Path established revolutionary theory as a disciplinary text through restrained typographic hierarchies and repeatable layouts. Subsequent newspapers – *Thanh Niên, Cứu Quốc, Vệ Quốc Quân, Quân đội Nhân dân,* and *Nhân Dân* – evolved from single-column formats to multi-column grids and shifted from decorative illustrations to directive image–text hierarchies, thereby turning layout order itself into a visual discipline of collective action.

The typographic system of Vietnamese revolutionary newspapers reflects a synthesis of European modernist grid rationality and Soviet ideological publishing practices. European grid systems provided clarity and coherence in politically dense layouts, while Soviet models reinforced ideological hierarchy through standardized mastheads, spacing, and imagery. By integrating these approaches, Vietnamese revolutionary typography embodied both modern design principles and revolutionary political authority.

This article conceptualizes this process as a "visual regime of revolutionary print," demonstrating that the Vietnamese revolutionary public sphere was articulated not only through discourse but also materially through typographic order. Vietnamese modern print culture thus emerged not from the passive adoption of Western models but from the revolutionary transformation of colonial typographic rationality into a socialist visual form. This perspective repositions typography as a central medium in the formation of political subjectivity and the public sphere, contributing a comparative framework for studying revolutionary visual culture in East Asia and the Global South.

REFERENCES

Anderson, B. (2006). Imagined communities: Reflections on the origin and spread of nationalism (Rev. ed.). Verso.

Barnard, M. (2005). Graphic design as communication. Routledge.

Brocheux, P. (2007). Ho Chi Minh: A biography. Cambridge University Press.

Burke, P. (2000). A social history of knowledge: From Gutenberg to Diderot. Polity Press.

Chartier, R. (1994). The order of books: Readers, authors, and libraries in Europe between the fourteenth and eighteenth centuries. Stanford University Press.

Duiker, W. J. (2000). Ho Chi Minh: A life. Harvard University Press.

Eisenstein, E. L. (1979). The printing press as an agent of change (Vols. 1–2). Cambridge University Press.

Goscha, C. (2016). Vietnam: A new history. Basic Books.

Hobsbawm, E. (1990). Nations and nationalism since 1780: Programme, myth, reality. Cambridge University Press.

Hồ Chí Minh. (2011). Đường Kách Mệnh. In Hồ Chí Minh Toàn Tập (Vol. 2, pp. 259–318). Nhà xuất bản Chính trị Quốc gia – Sự Thật. (Original work published 1927).

Lafont, G. (2001). L'iconographie révolutionnaire soviétique. CNRS Éditions.

Lenin, V. I. (1961). What is to be done? (Collected Works, Vol. 5). Progress Publishers. (Original work published 1902).

Marr, D. G. (1971). Vietnamese anticolonialism, 1885–1925. University of California Press.

Marr, D. G. (1981). Vietnamese tradition on trial, 1920–1945. University of California Press.

Mitchell, W. J. T. (2005). What do pictures want? The lives and loves of images. University of Chicago Press.

Müller-Brockmann, J. (1981). Grid systems in graphic design. Niggli.

Nguyễn Đình Đầu. (1998). Chữ quốc ngữ và quá trình hình thành văn hóa in ấn Việt Nam. Nhà xuất bản Trẻ.

Nguyễn Khắc Viện. (1990). Việt Nam – Một thiên lịch sử. Nhà xuất bản Thế Giới. (Original work published 1987).

Nguyễn Thành. (1984). Lịch sử báo chí cách mạng Việt Nam, 1925–1945. Nhà xuất bản Chính trị Quốc gia.

Nguyễn Văn Hải. (1987). Hồi ký làm báo Cứu Quốc. Nhà xuất bản Sự Thật.

Nguyễn Văn Khánh. (2010). Lịch sử báo Nhân Dân. Nhà xuất bản Chính trị Quốc gia.

Nguyễn Trọng Nhân. (2012). Mỹ thuật kháng chiến Việt Nam 1945–1954. Nhà xuất bản Mỹ thuật.

Quinn-Judge, S. (2002). Ho Chi Minh: The missing years, 1919–1941. University of California Press.

Trần Đình Thọ. (2001). Ký họa kháng chiến. Nhà xuất bản Mỹ thuật.

Trần Văn Giàu. (1997). Sự phát triển của tư tưởng Hồ Chí Minh. Nhà xuất bản Khoa học Xã hội.

Warner, M. (2002). Publics and Counterpublics. Zone Books.

Indochina Journals and Newspapers digitized on Gallica

Vietnamese colonial era newspapers digitized by the National Library of Vietnam

Collaboration between BNF and the National Library of Vietnam: France-Vietnam: des patrimoines partagés en ligne

Institute of Vietnamese Studies Historical newspapers and serials: Phong Hóa, Ngày nay, Su Dia, Bách Khoa, Văn học (1978-2008).

CAPÍTULO 8

REPRESENTACIÓN GRÁFICA DE RIESGOS NUTRICIONALES EN EL PACKAGING: UN ESTUDIO EUROPA–BRASIL

Data de submissão: 07/02/2026
Data de aceite: 27/02/2026

Noemí Candil Blas
Universidad Rey Juan Carlos
Facultad de Ciencias de la Comunicación
España
https://orcid.org/0000-0001-8371-9122

Manuel Montes Vozmediano
Universidad Rey Juan Carlos
Facultad de Ciencias de la Comunicación
España
https://orcid.org/0000-0001-6624-8699

RESUMEN: Este estudio analiza las estrategias visuales utilizadas para comunicar riesgos nutricionales en el packaging mediante la comparación de dos sistemas de etiquetado frontal: el Nutri-Score, adoptado en varios países europeos, y el símbolo de advertencia basado en una lupa, obligatorio en Brasil según la RDC Nº 429/2020. Aunque ambos sistemas comparten el objetivo de orientar hacia elecciones alimentarias más saludables, difieren en su planteamiento gráfico, su modo de transmitir la información y la experiencia de interpretación que ofrecen al consumidor. La investigación se desarrolla mediante un análisis de contenido visual, centrado en la estructura y función comunicativa de cada símbolo. El análisis se organiza a partir de categorías propias del estudio del diseño de signos visuales como su forma, color, tipografía, composición, contraste o jerarquía informativa. Los resultados muestran que el NutriScore funciona como un dispositivo evaluativo de síntesis, basado en una escala color-letra que favorece la comparación entre productos. En contraste, el símbolo brasileño actúa como una advertencia directa de alto impacto visual, destinada a llamar la atención sobre nutrientes específicos cuyo exceso implica riesgos para la salud.

PALABRAS CLAVE: packaging alimentario; etiquetado frontal; Nutri-Score; diseño gráfico.

GRAPHIC REPRESENTATION OF NUTRITIONAL RISKS IN PACKAGING: A EUROPE–BRAZIL STUDY

ABSTRACT: This study analyzes the visual strategies used to communicate nutritional risks on food packaging through a comparison of two front-of-pack labeling systems: Nutri-Score, adopted in several European countries, and the magnifying glass warning symbol that is mandatory in Brazil under RDC No. 429/2020. Although both systems share the objective of guiding consumers toward healthier food choices, they differ in their graphic approach, in how they convey information, and in the interpretive experience they offer consumers. The research is conducted through a visual content analysis focused on the structure

and communicative function of each symbol. The analysis is organized according to categories commonly used in the study of visual sign design, including form, color, typography, composition, contrast, and informational hierarchy. The findings show that Nutri-Score operates as a synthetic evaluative device based on a color-letter scale that facilitates comparison across products. In contrast, the Brazilian symbol functions as a direct warning of high visual impact, designed to draw attention to specific nutrients whose excessive intake poses health risks.
KEYWORDS: food packaging; front of pack labeling; Nutri-Score; graphic design.

1. INTRODUCCIÓN

El envase de los alimentos se ha consolidado como uno de los principales medios de comunicación entre la industria y el consumidor. Más allá de su función protectora y logística, el *packaging* actúa como un soporte informativo que influye en la percepción del producto, en la comprensión de sus características y en las decisiones de compra.

En este contexto, la comunicación del riesgo nutricional se ha convertido en un elemento central de las políticas públicas de salud, especialmente en un escenario global marcado por el aumento de enfermedades crónicas relacionadas con la alimentación. La creciente preocupación por la salud pública ha impulsado la implementación de regulaciones nutricionales a nivel global, haciendo del envase un vehículo crucial para la comunicación de riesgos y la promoción de hábitos alimenticios saludables (Pacheco et al., 2025; Valdivia et al., 2025). Frente a este reto, numerosas administraciones han incorporado sistemas de etiquetado frontal (*front of pack labeling*, FOPL) con el fin de facilitar el acceso a información nutricional clave de forma clara, rápida y visual.

Estos sistemas han generado interés académico debido a su impacto potencial en la salud pública, el comportamiento del consumidor y la industria alimentaria. Su estudio se ha abordado desde múltiples perspectivas, buscando comprender su eficacia, limitaciones y la dinámica de su implementación. Uno de los pilares de la investigación sobre etiquetado ha sido evaluar cómo los consumidores lo entienden y lo utilizan en sus decisiones. La claridad y la simplicidad comunicativa ha sido analizada por Bueno et al. (2022) y Prates et al. (2022) y ha mostrado ser el sistema más eficiente para transmitir información sobre la calidad nutricional en poblaciones como la española (Galán et al., 2019). De hecho, estudios en 18 países, incluyendo Europa, han indicado que Nutri-Score se asocia con la mayor comprensión objetiva entre los sistemas de etiquetado frontal probados (Egnell, 2020).

Otras perspectivas de estudio atienden al fomento de opciones saludables y a la reformulación de productos de alimentación. Por ejemplo, se ha observado que Nutri-Score conduce a una menor cantidad de calorías y ácidos grasos saturados en las

intenciones de compra, al alentar a los participantes a evitar ciertos productos envasados y a adquirir más frutas frescas y carne (Egnell et al., 2022).

En este contexto, el diseño gráfico de los etiquetados frontales emerge como una herramienta clave para influir en las decisiones de compra de los consumidores (Candil, 2024). La presente investigación profundiza en la estructura y función comunicativa de dos sistemas de etiquetado frontal, el Nutri-Score y el símbolo de advertencia brasileño, para desentrañar cómo sus elementos visuales influyen en la percepción del riesgo nutricional (Stangherlin & Raupp, 2017). Numerosos estudios han evidenciado que los sistemas de etiquetado frontal son herramientas efectivas para aumentar el conocimiento de los consumidores sobre la calidad nutricional de los productos y para influir en sus decisiones de compra (Crovetto et al., 2020).

2. SISTEMAS DE ETIQUETADO FRONTAL NUTRICIONAL

Un sistema de etiquetado frontal nutricional es un conjunto de herramientas visuales y gráficas que se presentan de manera prominente en la parte delantera de los envases de alimentos. Su objetivo principal es ofrecer información nutricional simplificada, clara y objetiva sobre la composición de un producto (Motuzka & Eugster, 2022). Estos sistemas buscan ayudar a los consumidores a tomar decisiones alimentarias más informadas y saludables, complementando la información detallada que suele encontrarse en la parte trasera del packaging (Motuzka & Eugster, 2022; Patiño et al., 2019). Para ello, se basan en modelos de perfil nutricional que consideran la calidad nutricional general del producto o los nutrientes de interés para la salud.

La creciente preocupación por la salud pública y la necesidad de facilitar decisiones alimentarias más informadas han impulsado a numerosos países a desarrollar distintos sistemas de etiquetado frontal de alimentos.

2.1. EL NUTRI-SCORE EN PAÍSES EUROPEOS

El Nutri-Score es un sistema de puntuación de calidad nutricional de carácter voluntario, avalado por los gobiernos y cuyo alcance de etiquetado afecta a todos los alimentos, a diferencia de otros sistemas cuyo alcance se limita solo a cierta información (como pueda ser la presencia de grasas, grasas saturadas, azúcares o sal) y de carácter obligatorio (Arias et al., 2025). Este método está implantado actualmente en varios países europeos (Alemania, Bélgica, España, Francia, Luxemburgo, Países Bajos, Portugal y Suiza) y se describe como una escala conformada por cinco valores, codificada mediante cinco colores (cromas del verde al rojo) y cinco letras (entre la A y la E) que indican la calidad nutricional global del producto.

2.2. EL SÍMBOLO DE LUPA EN BRASIL

Brasil ha optado por un modelo de advertencia frontal obligatoria, establecido por la RDC Nº 429/2020, que introduce un símbolo de lupa destinado a alertar de manera explícita sobre el exceso de nutrientes críticos: azúcares añadidos, grasas saturadas y sodio. Este sistema se alinea con las políticas latinoamericanas de advertencia nutricional basadas en señales visuales de alto impacto, cuyo objetivo es facilitar la identificación inmediata de alimentos que pueden contribuir al desarrollo de enfermedades crónicas si se consumen en exceso. En Brasil, el *front of pack labeling* (FOPL) o etiquetado frontal de alimentos entró en vigor en octubre de 2022, habiéndose implementado esta normativa de forma gradual y escalonada, con plazos específicos para las diferentes categorías de productos (Ribeiro et al., 2025).

3. OBJETIVO E HIPÓTESIS

Este estudio analiza los componentes formales y comunicativos del Nutri-Score y del símbolo brasileño de advertencia, con el objetivo de identificar y comparar sus principales características. Una primera aproximación a ambos sistemas nos lleva a enunciar dos hipótesis de partida:

- Nutri-Score sustenta su comunicación en la combinación de recursos gráficos, mientras que el método brasileño es más sencillo.
- Nutri-Score permite la comparación entre productos, mientras el sistema brasileño logra la identificación única de cada caso.

4. METODOLOGÍA

A tenor de los objetivos del estudio y con el propósito de dar respuesta a las hipótesis planteadas, se ha considerado que la metodología idónea para contestar a esos enunciados (corroborándolos o refutándolos) era el análisis de contenido. Se han hallado diferentes investigaciones cuyo propósito era el estudio pormenorizado de mensajes visuales, y en todos los casos se empleó el análisis de contenido y la técnica utilizada fue la elaboración de un instrumento de investigación que descompusiera el mensaje visual en unidades mínimas, definiendo unas variables y valores que permitieran una medición objetiva, sistemática y replicable.

Algunas investigaciones que se ocuparon de unidades visuales con una morfología similar a las analizadas en este trabajo fueron las realizadas por Subiela (2017), Martín-Sanromán y Suárez-Carballo (2018), Salvador Rivero y Vizcaíno-Laorga

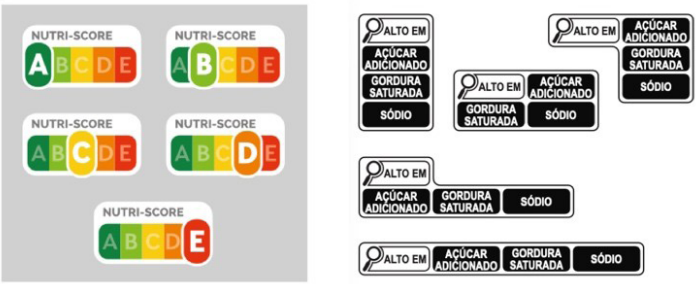
(2018), Martín-Sanromán et al. (2022), Montes et al. (2024) o Candil (2026). En estos casos se estudiaron identidades visuales, marcas gráficas o logotipos, empleando una técnica de análisis similar a la que se ha implementado en este trabajo.

Si bien en alguna de las investigaciones mencionadas se realizó el registro de dos tipos de variables, manifiestas y latentes (Igartua, 2006), en el caso del presente estudio, teniendo en cuenta el tipo de mensaje visual que ha sido objeto del mismo, la herramienta de análisis únicamente ha estado conformada por variables manifiestas, que son aquellas que tienen una plasmación visual. No ha procedido el registro de variables latentes (las que no cuentan con una representación gráfica) ya que se han analizado unos mensajes cuyo significado no debería estar sujeto a interpretaciones por parte del destinatario, sino que su fundamento y utilidad reside en una codificación que debería transmitir un significado concreto y prefijado.

4.1. MUESTRA

De entre los diferentes métodos de etiquetado existentes, se analizan dos que parecen tener un sustento comunicativo dispar: el NutriScore y el sistema adoptado en Brasil. Las unidades de análisis serán los símbolos oficiales proporcionados por las entidades reguladoras (figura 1).

Figura 1. Nutri-Score (izquierda) y sistema de etiquetado nutricional en Brasil: Lupa.



Fuente: Entidades reguladoras.

4.2. INSTRUMENTO DE INVESTIGACIÓN

Para la realización de este estudio se ha elaborado una herramienta de análisis específica, si bien incluye ciertas variables de otras investigaciones previas que analizaron mensajes visuales. La siguiente tabla recoge las variables y valores que han permitido la recogida de los datos.

Categorías	Elementos	Variables	Valor
Etiquetado	Regulación	Naturaleza legal	Voluntaria/obligatoria
		Denominación	Nutri-Score / advertencia Lupa
		Sistema de etiquetado	Interpretativo / advertencias
	Ubicación	Posición del etiquetado frontal de alimentos (FOPL) en el frontal del envase	Frontal visible / obligatorio en zona superior
	Conjunto	Forma	Rectángulo / Cuadrado / Círculo / Elipse / Indeterminada
		Cantidad	Único logo / 1-3 lupas (por nutriente)
		Color	Escala verde-rojo / ByN
		Esquinas	Redondeadas / angulares
		Color de fondo	Blanco / negro
		Grafismo exterior	Sí / No / opcional
		Elementos/componentes	Grafismos/textos/iconos
		Direccionalidad	Vertical/horizantal/ninguna
		Jerarquización interna	Sí / No
		Jerarquización interna (aplicación)	Tamaño/color/dimensión
Componente icónico	Cuantificación	Nº de imágenes	0, 1 o 2
	Imagen principal	Nº colores	1, 2, 3 o más colores
		Color	Denominación del color
		Ubicación	Izquierda, centrada, derecha
		Tipo de imagen	Silueta / otros
		Nivel de iconicidad	Hiperrealista, realista, figurativa no realista, esquemática, no figurativa (Montes Vozmediano y Vizcaíno-Laorga, 2015).
		Dimensión	Dos o tres dimensiones
Componente lingüístico	Información del etiquetado frontal de alimentos	Fuente de la denominación	palo seco, con serifa, manuscrita, fantasía
		Fuente la información	palo seco, con serifa, manuscrita, fantasía
		Color	Colores / ByN
		Uso de mayúsculas	Sí / No
		Tipo de mensaje	Interpretación global / advertencia específica por nutriente

Componente plástico	Grafismo	Tipo	Fondo / recuadro
		Características	Doble/simple
		Color del contorno	Color / ByN
		Funcionalidad del recuadro	Estructurar / enfatizar / esclarecer / connotar (Montes et al., 2024)
		Figura/fondo	positivo/negativo

5. RESULTADOS

A continuación, se presentan los hallazgos del análisis de contenido visual realizado. El examen comparativo muestra diferencias claras en la estructura gráfica de ambos sistemas.

5.1. COLOR Y CONTRASTE

La diferencia más evidente entre ambos sistemas reside en su tratamiento cromático. Nutri-Score utiliza una escala policromática de cinco colores (verde, amarillo, naranja, naranja oscuro, rojo) que permite situar al alimento dentro de un gradiente nutricional. Por el contrario, la lupa brasileña se representa exclusivamente en blanco y negro, generando un alto contraste respecto al fondo u otras informaciones presentes en el envase. El componente cromático permite identificar las cualidades del producto mientras que, en el otro, la ausencia de color funciona como una llamada de atención. A su vez, esta variedad cromática, provoca que la relación que el símbolo mantiene con el diseño del resto del envase pueda dificultar su identificación al no reconocerse como un ente aislado, según las teorías de percepción visual y principios de la Gestalt recogidas en Montes y Vizcaíno-Laorga (2015). En contraposición, la ausencia de color y el contorno marcado del FOPL brasileño favorece ese impacto visual inmediato si se relaciona con un fondo de color, bajo la ley de contraste que facilita una separación figura-fondo clara.

5.2. SIGNO LINGÜÍSTICO Y JERARQUIZACIÓN DEL MENSAJE

Ambos sistemas emplean tipografía de palo seco, adecuada para entornos de lectura breve y rápida. Sin embargo, su uso difiere en la jerarquía informativa. En Nutri-Score, el componente tipográfico más destacado es la letra capital (A–E) que sintetiza el nivel nutricional. En cambio, en el sistema brasileño destaca el texto en mayúsculas ("ALTO EM..."), obligatorio por normativa y concebido para maximizar la claridad del mensaje. Nutri-Score presenta una jerarquía visual dominada por el color, seguido de la letra que otorga la calificación (de mayor escala, grosor y blanca), y finalmente del texto

complementario. El sistema brasileño, por su parte, establece la jerarquía de forma inversa, del icono hacia el mensaje verbal. Además, como tercer elemento coordinado para asignar resalte a la calificación nutricional, el sistema europeo puede incluir una modificación de la escala y un grafismo adicional en el espacio que contiene la letra (recuadro blanco que aísla esa letra con respecto a las otras).

5.3. COMPOSICIÓN Y SUPERFICIE OCUPADA

La ubicación del símbolo en el frontal también presenta diferencias significativas. Nutri-Score puede situarse en la zona media o inferior del envase, dependiendo del diseño del *packaging*, mientras que la normativa brasileña exige su colocación en la zona superior, lo que refuerza su condición de advertencia principal. En cuanto a superficie ocupada, la lupa brasileña emplea una superficie más amplia relativa al frontal, especialmente cuando aparecen dos o tres advertencias.

En definitiva, a pesar de que ambos modelos presentan formas rectangulares con esquinas redondeadas en su conjunto, Nutri-Score se manifiesta siempre como un único logo, mientras que el sistema brasileño, puede incluir entre una y tres lupas, dependiendo de los nutrientes críticos presentes. Los resultados muestran que Nutri-Score se organiza a partir de una combinación de elementos gráficos articulados entre sí y el modelo de Brasil se sustenta en una construcción gráfica más sintética que incluye un pictograma monocromático que adopta la forma de una lupa, acompañado de un texto obligatorio.

6. CONCLUSIONES

Esta investigación se presenta como una primera aproximación al lenguaje visual de las advertencias nutricionales presentes a nivel mundial bajo regulaciones obligatorias o voluntarias. El análisis de los resultados obtenidos permite corroborar las hipótesis del inicio de la investigación. Se han identificado diferencias estructurales claras en la manera en que ambos sistemas representan datos sobre información nutricional.

En relación a la primera hipótesis, los resultados confirman que Nutri-Score se apoya en una combinación más compleja de recursos gráficos, que incluye una forma rectangular, una escala cromática de cinco niveles y una jerarquía interna basada en la interacción entre color, letra y resalte. Las combinaciones de estos elementos configuran un sistema visual que concentra diversas variables nutricionales en un único signo gráfico. Por el contrario, el sistema brasileño adopta una configuración gráfica más sencilla, basada en un pictograma monocromático y un mensaje verbal directo, del que se obtiene un modelo reducido y uniforme centrado en destacar nutrientes específicos.

Respecto a la segunda hipótesis, se corrobora que Nutri-Score está diseñado para permitir la comparación entre productos, gracias a su escala graduada. Se mantiene la misma estructura visual en todos los productos y únicamente varía su posición en la escala, lo que facilita establecer relaciones entre diferentes alimentos de la misma categoría. En contraste, el sistema brasileño se orienta a la identificación puntual de cada caso, ya que cada lupa corresponde a un nutriente concreto, que señala la presencia de advertencia en cada producto alimentario.

La principal limitación de esta investigación es que se trata de un estudio de caso, de modo que sus hallazgos conciernen únicamente a los sistemas estudiados y no son extrapolables. En futuras líneas de investigación, además del aumento de la muestra, se combinaría la metodología del análisis de contenido con técnicas cualitativas, como el *focus group*, para recoger opiniones relativas a la percepción, por parte del público destinatario, de estos sistemas nutricionales.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agência Nacional de Vigilância Sanitária. (2021). Anvisa disponibiliza arquivos com modelos para rotulagem nutricional. Recuperado de https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2021/anvisa-disponibiliza-arquivos-com-modelos-para-rotulagem-nutricional

Arias, L. S., Solano, D. G., González, J. A., & Cogollo, C. I. (2025). Regulaciones y reformulación de alimentos: impactos en procesos, costos y cadena de suministro. Revisión sistemática. *Ingeniería y Competitividad*, 27(3), 30215208. https://doi.org/10.25100/iyc.v27i3.15208

Bueno, L. C., Silva, T. G. de S. e, Lima, D. B., Alves, C. G. L., Rezende, M. L., & Azevedo, L. (2022). A influência dos rótulos nutricionais no cuidado em saúde: uma revisão integrativa. *Research Society and Development*, 11(6). https://doi.org/10.33448/rsd-v11i6.29486

Candil, N. (2024). Tendencias en el estudio de packaging: una revisión sistemática de la literatura. *European Public & Social Innovation Review*, 9, 1. https://doi.org/10.31637/epsir-2024-953

Candil, N. (2026). Aprendiendo a leer mensajes visuales: análisis comparativo de envases en productos lácteos como recurso pedagógico. *Espacios*, 47(1), 106-120. https://doi.org/10.48082/espacios-a26v47n01i09

Crovetto, M., Acosta, M., & Rocco, Y. (2020). Ley 20.606: Efectos en el conocimiento de etiquetado nutricional en consumidores de un supermercado en Valparaíso de Chile: estudio descriptivo, cuanticualitativo, antes y después de 5 meses de la implementación de la ley. *Revista Española de Nutrición Humana y Dietética*, 24(4), 311. https://doi.org/10.14306/renhyd.24.4.979

Egnell, M. (2020). Impact for the front-of-pack nutrition label “Nutri-Score” on consumers. HAL (Le Centre Pour La Communication Scientifique Directe). https://theses.hal.science/tel-03697497

Egnell, M., Boutron, I., Péneau, S., Ducrot, P., Touvier, M., Galán, P., Fezeu, L., Porcher, R., Ravaud, P., Herçberg, S., Kesse-Guyot, E., & Julia, C. (2022). Impact of the Nutri-Score front-of-pack nutrition label on purchasing intentions of individuals with chronic diseases: results of a randomised trial. *BMJ Open*, 12(8). https://doi.org/10.1136/bmjopen-2021-058139

Galán, P., Egnell, M., Salas-Salvadó, J., Babió, N., Pettigrew, S., Herçberg, S., & Julia, C. (2019). Comprensión de diferentes etiquetados frontales de los envases en población española: resultados de un estudio comparativo. *Endocrinología Diabetes y Nutrición*, 67(2), 122. https://doi.org/10.1016/j.endinu.2019.03.013

Igartua, J. J. (2006). *Métodos cuantitativos de investigación en comunicación*. Barcelona, Bosch.

Martín-Sanromán, J. R., y Suárez-Carballo, F. (2018). El lenguaje visual de las marcas gráficas de los restaurantes de alta cocina en España. *Arquetipo*, 17, 123-140. https://bit.ly/3NpHWOu

Martín-Sanromán, J. R., Suárez-Carballo, F., y Galindo-Rubio, F. (2022). Identidad Visual Editorial Dinámica y diseño de portadas: el caso de La Luna de Metrópoli (2018-2020). *Revista de Comunicación*, 21(2), 157-178. http://dx.doi.org/10.26441/rc21.2-2022-a8

Montes Vozmediano, M. y Vizcaíno-Laorga, R. (2015). *Diseño gráfico publicitario*. Madrid, Editorial OMM.

Montes, M., Vizcaíno, R. y Gallego, J. D. (2024). Identificación de rasgos básicos en el diseño de logotipos: el caso de las entidades de la Federación de ONG Caldas. *Revista Kepes*, 21(30), 85-115. https://doi.org/10.17151/kepes.2024.21.30.4

Motuzka, I., & Eugster, E. (2022). Front-of-pack labelling of food products: international practices and perspectives. International Scientific-Practical *Journal COMMODITIES AND MARKETS*, 44(4), 78. https://doi.org/10.31617/2.2022(44)06

Pacheco, J. F. G., Cruz, J. P. H., & Flórez, F. (2025). Impacto del Diseño de Empaques y Etiquetas en Productos con Sellos de Advertencia según la Ley de Etiquetado en Colombia. *Revista Temario Científico*, 5(1). https://doi.org/10.47212/rtcalinin.3.125.4

Patiño, S. R., Carriedo, Á., Tolentino-Mayo, L., Araneda, J., Allemandi, L., Murillo, A., & Barquera, S. (2019). Front-of-pack warning labels are preferred by parents with low education level in four Latin American countries. *World Nutrition*, 10(4), 11. https://doi.org/10.26596/wn.201910411-26

Prates, S. M. S., Reis, I. A., Rojas, C. F. U., Spinillo, C. G., & Anastácio, L. R. (2022). Influence of nutrition claims on different models of front-of-package nutritional labeling in supposedly healthy foods: Impact on the understanding of nutritional information, healthfulness perception, and purchase intention of Brazilian consumers. *Frontiers in Nutrition*, 9. https://doi.org/10.3389/fnut.2022.921065

Ribeiro, M., Matos, J. de P., Kikuta, C., Marques, T., Arruda, B. E., Horta, P. M., Martins, A. P. B., & Mais, L. A. (2025). Brazilian front-of-package nutrition labeling: consumer perceptions on social media platform X. *Frontiers in Nutrition*, 12. https://doi.org/10.3389/fnut.2025.1666794

Salvador Rivero, A. y Vizcaíno-Laorga, R. (2018). Análisis del Diseño Corporativo en la moda española. *Obra Digital*, (15), 153-168. https://doi.org/10.25029/od.2018.161.15

Santé publique France. (n.d.). Nutri-Score. Recuperado de https://www.santepubliquefrance.fr/en/nutri-score

Stangherlin, I. do C., & Raupp, M. (2017). Health claims in Brazil: helping the public or giving misleading information? *Revista de Administração Da UFSM*, *10*, 127. https://doi.org/10.5902/1983465925180

Subiela, B. (2017). La gestión de la identidad visual corporativa de las universidades españolas. *grafica*, 5(10), 115-124. http://dx.doi.org/10.5565/rev/grafica.73

Valdivia Acevedo, C. del P., Bustamante Salazar, J., & Cortez Orellana, F. (2025). *¿Lo que ves es lo que comes? Análisis visual del diseño del packaging y su coherencia con la composición de ingredientes en barras alimenticias del mercado chileno.*

CAPÍTULO 9

A AMÊNDOA COMO ELEMENTO GASTRONÓMICO E IDENTITÁRIO DE POTENCIAL TURÍSTICO EM TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE: VILA NOVA DE FOZ CÔA E FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO

Data de submissão: 09/02/2026
Data de aceite: 27/02/2026

Lídia Gonçalves Aguiar
Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo
Porto, Portugal
CITCEM Grupo Território Paisagem e Ambiente – FLUP – Porto
https://orcid.org/0000-0003-1815-8546

Mónica Lissa Ferreira
Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo
Porto, Portugal
https://orcid.org/0009-0006-6397-3282

RESUMO: A produção de amêndoa tem definido, ao longo de várias décadas, uma procura expressiva assente nas visitas turísticas aos concelhos de Figueira de Castelo Rodrigo e de Vila Nova de Foz Côa, por ocasião do florescer das amendoeiras. Nesse sentido, com a presente investigação pretende-se analisar essa tendência de procura em determinado momento do ano contribuindo para a valorização patrimonial das tradições que estão associadas a este produto. Trata-se, ainda, ao nível da gastronomia, o envolvimento dos agentes locais na estruturação de experiências gastronómicas que valorizem os patrimónios alimentares dos dois concelhos. Aborda-se o enquadramento geográfico dos dois territórios vizinhos, pertencentes ao distrito da Guarda, mas a sub-regiões distintas: Figueira de Castelo Rodrigo, pertence à Beira Interior Norte, e Vila Nova de Foz Côa, que pertence ao Douro Superior. Trata-se, portanto, de um território de singularidades, onde as sinergias e a cooperação são reveladoras.

PALAVRAS-CHAVE: identidade; turismo; baixa densidade; gastronomia; amêndoa.

ALMONDS AS A GASTRONOMIC AND IDENTITY ELEMENT WITH TOURISM POTENTIAL IN LOW-DENSITY AREAS: VILA NOVA DE FOZ CÔA AND FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO

ABSTRACT: Almond production has, over several decades, generated significant demand based on tourist visits to the municipalities of Figueira de Castelo Rodrigo and Vila Nova de Foz Côa during the almond blossom season. In this sense, this research aims to analyze this demand trend at a specific time of year, contributing to the appreciation of the heritage traditions associated with this product. Furthermore, at the gastronomic level it involves local stakeholders in structuring gastronomic experiences that enhance the culinary heritage of the two municipalities. The geographical context of the two neighboring territories, belonging to the Guarda district

but to distinct sub-regions, is addressed: Figueira de Castelo Rodrigo belongs to Beira Interior Norte, and Vila Nova de Foz Côa belongs to Douro Superior. It is, therefore, a territory of singularities, where synergies and cooperation are revealed.
KEYWORDS: identity; tourism; low density; gastronomy; almond.

1. INTRODUÇÃO

Os territórios de Vila Nova de Foz Côa e Figueira de Castelo Rodrigo apresentam nos seus limites um produto de elevado valor identitário, capaz de ancorar propostas turísticas que lhes permitam um desenvolvimento sustentável.

Apresenta-se neste artigo a amêndoa nas suas mais diversas valências e potencialidades que irão desde a gastronomia, à paisagem e às tradições associadas, que com um produto estruturador poderá ser capaz de proporcionar novas experiências turísticas e superar expectativas dos novos turistas que procuram produtos autênticos e valores identitários.

2. TERRITÓRIOS

Vila Nova de Foz Côa insere-se no Distrito da Guarda, Região Norte (NUTS II) e sub-região do Douro (NUTS III)[1] (Côa C. M., 2023).

O concelho ficou conhecido pela descoberta e reconhecimento como Património da Humanidade da UNESCO, em 1998 – a Arte Rupestre do Vale do Côa – como um dos maiores centros arqueológicos de gravuras rupestres paleolíticas ao ar livre, na Europa, que atestam as suas origens há cerca de 20 000 anos (Coaparque, 2020).

Na gastronomia, o concelho de Vila Nova de Foz Côa é conhecido como a "Capital da Amendoeira", título justificado pelo facto deste concelho ter a maior densidade de amendoeiras em toda a sua área territorial, com cerca de 38 000 hectares e aproximadamente 106 000 árvores de amendoeiras (Silva R. F., s/d), permitindo apreciar paisagens inigualáveis, quanto estas amendoeiras florescem e vestem os campos de branco e rosa, normalmente na segunda metade de fevereiro prosseguindo até aos primeiros dias de março (Montanha, 2023), em todas a freguesias que constituem o concelho.

Figueira de Castelo Rodrigo é um município que pertence ao distrito da Guarda, Região do Centro (NUTS II) e integra a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela (NUTS III) (CIMBSE, 2023).

Castelo Rodrigo integra, desde 2007, a rede das Aldeias Históricas, como detentora de um património monumental representativo (Portugal A. H., 2024) e obteve o reconhecimento

[1] *NUTS - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos", sistema hierárquico de divisão do território em regiões. A nomenclatura subdivide-se em 3 níveis (NUTS I, NUTS II, NUTS III), definidos de acordo com critérios populacionais, administrativos e geográficos.*

como uma das melhores aldeias turísticas do Mundo “Best Tourism Villages”, atribuído pela Organização Mundial do Turismo (OMT) em 2023 (Portugal A. H., 2024).

Barca D’Alva é uma localidade que faz parte deste concelho, sendo extraordinariamente reconhecido pela sua beleza paisagística. Trata-se de uma localidade que possui paisagens inigualáveis que cativam quem a visita, sendo ainda mais bonita nos meses de fevereiro e março, com o magnífico espetáculo conferido pelas amendoeiras em flor (CMFCR C. s.d.).

Esta beleza natural atrai anualmente milhares de visitantes, considerado pela Associação de Desenvolvimento Regional Territórios do Côa como uma poderosa atração para conhecer a região, razão pela qual os municípios portugueses de Figueira de Castelo Rodrigo e Vila Nova de Foz Côa, programam uma série de atividades para seduzir os turistas e visitantes (Associação de Desenvolvimento Regional, 2023).

Figueira de Castelo Rodrigo é um concelho marcado pela história, pela gastronomia singular e suas gentes afáveis e hospitaleiras (CMFCR C. s.d.).

Na realidade o estudo do seu território permitiu o reconhecimento dos seus valores patrimoniais e produtos endógenos e a forma como estes se relacionam e integram na cultura e identidade local. Este reconhecimento será um valioso pressuposto para a construção da experiência turística que poderá alavancar o potencial do território.

O território em estudo tem como produto âncora a amêndoa. Neste sentido, considera-se pertinente expor a amêndoa na sua projeção na elevada procura na visita ao programa turístico “As amendoeiras em flor”.

3. METODOLOGIA

A metodologia adotada incidiu na revisão de literatura e na realização de entrevistas semi dirigidas, apoiadas em guião, às populações locais, a diferentes agentes económicos relacionados com a amêndoa – desde a produção, à utilização como recurso gastronómico. Proceder-se-á a uma análise dessas mesmas entrevistas, conduzindo a investigação para a apresentação de sugestões de novas dinâmicas que apoiem o turismo gastronómico.

4. TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE

A análise sobre o território português apresenta o país com grandes diferenças geográficas, físicas, demográficas e económicas entre as suas regiões. Estas assimetrias regionais evidenciam um desenvolvimento territorial diferenciado e um acentuado desequilíbrio territorial, sobressaindo-se a dicotomia entre o Litoral e o Interior.

Resultado desta oposição notória de desenvolvimento, mais de metade dos territórios em Portugal, correspondem a territórios de baixa densidade.

Com base no Plano Nacional para a Coesão Territorial (PNCT, 2016) foram classificados como TBD 165 municípios num total de 278. Os TBD representam em área total de Portugal Continental de aproximadamente 70% do território e representam cerca de 20% da população (PNCT, 2016).

Esta evidente assimetria regional leva o autor Covas (2007) e Vaz (2023) a caraterizar os territórios de baixa densidade com problemas estruturais relacionados com uma população envelhecida e assimetricamente distribuída pelo território, elevados índices de desqualificação e um tecido empresarial com fraca capacidade empreendedora e de inovação.

Nos territórios do interior, onde prevalecem a larga maioria dos TBD, é notório o isolamento resultado de modelos económicos ainda dependentes de atividades tradicionais, pouco competitivas e inovadoras, ineficientes na capacidade de estímulo ao emprego. Salientam-se, ainda, questões como o progressivo despovoamento, envelhecimento demográfico e a consequente mão-de-obra envelhecida, pouco qualificada e empreendedora que contribuem para um interior mais desarticulado e afastado do progresso que se verifica no litoral.

Como facilmente se compreenderá, os fatores económicos são preponderantes e influenciadores dos outros fatores, seja direta ou indiretamente. O tecido empresarial dos TBD não tem capacidade de inovação nem capacidade empreendedora e por isso apresenta várias dificuldades. Na sua grande maioria, este tecido empresarial é composto por microempresas, muitas delas familiares, sem acesso a mão-de-obra qualificada, nem liquidez, para fazer face aos desafios impostos pelos mercados, cada vez mais exigentes (Covas, 2007).

Neste contexto, verifica-se a urgência de mitigar e diminuir os problemas destes territórios. Considera-se essencial o estabelecimento de sinergias entre instituições públicas e privadas e entre territórios, ponderadas numa lógica sustentável e por forma a dinamizar o seu potencial competitivo, promovendo uma maior abertura ao exterior (Fermisson, 2000), (Machado, 2019).

De acordo com Correia e Carvalho (2010), estamos perante territórios com especificidades e condições para o desenvolvimento e crescimento da atividade turística, nos quais a escala e a localização são elementos diferenciadores dos produtos e dos destinos tradicionalmente explorados e massificados.

O Turismo assume-se, muitas vezes, neste tipo de territórios, como uma possível solução para as inúmeras adversidades identificadas. Pode assumir uma dupla vertente

nestes territórios, por um lado, como um método de dinamização e alteração do espaço, implementando novos padrões sociais e de consumo, gerando novas práticas e múltiplos impactos, por outro lado, dinamização dos recursos turísticos locais, contribuindo beneficamente para a economia local (Abelha, 2007).

Além disso, considera-se um importante instrumento de desenvolvimento regional, no entanto, e como afirmam Mathieson e Wall (2005) é necessário que os responsáveis pelo seu planeamento ponderem entre os custos e os benefícios que o turismo traz para a região respeitando sempre os principios de desenvolvimento sustentável, assim como todos os *stakeholders* envolvidos. Os *stakeholders* desempenham um papel fundamental na recolha de informação necessária para a tomada de decisão, no desenvolvimento do planeamento e na gestão associada ao turismo (Garrod, 2003).

Os *stakeholders*, num contexto de Turismo contribuem para o desenvolvimento da economia local, através da criação de emprego e trabalho (Garrod, 2003).

Com efeito, para que o Turismo se possa constituir como um instrumento de desenvolvimento destes territórios, é essencial o esforço conjunto das diferentes regiões, assumindo um papel essencial na construção de redes de trabalho/parceria, (Fragoso, 2005) na criação de produtos e serviços turísticos inovadores e diversificados, e/ou na renovação dos produtos já existentes, contribuindo, assim, para a revitalização das áreas rurais (Reis, 2013).

De facto, segundo a Organização Mundial de Turismo, o desenvolvimento turístico dos territórios reside na sua capacidade de utilizarem eficazmente os seus recursos naturais, culturais e patrimoniais promovendo produtos e serviços de qualidade, inovadores, éticos e atraentes, aumentando o seu valor agregado, numa perspetiva de sustentabilidade (UNTWO, 2019).

Em termos práticos, é coerente que um determinado território possa estruturar uma oferta turística local com base nos seus recursos endógenos – como o património construído, cultural e natural, as tradições e os sistemas produtivos - desenvolvendo destinos turísticos alternativos, para os novos consumos turísticos (Reis & Baltazar, 2019).

Na opinião das autoras Moura & Aguiar (2023), cada região possui elementos que figuram como potencial identitário e exclusivo o que torna essencial a conjugação de políticas que defendam esta singularidade, elevando, simultaneamente, a capacidade de inovação dos territórios. Assim, cada região, deve estruturar o seu território em rede incentivando as relações entre agente públicos e *stakeholders* a fim de garantirem o retorno mútuo.

5. TURISMO GASTRONÓMICO

Turismo Gastronómico do ponto de vista académico, é designado vulgarmente por "culinary tourism", "food tourism" ou "gastronomic tourism" e são vários os autores que, ao longo dos últimos anos, têm utilizado estes termos em diferentes contextos. São cada vez mais os destinos que entendem a gastronomia como uma oportunidade de oferecer novos produtos e atividades diferentes para atrair turistas (Barroco & Augusto, 2016).

Nestes casos, os turistas que procuram estas experiências, por norma, visitam explorações agrícolas; fazem visitas a unidades de produção de alimentos; frequentam festivais gastronómicos e muitas das vezes fazem rotas gastronómicas e viajam, de propósito, até determinado local ou estabelecimento para degustar determinado prato.

Posto isto, o tema da gastronomia materializa a cultura e a economia à mesa e tem um papel de destaque em algumas experiências de desenvolvimento do turismo regional, especialmente em países tradicionais produtores de vinho como a Espanha, França, Portugal e Itália (Silva, Etges, & Valduga, 2016).

O Turismo Gastronómico é um recurso potenciador da experiência turística, uma vez que assentam nas emoções, no conhecimento, na aprendizagem, na degustação, na apreciação das suas valências gastronómicas, na identidade culinária do *terroir* (Salvado, 2020). As autoras Moura & Aguiar (2023) evidenciam a importância da experiência gastronómica apelando aos cinco sentidos, considerando que o prazer sensorial de pratos regionais são experiências únicas que ativam a visão, o olfato, audição, gosto e tato.

Ainda no que respeita ao turismo gastronómico, as provas e visitas são as atividades preferidas para proporcionar uma diversidade de estímulos sensoriais (Kastenholz, Carneiro, Marques, & Lima, 2012b), fundamentais na criação de experiências únicas (Mossberg, 2007), uma conjugação dos recursos endógenos (Kastenholz, Carneiro, Marques, & Lima, 2012b), sublinhando a sua autenticidade (Moura, 2016).

6. A AMÊNDOA NO PONTO DE VISTA TURÍSTICO

A floração das amendoeiras tem-se tornado, nos últimos anos um belo espetáculo natural e paisagístico aproveitado como um recurso turístico por alguns territórios, em especial nas regiões de Alto Douro e Trás-os-Montes (Ladra, 2013).

A floração da amendoeira acontece, normalmente, entre finais de fevereiro e inícios de março, podendo-se prolongar até finais de março, as de qualidade estrangeiras são de floração mais tardia. (Gomes, Costa, & Silva, 2007).

O setor do turismo aposta na amendoeira, enquanto património cultural e paisagístico. O espetáculo da floração da amendoeira, durante os meses de fevereiro

e março, é um importante ponto de atração turística, em especial nas regiões do Alto Douro e Trás-os-Montes. A "Rota das Amendoeiras" é o nome da rota que pretende desenvolver o potencial turístico deste fenómeno natural, através da organização de várias festividades locais durante aquela época (Cabo, 2017). É uma rota que continua a atrair numerosos visitantes do litoral para a visita deste espetáculo natural e paisagístico.

Neste sentido, os informantes privilegiados assumem a sua importância *"É muito importante neste concelho. Além da produção, temos boa qualidade (...) em Figueira de Castelo Rodrigo*" (Maria Eugénia Torres, Sabores da Geninha, Castelo Rodrigo, 3/06/2024). Carlos Flor, da Quinta da Biaia, atribui importância ao produto "*pela parte agrícola, ligada ao Turismo – a amendoeira em flor*" (Carlos Flor, Quinta da Biaia, Figueira de Castelo Rodrigo, 5/06/2204).

Em Vila Nova de Foz Côa é considerado como. "*Uma das culturas principais aqui na região (...) tanto na parte agrícola como na parte turística*" (Isabel Carneiro, Casa Painova, Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa, 6/06/2024) "*É o produto rainha (...) Vila Nova de Foz Côa é considerada a capital da amendoeira*" (Isabel Filipe, Sabores D'Ouro, Vila Nova de Foz Côa, 25/06/2024). "*O concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, tem azeite, tem amêndoa e pouco mais que isso*" (António Faria, Azeite Dulfar, Penha D'Águia, Figueira de Castelo Rodrigo, 5/06/2024).

Para Isabel Carneiro, a parte turística relaciona-se com "*muitos grupos que vem só para ver a paisagem, por causa da amendoeira em flor e tem aquelas festas da amendoeira em flor*" (Isabel Carneiro, Casa Painova, Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa, 6/06/2024). "*Nos meses de fevereiro e março é uma beleza paisagística, é deslumbrante"* (António Ferreira, Arribas do Côa, Vila Nova Foz Côa, 4/06/2024)

Durante duas semanas, as ruas de Vila Nova de Foz Coa e Figueira de Castelo Rodrigo revestem-se de iniciativas e produtores revelando a importância económica, social e cultural que a amêndoa tem por esta região. São diversos percursos turísticos concelhios ou intermunicipais designados como "Rota das amendoeiras" que são desenvolvidos para promover as amendoeiras em flor (Ladra, 2013).

Vila Nova de Foz Côa orgulha-se de deter a maior concentração de amendoeiras do país (Ferronha, 1998); (Xavier, 2000) e autoproclama-se como a "Capital da Amendoeira em flor" (Côa C. M., 2024), já Figueira de Castelo Rodrigo promove-se como a "Rainha da Amendoeira em Flor" (CMFCR C. M., 2024).

A Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa celebrou em 2024 a 42º edição da festividade das Amendoeiras em Flor com diversas iniciativas como: passeios pedestres, de mota ou de bicicleta, um desfile etnográfico e bandas de música durante duas semanas (Beira.pt, 2024).

No sentido de levar os visitantes a apreciar as amendoeiras em flor, o site da Câmara Municipal de Vial Nova de Foz Coa disponibilizou roteiros com o título de "à descoberta das amendoeiras em flor por terras de riba Côa (Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, 2024).

O Roteiro sugerido é composto por três percursos que leva os visitantes a descobrir alguns pontos de interesse turístico e avistar ao longo do percurso as amendoeiras em flor, passando por Freixo de Numão, Touça, Sebadelhe, Numão, Horta, Cedovim, Custóias, Arnozelo, Seixas, Mós, Pocinho, Vila Nova de Foz Côa, Muxagata, Santa Comba, Castelo Melhor e Almendra (Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, 2024).

Em Figueira de Castelo Rodrigo, no ano de 2024 celebrou a 83º edição da Festa das Amendoeiras em flor. As festividades contemplaram atividades desportivas, culturais e tradicionais, com e espetáculos musicais e atividades de promoção de produtos endógenos, gastronomia, artesanato e jogos tradicionais (Público, 2024).

A Câmara de Figueira de Castelo Rodrigo tem apoiado um conjunto de iniciativas, reconhecendo a importância das amendoeiras para fortalecer o seu maior cartaz turístico, com o objetivo de renovar as paisagens e aumentar o número de amendoeiras, como explica o autarca Dr. Carlos Condesso e também para o fomento de produtos à base de amêndoa.

O objetivo deste apoio é renovar as paisagens e aumentar o número de amendoeiras, que entre fevereiro e março pintam o território com tons branco e rosa, anunciando a primavera, trazendo ao concelho milhares de turistas, que procuram o Turismo de Natureza e os produtos endógenos (Agroportal, 2023).

Isabel Filipe, da Sabores D'Ouro reforça a importância das feiras durante o período das amendoeiras: "*festas da amendoeira em flor, quando ela está em flor (...) porque trazem muito turismo, onde se mostram todos os produtos regionais...que se fazem com a amêndoa e não só, mas principalmente com a amêndoa*" (Isabel Filipe, Sabores D'Ouro, Vila Nova de Foz Côa, 25/006/2024). Esperança Moutinho evidencia também a importância da amêndoa, das feiras, como um dos pontos fortes da região "*para venderem esses produtos*" (Esperança Moutinho, Pastelaria Esperança e Filhos, Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa, 3/06/2024)

Uma das Rotas alusivas a este espetáculo é organizada pela CP – Comboios de Portugal, que passa por aproveitar a Linha do Douro até à Estação do Pocinho, onde a companhia de comboio dispõe de autocarro para a visita ao Museu do Côa e Vila Nova de Foz Coa e, seguido de um percurso previamente definido para avista as amendoeiras na sua floração e regresso de comboio até aos seus locais de origem (Portugal C. C., 2024).

A Rota turística das amendoeiras é a mais antiga rota turística da CP, que em 2023 conta já com cerca de 70 anos. Pedro Moreira, presidente do Concelho de Administração da CP, Comboios de Portugal assume esta região com alto potencial turístico, uma vez que permite conhecer a região do Douro a bordo de um comboio turístico, assistir ao espetáculo natural das amendoeiras em flor, degustar doces tracionais e também visitar o Museu do Coa, um dos maiores museus nacionais que faz representar dois patrimónios mundiais da região: a Arte pré-histórica do Vale do Coa e a Paisagem Vinhateira do Douro.

Para além do valor paisagístico, identifica-se a amêndoa como um ingrediente e o mais presente dos produtos e pratos tradicionais da região (Secos & CIM-TTM, 2020).

Salienta-se, a propósito, que a amêndoa pode ser consumida de diferentes maneiras: como aperitivo – crua, salgada ou torrada, acompanhando diversos preparados de peixe ou carne e ainda usada largamente como sobremesa (Ladra, 2013).

Ao nível da doçaria tradicional, a amêndoa teve, e ainda hoje tem, um papel muito importante do Douro Superior (Ladra, 2013). Atualmente, é usada na região nas mais diversas formas, especialmente nas pastelarias, em molhos, pastas ou cremes. É importante destacar a existência, na região, de inúmeras receitas de bolos, tartes e outras sobremesas com designações como delícias de amêndoa, conchas, barcos, palitadas, entre outros (Ladra, 2013).

Entre os diferentes doces regionais que no Douro Superior se considera a amêndoa como ingrediente principal, temos como exemplos da região: as amêndoas torradas de Almendra (Vila Nova de Foz Côa) e a lampreia de ovos de Freixo de Numão (Vila Nova de FozCôa).

Na freguesia de Almendra, encontra-se amêndoas torradas, numa antiga receita desenvolvida pela Dona Áurea Moreirão, à qual servem as amêndoas do seu amendoal, após serem britadas e peladas antes de irem para o forno. A receita totalmente artesanal e baseada exclusivamente em ingredientes naturais, é mantida em segredo num negócio familiar, comercializada como “Rupestres” (Ladra, 2013).

Em Freixo de Numão elaboram-se há vários decénios as conhecidas lampreias de ovos, cuja receita tradicional já foi publicada num jornal há mais de trinta anos. Os ingredientes básicos desde doce são as amêndoas peladas e moídas, as gemas de ovo e o açúcar, em diferentes proporções (Ladra, 2013). Esta iguaria só se encontra disponível na altura da Páscoa.

Em Figueira de Castelo Rodrigo, como exemplo de transformação de produtos alimentares, é relevante referir os Sabores da Geninha. Senhora Maria Eugénia Torres, conhecida como “D. Geninha” transforma vários produtos da região em produtos de

extrema qualidade, do mel às compotas, dos frutos secos aos biscoitos, os Sabores da Geninha produz uma cuidada seleção de sabores, do melhor que a região de Figueira de Castelo Rodrigo tem (Beira.pt, 2024).

O consumo da amêndoa é mais representativo em ocasiões especiais, como festas populares, Natal e principalmente na época da Páscoa, para as tradicionais amêndoas cobertas (Secos & CIM-TTM, 2020). Contudo, assume-se que a amêndoa é um dos furtos secos mais consumidos ao longo do ano de forma natural, é um dos que possui mais representatividade no mercado de produtos emergentes neste país (Secos & CIM-TTM, 2020). Pelo facto de a amêndoa ser um produto capaz de oferecer inúmeras oportunidades, têm surgido novas empresas com conceitos inovadores, que desenvolvem novos produtos à base de amêndoa, nomeadamente bebidas vegetais, manteigas, queijos e snacks diversos (Secos & CIM-TTM, 2020).

Existe uma imagem favorável às ascensão e valorização do produto do ponto de vista cultural que é preciso aproveitar: promovendo a gastronomia, a tradição de todo o processo biológico da amêndoa e a sua transformação em produtos que representam uma identidade das regiões. Os produtos existem é necessária uma promoção em conjunto e integrada num objetivo comum de valorização de promoção.

A Senhora Esperança Moutinho apresenta "*os seus produtos como os bolos de amêndoa tradicionais (...) as queijadas de amêndoa, compotas de amêndoa. (...) O bolo de amêndoa a base de claras, açúcar e muita amêndoa, depois, é o jeito (riso), cada um dá o seu toque"* (Esperança Moutinho, Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa, 3/06/2024).

Maria Eugénia Torres, proprietária da marca Sabores da Geninha faz "*as amêndoas (...) caramelizadas vão à panela com o açúcar, com a água, e vão a ferver até ganharem o ponto delas e ficarem caramelizadas (...) Essas são o tradicional"* (Maria Eugénia Torres, Sabores da Geninha, Castelo Rodrigo,3/06/2024).

Isabel Filipe, da Sabores D'Ouro identifica os seus produtos com amêndoa com inovações *"...compotas de abóbora com amêndoa (...) amêndoa caramelizada com canela, (...) caramelizada com laranja, com casca de laranja, com alguns citrinos, com chocolate (...) e biscoitos de amêndoa. Só levam: as claras de ovo, batidas em castelo, açúcar em pó, um bocadinho de farinha de trigo e o resto de amêndoa.*" (Isabel Filipe, Sabores D'Ouro, Vila Nova de Foz Côa, 260/06/2024).

A Senhora Rosa, proprietária de uma pastelaria que vende doces tradicionais, no centro de Vila Nova de Foz Côa, faz os vários doces tradicionais da região, nomeadamente, o Bolo de amêndoa "*é o melhor que há. É só amêndoa, clara e açúcar ou gema de ovo e açúcar, dá das duas maneiras para os fazer. Foi um bolo que foi às "7 maravilhas de*

Portugal", os de Mós a amêndoa é mais laminada, aqui nota-se mais a amêndoa" (Diário de Campo, 4/06/2024).

Pelo facto de a amêndoa ser um produto capaz de oferecer inúmeras oportunidades, têm surgido novas empresas com conceitos inovadores, que desenvolvem novos produtos à base de amêndoa, nomeadamente bebidas vegetais, manteigas, queijos e snacks diversos (Secos & CIM-TTM, 2020).

7. EXPERIÊNCIAS ASSOCIADAS À AMÊNDOA

As experiências mais significativas na paisagem realizam-se na última quinzena de fevereiro e inícios do mês de março, período a que corresponde a floração das amendoeiras e que acontece a Feira da Amendoeira em Flor, em Vila Nova de Foz Côa e em Figueira de Castelo Rodrigo.

Neste período, os visitantes são convidados a apreciar a paisagem das amendoeiras nos dois concelhos em estudo e a viver experiências da amêndoa como produto endógeno dos territórios.

No centro de Vila Nova de Foz Côa encontra-se uma pastelaria que vende "*Filhoses – que eram feitas principalmente no Natal, cavacas, súplicas*, *bolo de azeite, bolo de ovos, biscoitos e bolo de amêndoa*" (Diário de Campo, 4/06/2024).

Já perto da perto da hora de almoço são várias as hipóteses de prova das várias iguarias culinárias. Sugere-se um restaurante do concelho de Vila Nova de Foz Côa, entre os vários como atesta um informador privilegiado, "*têm restaurantes muito bons, à base de peixe (...) junto ao rio"* (José Rocha, Casa Agrícola Dona Olinda, Touça, Vila Nova de Foz Côa, 6/06/2024):

Nesse restaurante "*Pediu-se para servir o que seria o "mais típico" e claro "Peixe do Rio" Para entrada foi pedido umas bolinhas de alheira com amêndoa (...) Vieram as bolinhas, disse a funcionária, como se fossem "Ferrero Rocher", e não é que pareciam mesmo! Maravilhosos! Sentia-se a amêndoa tostada...um sabor maravilhoso da alheira... A base das bolinhas era de mel. (...) Veio também, um cesto de pão tostado e umas azeitonas bem ácidas, muito boas! O Peixe do Rio era muito bom. Acompanhado de couve e batatas esmagadas, um molho de limão, especiarias e muito alho para colocar por cima dos pedaços de peixe frito. O Peixe era Barbo*. (Diário de Campo, dia 16/02/2024).

No fim do almoço percebeu-se que se estava no local indicado para nos aventurarmo-nos num percurso subordinado à temática "Amendoeiras em flor", com interesse paisagístico *"pelo menos onde há uma maior concentração: Seixas e o Miradouro de S. Martinho* (Diário de Campo, 16/02/2024), "*o miradouro do anjo S. Gabriel, vê-se a*

maior, a melhor quinta que há, para mim do país, que é a Quinta da Ervamoira" (Isabel Filipe, Sabores D'Ouro, Vila Nova de Foz Côa, 25/06/2024), "*passando por Almendra e Castelo Melhor*" (Diário de Campo, 17/02/2024). São vistas de perder o folgo.

Perto da hora de jantar, já no regresso a Vila Nova de Foz Côa sugere-se um restaurante com pratos e ingredientes locais, no centro de Vila Nova de Foz Côa: "*Quando atribuíram mesa, foi pedido antes de mais nada, o mais típico, tradicional da terra possível. (...) A senhora que atendeu ficou muito satisfeita com o pedido e prontificou-se a ajudar a escolher o melhor e mais típico que a ementa tivesse, mas para tal pediu ajuda ao Chef André – chef de cozinha e dono do restaurante. Este assumiu fazer uma espécie de tapas de 2 coisas que considerava tradicional: Montadinhos de vitelina grelhada em bola de azeite regional; Bolinhas de alheira em molho de mostarda e mel; como prato para comer escolheu-se a Posta da Vazia com esmagado de batata, cebola e salsa.*

O Chef André comentou que a região não tinha pratos típicos, mas que tinham produtos muito bons e fortes – a amêndoa, o azeite e o vinho - e como tal eram a base da sua cozinha.

Como entrada nesta refeição, foi apresentado azeitonas, pão torrado e um pires com azeite. Este azeite vinha numa garrafa com a denominação de "Azeite de Montanha" como nome "Agreste".

Provou-se o pão embebido neste azeite e apreciou-se um néctar, um azeite de 0,3 de acidez. Uma maravilha." (Diário de Campo, 17/02/2024).

Isabel Filipe, da Sabores D'Ouro sugere também uma "*rota da amendoeira é ir a Castelo Melhor, Almendra e Figueira de Castelo Rodrigo, (...) ir mesmo a Castelo Rodrigo, que tem lá em cima, uma paisagem deslumbrante (...). É uma rota um bocadinho sinuosa porque a estrada é muito estreitinha, mas é...* (Isabel Filipe, Sabores D'Ouro, Vila Nova de Foz Côa, 25/06/2024).

Sugere-se uma visita a Castelo Rodrigo que integra, desde 2007, a rede das Aldeias Históricas, como detentora de um património monumental representativo (Portugal A. H., 2024). Está situada numa elevação de 821 metros, de onde de vislumbra a Serra da Marofa, a vila de Figueira Castelo Rodrigo e paisagens que se estendem até Espanha (CMFCR C. , s.d.).

A visita a Castelo Rodrigo só fica completa com uma prova de amêndoas torradas, à boa maneira da "D. Geninha". José Miguel Bártolo conheceu a loja do castelo de "Sabores da Geninha e deixa o seu testemunho*" entrei numa loja de produtos regionais "Geninha do Castelo" onde vendia, de entre artigos artesanais, licores e amêndoas onde conversámos com a sobrinha da Dona Eugénia e que nos falou do processo da amêndoa*

(...) Ao provar os vários produtos da banca, levou-me a comprar vários pacotes de amêndoa agridoce com sementes de sésamo, uma iguaria única." (José Miguel Bártolo, visita de 15 a 17 março, 2024).

Maria Eugénia, da Sabores da Geninha apresenta-nos um conjunto de experiências como "*provas e fazer umas amostras (...) bem como fazer uns workshops também é muito engraçado*" (Maria Eugénia, Sabores da Geninha, Figueira de Castelo Rodrigo, 3/06/2024). Sugere ainda atividades como "*fazer a degustação, podem antes ir apanhar a amêndoa, temos um amendoal (...) depois de apanhar a amêndoa têm de a descascar (...) depois disso, vimos para a fábrica fazer amêndoas*" (Maria Eugénia, Sabores da Geninha, Figueira de Castelo Rodrigo, 3/06/2024).

Uma outra referência de restauração tradicional é na freguesia de Escalhão, em Figueira de Castelo Rodrigo. Trata-se de "*um restaurante de referência em termos gastronómicos, pela confeção dos alimentos, qualidade e pela decoração, uma vez que se situa num antigo lagar doméstico. Já não há produção, mas pertencia à família da esposa. O Senhor Pedro – dono do restaurante – decidiu recuperar e fazer o restaurante. (...) Neste restaurante estivemos com convidados locais na nossa mesa, pedimos sugestão de entradas, ao qual um dos convidados sugeriu como entrada a lagarada de bacalhau. Este era um prato de bacalhau lascado e batatas a murro. Segundo o outro convidado, antigamente as pessoas provavam o azeite com pão e bacalhau a demolhar no azeite. Daí o nome de "lagarada".*

Após este prato conheceu-se o restaurante e fez-se uma reportagem fotográfica do local. O restaurante tem uma decoração rústica: paredes em pedra, mesas em madeira, com duas lareiras, uma em cada sala que dava um ar realmente aconchegante.

Após a lagarada de bacalhau, para partilhar, cada uma das pessoas escolheu um prato diferente para provar a carta e o que de melhor este antigo lagar poderia oferecer

Assim, escolhemos: Cacho de vitela mirandesa, com batatas fritas e migas, Arroz de costelinhas, Vitela morucha 12 horas no forno a lenha, servida com batata frita, laranja e migas de batata e couve, com um frasco de molho de carne. O vinho para o jantar foi o "Elisa". Vinho da casa, elaborado por uma quinta de renome do Douro Superior... era muito agradável, branco e leve.

Após o prato principal seguimos para a sobremesa: Doce DOP Douro (doces de ovos com batata), Doce de gila (doce de ovos com gila e amêndoa), Comer e chorar por mais (Doce de ovos com bolacha e amêndoa). Tudo muito bom e muito saboroso" (Diário de Campo 16/03/2024,).

Os visitantes convidados no período de 15 a 17 março experimentaram o restaurante e os comentários foram semelhantes entre a autora e os restantes visitantes.

Joana Lopes dos Santos descreve "*A comida bem confecionada, a decoração rústica muito bem conseguida, num espaço que anteriormente seria um armazém /curral, com pequeno lagar dentro (que foi transformado em lareira). Este restaurante é magnífico, é gerido por um casal que além de atender os clientes e cozinhar, também produz o que comemos (já não se fazem sítios assim). A casa de banho tem toalhas de tecido individuais e água-de-colónia (nunca vi antes). A esplanada seria um excelente motiva para revisitar este magnífico local no Verão*" (Joana Lopes dos Santos, visita de 15 a 17 março, 2024).

Antero Monteiro descreve *"...trata-se de um antigo lagar convertido em restaurante, o que lhe confere uma atmosfera única e acolhedora, e onde a especialidade é comida tradicional portuguesa e várias sobremesas caseiras. Sempre regado a vinho da região.*" (Antero Monteiro, visita de 15 a 17 março 2024). José Miguel Bártolo elogia *"Um restaurante com produtos de excelência. Tudo é confecionado e produzido pelo dono. Foi um manjar incrível, desde a lagarada de bacalhau, ao arroz de costelinhas, ao cacho de Vitela mirandesa e á vitela morucha 12 horas no forno a lenha, regado a vinho. Elisa, produção própria em homenagem à filha. Tudo isto num ambiente rústico e um antigo lagar de azeite"* (José Miguel Bártolo, visita de 15 a 17 março 2024).

A seguir ao almoço e já que se encontra em Escalhão sugere-se a visita ao" Museu *da Casa de Freguesia de Escalhão "Artes e Ofícios".*

Após a visita a Escalhão terminamos o nosso dia, em Barca D'Alva, apreciando a paisagem de Barca D'Alva. Barca D'Alva é uma localidade que faz parte desta freguesia, considerado um dos mais belos lugares deste concelho: possui paisagens inigualáveis que cativam quem a visita, sendo ainda mais bonita nos meses de fevereiro e março, com o magnífico espetáculo conferido pelas amendoeiras em flor (CMFCR C. M., s.d.).

8. CONCLUSÃO

A estruturação da oferta turística integrada revela-se fundamental para a inovação de produtos turísticos, ao permitir a conceção de experiências autênticas que valorizam o património cultural e os recursos endógenos de elevado potencial identitário. As experiências gastronómicas enriquecem a vivência cultural do visitante e contribuem para a qualificação da oferta e atratividade do destino. Uma abordagem integrada, ligando gastronomia, cultura e tradição, torna-se, também, uma poderosa alavanca para o empreendedorismo local. Em territórios de baixa densidade, a estruturação destas iniciativas pode impulsionar criação de novos negócios, gerar emprego e dinamizar a economia local, contribuindo para um desenvolvimento mais sustentável e para uma maior coesão territorial.

No ponto de vista dos nossos informantes privilegiados, é unanime o reconhecimento da importância do produto endógeno indicado – a amêndoa, o valor das poluções e o seu saber fazer e autenticidade nos territórios em estudo. Além disso, todos os intervenientes salientaram o reconhecimento das potencialidades locais–, gastronomia, património, paisagem, arte de bem receber de contar uma boa história de vivências e tradições.

As experiências aqui sugeridas foi o resultado da recolha de sugestões dos locais e de visitantes dos territórios. Foi elaborada dando a palavra aos locais, às pessoas que vivem e trabalham diariamente nestes territórios, uma vez que estes serão os mais capazes de oferecer experiências únicas, sejam estas gastronómicas, no meio de paisagens arrebatadoras ou em locais que transportam o visitante para tempos idos. Reúnem-se, deste modo, um conjunto de experiências e valências identificadas por visitantes, como inesquecíveis e a repetir, de acordo com os seus próprios depoimentos, dos quais também demos conta no decurso deste artigo.

BIBLIOGRAFIA

Abelha, O. (2007). Turismo y desarollo territorial: los planes de dinamización turística en la interpretación y puesta en valor del território. Faculdade de Gegorafia e História, Madrid, Espanha: Universitad Complutense de Madrid.

Agapito, D. L., Mendes, J., Valle, P. S., & Almeida, H. (2014). Um constributo do marketing sensorial para o marketing da experiência turística rural. *Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, Vol.12 nº3*, pp.611-621.

Agroportal. (13 de 03 de 2023). *agroportal.pt*. Obtido de Município de Figueira de Castelo Rodrigo incentiva plantação de amendoeiras: https://www.agroportal.pt/municipio-de-figueira-de-castelo-rodrigo-incentiva-plantacao-de-amendoeiras/

Aldeias de Portugal. (2023). *Aldeias de Portugal*. Obtido de www.aldeiasdeportugal.pt: https://www.aldeiasdeportugal.pt/aldeia/freixo-de-numao/

Aldeias Históricas de Portugal. (2024). *Quem somos Aldeias Históricas de Portugal*. Obtido de aldeiashistoricasdeportugal.com: https://aldeiashistoricasdeportugal.com/quem-somos/

Alta.pt, B. (2024). *Sabores da Geninha*. Obtido de beira.pt: https://beira.pt/diretorio/sabores-da-geninha/

Associação de Desenvolvimento Regional, T. d. (2023). *Amendoeira em Flor, Uma poderosa atração para conhecer a região de influência dos territórios do Côa*. Obtido de www.valedocoa.pt: https://valedocoa.pt/2023/02/16/amendoeira-em-flor-uma-poderosa-atraccao-para-conhecer-a-regiao-de-influencia-dos-territorios-do-coa/

Barroco, C., & Augusto, L. (2016). *Turismo Gastronómico em Portugal: Formas de Comunicar os Produtos Endógenos da Região Dõa Lafõs e Alto-Paiva* (Vol. 6). Revista Anais Brasileiros.

Braune, R. (2007). *O Que É Gastronomia.*

Cabo, P. (2017). *Amendoeira: Estado de Comercialização.* Centro Nacional de Competências de Frutos Secos.

Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, P. (2024). *cm-fozcoa.pt*. Obtido de Roteiros à Descoberta das Amendoeiras em Flor: https://www.cm-fozcoa.pt/images/noticias/2024/RotaAmendoeirasEmFlor/percursos/Roteiros-a-Descoberta-das-Amendoeiras-em-Flor.pdf

Carvalho, M. S., Kastenholz, E., & Carneiro, M. J. (2021). *A co-criação de experiências enogastronómicas: O caso da rota da Bairrada* (Vol. 1). Journal of Tour sm & Development.

Carvalho, P. (2018). Dynamics of rural low density speces in Portugal. *Dynamique des espaces ruraux de basse densité au Portugal*, p. 130.

Cavaco, C. (1999). O Mundo Rural Português: Desafios e Futuros. Em C. Cavaco, *Desenvolvimento Rural: Desafio e Utopia* (pp. pp.135-148). Lisboa: Centro de Estudos Geográficoa.

CIC. (2015). *https://www.norte2020.pt/tags/deliberacao-cic-pt-2020*. Obtido de www.norte2020.pt: https://www.norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/noticias/deliberacao_cic_baixadensidade_20150326.pdf

CIMBSE, C. I. (2023). *Municipios associados CIMBSE*. Obtido de cimbse.pt: https://cimbse.pt/apresentacao/municipios-associados/

CMFCR, C. M. (s.d.). *As amendoeiras em Flor*. Obtido de cm-fcr.pt: https://cm-fcr.pt/visitar/lendas-e-tradicoes/as-amendoeiras-em-flor/

CMFCR, C. (s.d.). *Proutos Locais*. Obtido de cm-fcr.pt: https://cm-fcr.pt/visitar/produtos-locais/

Côa, C. M. (2023). *Agricultura e Gastronomia*. Obtido de www.cm-fozcoa.pt: https://www.cm-fozcoa.pt/index.php/municipio/agricultura

Côa, C. M. (2024). *Roteiros à descoberta das amendoeiras em flor*. Obtido de cm-fozcoa.pt: https://www.cm-fozcoa.pt/index.php/divulgacao/noticias2/1197-roteiros-a-descoberta-das-amendoeiras-em-flor

Coaparque, F. (2020). *Fundação Coaparque*. Obtido de www.artecoa.pt: https://arte-coa.pt/arte-rupestre-do-vale-coa-classificada-como-patrimonio-mundial-pela-unesco-desde-1998/

Covas, A. (2007). *Ruralidades I: Temas e problemas do Mundo Rural.* Faro: Universidade do Algarve.

Covas, A. (2023). *Governação europeias multiníveis, inteligência coletiva e cooperação territorial. Regionalização e Descentralização em Portugal, 21.* UMInho Editora.

Fermisson, J. (2000). A revitalização de áreas rurais no interior português: desafios e possibilidades de integração territorial. Gelnova.

Ferronha, A. L. (1998). Viajar no tempo por milénios de História. Vila Nova de Foz Côa. Vila Nova de Foz Côa: Ed. da CMVNFC.

Fragoso, A. (2005). Contributos para o debate teórico sobre o desenvolvimento local: Um ensaio baseado em experiências investigativas. *Revista Lusófona de Educação*, pp.63-83.

Garrod, B. (2003). Local Participation in the Planning and Management of Ecotourism: A Revised Model Approach . *Journal of Ecotourism*, 33-53.

Getz, D. (2000). *Explore Wine Tourism: Management, Development & Destinations.*

Getz, D., & Brown, G. (2006). *Critical success factors for wine tourism regions: A demand analysis.* Tourism Managment.

Gomes, A. P., Costa, J. M., & Silva, J. S. (2007). Estudo da floração e frutificação da amendoeira (Prunus dulcis (Mill) em Trás-os-Montes. *Revista Brasileira de Fruticultura*.

Gonçalves, S. P., Gonçalves, J. P., & Marques, C. G. (2021). *Manual de Inestigação qualitativa.* Lisboa: Pactor.

Heritage, D. W. (s.d.). *douroworldheritage.pt*. Obtido de Rota das Amendoeiras em flor: https://douroworldheritage.com/rota-das-amendoeiras-flor/

Interior, C. V. (2022). *Municipio de Figueira de Castelo Rodrigo*. Obtido de vinhosdabeirainterior.pt: https://www.vinhosdabeirainterior.pt/pt/route/15/details

Kastenholz, E., Carneiro, M., Marques, C., & Lima, J. (2012b). Tourism Management Perspectives. *Understanding and managing the rural tourism experience - The case of a historical village in Portugal*, pp. pp.207-214.

Ladra, L. (2013). *A Culura da Amêndoa no Douro Superior - História, Tradição e Património.* Associaçºao de Desenvolvimento do DOuro Superior, Museu do Douro e Âncora Editora.

Machado, M. (2019). O empreendorismo em territórios de baixa densidade: o caso de estudo das empresas familiares no municipio de Cabeceiras de Basto (Doctoral dissertation). Portugal: Universidade do Minho.

Meirinhos, M., & Osório, A. (2010). O estudo de caso como estratégua de investigação em educação. *Eduser*.

Morgado, J. (2009). *Ribacôa – Beira Interior Norte – Serra da Estrela*. Obtido de https://capeiaarraiana.pt: https://capeiaarraiana.pt/2009/01/25/ribacoa-beira-interior-norte-regiao-turismo-serra-estrela/

Mossberg, L. (2007). A Marketing approach to the tourist experience. *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism*, pp.59-74.

Moura, D. C. (2016). Factores Determinantes do desempenho inovador nas empresas portuguesas: cooperação, capacidade de absorção e politicas públicas, Tese de Doutoramento. Covilhã, Portugal: Universidade da Beira Interior.

Moura, D. C., & Aguiar, L. (2023). A gastronomia e vinhos como elementos identitários do potencial turísticos das regiões de baixa densidade. *Praça Velha*, pp 189-197.

Natural.pt. (2024). *Sabores da Geninha*. Obtido de natural.pt: https://natural.pt/products-services/where-to-buy/sale-space/2070?locale=pt

Oliveira, S. P. (s/d). *O Turismo Gastronómico e o Enoturismo como potenciadores do Desenvolvimento Regional.*

Phillimore, J., & Goodson, L. (2004). *Qualitative research in tourism: Ontologies, epistemologies and methodologies.* Londons: Edited ByLisa Goodson, Jenny Phillimore.

PNCT, P. N. (2016). *portugal.gov.pt.* Obtido de https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23: https://www.

portugal.gov.pt/pt/gc21/governo/programa/programa-nacional-para-a-coesao-territorial-/ficheiros-coesao-territorial/programa-nacional-para-a-coesao-territorial-pdf.aspx

PORDATA. (s.d.). *pordata.pt*. Obtido de www.pordatal.pt: https://www.pordata.pt/o+que+sao+nuts

Portugal, A. d. (2023). *Aldeias de Portugal*. Obtido de www.aldeiasdeportugal.pt: https://www.aldeiasdeportugal.pt/classificacao-e-dinamizacao/

Portugal, A. H. (2024). *Best Tourism Villages - Aldeias Históricas de Portugal*. Obtido de aldeiashistoricasdeportugal.com: https://aldeiashistoricasdeportugal.com/best-tourism-villages/

Portugal, C. C. (2024). *cp.pt*. Obtido de Rota das Amendoeiras: https://www.cp.pt/passageiros/pt/como-viajar/em-lazer/cultura-natureza/rota-amendoeiras

Reis, P. (2013). Revita Turismo & Desenvolvimento. *Turismo e desenvolvimento de áreas de baixa densidade: As Aldeias Históricoas de Portugal de Trancoso e Marialva*, pp. 177-187.

Reis, P. (2013). Turismo e desenvolvimento de áreas de baixa densidade: As Aldeis Históricas de Portugal de Trancoso e Marialva. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, (19), 177-187.

Reis, P., & Baltazar, M. d. (2019). Os territórios rurais de baixa densidade como espaço de lazer e de turismo: O destino turístico Aldeias Histórias de Portugal. *Revista da Associação Portuguesa de Sociologia*, 141-166.

Roteiro do Douro. (2024). *Pocinho*. Obtido de roteirododouro.com: https://www.roteirododouro.com/localidades/pocinho

Salvado, J. (2020). Turismo Gastronómico e Patrimónios Alimentares Portugueses. Em A. D. Carvalho, J. R. Pinto, & F. Tavares, *Turismo Desafios e Perspectivas* (pp. pp.121-141). Porto: Edicões Afrontamento.

Schlüter, R. (2006). *Turismo y Patrimonio Gastronomico – Una perspectiva.* Buenos Aires: CIET.

Secos, C. N., & CIM-TTM. (2020). *Amêndoa. Estudo da produção e comercialização nas Terras de Trás-os-Montes.* FEDER através do PO NORTE 2020 - Sistemas de Apoio às Ações Coletivas - Qualificação.

Silva, R. F. (s/d). *Vila Nova de Foz Côa.* Seia: Escola Superior de Turismo de Hotelaria de Seia.

Silva, R. N., Etges, V. E., & Valduga, V. (2016). *A Enogastronomia como Produto Turístico: Dinâmicas* (Vol. 6 (2)). THIJ - Tourism and Hospitality International Journal.

CAPÍTULO 10

A BEIRA INTERIOR E UM TURISMO SENSORIAL ATRAVÉS DA GASTRONOMIA E VINHOS: O DISTRITO DA GUARDA COMO CASO DE ESTUDO

Data de submissão: 09/02/2026
Data de aceite: 27/02/2026

Lídia Gonçalves Aguiar
Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo
Porto, Portugal
CITCEM Grupo Território Paisagem e Ambiente – FLUP –Porto
https://orcid.org/0000-0003-1815-8546

RESUMO: No presente artigo, pretende-se abordar a importância da gastronomia e vinhos para o desenvolvimento económico, social e cultural da Beira Interior, concretamente no Distrito da Guarda. Devido à elevada área, concentrou-se o estudo particularmente nos concelhos de Vila Nova de Foz Côa, Figueira de Castelo Rodrigo, Pinhel, Almeida e Sabugal. Apresenta-se como objetivo final, estudar a oferta do segmento de gastronomia e vinhos existente neste território. Foca-se em particular no esforço que tem vindo a ser feito pelos locais, sejam eles atores do turismo, entidades publicas ou mesmo residentes, visando o desenvolvimento turístico numa linha de sustentabilidade. Sendo este pedaço da raia da beira interior, rico em patrimónios materiais e imateriais, estes vincam de forma indelével a memória de todos quantos se permitem experienciá-los. É neste contexto que o turista busca sensações. Assim, impõe-se verificar quão importante é a excelência de uma boa mesa, onde se inclui a gastronomia regional aliada com o vinho, pois, será aí que se sentirá a diferenciação do território, ao oferecer experiências sensoriais únicas. Metodologicamente procedeu-se a uma aturada revisão de bibliografia para enquadramento do território, património construído e a sua gastronomia e vinhos. Numa segunda fase elaborou-se um trabalho empírico, visitando a restauração regional, convivendo diretamente com as populações locais e registando os seus saberes ancestrais sobre a gastronomia local. Foram realizadas entrevistas não dirigidas a chefes de restaurantes regionais, bem como a enólogos de quintas de produção vínica e recolhendo-se testemunhos dos principais decisores políticos. Por último, elaborou-se uma análise qualitativa de dados, onde se pretende concluir a tipologia da oferta existente nesta região e como a mesma se perfila para se transformar num polo de atração turística. Os resultados revelam um destino de evasão positivo, muito em particular marcado por uma oferta diferenciadora, através da experiência sensorial da sua gastronomia e vinhos. Avultado investimento tem vindo a ser feito, resultando numa oferta de comida regional, com um ligeiro toque gourmet e vinhos de excelência, o que lhe permite a singularidade e o desenvolvimento do turismo sensorial. Como grande limitação ao estudo apresentaram-se

as medidas de contenção impostas pela pandemia COVID 19, já que o estudo pressupunha um trabalho de tipo etnográfico com uma permanência elevada de tempo do investigador no terreno. Este constrangimento foi superado nos momentos de abertura dos concelhos, contando-se, também, com a colaboração dos atores locais. Este trabalho empírico permitiu, quer ao nível da história local, quer ao nível etnográfico uma boa sustentação sobre a gastronomia da região, recorrendo à população local, particularmente às anciãs, guardiãs de velhos saberes, fontes orais imprescindíveis para se perceber a origem e modos de confecionar dos pratos. Implementou-se, desta forma, um estudo inovador, com uma abordagem à gastronomia, onde é particularmente realçada a gastronomia regional e como tem vindo a evoluir, mantendo a tradição e os produtos endógenos. Demonstra-se a existência de uma restauração inovadora, com restaurantes reconstruídos, apresentando novos lay out, decorações de mesa aprimoradas, e um empratamento de excelência, sempre mantendo as receitas tradicionais acompanhadas pelo vinho da região. Neste contexto, conclui-se estar perante um produto diferenciador desta região fronteiriça, onde o turismo, apoiado nos patrimónios alimentares aprimorados, pode marcar a diferença, alavancando a economia do território e contribuindo para a preservação da sua cultura, saberes e tradições.
PALAVRAS-CHAVE: Beira Interior; distrito da Guarda; restauração; quintas vínicas; patrimónios alimentares.

THE BEIRA INTERIOR REGION AND SENSORY TOURISM THROUGH GASTRONOMY AND WINES: THE GUARDA DISTRICT AS A CASE STUDY

ABSTRACT: This article aims to address the importance of gastronomy and wines in the economic, social and cultural development of the Beira Interior region, in particular the Guarda District. Due to its large territorial area, the study concentrated mainly on the municipalities of *Vila Nova de Foz Côa*, *Figueira de Castelo Rodrigo*, *Pinhel*, *Almeida* and *Sabugal*. The main objective is to study the offer of the local gastronomy and wine sector. It focuses mainly on the effort that locals have made, be they tourism players, public entities or even residents, to develop the tourism industry sustainably. This part of the Beira Interior region is rich in tangible and intangible cultural heritage, which live on in the memories of all those who have experience them. It is in this context that the tourist seeks sensations. We must, therefore, determine how important it is to offer excellence at the table through regional gastronomy and wines because therein lies the region's differentiating factor: the offering of unique sensorial experiences. Methodologically, a thorough review of the available bibliography was carried out to identify the region, its built-up heritage and its gastronomy and wines. In the second phase, empirical work was undertaken, which involved visiting regional restaurants, socialising with the local population and recording their ancestral knowledge of the local gastronomy. Non-directive interviews were conducted with chefs of regional cuisine restaurants and oenologists of the wine farms. Testimonies were also collected from key political decision-makers. Finally, a qualitative analysis of the data was performed and recorded, which aims to describe what the region has to offer and why it has the potential to become a tourist attraction. The results show a great getaway destination, markedly differentiated from others through the sensorial experience of its gastronomy and wines. Significant investments have been

made, allowing for a regional cuisine with a slight gourmet touch and wines of excellence, thereby promoting the region's uniqueness and the development of sensorial tourism. The COVID-19 containment measures hampered the study since the it was originally intended to be an ethnographic work that required the researcher to stay in the field for some time. This constraint was overcome with the reopening of the municipal boundaries and the collaboration of local players. At both historical and ethnographic levels, this empirical work permitted an excellent overview of the region's gastronomy. We resorted to the local population, particularly the elderly, guardians of ancient knowledge and an essential oral resource in order to understand the origins and cooking methods of the dishes. An innovative gastronomic study was implemented with special emphasis on regional cuisine and how it has evolved whilst maintaining tradition as well as using endogenous products. The study reveals that we are in the presence of an innovative cuisine with renovated restaurants featuring modern layouts, refined table decorations, and plating excellence always faithful to traditional recipes and accompanied by regional wines. We conclude that this border region has a differential product to offer, in which tourism, based on a refined gastronomic heritage, can make a difference, leverage the economy of the region and contribute to the preservation of its culture, know-how and traditions.
KEYWORDS: Beira Interior; Guarda district; restaurants; wine farms; food heritage.

1. INTRODUÇÃO

O distrito da Guarda espraia-se por uma área com cerca de 5.500 Km². É limitado a norte pelo distrito de Bragança, a sul pelo distrito de Castelo Branco, a Este por Espanha, a Oeste pelos distritos de Viseu e Coimbra.

Praticamente todo ele integrado na Região Centro, o concelho de Vila Nova de Foz Côa é o único que integra a Região Norte. Já no que se refere às NUTS III, encontra-se dividido em 4 regiões: A Beira Interior Norte e Serra da Estrela, Dão Lafões, onde se localiza o concelho de Aguiar da Beira, e Douro que integra o concelho de Vila Nova de Foz Côa.

Perante o exposto, pode-se desde já constatar a diversidade geográfica e paisagística do território do distrito da Guarda. A altitude varia entre dos cerca de 1990 metros no concelho de Seia até aos 84 metros no concelho de Vila Nova de Foz Côa. Por consequência, diferem os solos a meteorologia o que conduz a produtos endógenos diversificados.

Para uma maior uniformidade e obviamente pela exigência da amostra em estudo, limitou-se a cinco concelhos o presente trabalho; Vila Nova de Foz Côa, Figueira de Castelo Rodrigo, Almeida, Pinhel e Sabugal. Praticamente, todos são concelhos raianos, à exceção de Pinhel, mas que se encontra mesmo no limbo, também ele marcado pela cultura de fronteira, sendo parte integrante do Grande Vale do Côa.

2. ENQUADRAMENTO AO ESTUDO

Da revisão de bibliografia pode-se facilmente constatar que é um território com ocupação humana desde tempos remotos. A demostrá-lo as gravuras rupestres do que motivaram a criação do Parque Arqueológico do Côa que do nosso estudo, abrange os concelhos de Vila Nova de Foz Côa, Figueira de Castelo Rodrigo e Pinhel, estendendo-se por uma área de cerca de 200 Km^2, com cerca de 80 sítios onde esta arte se encontra bem visível. O Parque, possui várias opções de visitação guiada. O Museu do Côa, situado em Vila Nova de Foz Côa, num edifício com excelente enquadramento na paisagem, é uma proposta de descoberta da arte rupestre ao seu visitante (Almeida, 2008).

Além desta importante marca histórica, estes concelhos são profundamente vincados por património característico de terras de fronteira. Atualmente pode-se verificar a sua desertificação, mas quando a luta contra os castelhanos era um facto eles foram densamente povoados e equipados de majestosos castelos, vilas amuralhadas destacando-se a Vila de Almeida, pelas gloriosas batalhas contra as tropas napoleónicas, ou Castelo Rodrigo, em Figueira de Castelo Rodrigo um território que pelo tratado de Alcanizes foi entregue à coroa portuguesa e para seu repovoamento aos monges cistercienses do Mosteiro de Santa Maria de Aguiar. Foi, aliás por este tratado que se estabeleceram as linhas de fronteira, tendo também o Castelo do Sabugal passado a integrar a corroa portuguesa (Saramago, 2002).

Mas como refere Saramago (2002) todas estas terras, possuem marcas do império romano e os árabes, também aqui deixaram o seu legado, até á reconquista cristã. Porém, a marca da fronteira é possivelmente a que fica mais visível para o turista atual.

O estudo encontra-se, por isso, focado em territórios de ocupação humana remota, com um elevado património histórico cultural, com uma forte identidade oferecida pelos longos anos de convivência com uma fronteira fechada, mas como em tantos outros territórios rurais com uma elevada taxa de desertificação na atualidade.

Pretende-se, pois, verificar qual o investimento que está a ser feito no turismo, nomeadamente na gastronomia e vinhos, neste destino considerado de evasão, sabendo-se que o turista sempre procura novas experiências.

Sendo que a gastronomia é influenciada por múltiplos vetores, combinando produtos endógenos, hábitos locais, vivencias históricas e heranças culturais, torna-se um produto cultural, uma marca distintiva da identidade territorial (Fernandes & Sousa, 2021).

Por consequência, configura-se como elemento diferenciador tornando-se num recurso essencial ao desenvolvimento do turismo da região, influenciando na atratividade dos destinos turísticos (Fernandes & Sousa, 2021).

Sendo assim, pode considera-se que a gastronomia é atualmente um importante recurso imaterial do património cultural, na medida em que se pode tornar num fator de união entre grupos sociais, tornando-se desta forma um elemento representativo da cultura de uma comunidade para o turista. Torna-se fundamental apostar num produto interativo e sensorial, onde o turista participa mediante a degustação de pratos regionais (Schlerter, 2015).

Salienta, ainda, a mesma autora que o turismo cultural tendo as suas raízes no património material, como castelos, conventos, abadias, igrejas ou outros sítios históricos, integra também o património imaterial, como tradições, hábitos costumes ou rituais, onde a gastronomia se integra e está profusamente enraizada (Schlerter, 2015).

Portugal apresenta por todo o seu território uma rica e diversificada gastronomia tradicional que em muito tem vindo a contribuir para a valorização do turismo. Porém os turistas buscam a autenticidade que lhes é transmitida pelas tradições, memórias e patrimónios. Daí que o prato que lhes é servido deve-lhes transmitir um marcador da identidade local (Araújo , 2021).

Na realidade pode constatar-se que os turistas que procuram património tangível e intangível, onde se insere a gastronomia, buscam um prazer acrescido através das experiências sensoriais que a alimentação dos territórios visitados lhes possa oferecer (Correia, 2015).

Para a autora Araújo (2021) estas experiências gastronómicas através de sabores e odores, devem sempre ser acompanhadas pela arte de bem receber contribuindo para uma apreciação assertiva do destino turístico, passando uma imagem positiva, contribuindo para a plena satisfação do turista induzindo-o ao retorno e ao passa palavra.

Na mesma linha de pensamento autor Correia (2015) refere que esta experiência obriga a uma oferta mais alargada, pelo que o conceito de hotelaria e gastronomia surgem muitas vezes relacionados, o que permite ao turista usufruir de experiência únicas, inesquecíveis e autênticas, num só território, envolvido, por isso, num contexto social idêntico.

Na atualidade uma vasta maioria de autores observa que à gastronomia deve estar associado o património, a cultura, mas também a paisagem e o vinho. Todos estes fatores combinados aumentam a capacidade de atratividade dos destinos turísticos. É, pois, neste sentido que a enogastronomia se tem vindo a afirmar como recurso turístico primário (Cunha, Barroco, & Antunes, 2019). Com efeito, uma boa mesa é o único local onde o turista pode experienciar com os cinco sentidos: visão, olfato, audição, gosto e tato, tornado o prazer sensorial de uma refeição de pratos regionais em experiências únicas e verdadeiramente inesquecíveis (LavandosKi, Brambilla, & Vanzella, 2018).

Todo o turista que vivencia este prazer sensorial, por norma procura informar-se mais sobre o destino, tal como aspetos de potencialidades turísticas e estilos de vida. Tudo isto obriga a uma estratégia de marketing territorial, para que todos os atores de turismo surjam com a sua oferta bem integrada, proporcionando, desta forma, mais atividades e aumentando o tempo de estada no território e o seu retorno (Cunha, Barroco, & Antunes, 2019).

2.1. METODOLOGIA, LIMITAÇÕES AO ESTUDO E PROPOSTAS DE PESQUISA FUTURA

Para além da revisão de bibliografia o estudo previa um trabalho empírico, de cariz etnográfico, o que pressupõe que o investigador permaneça um elevado espaço temporal no terreno, para que se aperceba do estilo de vida do território se insira nele, ganhe a confiança das populações e assim obtenha entrevistas não estruturadas que lhe permita extrair as suas análises e conclusões. A pandemia covid 19, limitou toda esta metodologia traçada, já que o investigador só se deslocou ao terreno por curtos períodos de tempo. Agravando, também o desenrolar do estudo, as eleições autárquicas em outubro de 2021, condicionaram muitos dos inquéritos colocados às autarquias.

Neste contexto, apenas se obteve resposta aos inquéritos colocados, da Territórios do Côa, Associação de Desenvolvimento Regional. A Doutora Dulcineia Moura, na qualidade de coordenadora desta associação, conhecedora profunda do território em estudo, aponta para a importância do Património Cultural, fundamental para atrair novos públicos, realçando que a gastronomia e os vinhos são um património imaterial, que transmitido na socialização de uma boa mesa, torna-se uma identidade do território.

Da Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo, bem como da Câmara Municipal de Almeida obtiveram-se repostas ao inquérito. Finalmente, a Câmara Municipal do Sabugal cedeu o seu Plano Estratégico de Marketing Territorial, onde destaca o turismo e em particular o turismo gastronómico.

De igual forma, pelas limitações ao tempo de permanência do autor no terreno, só foi possível aprofundar o estudo em quatro restaurantes de comida regional, aos quais se adicionou uma quinta de vinhos que promove eventos enogastronómicos.

A Quinta da Biaia distingue-se por estar toda ela em produção biológica. Para criar dinâmicas turísticas promovem eventos enogastronómicos. Para os seus dois sócios torna-se importante criar dinâmicas de promoção, já que possuem um vinho de excelente qualidade que merece o seu destaque nos mercados internacionais.

Porém, como salienta a Comissão Vitivinícola Regional da Beira Interior, esta região, embora com tradição muito antiga na produção de vinho, confina a norte com a Região do Douro, a sul com a Região do Alentejo, a poente com a Região do Dão e a nascente com os

vizinhos espanhóis da Sierra Nevada. Encravada no meio de regiões tão distintas, o Vinho da Beira Interior tem que ser um vinho de excelência para se afirmar no mercado.

Por último, verificou-se a restauração em quatro concelhos em estudo. Tal como a revisão de bibliografia aponta, a restauração destes territórios está a voltar-se para proporcionar não uma mera refeição, mas uma experiência sensorial do turista sobre os produtos endógenos da região, tradições no modo de confecionar os pratos apresentando, também um elevado conhecimento para adequar o vinho da região com a refeição que está a ser servida.

Tabela 1 – Restaurantes visitados.

Município	Restaurante	Características
Vila Nova de Foz Côa	Restaurante Museu do Côa	Paisagem/ Comida tradicional/ Sobremesa de amêndoa
Almeida	Restaurante Wellington	Comida tradicional/excelente lay out/ empratamento aprimorado/ combina com alojamento local
Sabugal	Restaurante Casa da Esquila	Comida Tradicional/ Opção de escolha de degustação Goumet ou Menu rural
Pinhel	Taberna do Juiz	Só jantar – Menu muito tradicional/ combina com alojamento local

Elaboração Própria.

Como se pode constatar, tal como é referido na revisão de bibliografia, dois dos restaurantes estão ligados ao alojamento, proporcionando desta forma uma experiência sensorial à mesa e também uma perfeita integração no território, já que permite o aumento do tempo de estada do turista no mesmo.

Com as limitações ao estudo verificadas e com as condicionantes a que o turismo esteve sujeito no período pandémico, sugere-se como linha de investigação futura mais trabalhos sobre a temática nos territórios aqui apresentados. Apesar de todas as limitações encontradas no presente trabalho, foi possível constatar que existe um forte investimento nesta área, pelo que seria interessante verificar a sua evolução e como acompanham a tendência de crescimento dos territórios de baixa densidade.

3. ANALISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Tendo em conta o amplo conhecimento do território por parte da Coordenadora dos Territórios do Côa, ADR, considerou-se que para a sua análise às questões colocadas era fundamental, pois permitiu perceber um pouco mais da realidade do terreno que pelas restrições encontradas não foi possível ao autor vivenciar.

Questionário colocado á coordenadora dos Territórios do Côa, ADR

1 – Concorda que o Turismo Gastronómico, assente nos produtos endógenos e com uma apresentação aprimorada, pode contribuir para o desenvolvimento económico dos territórios em estudo, bem como para a preservação da sua cultura, saberes e tradições?

R: *Absolutamente de acordo. E note-se que os territórios em estudo têm um vasto e rico património que combina a gastronomia e os vinhos e também as nossas tradições que, muitas delas, se vivem e sentem à mesa.*

2 – O Turismo Cultural é já uma tipologia de turismo bem alicerçada nos territórios em estudo?

R: *O Turismo Cultural deve, acima de tudo, ser uma verdadeira aposta nestes territórios, que são de baixa densidade. Não podemos correr o risco de deixar perder ou reservar para o esquecimento a identidade cultural desta região e talvez seja essa também uma forma de conseguirmos atrair novos públicos e até investimento para a valorização dos territórios do interior, que são de fronteira e também o palco de importantes momentos da História do nosso país.*

De realçar como as respostas às questões por parte da coordenadora dos Territórios do Côa ADR estão de acordo com a revisão de bibliografia, nomeadamente com os autores Araújo (2021) e (Cunha, Barroco, & Antunes (2019).

Proseguindo, tentou-se averiguar até que ponto estes territórios estão preparados para o perfil do turista gastronómico:

3 - Considerando que atualmente o Turista Cultural está cada vez mais exigente e a procura de novas sensações é uma constante, como perspetiva o futuro do turismo de gastronomia e vinhos?

R: *Só encontro um caminho auspicioso que seja possível – através da cooperação e das sinergias entre os diferentes agentes.*

Neste ponto a Doutora Dulcineia Moura revela ter efetiva consciência da importância de o investimento no turismo ser feito em conjunto, em prol de um bem maior. Estando em territórios de baixa densidade a união entre os vários atores do turismo poderá não só captar mais turistas, como aumentar o tempo de estada.

A realidade é que os municípios têm trabalhado em ritmos diferentes. Note-se a diferença que agora parece querer esbater-se entre a Câmara do Sabugal, a Câmara de Almeida e o novo executivo de Figueira de Castelo Rodrigo.

1 – Qual a prioridade do turismo na atuação do seu executivo?

Município de Figueira de Castelo Rodrigo

O turismo tem de ser, obrigatoriamente, um dos pilares para a nossa governação. É uma aposta essencial para o nosso executivo, num território que tem um potencial paisagístico, edificado e cultural riquíssimos.

Município do Sabugal

O turismo é importante nas duas vertentes. Procurar novos mercados emissores de turistas, mas igualmente novos investidores. O executivo aponta para a necessidade de adquirir vantagens competitivas em relação aos concorrentes, daí a necessidade de inovar e diferenciar aproveitando características únicas e singulares.

Município de Almeida

O sector do Turismo é fulcral para o território. Claramente que é prioritário no que diz respeito ao investimento da autarquia.

2 – Em seu entender, qual o contributo do turismo para o desenvolvimento territorial?

Município de Figueira de Castelo Rodrigo

É fulcral para que o nosso território consiga extrair o máximo das suas potencialidades. É uma das melhores maneiras de se conseguir gerar riqueza na região, de dinamizar a economia local e criar postos de trabalho.

Município do Sabugal

O Sabugal sendo um território de baixa densidade apresenta uma economia muito dependente da ação social. Torna-se urgente não deixar partir as camadas jovens da população e cativar novos habitantes, criando empresas e empregos e tudo isto passa muito pelo turismo.

Município de Almeida

É muito importante, ainda mais numa altura em que a atividade turística está orientada para os territórios de baixa densidade e o turismo de interior

3 – No Município existe um departamento/direção responsável pelo turismo?

Município de Figueira de Castelo Rodrigo

O Município está a apostar no Turismo e na Cultura no nosso concelho, tendo nomeado há pouco tempo dois técnicos para estas áreas, a fim de se dedicarem a 100% na criação, desenvolvimento e inovação destas temáticas. Algo que não acontecia.

Município do Sabugal

Verifica-se que o Sabugal tem vários técnicos dedicados ao turismo

Município de Almeida

Sim existe. Tem uma equipa que garante diariamente o apoio à oferta e à informação turística. Possui uma segunda equipa que participa em feiras e certames de promoção turística quer em Portugal quer no estrangeiro.

Como se pode constatar pelas respostas dadas os três Municípios entendem ser o turismo essencial para o desenvolvimento dos seus territórios. No entanto, o Município de Figueira de Castelo Rodrigo refere que nomeou recentemente dois técnicos para trabalhar a 100% na área do turismo. Em contraponto os Municípios de Almeida e Sabugal já possuem equipas dedicadas ao turismo há vários anos.

4 – O Município tem um Plano Estratégico de Turismo e de Marketing Turístico?

Município de Figueira de Castelo Rodrigo

É uma das lacunas do Município e que terá que ser revista.

Município do Sabugal

Tem um Plano Estratégico de Marketing Territorial

Município de Almeida

Tem Plano de Marketing que designou Almeida como "Estrela do Interior" e promove o concelho como um destino turístico que conjuga: turismo militar; turismo de natureza; turismo de aventura; turismo judaico; turismo gastronómico e de experiências.

Tendo o Município do Sabugal o Plano Estratégico de Marketing Territorial constata-se a sua preparação para bem receber o turista e a forma como tem as suas estruturas preparadas para permanecer na senda do desenvolvimento turístico. De salientar, a vontade de Figueira de Castelo Rodrigo em colmatar a falta de Plano de Marketing o mais breve possível. De referir que a resposta a este questionário foi já obtida após as eleições autárquicas. O executivo deste Município alterou, o que poderá justificar esta vontade de apostar no desenvolvimento do turismo. No caso do Município de Almeida que também possui um plano de Marketing as apostas em várias tipologias de turismo são referidas, mas o turismo gastronómico e de experiências são duas das apostas prioritárias desta autarquia.

Os dois municípios que possuem Planos de Marketing para o turismo, como se pode constatar pela tabela que se apresenta, alcançam uma taxa de dormidas em alojamentos indiferenciados muito superiores às de Figueira de Castelo Rodrigo.

Dado que o executivo desta última se alterou, avaliou-se apenas o ano de 2019 (antes da pandemia) e o ano de 2020 (plena pandemia); não se analisou 2021, pois foi o ano das eleições autárquicas.

Total de dormidas em estabelecimentos hoteleiros.

Ano	Sabugal	Figueira de Castelo Rodrigo	Almeida
2019	21.625	12.931	20.139
2020	15.136	7.097	12.145

Fonte: PRODATA - Elaboração Própria.

Como se pode verificar pela tabela, mesmo em 2019, considerado ano de elevadas taxas de turismo em Portugal, Figueira de Castelo Rodrigo obteve uma taxa de dormidas muito abaixo dos seus concelhos vizinhos que detêm Planos de Marketing. O Municípios do Sabugal e de Almeida apresentam uma oferta turística diversificada, dando grande destaque ao turismo gastronómico e de experiências. No entanto, refere o atual executivo de Figueira de Castelo Rodrigo que esta lacuna será colmatada em breve. Consideram que o seu território é rico em produtos endógenos, tem já uma oferta qualificada ao nível da gastronomia, tornando-se necessário investir em eventos que tragam publico e dinamizem o concelho.

Voltado à entrevista com a coordenadora dos Territórios do Côa, tentamos perceber como encaram na generalidade os territórios em estudo o Turismo de Gastronomia e Vinhos:

R: *Os municípios envolvidos, em boa verdade, são os timoneiros das boas estratégias. Veja-se a aposta, por exemplo, do Município de Pinhel na valorização e criação de dinâmicas em torno do Vinho. Essa estratégia tem sido possível, porque o Município está a trabalhar em cooperação com a Adega Cooperativa, os produtores privados, a Comissão Vitivinícola Regional da Beira Interior, as associações e os responsáveis pela oferta turística, mobilizando-a ainda a comunidade local.*

Em qualquer que seja o Município em estudo, existe uma clara aposta na gastronomia e nos vinhos e tem sido essa a forma de atrairmos gente à região. A título de exemplo: o Bucho e as Trutas do Côa (Sabugal), o Bacalhau à Fronteira da Paz e a Ginjinha (Almeida); o Vinho e as Cavacas de Pinhel (Pinhel); a Amêndoa, o Vinho e o Azeite (Figueira de Castelo Rodrigo).

5 – Os Territórios do Côa, ADR apoiariam e contribuiriam para criação de uma Rota enogastronómica nestes territórios?

R: *Claramente que sim.*

6 – Até que ponto os stakeholders serão cooperantes na proposta de criação de uma rota enogastronómica?

R: *Os stakeholders desta região sabem que só sendo cooperante é que se pode alcançar os resultados almejados e já há boas práticas a esse nível, que evidenciam o retorno positivo do trabalho em rede e cooperação.*

7 – Sabendo-se, pela revisão de literatura, que as rotas e itinerários são excelentes ferramentas de estruturação dos territórios, em que medida poderia esta rota contribuir para o desenvolvimento regional?

R: *Começando pela qualificação da oferta turística, que exige a definição desse tipo de produtos, também na qualificação dos agentes e, claro está no atracão de novos públicos aos territórios.*

8 – Sendo que temos em estudo territórios de fronteira, considera que com este produto, estruturado por via de uma rota, poderia contribuir para aumentar o tempo de estada dos vizinhos espanhóis em território português?

R: *Com certeza que sim. Até porque temos várias evidências de corresponderemos aos gostos dos nossos vizinhos espanhóis, no que diz respeito à oferta de gastronomia e vinhos nesta região transfronteiriça.*

Após a entrevista à Coordenadora dos Territórios do Côa ADR, pode-se concluir que estar diante de um território pleno de capacidades para o desenvolvimento do turismo gastronómico. É ainda salientado que a importância deste produto turístico, nomeadamente estruturado através de uma rota gastronómica, para os vizinhos espanhóis. Para a Doutora Dulcineia Moura "*estamos perante Municípios transfronteiriços, onde é já uma tradição a visita gastronómica dos vizinhos espanhóis, reais apreciadores da nossa gastronomia e vinhos*", pelo que todas as apostas neste segmento do turismo tornam-se determinantes para a sustentabilidade do destino.

Prosseguiu-se o trabalho empírico com a análise de uma Quinta de Vinhos e 4 restaurantes. Desta forma contou-se com a colaboração da Quinta da Biaia, situada em Figueira de Castelo Rodrigo e com um restaurante dos concelhos de Vila Nova de Foz Côa, Almeida, Sabugal e Pinhel.

A Quinta da Biaia, enquadra-se na Região dos Vinhos da Beira Interior, sub-região de Castelo Rodrigo. Protegida pelas Serras da Estrela, Gardunha, Marofa e Malcata de ventos marítimos, as suas vinhas atingem das mais altas altitudes de Portugal, entre os 300 e os 700 metros. São vinhas que sofrem de grandes amplitudes térmicas, com uma excelente capacidade de envelhecimento. Segundo os sócios desta quinta tanto os vinhos brancos como os tintos são vinhos fortemente aromáticos e de sabores exuberantes e fortes.

A Quinta da Biaia distingue-se por estar toda ela em produção biológica. Para criar dinâmicas turísticas promovem eventos enogastronómicos. Para os seus dois sócios torna-se importante criar dinâmicas de promoção.

Neste ponto, uma rota enogatronomica seria também de interesse para a comunicação, divulgação desta Quinta.

Por último, verificou-se a restauração em quatro concelhos em estudo. Tal como a revisão de bibliografia aponta, a restauração destes territórios está a voltar-se para proporcionar não uma mera refeição, mas uma experiência sensorial ao turista com produtos endógenos da região, tradições no modo de confecionar os pratos apresentando, também um elevado conhecimento para adequar o vinho da região com a refeição que está a ser servida. Salienta-se a excelência do empratamento e novos lay out que permitem que as experiências se tornem verdadeiramente únicas e diferenciadas.

Na tabela 1 estão referenciados os restaurantes visitados pelo autor. Todos eles apresentam características diferentes, mas todos com pratos regionais. Quando questionados sobre a origem da carta apresentada, todos deram respostas sem apresentar a mínima dificuldade.

Do restaurante do Museu do Côa, para além da confeção aprimorada do prato, a sobremesa recai sobre a amêndoa, produto marcante da região. A "telha de amêndoa" é uma sobremesa que marca este restaurante. Nos fins de semana, servem entre 6000 a 8000 unidades. Além da qualidade da refeição, este restaurante destaca-se pela paisagem que proporciona.

O restaurante Wellington em Freineda, concelho de Almeida, tem na liderança o Chef Fábio Vaz. O restaurante situa-se numa casa reconstruída, magnificamente enquadrado na paisagem, apresentando um lay out de excelência. O empratamento dignifica qualquer chef de cozinha, mas surpreende pelo saber sobre cada prato apresentado. Do bacalhau ao ensopado de borrego foi possível obter primorosas explicações, desde os produtos confecionados à relação com a identidade e história local. Foi possível perceber como em tempos idos eram importantes as batatas a murro, o bacalhau desfiado, tudo contado de forma simples e sem levantar a mais pequena dúvida. Sugestões de vinho para acompanhamento dos diferentes menus, sempre com vinhos da região. Sem dúvida a merecer entrar numa rota enogastronómica que lhe dê maior visibilidade.

Já no concelho do Sabugal referiu-se a Casa da Esquila, onde o Chef Rui Cerveira apresenta dois menus. O menu rural e o Gourmet de degustação. O menu rural é composto pelas entradas com produtos endógenos, um prato e sobremesa. O menu rural

é servido em sala separada do menu Gourmet de degustação. Quem opta por este menu tem serviço à mesa, enquanto o Gourmet de degustação é self-service.

Optou-se pelo menu rural. Para além da excelência das entradas, foi servido um naco de vitela acompanhado com legumes da horta. E porque a visão é também um dos sentidos que o turista apura na sua experiência gastronómica, de referir o primor do empratamento. O serviço de mesa foi assegurado por quem é conhecedor do território e das suas capacidades. A explicação desde as entradas até à sobremesa foi do máximo rigor. Um pormenor interessante revelou-se na sobremesa. No conselho do Sabugal, no tempo da 2º Guerra Mundial, explorou-se volfrâmio. As pepitas deste minério foram contrabandeadas e constituíram de forma a obter algum rendimento extra para muitas famílias. Atualmente, o Chef Rui Cerveira presta a sua homenagem através de uma pequena dose de mousse de chocolate coberta de pepitas de chocolate negro a simbolizar o volfrâmio. Memórias do Contrabando, em terras de fronteira.

De salientar que o conselho do Sabugal tem várias opções na escolha na restauração. É um conselho onde a gastronomia, como já focado, é já um pilar do turismo. Pelo pouco tempo que o investigador permaneceu no terreno só foi possível experienciar um, mas verificou-se que o Sabugal tenha uma variedade de oferta, nomeadamente pela truta do Rio Côa que nasce neste concelho.

Finalmente no concelho de Pinhel, a Taberna do Juízo, só serve ao jantar e com reserva prévia. É uma experiência diferenciada, embora com boa apresentação. Não existe empratamento. Vivencia-se um ambiente de taberna. Permanecem os produtos endógenos, confecionados por quem sabe a origem do que colocou á disposição do seu cliente.

Esta pequena taberna, está inserida na unidade de Turismo Rural Casas do Juízo, na Aldeia do Juízo. Apresenta-se, desta forma, uma excelente relação entre a restauração e o alojamento, como referido na revisão de bibliografia.

De referir que muitas outas opções poderiam ter aqui sido mencionadas, mas as limitações ao estudo já referidas obrigaram à alteração do estudo inicialmente previsto.

Contactado os Territórios do Côa, ADR, confirmam-nos a variedade de restauração ao nível da que aqui foi citada, bem como aldeamentos de turismo local com restauração incluída.

Malgrado as limitações, pode-se concluir que o território em estudo tem vindo a fazer fortes investimentos na área da restauração, sabendo manter a sua identidade e cultura.

Torna-se, no entanto necessário, organizar toda a oferta, criar novos produtos turísticos de forma que o turista possa usufruir de todo o território, aumentando o tempo de estada, voltar e recomendá-lo como destino turístico. Como ficou expresso, uma rota

enogastronómica seria um fator capaz de atrair uma vasta gama de turistas culturais, mas também, dadas as características do território, atrair famílias que se dividam entre a cultura e a natureza. Contribuiria para a diferenciação do território, proporcionando o aumento do tempo de estada e incrementando a recomendação do destino.

4. CONCLUSÃO

O estudo que se apresentou teve imensas limitações face ao inicialmente pensado e desejado pelo autor.

Foi, ainda assim, possível concluir que estamos diante de um território pleno de capacidades ao nível do Turismo Cultural e Natural, onde a gastronomia e vinhos tem vindo a ter grandes investimentos. Ao nível do alojamento, como referido também tem estado a crescer, mas urge qualificar a oferta turística bem como diversificar, atraindo desta forma novos e mais públicos e aumentando o tempo de estada no território. Desta forma, a nossa proposta passa pela criação de uma rota enogastronomica com a adesão de todos os municípios pois, só criando sinergias se poderão tornar mais fortes num mercado cada vez mais competitivo.

Apesar de todas as limitações e recomenda-se o aprofundamento do estudo, adicionando-lhe novas linhas de investigação e mais trabalho empírico. Espera-se, atingir com estes estudos o objetivo principal e mais ousado, ou seja, levar para estes territórios, com alto potencial, a vontade em se reinventar para esta nova era do turismo cultural, onde se insere a gastronomia e vinhos.

BIBLIOGRAFIA

Almeida, H. (2008). Património Cultural e Património Mundial: O caso das gravuras do Vale do Côa. *MATHESIS*, 305-331.

Araújo , J. M. (2021). Portugal à mesa - Patrimónios Alimentares, Identidade e Tradição: o olhar do turista. *Journal of Tourism & Development nº33*, 243 - 257.

Correia, A. M. (2015). *Turismo Gastronómico, a gastronomia como forma de atração turística cit in Gastronomia e Vinhos do turismo de experiência á experiência pelo turismo.* Coimbra: Edições Minerva Coimbra.

Cravo, F., & Santos, N. (2015). *Gastronomia e Vinhos do turismo de experiência à experiência pelo turismo.* Coimbra: CEGOT - Minerva Coimbra.

Cunha, S., Barroco, C., & Antunes, J. (2019). *O Turismo Gastronómico como factor diferenciador dos destinos: o caso de Portugal.* Revista Ibèrica de Sistemas e Tecnologias de Informação nºE 24 11/2019.

Cunha, S., Barroco, C., & Antunes, J. (2019). O Turismo gastronómico como fator diferenciador dos destinos. *Revista Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação*, 409-422.

Fernandes , J., & Sousa, B. (2021). O Turismo gastronómico e a gestão de eventos: um contributo para o desenvolvimento local. *Agora- Revista de História e Geografia da Universidade de Santa Cruz do Sul V23 N1*, 23-45.

LavandosKi, J., Brambilla, A., & Vanzella, E. (2018). *Alimentação e Turismo: criatividade, experiência e património cultural.* Rio de Janeiro: CCTA João Pessoa.

Moutinho, A. (2007). *Cozinha da Beira Alta.* Lisboa: Colares Editores.

Saramago, A. (2002). *Cozinha da Beira Interior.* Lisboa: Assírio & Alvim.

Schlerter, R. (2015). *La gastronomia y las nuevas formas de turismo. De la tradition a la innovación cit in Gastronomia e Vinhos do turismo de experiencia à experiencia pelo turismo.* Coimbra: Edições Minerva Coimbra.

Silva, C., Kastenholz, E., & Marques, C. P. (2021). *Revista de Turismo e Desenvolvimento nº36 vol 1 pp 113 - 123.* Aveiro: Universidade de Aveiro.

CAPÍTULO 11

VIDA DIGNA PARA TODOS ¿UN SUEÑO IMPOSIBLE? UNA CONSTRUCCIÓN JURÍDICO-SOCIAL DE SUS ALCANCES Y CONTENIDO EN MÉXICO

Data de submissão: 25/02/2026
Data de aceite: 10/03/2026

Dra. Amalia Patricia Cobos Campos[1]
Profesora Investigadora
Facultad de Ciencias Políticas y Sociales
Universidad Autónoma de Chihuahua
Chihuahua, Chihuahua, México
https://orcid.org/0000-0002-1979-3771

Dra. Claudia Patricia González Cobos
Profesora Investigadora
Facultad de Derecho
Universidad Autónoma de Chihuahua
Chihuahua, Chihuahua, México
https://orcid.org/0000-0002-5782-9624

Dr. Roberto Aude Díaz
Profesor Investigador
Facultad de Derecho
Universidad Autónoma de Chihuahua
Chihuahua, Chihuahua, México
https://orcid.org/0000-0002-1680-5407

MC César David Hermosillo Saucedo
https://orcid.org/0009-0008-9683-6414

RESUMEN: Los problemas que derivan de la lucha por la cobertura universal de los derechos son múltiples, no obstante, cuando se habla del derecho humano a una vida digna, son muchos los componentes que inciden en ella, es evidente que sus componentes van más allá de satisfacer las necesidades básicas y, siendo realistas las estadísticas del país en cuanto a niveles de pobreza no favorecen las expectativas de una vida digna, parecería ocioso introducirnos en el análisis del tema, esto no es así, ya que evidenciar las circunstancias que perviven en un país y examinar la conceptualización, alcances y contenido del derecho humano en cuestión resulta suficiente, toda vez que la doctrina no se ha ocupado lo suficiente en ello. La investigación en esta primera etapa tiene como objetivo contribuir a esa construcción doctrinal que permite comprender y salvaguardar de mejor manera el derecho en cuestión.

PALABRAS CLAVE: dignidad; derechos humanos; dignidad humana; vida digna.

A DIGNIFIED LIFE FOR ALL: AN IMPOSSIBLE DREAM? A LEGAL AND SOCIAL ANALYSIS OF ITS SCOPE AND CONTENT IN MEXICO

ABSTRACT: The problems arising from the struggle for universal coverage of rights are numerous. However, when discussing the human right to a dignified life, many factors come into play. It is evident that its components extend beyond simply satisfying basic needs, and realistically, the country's poverty statistics do not bode well for the prospect of a dignified life. It might seem pointless to delve into the

[1] Autor corresponsal

analysis of this issue, but this is not the case. Simply highlighting the circumstances that persist in a country and examining the conceptualization, scope, and content of the human right in question is sufficient, given that legal scholarship has not adequately addressed it. The research in this initial stage aims to contribute to the doctrinal framework that allows for a better understanding and safeguarding of this right.
KEYWORDS: dignity; human rights; human dignity; dignified life.

UMA VIDA DIGNA PARA TODOS: UM SONHO IMPOSSÍVEL? UMA ANÁLISE JURÍDICA E SOCIAL DE SEU ALCANCE E CONTEÚDO NO MÉXICO

RESUMO: Os problemas decorrentes da luta pela cobertura universal dos direitos são numerosos. Contudo, ao se discutir o direito humano a uma vida digna, muitos fatores entram em jogo. É evidente que seus componentes vão além da mera satisfação das necessidades básicas e, realisticamente, as estatísticas de pobreza do país não são um bom presságio para a perspectiva de uma vida digna. Pode parecer inútil aprofundar a análise dessa questão, mas não é o caso. Basta destacar as circunstâncias que persistem em um país e examinar a conceituação, o alcance e o conteúdo do direito humano em questão, visto que a doutrina jurídica não o abordou adequadamente. A pesquisa nesta etapa inicial visa contribuir para o arcabouço doutrinário que permita uma melhor compreensão e salvaguarda desse direito.
PALAVRAS-CHAVE: dignidade; direitos humanos; dignidade humana; vida digna.

1. INTRODUCCIÓN

Cuando hablamos de vida digna son muchos los factores que se ven insertos en este concepto, no obstante, se ha buscado clarificar a través de los instrumentos internacionales y la legislación interna de los estados qué se entiende por ella. En nuestro análisis adicionamos indefectiblemente la dignidad humana y sus componentes como basamento esencial de nuestra investigación y como otra herramienta fundamental definimos lo que es la vida desde diversas perspectivas y áreas del saber humano. Partimos de la hipótesis de que bajo las condiciones socioeconómicas actuales alcanzar la vida digna para todos de manera equitativa e igualitaria resulta prácticamente imposible. ¿Se puede realmente concretizar en la realidad socioeconómica de Latinoamérica y más concretamente de México el concepto de una vida digna? Constituye nuestra pregunta primordial de investigación El objetivo de la investigación se centra en establecer lo que significa el derecho humano a una vida digna desde la percepción de sus alcances y contenidos, el análisis de las condiciones actuales de vida de los mexicanos y la factibilidad de lograr este anhelado concepto de dignidad en la vida de los ciudadanos de manera igualitaria, lo cual a la fecha evidentemente pareciera imposible obtener, no obstante, debemos entender que los componentes de esta pueden desglosarse y examinar los baremos adecuados para hacerlos cada vez más accesibles a la población en general.

La complejidad del problema surge de la imposibilidad de compaginar pobreza con vida digna. Si bien son muchas las definiciones asumidas respecto a la primera, definiciones que dependen de los baremos utilizados para la medición de esta, asumimos una conceptualización genérica solo para más adelante poder sustentar lo que entendemos por vida digna. Así la FAO[2] la define como la "manifestación de un conjunto de relaciones económicas, políticas, sociales y culturales que experimentan las sociedades, que no logran integrar a toda la población en sus procesos de producción y reproducción social" (ONU, 2012:12).

En principio es pertinente aclarar que el concepto de vida digna no es sencillo de determinar y sus alcances son indispensables para establecer su accesibilidad en el contexto socio-jurídico mexicano, como se evidencia en el apartado subsecuente. Pero todo parte de la vida y ¿Qué es la vida? encontraremos a respecto variadas concepciones del término acordes al área del conocimiento que busque definirla, el vocablo proviene del latín vita, Herrero Uribe (2006:3) nos dice que es tan complejo definirla que no existe una conceptualización universal, es " la cualidad que distingue, a un ser vital y funcional, de un cuerpo muerto" (Universidad de Murcia, 2010).

El derecho no ha establecido un concepto de vida y solo acota lo que entiende por derecho a la vida, desde la perspectiva de su indiscutible relevancia como base de todos los demás derechos humanos. Los alcances de los vocablos vida digna ha ido evolucionando, toda vez que inicialmente partía de la disponibilidad de recursos económicos únicamente, extendiéndose paulatinamente a otros aspectos, tales como alimentación adecuada y se añadió el concepto de canasta básica, pero ninguno de ellos fue adecuado por ello se modificó a canasta integral dónde se anexaron conceptos como salud, educación y salario digno. (Sedano Padilla, 2024:76) Hablamos en resumen de desigualdad social y vulnerabilidad, sin embargo, esta última según Rodríguez Muñoz y Hernández Espinosa (2023), se gesta mediante una "construcción jurídica y política de la vulnerabilidad" (Rodríguez Muñoz y Hernández Espinosa, 2023:137) y dicha construcción añaden, requiere ejercer una política de índole gubernamental y ser "enunciado desde un régimen de autoridad y de poder publiadministrativo". (Rodríguez Muñoz y Hernández Espinosa, 2023:137).

La pobreza adherida a la vulnerabilidad y marginación ha sido medida bajo una perspectiva unidimensional y otra multidimensional, la primera centrada en las necesidades básicas y su logro mediante el ingreso y la segunda que conlleva lo anterior, pero añade otras fuentes de ingreso como apoyos públicos, tiempos de descanso y ocio, entre otros que generan completitud a sus vidas y no se integran únicamente por un

[2] Acrónimo de Food and Agriculture Organization.

salario. (Ortiz Galindo y Ríos Bolívar, 2013:191) En cuanto a su definición, Arraigada (2005) nos dice que "la pobreza es la privación de activos y oportunidades esenciales a los que tienen derecho todos los seres humanos. (Arraigada, 2005:102)

Establecidos los presupuestos esenciales de lo que comprende una vida digna, abordaremos a continuación sus componentes y conceptualización como derecho humano. Conceptualizar el derecho humano a una vida digna no es trabajo sencillo, previo a abordar este derecho, es menester analizar que es lo que se entiende por dignidad, lo cual resulta difícil al ser un concepto subjetivo y amplio. La dignidad es inherente a la condición humana, es la expresión de un valor intrínseco tanto al ser humano concebido es su individualidad como a la generalidad de la especie humana. Desde la perspectiva de los derechos humanos, la dignidad resulta la piedra angular de estos, así como de las características que los definen, tales como la universalidad, interdependencia, indivisibilidad, progresividad e irrenunciabilidad, entre otras.

En su denominación lleva el objetivo que persigue puesto que parte y, a la par busca, la dignidad intrínseca a toda persona, ésta actúa como el fundamento ético y jurídico que sustenta la protección de las libertades fundamentales y los derechos universales. Según Palomares (2024), "en la vida cotidiana, esto se traduce en garantizar condiciones que permitan a cada persona desarrollar su potencial, vivir con seguridad y acceder a oportunidades sin discriminación. La dignidad en este contexto exige el reconocimiento de las necesidades básicas de las personas, como la alimentación, la salud, la educación y la vivienda, así como el respeto por sus decisiones y creencias" (Palomares Cantero:2024: s/p).

Para Nava, la positivización del valor dignidad humana, se manifiesta en los derechos humanos, los cuales serán intrínsecos al ser humano en un doble contexto: uno colectivizado como una característica inmanente a la civilización y singularmente, como atributos de la persona, cuyo reconocimiento es ajeno a toda desigualdad y discriminación. (Nava, 2012).

Desde una perspectiva jurídica, la dignidad humana es "la base del ordenamiento político, jurídico y social de una comunidad, y se asegura su vigencia mediante la defensa y protección de los derechos humanos de la más diversa naturaleza, reconocidos en la Constitución y en los instrumentos internacionales que el estado ha ratificado" (Carpizo, 2011:3).

Conceptualizar el derecho humano a una vida digna no es trabajo sencillo, en atención a sus implicaciones puede visualizarse desde dos enfoques, ya sea desde la titularidad universal de derechos de los individuos o desde la atención a

la vulnerabilidad que existe con relación a ciertos grupos de personas, y por lo tanto encuentra fundamentación jurídica tanto a nivel internacional como nacional en distintos instrumentos y ordenamientos legales.

En efecto, el derecho a una vida digna debe entenderse a partir del reconocimiento de la dignidad humana y la titularidad del conjunto de derechos que, de ser respetados y protegidos, le permiten al individuo vivir con bienestar, libertad y, por ende, desarrollar un proyecto de vida en condiciones que respeten su integridad física, emocional y mental. Bajo esta premisa, válidamente podemos identificar al derecho a la vida digna como un derecho integrador o integrado, puesto que se conforma por otros derechos, como el derecho a la salud, a la educación, a una vivienda digna, al trabajo, al acceso a la justicia, la no discriminación, la igualdad, entre otros, que se encuentran debidamente reconocidos jurídicamente, por lo que el derecho a la vida digna implica que los Estados generen las condiciones adecuadas para garantizar el efectivo ejercicio de estos derechos. Ahora bien, aún y cuando todas las personas, sin distinción alguna, somos titulares de los derechos humanos que permiten contar con una vida digna, lo cierto es que, no todas las personas se encuentran en las mismas condiciones para ejercer y disfrutar de sus derechos, lo que da origen a los grupos de personas vulnerables, como es el caso de niñas, niños y adolescentes, mujeres, personas de edad avanzada, personas en extrema pobreza, entre otros.

Esta vulnerabilidad existente es resultado de múltiples factores que traen consigo desventajas, discriminación y exclusión, por lo que el derecho humano a una vida digna del cual también son titulares esas personas requiere medidas o acciones afirmativas que contrarresten o reparen las desigualdades estructurales generadas por la sociedad misma, existiendo así protecciones adicionales así como enfoques diferenciales que buscan alcanzar la vida digna en igualdad de condiciones que el resto de la población.

Por lo que corresponde al marco jurídico del derecho humano a una vida digna, si bien existen multiplicidad de instrumentos, en el ámbito internacional destaca entre ellos la Declaración Universal de los Derechos Humanos, que en su artículo 25 reconoce que,

> [...]Toda persona tiene derecho a un nivel de vida adecuado que le asegure, así como a su familia, la salud y el bienestar, y en especial la alimentación, el vestido, la vivienda, la asistencia médica y los servicios sociales necesarios; tiene asimismo derecho a los seguros en caso de desempleo, enfermedad, invalidez, viudez, vejez u otros casos de pérdida de sus medios de subsistencia por circunstancias independientes de su voluntad. (ONU, 1948)

Lo anterior sin soslayar aquellos instrumentos que reconocen y protegen derechos humanos en lo general, así como aquellos destinados a un grupo de personas

en lo particular, verbigracia derechos de niñas, niños y adolescentes, mujeres, personas de la tercera edad, entre otros.

El marco normativo de orden nacional se debe parte de la Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos que en su artículo primero reconoce a los individuos como titulares de derechos humanos, impone la carga al Estado para la protección de estos y prohíbe cualquier tipo de discriminación, además de reconocer expresamente los distintos derechos que integran el derecho humano en análisis.

De igual manera, debe considerarse como sustento normativo a la legislación secundaria tanto federal como local que reconoce la esfera jurídica de los particulares. Dentro del derecho mexicano, es de resaltar el criterio emitido por la Primera Sala de la Suprema Corte de Justicia de la Nación, que ha sostenido que el derecho a contar con un mínimo vital deriva del derecho a una vida digna reconocido en el sistema jurídico nacional, por lo que resulta relevante identificar que de acuerdo con esta instancia,

> El derecho a contar con un mínimo vital resulta esencial porque busca salvaguardar los medios básicos para la subsistencia, tiene un impacto en la consecución de otros derechos como a la alimentación, salud y vivienda, y, además, garantiza una igualdad sustantiva entre los individuos, pues sólo aquellos con sus necesidades mínimas satisfechas cuentan con la libertad para desarrollar su plan de vida y para participar en una sociedad democrática. (SCJN, 2023).

La postura anterior refleja el impacto que tiene el irrestricto respeto y ejercicio de los derechos que integran el de la vida digna y se ve reforzada por el Tribunal Constitucional de Ecuador que determinó al respecto que la vida digna, “no se considera satisfecha con proteger la mera existencia, entendida ‘como supervivencia’, sino que la misma debe cumplir con una serie de requisitos para que sea considerada como decorosa, requiriéndose de ‘una calidad mínima en las circunstancias que rodean al ser humano para que efectivamente pueda subsistir y desarrollar su plan de vida” (ST 67-23-IN/24: 54).

Así, el derecho a una vida digna si bien tiene existencia propia, es resultado del respeto y ejercicio de otros derechos, garantizando que todas las personas tengan la posibilidad de vivir en condiciones de bienestar para el desarrollo de su proyecto de vida, exigiendo tanto el reconocimiento igualitario de derechos para todas las personas, como la existencia de acciones afirmativas por parte del Estado que contrarresten las desigualdades estructurales que impiden su realización efectiva por ciertos grupos de personas, entendiendo que abarca distintos aspectos en la vida de las personas como la salud, la educación, la vivienda, el trabajo, la seguridad, social, un medio ambiente sano, entre otros, que impactan en la libertad, igualdad y el respeto a la dignidad humana. La posibilidad de alcanzar una vida digna en México.

Asentadas las bases conceptuales y los alcances de las figuras jurídicas en estudio, resulta necesario establecer en el país de análisis cuál es la situación prevaleciente y de cara a esa realidad establecer las raigambres que permiten alcanzarla a un determinado sector de la población y, aparejadamente, impide dicho acceso a un amplio fragmento de ella.

Para Rao y Min lo que denominan vida decente se integra por

> un conjunto de condiciones materiales universales, irreductibles y esenciales para alcanzar el bienestar humano básico, junto con indicadores y umbrales cuantitativos, que pueden ser operacionalizados para las sociedades en función de las costumbres y preferencias locales" (Rao y Min, 2022:1).

Es a la par evidente, que el bienestar de los integrantes de una sociedad es medible desde una perspectiva cultural, así, en México al existir una gran diversidad cultural inmersa en el legado de sus pueblos originarios, resulta complejo establecer un parámetro generalizado, pero indudablemente hay elementos *sine qua non* en su percepción, suficientes alimentos, salud, vivienda dotada de servicios básicos como drenaje, agua entubada, electricidad y educación, que devienen en esenciales para la sobrevivencia humana en plenitud.

Resulta palpable la correlación de este grave problema con los índices de pobreza, en un ambiente de precariedad es claro que no es posible alcanzar una vida digna; en México, entre 2018 y 2022, según el Consejo para la evaluación de la política social (CONEVAL) el porcentaje de la población en situación de pobreza multidimensional a nivel nacional pasó de 41.9% a 36.3%, en otras palabras, en 2022, 36 de cada 100 personas en México presentaban al menos una privación en sus derechos sociales y tenían un ingreso mensual por persona insuficiente para adquirir una canasta alimentaria, así como bienes y servicios necesarios; además, no obstante esta aparente reducción "en términos absolutos, el número de personas en pobreza extrema pasó de 8.7 a 9.1 millones de personas entre 2018 y 2022" (CONEVAL, 2023:11).

Para el 2025 el 36.3% de la población que se encontraba en estado de pobreza según el Informe anual sobre la situación de pobreza y rezago social de las entidades, municipios y demarcaciones territoriales para el ejercicio fiscal 2025. (Secretaría del Bienestar, 2025)

Luego entonces, si la pobreza es tan antigua como la humanidad ¿Cómo vamos a resolver un problema que parece irresoluble? No hay un derrotero ya trazado ni respuestas llanas, tampoco fórmulas asombrosas que lo solucionen; no obstante, demanda un trabajo permanente en materia de gobernanza bajo indicadores ya considerados como exitosos para reducir la pobreza, vulnerabilidad y marginación de que hemos venido hablando.

Obviamente aludimos a la generación de empleos con salarios dignos que ciertamente impacta en su reducción; hacemos igualmente énfasis en la educación, que permite generar hábitos de higiene y salud que optimizan las condiciones de vida de las zonas marginadas; la dotación de servicios públicos es otro de los ingredientes inexcusables para corregir la marginación de muchas regiones del país que aún están acéfalos de estos cardinales valores de la cotidianidad que transforman el *modus vivendi* marginal en uno digno.

2. METODOLOGÍA

La investigación es un estudio de corte dogmático, es analítica y con enfoque cualitativo. En ella se realiza un abordaje respecto a la factibilidad de una vida digna en México que tenga una cobertura universal, la exclusión de ella que viven miles de mexicanos; los componentes de esa vida digna y los posibles mecanismos para alcanzarla. La metodología utilizada parte del uso de la epistemología jurídica como basamento esencial para alcanzar postulados de verdad; la hermenéutica jurídica es un invaluable auxiliar para desentrañar el apoyo normativo de la investigación, particularmente lo relativo a la regulación y contenido del derecho humano en cuestión y, el método analítico esencial para examinar la información obtenida mediante la consulta de literatura especializada en los contenidos de vida, dignidad, vida digna, derecho humano a una vida digna y su aplicabilidad al estudio.

Como principales técnicas de recopilación de datos nos apoyamos en la revisión de literatura especializada antes descrita y el análisis de datos tales como estadísticas de desarrollo y factores de pobreza entre otros que dan soporte a la investigación, proporcionados por los órganos del propio estado y organismos internacionales.

3. RESULTADOS

Una vez recopilada la información pertinente, examinados y extraídos sus contenidos relevantes; habiendo elaborado el estudio y establecido el valor académico de dichas fuentes de consulta, revisados los datos y estadísticas pertinentes y establecidos los alcances y contenidos de vida digna consideramos que existe suficiente sustento para determinar que se comprobó la hipótesis de que en México existen millones de personas para las que una vida digna es actualmente inalcanzable a la luz de las condiciones de vida prevalecientes entre quienes carecen de lo necesario para la subsistencia y dada la complejidad del problema el mismo nos demanda una mayor profundidad en su estudio a través de una segunda etapa en la que habría que identificar los programas y políticas

públicas implementados por el gobierno de México en la reducción de la pobreza y su idoneidad para reducir los indicadores que impiden a los ciudadanos su acceso al derecho humano a una vida digna.

4. CONCLUSIONES

Para entender el derecho humano a una vida digna requerimos establecer que la vida demanda entenderla como aquella que posee un ser vital, y en cuanto a la dignidad se considera el presupuesto esencial para el ejercicio de los derechos humanos. La pobreza va inexorablemente adherida a la marginación y desigualdad y se percibe bajo distintas dimensiones y posee un contenido de carencia de lo esencial, llámese alimentación, vivienda, servicios básicos e incluso esparcimiento.

La vida digna comprende, en consecuencia, todos los componentes que permiten a una persona construir un proyecto de vida acéfala de carencias esenciales que eviten tal edificación, precisa tener satisfechas las necesidades más apremiantes para su sobrevivencia, sin precariedad, es decir, requiere vencer la marginación y dejar atrás la vulnerabilidad.

Bajo la determinación de lo que es la vida digna podemos concluir su ausencia en una gran parte de la población mexicana y por ende se requiere una voluntad política real que no se conforme con maquillar las estadísticas y se aboque a generar esquemas de solución sectorizados, paso a paso, alimentación, salud, vivienda, servicios públicos, salario digno, educación; una larga lista que parece de sueños y deseos pero que requiere su concretización como presupuesto indispensable para que el estado recupere legitimidad y una adecuada gobernanza en una muy compleja situación actual.

REFERENCIAS

Carpizo, Jorge. “Los derechos humanos: naturaleza, denominación y características”, Cuestiones Constitucionales, Revista Mexicana de Derecho Constitucional. Núm. 25, julio-diciembre 2011. Pp. 3-30 https://www.scielo.org.mx/pdf/cconst/n25/n25a1.pdf

CONEVAL (2023) Documento de análisis sobre la medición multidimensional de la pobreza 2022, recuperado el 28 de marzo de 2025 de https://www.coneval.org.mx/Medicion/MP/Documents/MMP_2022/pdf

Corte Constitucional de Ecuador, Pleno, Sentencia 67-23-IN/24, 2024, https://www.fielweb.com/App_Themes/InformacionInteres/s6723in24.pdf

FAO, Panorama de la Seguridad Alimentaria y Nutricional en América Latina y el Caribe (2012).

Herrero Uribe, Libia ¿Qué es la vida? ¿La ciencia, se atreve a definirla? Diálogos Revista Electrónica de Historia, vol. 7, núm. 1, febrero-agosto, 2006, pp. 1-35 Universidad de Costa Rica San Pedro de Montes de Oca, Costa Rica , http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=43970102

Nava G, José Gregorio. “Doctrina y Filosofía de los derechos humanos: definición, principios, características y clasificaciones”. Razón y Palabra. Núm. 81, noviembre – enero, 2012, Quito. http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=19952470 0001

ONU, Declaración Universal de Derechos Humanos. Adoptada y proclamada por la Asamblea General en su resolución 217 A (III), de 10 de diciembre de 1948 https://www.un.org/es/about-us/universal-declaration-of-human-rights

Ortiz Galindo, Jonathan; Ríos Bolívar, Humberto (septiembre-diciembre, 2013), La Pobreza en México, un análisis con enfoque multidimensional Análisis Económico, vol. XXVIII, núm. 69, pp. 189-218 Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Azcapotzalco Distrito Federal, México, https://www.redalyc.org/pdf/413/41331033010.pdf

Palomares Cantero, Juan Manuel. “Dignidad humana, pilar para una sociedad justa y respetuosa”. Centro Anáhuac de Desarrollo Estratégico en Bioética. 4 de diciembre de 2024. https://www.anahuac.mx/mexico/CADEBI/ noticias/ dignidad-humana-pilar-para-una-sociedad-justa-y-respetuosa

Rao, Narasimha D. y Min, Jihoon, Normas de Vida Digna: Necesidades Materiales para el Bienestar Humano, La Alianza Global Jus Semper, Ensayos sobre democracia real y capitalismo, diciembre de 2022, https://jussemper.org/Inicio/Recursos/Info.%20econ/Resources/NRao-JMinNormasdeVidaDigna.pdf

Rodríguez Muñoz, Gregoria y Hernández Espinosa, Rafael, Ocio y recreación de las mujeres de la región oriente del Estado de México durante la pandemia por Covid-19 (PDF) en González Martín, Nuria y Fernández Morales, Katiuska (Coord.) Vulnerabilidades. Niñas, adolescentes y mujeres en las instituciones. Serie Opiniones Técnicas sobre Temas de Relevancia Nacional, núm. 65, IIJ/UNAM, 2023, https://archivos.juridicas.unam.mx/www/bjv/libros/15/7192/18.pdf

SCJN Tesis: 1a./J. 125/2023 (11a.), Gaceta del Semanario Judicial de la Federación, Libro 29, septiembre de 2023, Tomo II, página 1416, Registro digital: 2027307.

Secretaría del Bienestar, Informe anual sobre la situación de pobreza y rezago social de las entidades, municipios y demarcaciones territoriales para el ejercicio fiscal 2025, Gobierno de México, DOF 31 de enero de 2025, https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/975473/Informe_Anual_de_Pobreza_2025.pdf

Sedano Padilla, Mariana Guadalupe (2024) El derecho de acceso a un nivel de vida adecuado en México, Universidad Autónoma del Estado de Morelos, Repositorio Institucional de Acceso Abierto (RIAA), http://www.riaa.uaem.mx/xmlui/bitstream/handle/20.500.12055/4839/137.pdf?sequence=1

S/A (2010) Universidad de Murcia, ¿Qué es la vida?, Material de clase, https://www.um.es/lafem/Actividades/CursoBiologia/MaterialAyuda/2010-1026-VidayEvolucion.pdf

CAPÍTULO 12

PERSPECTIVAS Y NARRATIVAS SOBRE LA SALUD MENTAL ENTRE AFRODESCENDIENTES EN ECUADOR

Data de submissão: 07/02/2026
Data de aceite: 27/02/2026

Patricio Trujillo-Montalvo
Grupo de Investigación
Salud Mental Global
Pontificia Universidad Católica del Ecuador
https://orcid.org/0000-0003-2503-3047

Catalina Rivadeneira-Suárez
Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Ecuador
https://orcid.org/0000-0003-0721-8881

RESUMEN: Este estudio tiene como objetivo explorar las perspectivas sobre salud mental de jóvenes afrodescendientes y profesionales de la salud, poniendo especial énfasis en el papel del arte como herramienta terapéutica. A través de entrevistas semiestructuradas, se han abordado los factores que afectan la salud mental en contextos de discriminación racial y violencia, y cómo se perciben las intervenciones terapéuticas alternativas. Los resultados sugieren que la discriminación racial, la violencia y la falta de acceso a oportunidades son factores clave que afectan la salud mental de los jóvenes afrodescendientes, mientras que el arte se identifica como una vía de expresión emocional y sanación.

PALABRAS CLAVES: interculturalidad; salud mental; tambores; etnografía; narrativas.

PERSPECTIVES AND NARRATIVES ON MENTAL HEALTH AMONG AFRO-DESCENDANTS IN ECUADOR

ABSTRACT: This study aims to explore the perspectives on mental health of Afro-descendant youth and health professionals, with special emphasis on the role of art as a therapeutic tool. Through semi-structured interviews, the factors affecting mental health in contexts of racial discrimination and violence were addressed, as well as perceptions of alternative therapeutic interventions. The results suggest that racial discrimination, violence, and lack of access to opportunities are key factors affecting the mental health of Afro-descendant youth, while art is identified as a means of emotional expression and healing.
KEYWORDS: interculturality; mental health; drums; ethnography; narratives.

1. INTRODUCCIÓN

La salud mental de los jóvenes afrodescendientes en Ecuador se ha visto gravemente afectada por diversos factores sociales, culturales y económicos. La discriminación racial, la violencia y la falta de oportunidades son problemas prevalentes que afectan su bienestar emocional. A través de

este estudio, se busca comprender mejor cómo los jóvenes afrodescendientes, junto con los profesionales de la salud, interpretan la relación entre salud mental, arte y prácticas terapéuticas en el contexto de estas problemáticas. Se investiga la importancia de enfoques alternativos para abordar estos desafíos, con especial énfasis en el arte como herramienta de sanación.

La Constitución actual de Ecuador, aprobada por referéndum, consagra los principios de plurinacionalidad e interculturalidad. Estos principios reconocen la diversidad cultural del país y obligan al Estado a garantizar los derechos de todos los grupos culturales, incluyendo sus prácticas e instituciones tradicionales. Este marco constitucional desafía la estructura monocultural del Estado y aboga por la reclamación de derechos colectivos.

Como sostiene Walsh (2009), la plurinacionalidad desestabiliza la visión de un Estado blanco-mestizo arraigado en instituciones positivistas, proponiendo en su lugar un modelo descolonizador de organización política. Este cambio requiere desmantelar concepciones pasadas que priorizaban las normas e instituciones estatales, fomentando en su lugar una estructura que abrace la diversidad y fortalezca relaciones respetuosas e inclusivas entre grupos culturales (Grijalva, 2008).

El principio de plurinacionalidad reconoce la existencia de diversas comunas, comunidades, pueblos y nacionalidades – indígenas, afroecuatorianas y montubias – dentro de los límites territoriales de Ecuador. Este principio exige un Estado reimaginado que respete sus instituciones únicas, capacidades jurisdiccionales, cosmovisiones y relaciones con sus territorios. Esta visión se basa en dinámicas interculturales, con el objetivo de crear condiciones para una coexistencia equitativa (De Sousa Santos, 2009; Díaz Polanco, 1981).

La interculturalidad, como principio complementario, requiere la creación de espacios colectivos para el diálogo y la construcción de acuerdos que refunden las instituciones sociales y políticas. Este proceso exige cambios profundos en las estructuras sociales y políticas del país, informados por análisis históricos y políticos que aborden las realidades actuales desde una perspectiva basada en derechos.

Este artículo examina la intersección entre plurinacionalidad e interculturalidad en el contexto de la atención en salud mental en Ecuador, en contextos de discriminación. Según diversos autores (The Lancet, 2023), la exclusión social y la discriminación racial son factores que contribuyen significativamente a trastornos de salud mental en comunidades marginalizadas. Las prácticas de danza, música y otras formas de arte han demostrado ser eficaces en la mejora del estado de ánimo y la reducción de la ansiedad en jóvenes en situación de vulnerabilidad.

2. METODOLOGÍA

Este estudio se inscribe en una perspectiva etnográfica-narrativa inspirada en la antropología existencial de Michael Jackson, la cual concibe la investigación antropológica como un proceso orientado a comprender cómo las personas dan sentido a sus experiencias vividas en contextos de incertidumbre, sufrimiento y agencia (Jackson, 1996; 2013). Desde este enfoque, el conocimiento no se entiende como una representación objetiva de la realidad, sino como el resultado de un encuentro intersubjetivo entre investigador y participantes, en el que las narrativas adquieren un papel central como formas de habitar y narrar el mundo.

El trabajo de campo se desarrolló mediante entrevistas semiestructuradas con jóvenes afrodescendientes del sector de Carapungo y con profesionales de la salud en Ecuador. Siguiendo a Jackson (2002), las entrevistas fueron abordadas no solo como técnicas de recolección de información, sino como espacios narrativos y relacionales en los que los interlocutores articularon experiencias de vida, emociones y reflexiones en torno a la salud mental, las condiciones sociales que la atraviesan y las estrategias cotidianas para enfrentar el malestar. En este sentido, se priorizó la escucha de las historias tal como fueron contadas, atendiendo a sus silencios, énfasis y ambigüedades, entendidas como parte constitutiva de la experiencia humana.

Las entrevistas fueron transcritas íntegramente y analizadas mediante un análisis temático de orientación inductiva. No obstante, el análisis no se limitó a la identificación de patrones recurrentes, sino que incorporó una lectura existencial de las narrativas, centrada en categorías como vulnerabilidad, sufrimiento, agencia, creatividad y búsqueda de sentido, en consonancia con la propuesta de Jackson (2013) de atender a la vida vivida (lifeworld) más que a abstracciones analíticas. Desde esta perspectiva, el arte emergió en las narrativas como una práctica relacional y terapéutica, entendida no únicamente como una intervención clínica, sino como una forma de reconfigurar la experiencia y restituir la agencia frente a contextos de exclusión y desigualdad. El enfoque cualitativo permitió así comprender la salud mental como una experiencia situada, encarnada y narrada, inscrita en trayectorias biográficas y relaciones sociales específicas.

2.1. INTERSECCIONALIDAD Y LOS DETERMINANTES SOCIOCULTURALES DE LA SALUD MENTAL

En 1989, Kimberlé Crenshaw, profesora de la Universidad de Columbia, introdujo el concepto de interseccionalidad para revelar cómo la raza-etnicidad, la clase y el género se intersectan para producir distintos grados de desigualdad e inequidad entre

grupos sociales. Este marco teórico se ha vuelto fundamental en la investigación en salud, especialmente para visibilizar la discriminación sistémica que enfrentan grupos marginados, como mujeres racializadas y en situación de pobreza, dentro de los sistemas médicos y de atención sanitaria. En 2022, *The Lancet* enfatizó la importancia de la interseccionalidad para comprender las inequidades en salud, afirmando: *"Dada la naturaleza pervasiva del racismo, la xenofobia y otras formas de discriminación, no debería sorprender que estos sean determinantes fundamentales de la salud"*.

Este artículo explora las dimensiones interseccionales de la salud mental en Ecuador, centrándose en los desafíos que enfrentan jóvenes afroecuatorianos. A pesar de la existencia de regulaciones para la atención, tratamiento y prevención en salud mental, estos grupos permanecen subatendidos, centrándose en una atención, a menudo limitada a problemas relacionados con adicciones.

3. RESULTADOS

3.1. PERSPECTIVAS SOBRE LA SALUD MENTAL

Los jóvenes afrodescendientes de Carapungo destacaron la salud mental como una combinación de felicidad y autoestima, donde la discriminación y el racismo juegan un papel fundamental en la afectación de su bienestar. Por otro lado, los profesionales de la salud, como Rosa y María Belén, coincidieron en que la salud mental debe ser vista como un equilibrio integral entre cuerpo, mente y alma, reconociendo el impacto negativo de la violencia y la falta de oportunidades.

3.2. FACTORES QUE AFECTAN LA SALUD MENTAL

En ambas entrevistas, se identificaron factores comunes como la discriminación racial, la violencia y la pobreza como determinantes negativos para la salud mental. Sin embargo, los testimonios también revelaron las diferencias en el acceso a recursos terapéuticos y la relevancia de las prácticas culturales en la salud mental.

3.3. EL ARTE COMO HERRAMIENTA TERAPÉUTICA

La relación entre arte y salud mental se destacó como un tema importante en las entrevistas. Los jóvenes afrodescendientes consideraron la música y la danza como formas de expresión emocional, mientras que los profesionales de la salud reconocieron el valor de las terapias alternativas, como el biomagnetismo y la danza, para restaurar el equilibrio emocional.

Cuadro N.1. Comparativo de Resultados entre narrativas sobre Salud Mental.

Pregunta	Rosa (Directora del Centro Holístico Ochun)	María Belén (Enfermera)	Jóvenes Afrodescendientes (Carapungo)
¿Qué significa para ti tener salud mental?	Equilibrio entre cuerpo, mente y alma, bienestar emocional y espiritual.	Equilibrio en los tres aspectos: cuerpo, mente y alma, importancia de las artes.	Salud mental igual a felicidad y autoestima, no afectada por el racismo.
¿Qué factores afectan la salud mental?	Discriminación, falta de oportunidades, estrés social.	Racismo, violencia y consumo de drogas.	Racismo, violencia, pobreza y falta de apoyo social.
¿Cómo ves la relación entre arte y salud mental?	El arte (música, danza) como herramienta sanadora, expresión emocional.	El baile como forma de liberar emociones y restaurar el equilibrio.	El arte (música, danza) como vía de escape emocional, pero también el consumo de drogas.
¿Qué piensas sobre las terapias alternativas?	Defensora de las terapias energéticas (biomagnetismo) para restaurar el equilibrio.	Reconoce las terapias alternativas como complemento a la medicina convencional.	Interés, pero escépticos debido a la falta de acceso y conocimiento.
¿Qué piensas sobre el suicidio en jóvenes afrodescendientes?	El suicidio es un problema creciente por discriminación y falta de apoyo.	El suicidio es causado por la exclusión social y la falta de manejo emocional.	La desesperación y la falta de oportunidades como principales factores, pero los vínculos familiares son protectores.

Cuadro N. 2. Comparativo de Resultados y Factores que Afectan la Salud Mental.

Factores Afectantes	Rosa (Centro Holístico Ochun)	María Belén (Enfermera)	Jóvenes Afrodescendientes (Carapungo)
Discriminación	Considerada como una de las principales causas de afectación emocional.	Mencionada como un factor clave en la salud mental de los jóvenes.	Esencialmente vinculada a la opresión racial y social en la comunidad.
Violencia	La violencia social y estructural afecta el bienestar mental de la comunidad.	La violencia es uno de los factores más visibles que agravan las enfermedades mentales.	La violencia en el contexto urbano y familiar es un factor importante.
Pobreza y Falta de Oportunidades	La pobreza genera un entorno de desesperanza y estrés, afectando la salud mental.	El acceso limitado a recursos y oportunidades afecta gravemente la salud mental.	Los jóvenes enfrentan la falta de acceso a oportunidades educativas y laborales.
Consumo de Drogas	Considera que el consumo de drogas empeora el bienestar emocional.	El consumo de drogas es un comportamiento vinculado a la angustia y depresión juvenil.	El consumo de drogas es visto como un escape para el sufrimiento emocional, pero altamente perjudicial.

Cuadro N. 3. Comparativo: Perspectiva sobre el Suicidio y Salud Mental en Jóvenes Afrodescendientes.

Aspecto	Rosa (Centro Holístico Ochun)	María Belén (Enfermera)	Jóvenes Afrodescendientes (Carapungo)
Suicidio en Jóvenes Afrodescendientes	Es un problema creciente debido a la presión social, la falta de apoyo y la discriminación racial.	Es una manifestación de desesperación cuando los jóvenes no tienen apoyo emocional adecuado.	El suicidio es un grito desesperado por la falta de apoyo y oportunidades, con énfasis en la presión social y el racismo.
Factores Desencadenantes	Racismo, violencia y estrés social son factores que llevan a los jóvenes al suicidio.	La depresión, el aislamiento y la desesperanza juegan un papel crucial en los jóvenes en riesgo.	El racismo y la violencia son las principales causas, junto con la pobreza y el aislamiento emocional.
Prevención	Promover un entorno de apoyo, equilibrio emocional y conexión comunitaria.	Ofrecer apoyo emocional, evitar el aislamiento y promover actividades saludables.	La importancia de la familia y la comunidad como factor protector.

Fuente: autores 2026.

4. DISCUSIÓN

Los resultados del estudio sugieren que la salud mental de los jóvenes afrodescendientes está fuertemente influenciada por factores socioculturales como el racismo estructural, el desplazamiento forzado y la violencia. Sin embargo, el arte y la danza emergen como herramientas significativas para la expresión emocional y el manejo de la ansiedad y estrés. Las perspectivas de los profesionales de la salud coinciden en que la integración de enfoques terapéuticos alternativos puede ser beneficiosa en estos contextos. No obstante, el acceso limitado a estas terapias y la falta de recursos son obstáculos clave en la implementación efectiva de estas prácticas.

4.1. SALUD MENTAL Y PRÁCTICAS DE CURACIÓN TRADICIONALES

Los casos de estudio presentado ilustran la intersección entre salud mental y prácticas de curación tradicionales entre poblaciones afroecuatorianas. Los curanderos tradicionales, como Rosa del Centro Holístico Ochun, enfatizan la importancia del conocimiento ancestral y las prácticas espirituales para abordar problemas de salud mental. El enfoque de Rosa incluye biomagnetismo, respiración consciente y el uso de plantas medicinales como el romero, que, según ella, restauran el equilibrio y la sabiduría. Ella argumenta que la medicina tradicional por sí sola puede curar condiciones como la depresión, la demencia y el abuso de sustancias, a menudo sin necesidad de intervención médica occidental.

De manera similar, María Belén, enfermera y curandera tradicional, destaca el papel de la danza y el arte en la promoción del bienestar mental. Ella concibe la salud mental como un equilibrio entre mente, cuerpo y alma, abogando por un enfoque holístico que integre prácticas ancestrales con apoyo psicológico.

Estas perspectivas desafían la dominación de los modelos biomédicos occidentales y exigen un sistema de salud más inclusivo que respete e integre diversas tradiciones de curación.

4.2. TOCANDO TAMBORES

Rosa comenzó su proyecto en 2007, con la motivación de fortalecer la identidad a través de la música, la danza y el arte. El Centro Holístico Ochun nació como un proyecto familiar en el que ella, sus hijas y su esposo, quienes tocan instrumentos como la marimba y el bongo, crearon un espacio cultural en Quito, que ha impactado a jóvenes afroamericanos de varios sectores periféricos de la ciudad. A través de este proyecto, Rosa ha logrado alejar a muchos jóvenes de las drogas, utilizando el arte como una herramienta poderosa de transformación personal.

En 2020, el centro se expandió para incluir prácticas de sanación energética, como baños energéticos y magnetismo, después de que Rosa se enfermara durante la pandemia y decidiera estudiar biomagnetismo. Para ella, la salud mental está estrechamente vinculada al equilibrio entre el cuerpo, la mente y el alma, lo cual se ve reflejado tanto en el arte como en las prácticas de sanación ancestral que se llevan a cabo en su centro.

María Belén: María Belén, quien es enfermera y ha trabajado en un psiquiátrico, tiene una visión particular sobre la salud mental. Ella considera que la salud mental es fundamentalmente tener “vida”, ya que está vinculada al equilibrio de la mente, el cuerpo y el alma. Para ella, el baile juega un papel crucial en el cuidado de la salud mental, pues al bailar, el cuerpo experimenta libertad y alegría, elementos esenciales para una buena salud mental.

A través de su experiencia con jóvenes afrodescendientes, María Belén ha identificado algunos síntomas comunes de enfermedades mentales, como la ira, la agresividad y el aislamiento. Cree que el racismo y la discriminación contribuyen a la depresión en los jóvenes afrodescendientes, quienes, debido a los prejuicios sociales, a menudo se aíslan y sufren emocionalmente. Además, ella considera que las enfermedades mentales deben ser tratadas no solo desde el enfoque médico convencional, sino también a través de terapias ancestrales, como el trabajo energético, que considera fundamental para una sanación integral.

María Belén también reflexiona sobre la importancia de la empatía en el apoyo a las personas con enfermedades mentales. Para ella, la clave es ofrecer una escucha atenta y amorosa, sin juicios, y ser consciente de las necesidades emocionales de los demás. Rechaza la idea de que acudir al psicólogo sea sinónimo de locura, y considera que las personas deben buscar ayuda profesional para mejorar su bienestar emocional.

Jóvenes Afrodescendientes de Carapungo: El testimonio de los jóvenes de Carapungo, un barrio periférico de Quito, refleja la realidad de la juventud afrodescendiente que enfrenta constantes desafíos debido a la violencia, la delincuencia y el consumo de drogas. Aunque muchos de ellos han crecido en este entorno, también han aprendido a convivir con la adversidad con un fuerte sentido de comunidad y apoyo mutuo.

Estos jóvenes, que en su mayoría han tenido experiencias cercanas con las drogas y la violencia, consideran que la salud mental es esencialmente "ser feliz" y tener una autoestima alta. Sin embargo, reconocen que los problemas como la discriminación racial y la falta de oportunidades afectan gravemente su bienestar emocional. Para ellos, la depresión y el suicidio son el resultado de una acumulación de estrés y dolor emocional, especialmente cuando no hay apoyo adecuado de la sociedad o de las instituciones.

A pesar de la dureza de su entorno, los jóvenes valoran profundamente la importancia del apoyo familiar y comunitario. Consideran que el consumo de sustancias es un factor que agrava la salud mental, pues no solo daña a quien lo consume, sino a toda la comunidad. Su visión del suicidio está marcada por una sensación de desesperanza, y creen que el amor y el apoyo de la familia son fundamentales para evitar llegar a ese punto.

5. CONCLUSIÓN

Este estudio resalta la necesidad de considerar enfoques más inclusivos y culturalmente relevantes para abordar la salud mental en comunidades afrodescendientes. El arte, en sus diversas formas, se presenta como una vía importante para promover el bienestar emocional y la sanación. Se recomienda una mayor inversión en programas terapéuticos que integren el arte y enfoques alternativos, así como una mayor sensibilización sobre la salud mental en comunidades marginadas.

A través de los testimonios de Rosa, María Belén y los jóvenes de Carapungo, se evidencia una visión integral de la salud mental que va más allá de lo biológico, considerando factores emocionales, sociales y espirituales. La conexión con el arte, la sanación energética y el apoyo comunitario se presentan como alternativas válidas en el tratamiento y cuidado de la salud mental, especialmente en contextos donde las condiciones sociales y económicas pueden agravar las dificultades emocionales.

El enfoque intercultural y la integración de diversas formas de sanación, como lo ancestral y lo moderno, muestran que la salud mental es una construcción compleja, influenciada por las experiencias de vida, las creencias y los entornos en los que las personas se desarrollan. Es necesario seguir promoviendo la empatía, el apoyo mutuo y el acceso a herramientas de sanación tanto en el ámbito médico como en el social.

Los testimonios y respuestas obtenidos muestran una visión multidimensional de la salud mental que abarca aspectos biológicos, sociales, espirituales y culturales. La discriminación racial, la violencia social, la falta de oportunidades y el consumo de drogas son factores clave que afectan la salud mental de los jóvenes afrodescendientes, especialmente en barrios periféricos como Carapungo. A través de la danza, la música, y las terapias alternativas, se ha evidenciado una forma de abordar la salud mental que integra cuerpo, mente y alma, proporcionando un espacio de sanación tanto para individuos como para comunidades enteras.

Los entrevistados coinciden en que el apoyo familiar y comunitario es crucial para prevenir problemas graves de salud mental, como el suicidio. También se destaca la importancia de abrir espacios para hablar de salud mental de manera abierta, sin estigmatización, para ayudar a los jóvenes a encontrar caminos alternativos a la desesperación.

El marco plurinacional e intercultural de Ecuador proporciona una base para transformar la atención en salud mental. Sin embargo, esta transformación requiere esfuerzos sostenidos para capacitar a los profesionales de la salud en prácticas interculturales, fomentar el diálogo entre los sistemas de salud occidentales y tradicionales, y abordar las inequidades sistémicas que perpetúan las disparidades en salud.

Al abrazar la interculturalidad, Ecuador puede avanzar hacia un sistema de salud mental más equitativo e inclusivo que respete las diversas cosmovisiones y prácticas de curación de sus pueblos.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Crenshaw, K. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex: A Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, *1989*(1), 139–167.

De Sousa Santos, B. (2009). *Una epistemología del sur: La reinvención del conocimiento y la emancipación social*. Siglo XXI Editores.

Díaz Polanco, H. (1981). *Indigenismo, populismo y marxismo*. Nueva Imagen.

García, P., & Pérez, M. (2019). Discriminación y salud mental en jóvenes afrodescendientes: Un enfoque psicosocial. *Revista de Psicología Social*, *34*(2), 45–62.

Grijalva, A. (2008). *El Estado plurinacional en Ecuador: Una aproximación desde la teoría política*. FLACSO Ecuador.

Hernández, S. (2018). *Arte y terapia: El poder curativo de la expresión emocional*. Ediciones Creativas.

Jackson, M. (1996). *Things as they are: New directions in phenomenological anthropology*. Indiana University Press.

Jackson, M. (2002). *The politics of storytelling: Violence, transgression, and intersubjectivity*. Museum Tusculanum Press.

Jackson, M. (2013). *Lifeworlds: Essays in existential anthropology*. University of Chicago Press.

Rodríguez, L. (2021). *El impacto del arte en la salud mental juvenil: Un enfoque interdisciplinario*. Editorial de Ciencias Sociales.

Smith, J., Davis, A., & Thompson, R. (2020). Racismo y salud mental: Perspectivas desde la sociología y la psicología clínica. *Journal of Social Issues*, *56*(3), 134–150.

The Lancet. (2022). Racism, xenophobia, discrimination, and the determination of health. *The Lancet*, *400*(10368), 2097–2108. https://doi.org/10.1016/S0140-6736(22)01972-9

Walsh, C. (2009). Interculturalidad crítica y educación intercultural. En J. Viaña, L. Tapia, & C. Walsh (Eds.), *Construyendo interculturalidad crítica* (pp. 75–96). Instituto Internacional de Integración del Convenio Andrés Bello.

CAPÍTULO 13

MOBBING Y TRASTORNO DE ANSIEDAD SOCIAL: SALUD MENTAL, SUBJETIVIDAD Y VIOLENCIA LABORAL EN CONTEXTOS ORGANIZACIONALES[1]

Data de submissão: 05/02/2026
Data de aceite: 27/02/2026

Dra. Rocío Fuentes Valdivieso
Instituto Politécnico Nacional
Ciudad de México
https://orcid.org/0000-0001-5192-1369

RESUMEN: El acoso laboral o *mobbing* constituye una forma de violencia psicológica persistente que afecta de manera profunda la salud mental de quienes lo padecen. Entre sus múltiples consecuencias, el trastorno de ansiedad social (TAS) se presenta como una de las manifestaciones más significativas y menos visibilizadas en los contextos organizacionales. Este capítulo tiene como objetivo analizar la relación entre el *mobbing* y el desarrollo o exacerbación del trastorno de ansiedad social en hombres y mujeres trabajadores, a partir de una perspectiva interdisciplinaria que articula las ciencias sociales, la salud y los estudios de género. La investigación se apoya en una metodología cualitativa que incluyó entrevistas en profundidad, observación y encuestas aplicadas en instituciones hospitalarias y espacios laborales, considerando los criterios establecidos por la Organización Mundial de la Salud y la Organización Internacional del Trabajo para la identificación del acoso laboral. Los resultados muestran que el *mobbing* no solo genera malestar emocional inmediato, sino que deja huellas duraderas en la subjetividad de los sujetos, expresadas en miedo intenso a la exposición social, inhibición de la comunicación, pérdida de confianza, hipervigilancia y deterioro de las relaciones interpersonales. Aunque no todos los casos cumplen con los criterios clínicos formales del TAS, sí se identifican síntomas compatibles que afectan de manera directa la vida laboral, familiar y social de las personas afectadas. Se concluye que el *mobbing* debe ser entendido como un problema de salud pública y de justicia social, cuyos efectos trascienden el ámbito individual para impactar en la productividad, el clima laboral y la cohesión social. Este capítulo propone, así, una reflexión crítica sobre la urgencia de incorporar la salud mental y la subjetividad como ejes centrales en el análisis de la violencia laboral contemporánea.

PALABRAS CLAVE: *mobbing*; acoso laboral; trastorno de ansiedad; salud mental; subjetividad.

[1] Este capítulo deriva de investigaciones financiadas por el Instituto Politécnico Nacional. Agradezco de manera especial la confianza y generosidad de las personas participantes, quienes compartieron sus experiencias y vivencias, haciendo posible este trabajo.

MOBBING AND SOCIAL ANXIETY DISORDER: MENTAL HEALTH, SUBJECTIVITY AND WORKPLACE VIOLENCE IN ORGANIZATIONAL CONTEXTS

ABSTRACT: Workplace bullying (*mobbing*) constitutes a form of persistent psychological violence with profound effects on workers' mental health. Among its consequences, social anxiety disorder (SAD) remains one of the least explored, despite its close connection with experiences of humiliation, surveillance, and symbolic disqualification in organizational settings. This chapter aims to analyze the relationship between mobbing and the development or intensification of symptoms compatible with social anxiety disorder from an interdisciplinary perspective that integrates social anthropology, mental health, bioethics, and gender studies. The study is based on a qualitative, exploratory, and interpretative design conducted in two hospital institutions in Mexico City. Data were collected through open-ended surveys, in-depth interviews, and qualitative observation. The criteria for identifying mobbing were drawn from Leymann's model and from guidelines established by the World Health Organization and the International Labour Organization, including systematic harassment, prolonged duration, power asymmetry, and the absence of objective justification for aggression. Thematic and interpretative analysis focused on categories such as anticipatory anxiety, fear of social exposure, hypervigilance, rupture of social bonds, and gendered expressions of psychological harm. The findings show a consistent association between experiences of mobbing and the presence of symptoms compatible with social anxiety disorder, such as avoidance of public exposure, self-censorship, internalized surveillance, and persistent fear of negative evaluation. These symptoms were observed in both women and men, although expressed in gender-differentiated ways shaped by cultural mandates of femininity and masculinity. The results suggest that SAD should not be understood solely as an individual clinical condition, but as a socially produced response to violent and ethically deficient organizational environments. The chapter concludes that social anxiety disorder, when emerging in contexts of workplace bullying, functions as a subjective trace of structural and symbolic violence. It therefore constitutes not only a mental health issue, but also an indicator of organizational failure in protecting dignity, psychological safety, and ethical working conditions.
KEYWORDS: mobbing; workplace bullying; social anxiety disorder; mental health; subjectivity.

1. INTRODUCCIÓN

La violencia y el acoso en el trabajo han dejado de entenderse como conflictos interpersonales para reconocerse como riesgos psicosociales que afectan la salud mental, la dignidad y la estabilidad de las personas trabajadoras. Este cambio se expresa en el Convenio 190 y la Recomendación 206 de la Organización Internacional del Trabajo (OIT, 2019), que establecen la obligación de prevenir y erradicar la violencia laboral, incluidos los actos basados en género. Desde esta perspectiva, el trabajo es también un espacio ético y social donde se juega la integridad emocional y la identidad profesional.

En México, particularmente en instituciones como hospitales y universidades, el *mobbing* sigue siendo un fenómeno poco visibilizado, a pesar de su alta incidencia. Suele manifestarse mediante prácticas persistentes como la intriga, la descalificación profesional, el control excesivo, el aislamiento social y el abuso de la jerarquía, que tienden a normalizarse y a interpretarse como conflictos personales, ocultando su carácter estructural y sus efectos en la salud mental.

Este capítulo se basa en una investigación realizada en contextos hospitalarios y organizacionales, donde se analizaron las experiencias de hombres y mujeres que vivieron procesos prolongados de acoso laboral. Los resultados muestran que incluso en espacios concebidos para el cuidado pueden reproducirse dinámicas de poder, competencia y violencia simbólica, favorecidas por la jerarquización, la presión institucional y la ausencia de mecanismos efectivos de mediación. Uno de los aportes centrales del trabajo es situar el trastorno de ansiedad social (TAS) como una de las consecuencias menos exploradas del *mobbing*. Aunque la literatura ha vinculado el acoso laboral con estrés, depresión y trastornos de ansiedad, el TAS ha recibido menor atención, pese a que sus rasgos principales – miedo a la evaluación social, evitación de la exposición pública, hipervigilancia y ansiedad anticipatoria – se articulan directamente con la experiencia del hostigamiento.

De acuerdo con el DSM-5-TR, el TAS se caracteriza por un miedo persistente a ser observado, juzgado o humillado, con efectos significativos en la vida laboral y social (American Psychiatric Association, 2022). En los casos analizados, la humillación reiterada, la vigilancia constante y la descalificación profesional transforman el espacio de trabajo en un territorio simbólicamente amenazante, produciendo una subjetividad marcada por el silencio, la autocensura y el temor a la exposición.

Desde esta perspectiva, el *mobbing* no actúa sólo como un estresor externo, sino como un productor de subjetividad ansiosa. La persona acosada aprende a percibir su entorno laboral como impredecible y peligroso, desarrollando conductas de evitación e hipervigilancia. Este proceso se intensifica en instituciones altamente jerarquizadas, donde la autoridad puede funcionar como un dispositivo de control que inhibe la denuncia y refuerza el silencio organizacional.

El análisis incorpora además una dimensión de género. Si bien las mujeres suelen experimentar el acoso de manera diferenciada debido a estructuras patriarcales que refuerzan la docilidad y la subordinación, los resultados muestran que la ansiedad social no es exclusiva de ellas: los hombres también desarrollan síntomas compatibles con TAS, aunque tienden a expresarlos mediante el silencio, la retirada simbólica o la somatización, en concordancia con los mandatos de fortaleza masculina.

2. MARCO TEÓRICO: *MOBBING,* ANSIEDAD SOCIAL Y PRODUCCIÓN DE SUBJETIVIDAD EN EL TRABAJO

El *mobbing* o acoso laboral se define como una forma de violencia psicológica sistemática y prolongada que busca aislar, desacreditar o desestabilizar a una persona dentro de la organización, mediante conductas hostiles directas o indirectas, en un contexto de clara asimetría de poder (Leymann, 1996; Hirigoyen, 2001). A diferencia de los conflictos laborales ocasionales, el *mobbing* se caracteriza por su repetición, su duración y la indefensión progresiva de la víctima. El acoso laboral no puede entenderse únicamente como el resultado de interacciones individuales problemáticas, sino como un fenómeno que se produce en el interior de culturas organizacionales que normalizan la jerarquía rígida, la competencia extrema, la intriga y la descalificación como mecanismos de control. En este sentido, el *mobbing* funciona como una tecnología de poder que disciplina, excluye o neutraliza a quienes alteran el equilibrio simbólico de la organización por su competencia, autonomía, estilo de liderazgo o condición de género (Bourdieu, 2000). La violencia ejercida a través del *mobbing* se internaliza progresivamente en la subjetividad. Siguiendo a Foucault (2002), el poder más eficaz es aquel que logra instalarse en el cuerpo y en la mente, produciendo autocontrol, silencio y autocensura. En el acoso laboral, la persona comienza a vigilarse, a anticipar el conflicto y a modificar su conducta para evitar nuevas agresiones, estableciendo el vínculo central entre *mobbing* y trastorno de ansiedad social.

El trastorno de ansiedad social (TAS) se define como un miedo intenso y persistente a la evaluación social negativa que interfiere en la vida laboral y social (American Psychiatric Association, 2022). Sin embargo, desde las ciencias sociales no puede comprenderse únicamente como una condición clínica individual. El miedo a la evaluación es una experiencia culturalmente construida, ligada a normas de prestigio, jerarquía y reconocimiento. En contextos organizacionales violentos, la evaluación profesional se transforma en un instrumento de humillación, control y exclusión simbólica.

La ansiedad social derivada del *mobbing* es, por tanto, socialmente producida. La persona aprende que hablar, destacar o hacerse visible implica riesgo, configurándose una subjetividad defensiva caracterizada por la evitación, la hipervigilancia y el silencio. Este proceso coincide con la noción de violencia simbólica propuesta por Bourdieu (2000), en la que la dominación se ejerce de manera invisible al ser interiorizada por quienes la padecen. Desde esta óptica, el TAS no es sólo un trastorno individual, sino una respuesta adaptativa patológica frente a entornos organizacionales violentos. Esto explica por qué puede surgir en personas sin antecedentes de ansiedad y por qué se intensifica cuando el acoso es prolongado.

La relación entre *mobbing* y ansiedad también puede entenderse desde la psicotraumatología. El acoso laboral reúne características de las experiencias traumáticas: repetición, imprevisibilidad, indefensión, humillación y pérdida de control. Según Van der Kolk (2014), el trauma reorganiza los sistemas emocionales hacia estados permanentes de alerta, lo que permite comprender la ansiedad anticipatoria como una manifestación compatible con el TAS (Fuentes, 2023).

La perspectiva de género es indispensable para comprender la producción diferencial del daño. Las mujeres suelen experimentar mayor vulnerabilidad frente al acoso debido a mandatos históricos de subordinación, cuidado y docilidad (Burín, 2008). Sin embargo, el *mobbing* también afecta profundamente a los hombres, aunque su sufrimiento suele invisibilizarse por los mandatos de fortaleza y control emocional propios de la masculinidad hegemónica (Connell, 2005; Fuentes, 2023). En ambos casos, la ansiedad social se manifiesta de manera diferenciada según los códigos culturales que regulan la expresión del sufrimiento (Fuentes, 2023; Hernández, 2025). El impacto del *mobbing* no se limita a las personas directamente afectadas. El silencio de los testigos, la normalización del maltrato y la ausencia de sanciones institucionales transforman el clima emocional de la organización, generando una atmósfera colectiva de miedo, desconfianza y autocensura. Así, la ansiedad social deja de ser una experiencia individual para convertirse en una característica del entorno organizacional. Este marco teórico se sostiene en tres premisas centrales:1. El *mobbing* es una forma de violencia estructural y simbólica producida en culturas organizacionales específicas. 2. El trastorno de ansiedad social puede entenderse como una huella subjetiva del daño provocado por dicha violencia. 3. La relación entre ambos es social, ética y política, además de clínica. Desde esta perspectiva, analizar el TAS en contextos de acoso laboral permite desplazar la mirada hacia el individuo "vulnerable" y hacia la organización como productora de vulnerabilidad, abriendo la posibilidad de intervenciones que no se limiten a la atención psicológica, sino que transformen las condiciones institucionales que generan el sufrimiento.

Este capítulo parte del supuesto de que el TAS no puede entenderse únicamente como una patología individual. En muchos casos es el resultado de una violencia relacional e institucional que se inscribe en la biografía de los sujetos. El miedo a la mirada del otro se construye socialmente cuando la experiencia laboral se transforma en una experiencia reiterada de amenaza y desprotección. Desde una perspectiva interdisciplinaria, se propone que el *mobbing* actúa como detonante o amplificador del TAS, afectando tanto el bienestar individual como la vida organizacional.

Finalmente, situar el TAS en el análisis del acoso laboral implica reconocer que se trata de un problema de salud pública, justicia organizacional y bioética laboral. No

basta con atender clínicamente a quienes padecen ansiedad; es necesario cuestionar y transformar las condiciones institucionales que producen miedo, silenciamiento y deterioro emocional. La salud mental de las personas trabajadoras no puede separarse de la calidad ética de las organizaciones en las que desarrollan su vida profesional.

3. METODOLOGÍA

Se realizó un estudio cualitativo de carácter exploratorio y descriptivo-interpretativo, orientado a analizar la relación entre el acoso laboral (*mobbing*) y la presencia de síntomas compatibles con el trastorno de ansiedad social (TAS) en contextos organizacionales. La investigación se desarrolló durante el periodo 2016–2019, lo que permitió observar procesos prolongados de violencia laboral y sus efectos en la subjetividad. El estudio se llevó a cabo en dos instituciones hospitalarias de la Ciudad de México, mediante la triangulación de técnicas: encuestas con preguntas abiertas, entrevistas en profundidad y observación cualitativa. Las encuestas se aplicaron a 60 personas adultas para identificar experiencias de hostigamiento laboral y manifestaciones de malestar emocional. A partir de estos resultados, se seleccionaron casos para entrevistas semiestructuradas que permitieron profundizar en las trayectorias laborales, las dinámicas de poder y los efectos psicosociales del acoso.

La identificación del *mobbing* se basó en los criterios de Leymann (1996) y en los lineamientos de la OIT y la OMS: hostigamiento sistemático, duración prolongada, frecuencia recurrente, relación asimétrica de poder y ausencia de justificación objetiva de la agresión. El análisis se realizó mediante categorización temática e interpretación de narrativas, considerando ejes como ansiedad anticipatoria, miedo a la exposición social, hipervigilancia, ruptura del lazo social, interiorización de la vigilancia y diferencias de género en la vivencia del daño. Se garantizaron los principios éticos de confidencialidad, anonimato, consentimiento informado y participación voluntaria. Aunque el trabajo de campo corresponde al periodo 2016–2019, el estudio se inscribe en una línea de investigación vigente, ya que las condiciones estructurales que producen la violencia laboral y el daño psicosocial continúan presentes, aunque adopten nuevas formas organizacionales.

4. RESULTADOS

Los datos muestran una relación consistente entre la experiencia de *mobbing* y la presencia de síntomas compatibles con el trastorno de ansiedad social (TAS). Aunque la mayoría de las personas no contaba con un diagnóstico clínico formal, sí

manifestaron malestar psíquico asociado a la evaluación social, la exposición pública y las relaciones jerárquicas.

Se identificó, en primer lugar, la presencia de ansiedad anticipatoria, caracterizada por el miedo constante a cometer errores, a ser exhibidos o a recibir sanciones simbólicas, lo que generó conductas de evitación, autocensura e inhibición de la participación. En segundo lugar, se observó una ruptura progresiva del lazo social, expresada en aislamiento, desconfianza hacia los compañeros y percepción del espacio laboral como hostil e impredecible. Un tercer hallazgo fue la interiorización de la vigilancia, manifestada en la sensación persistente de estar siendo observados y evaluados, incluso en ausencia del agresor, lo que reforzó la hipervigilancia y la pérdida de confianza profesional. Asimismo, se constató un impacto diferenciado según género: en las mujeres predominó la angustia emocional, el cuestionamiento de la autoestima y el temor a la exposición pública, mientras que en los hombres se observó mayor silencio, negación del miedo y retirada de los espacios de visibilidad.

El acoso laboral también tuvo un impacto directo en el desempeño profesional, reflejado en dificultades de concentración, disminución de la iniciativa y reducción de la confianza para asumir responsabilidades visibles.

Finalmente, se identificó una invisibilización institucional del daño, caracterizada por la ausencia de mecanismos efectivos de denuncia, el temor a represalias y la normalización del hostigamiento, lo que favoreció la cronificación del malestar psicológico. En conjunto, los resultados muestran que el *mobbing* produce transformaciones duraderas en la subjetividad y que el TAS emerge como una huella psíquica de la violencia organizacional, más que como una patología individual aislada.

5. DISCUSIÓN

Los resultados confirman que el *mobbing* es una forma de violencia estructural inscrita en dinámicas organizacionales jerárquicas que normalizan el abuso de poder, tal como señalan Leymann (1996) y Hirigoyen (2001). Uno de los principales aportes del estudio es mostrar que el trastorno de ansiedad social (TAS) puede entenderse como una consecuencia psicosocial del acoso laboral prolongado. Aunque desde la psiquiatría el TAS se define como un miedo intenso a la evaluación social negativa (American Psychiatric Association, 2022), los datos evidencian que dicho miedo puede construirse socialmente cuando el entorno laboral se convierte en un espacio reiterado de humillación, vigilancia y deslegitimación simbólica. Estos hallazgos coinciden con estudios que documentan la asociación entre *workplace bullying* y el incremento de síntomas de ansiedad (Holmgren

et al., 2023) y con aquellos que muestran que incluso los testigos del acoso experimentan deterioro en su salud mental, confirmando el carácter ambiental del daño (Nielsen et al., 2024). La ansiedad anticipatoria observada puede comprenderse desde la perspectiva del trauma, ya que el acoso reorganiza los sistemas emocionales hacia la hipervigilancia y la percepción constante de amenaza (Van der Kolk, 2014). Desde un enfoque sociológico, estos procesos pueden interpretarse como formas de violencia simbólica, en tanto el poder se interioriza en la subjetividad y produce autocensura, miedo a la exposición pública y pérdida de confianza (Bourdieu, 2000). Así, el TAS no es sólo un trastorno clínico, sino también una expresión de la eficacia del poder simbólico en las organizaciones.

El análisis de género muestra que el daño se expresa de manera diferenciada. En las mujeres, se manifiesta con mayor claridad el temor a la exposición pública y el deterioro de la autoestima, en concordancia con los mandatos históricos de subordinación (Burín, 2008). En los hombres, el sufrimiento tiende a expresarse mediante el silencio, la negación y la retirada simbólica, acorde con los ideales de la masculinidad hegemónica (Connell, 2005). La invisibilización institucional del acoso y la ausencia de mecanismos de denuncia refuerzan la cronificación del daño, lo que coincide con el enfoque del Convenio 190 de la OIT (2019), que reconoce la violencia laboral como una amenaza a la dignidad y a la salud pública. Asimismo, los resultados cuestionan la tendencia a medicalizar el sufrimiento sin transformar las condiciones estructurales que lo producen. Como advierte Rose (2022), la intervención clínica es necesaria, pero insuficiente si no se acompaña de cambios organizacionales. En conjunto, la discusión permite afirmar que el TAS, cuando emerge en contextos de *mobbing*, debe entenderse como un síntoma socialmente producido, indicador de la calidad ética de las instituciones y de la presencia de violencia estructural. Reconocer este carácter social desplaza la mirada del individuo "vulnerable" hacia la organización como productora de vulnerabilidad y abre la posibilidad de intervenciones que integren atención en salud mental y transformación de las culturas laborales.

6. CONCLUSIONES

Los resultados confirman que el *mobbing* es una forma de violencia organizacional sistemática que produce efectos psicosociales profundos y no puede reducirse a un conflicto interpersonal, ya que se inscribe en dinámicas estructurales de poder que normalizan el abuso (Leymann, 1996; Hirigoyen, 2001; OIT, 2019). El trastorno de ansiedad social (TAS) emerge como una consecuencia relevante del acoso laboral prolongado. El miedo a la evaluación social, la evitación de la exposición pública y la hipervigilancia no son

sólo expresiones clínicas individuales, sino respuestas aprendidas frente a experiencias reiteradas de humillación y vigilancia (American Psychiatric Association, 2022; Holmgren et al., 2023). La ansiedad social debe entenderse como un fenómeno socialmente producido, más que como una vulnerabilidad individual previa. El TAS aparece como una huella subjetiva de la violencia organizacional y como un indicador de la calidad ética de las instituciones (Bourdieu, 2000; Nielsen et al., 2024). La presencia de ansiedad anticipatoria muestra que el acoso laboral comparte rasgos con los procesos traumáticos, al transformar el entorno laboral en un espacio percibido como impredecible y amenazante (Van der Kolk, 2014). El impacto del acoso se expresa de manera diferenciada según género: en las mujeres predomina el deterioro de la autoestima y el temor a la exposición pública, mientras que en los hombres se observa mayor silencio, retirada simbólica y somatización, de acuerdo con los mandatos culturales de género (Burín, 2008; Connell, 2005). La invisibilización institucional del acoso y la ausencia de mecanismos de denuncia contribuyen a la cronificación del daño psicológico y refuerzan la ansiedad social como estrategia defensiva (OIT, 2019). Por ello, el abordaje del TAS no puede limitarse a la intervención clínica individual. Es necesario transformar las condiciones organizacionales que producen la violencia, evitando la medicalización de un problema que es ético y estructural (Rose, 2022).

En conjunto, el TAS, cuando surge en contextos de *mobbing*, debe entenderse como un indicador de violencia estructural y de deterioro del clima ético institucional, lo que exige intervenciones integrales que articulen prevención, transformación organizacional y atención en salud mental.

REFERENCIAS

Aarestad, S. H., Harris, A., Hjemdal, O., Gjengedal, R. G. H., Osnes, K., Sandin, K., Reme, S. E., Hannisdal, M., & Einarsen, S. V. (2022). Healing the wounds of workplace bullying: Evaluating mental health and workplace participation among victims seeking treatment for common mental disorders. *Work, 73*(4), 1379–1391. https://doi.org/10.3233/WOR-210920

American Psychiatric Association. (2022a). *DSM-5-TR: Diagnostic and statistical manual of mental disorders* (5th ed., text rev.). APA Publishing.

American Psychiatric Association. (2022b). *Social anxiety disorder (DSM-5-TR fact sheet).* https://www.psychiatry.org

Bourdieu, P. (2000). *La dominación masculina*. Anagrama.

Burín, M. (2008). *Género y subjetividad: Identidades, vínculos y violencia*. Paidós.

Connell, R. (2005). *Masculinities* (2nd ed.). University of California Press.

Fuentes Valdivieso, R. (2023). Bioética, contradicciones de género y acoso grupal (*mobbing*) en el trabajo. *Revista Redbioética/UNESCO, 13*(1), 60–69. https://revistaredbioetica.redclade.org/index.php/redbioetica/article/view/

Fuentes Valdivieso, R. (2023). Desigualdad social y teletrabajo: Las experiencias de las mujeres zapotecas del Istmo de Tehuantepec durante la pandemia y sus efectos en la postpandemia. *ARIES. Revista de Ciencias Sociales y Humanidades, Pueblos Indígenas*. https://doi.org/10.11156/aries/2023.AR0002311

Fuentes Valdivieso, R. (2023). La violencia sexual como una forma de discriminación hacia las mujeres en los ambientes laborales y estudiantiles. *ARIES. Revista de Ciencias Sociales y Humanidades, Género, feminismo y masculinidades*. https://doi.org/10.11156/aries/2023.AR0012311

Galanis, P., Vraka, I., Fragkou, D., Bilali, A., & Kaitelidou, D. (2024). Association between workplace bullying, job stress, and professional quality of life in nurses: A systematic review and meta-analysis. *Healthcare, 12*(6), 623. https://doi.org/10.3390/healthcare12060623

Hernández M., D. (2025). *El trabajo decente o trabajo digno y el reto para fortalecer la salud mental de las mujeres como un derecho humano en México*. Mujeres en la Justicia, 4(8), 1–36. Suprema Corte de Justicia de la Nación.

Hirigoyen, M. F. (2001). *El acoso moral en el trabajo*. Paidós.

Holmgren, R., Dalsager, L., Rugulies, R., & Magnusson Hanson, L. L. (2023). Workplace bullying and symptoms of anxiety: A longitudinal study. *Scandinavian Journal of Work, Environment & Health, 49*(1), 64–74. https://doi.org/10.5271/sjweh.4060

International Labour Organization. (2019). *Convention No. 190 and Recommendation No. 206 at a glance*. ILO.

International Labour Organization. (s. f.). *Violence and harassment in the world of work*. Recuperado el 20 de enero de 2026, de https://www.ilo.org

Leymann, H. (1996). The content and development of mobbing at work. *European Journal of Work and Organizational Psychology, 5*(2), 165–184. https://doi.org/10.1080/13594329608414853

Nielsen, M. B., Einarsen, S. V., Parveen, S., & Rosander, M. (2024). Witnessing workplace bullying: A systematic review and meta-analysis of individual health and well-being outcomes. *Aggression and Violent Behavior, 75*, 101908. https://doi.org/10.1016/j.avb.2023.101908

Organización Internacional del Trabajo (OIT). (2019). *Convenio sobre la violencia y el acoso, 2019 (núm. 190).* https://www.ilo.org

Rose, G. M. (2022). Social anxiety disorder. En *StatPearls*. StatPearls Publishing. https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK555890/

Van der Kolk, B. (2014). *The body keeps the score: Brain, mind, and body in the healing of trauma*. Viking.

Walker, J. (2025). Trauma, power, and psychological safety: Understanding the mental health impact of workplace bullying. *Healthcare, 13*(23), 3084. https://doi.org/10.3390/healthcare13233084

SOBRE O ORGANIZADOR

Jesús Rivas Gutiérrez: Pregrado: Licenciatura en Odontología, egresado de la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Diplomado en Investigación Educativa en la Universidad Autónoma de Zacatecas (UAZ). Especialidad: Docencia Superior por la Universidad Autónoma de Zacatecas (UAZ). Posgrado: Maestría en Ciencias de la Educación por la Universidad Autónoma de Zacatecas (UAZ). Posgrado: Doctor en Ciencias de la Educación por la Universidad Autónoma Benito Juárez de Oaxaca (UABJO). Docente de base de tiempo completo por más de 35 años en la Universidad Autónoma de Zacatecas en la Unidad Académica de Odontología y la Unidad Académica de Docencia Superior (UAO/UAZ – UADS/UAZ). Docente invitado en la Maestría en Docencia e Investigación Jurídica de la Unidad Académica de Derecho de la Universidad Autónoma de Zacatecas (UAD/UAZ). Docente invitado en el Doctorado de Farmacología de la Unidad Académica de Medicina Humana de la Universidad Autónoma de Zacatecas (UAMH/UAZ). Ponente en eventos académicos locales, regionales, nacionales e internacionales con temáticas sobre odontología, educación, enseñanza-aprendizaje, práctica docente, medio ambiente, sustentabilidad, representaciones sociales, evaluaciones y reestructuraciones curriculares entre otros temas. Autor de diversos libros, capítulos de libro y artículos en revistas nacionales e internacionales sobre odontología, educación, enseñanza-aprendizaje, práctica docente, medio ambiente, sustentabilidad, representaciones sociales, evaluaciones y reestructuraciones curriculares entre otros temas. Director de la Unidad Académica de Odontología de la Universidad Autónoma de Zacatecas, periodo 2008-2012. Responsable Académico de la Licenciatura de Médico Cirujano Dentista de la Unidad Académica de Odontología de la Universidad Autónoma de Zacatecas, periodo 2004-2008. Coordinador de Acreditaciones de la Unidad Académica de Odontología de la Universidad Autónoma de Zacatecas, periodo 2016-2021.

https://orcid.org/0000-0001-7223-4437

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acoso laboral 198, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206
Amêndoa 144, 145, 146, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 160, 161, 168, 172, 174

B

Baixa densidade 144, 146, 147, 157, 160, 161, 168, 169, 170
Ballet ruso 99, 100, 101, 102, 103, 109
Beira Interior 144, 145, 160, 162, 163, 164, 167, 168, 172, 173, 177

C

Chiapa de Corzo 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80
Crimen organizado 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40

D

Derechos humanos 19, 26, 29, 31, 36, 37, 58, 178, 180, 181, 182, 183, 186, 187
Dignidad 178, 179, 181, 182, 183, 185, 186, 187, 199, 205
Dignidad humana 178, 179, 181, 182, 183
Diseño gráfico 134, 136, 143
Distrito da Guarda 144, 145, 162, 163, 164

E

Encenação 81, 86, 88, 92, 94
Estados Unidos 1, 2, 3, 4, 5, 8, 10, 15, 26, 27, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 100, 102, 183
Etiquetado frontal 134, 135, 136, 137, 139
Etnografía 188

F

Federación Rusa 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15

G

Gastronomia 71, 144, 145, 146, 149, 151, 153, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 165, 166, 167, 169, 172, 173, 175, 176, 177

Gestión estratégica 17
Grid systems 113, 114, 118, 119, 129, 132, 133
Grupo de Teatro Opinião 81, 85
Guerra 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 24, 30, 34, 37, 90, 91, 97, 99, 110, 175

I

Identidad 61, 66, 143, 194, 199
Identidade 144, 146, 149, 153, 165, 166, 167, 169, 174, 175, 176
Integración profunda 41, 42, 43, 45, 46
Inteligencia estratégica 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 36, 38
Interculturalidad 188, 189, 196, 197

M

Mobbing 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207
Multidimensional 18, 24, 27, 29, 34, 38, 41, 42, 43, 180, 184, 186, 187, 196

N

Narrativas 69, 70, 82, 100, 101, 188, 190, 192, 203
Nutri-Score 134, 135, 136, 138, 139, 141, 142, 143

O

OTAN 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16

P

Packaging alimentario 134
Parachicos 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79
Patrimonio cultural 61, 62, 64, 66, 68, 69, 70, 71, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 149, 157, 158, 166, 167, 176, 177
Patrimónios alimentares 144, 161, 163, 176
Petrushka 99, 101, 102, 103, 104, 105, 110
Prevención del delito 17, 29
Prokofiev 99, 100, 101, 102, 106, 107, 108, 109, 110, 112

Q

Quintas vínicas 163

R

Región intermedia 41, 43, 45, 48, 49, 51, 58
Restauração 90, 156, 162, 163, 168, 174, 175
Revolutionary typography 113, 116, 119, 122, 132
Romeo y Julieta 99, 101, 102, 106, 107, 109, 110

S

Salud mental 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 203, 205, 206, 207
Seguridad nacional 17, 20, 23, 36
Sons 81
Stravinski 99, 100, 101, 102, 103, 104, 111, 112
Subjetividad 198, 200, 201, 203, 204, 205, 206

T

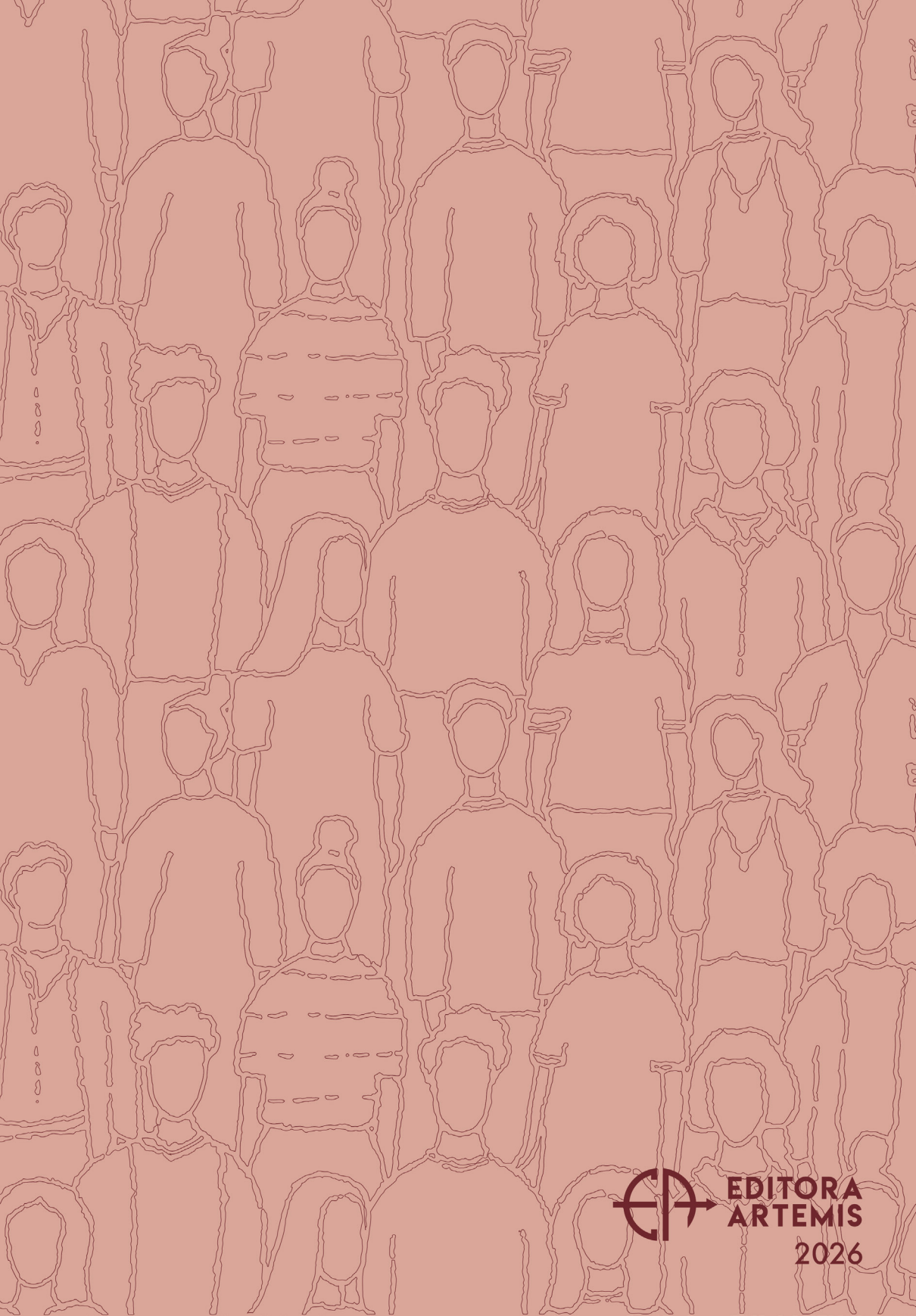
Tambores 188, 194
TLCAN 41, 42, 44, 45, 46, 56, 58, 59, 60
TLCAN/T - MEC 41
T-MEC 41, 42, 44, 45, 46, 47, 56, 60
Trastorno de ansiedad 198, 200, 201, 202, 203, 204, 205
Turismo 52, 56, 61, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 75, 76, 78, 79, 80, 144, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 158, 160, 161, 162, 163, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 177
Typographic public sphere 113, 114

U

Ucrania 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 11, 12, 13, 14, 15, 16

V

Vida digna 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187
Vietnamese revolutionary journalism 113, 114
Visual regime 113, 114, 123, 132



EDITORA ARTEMIS
2026